

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelos governos Federal e Estadual

— Numero 17 — 1944 - 1957 —



Ó Jovens brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;

.....
Imitai-os para que êles, do supúlcro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!

Natividade Saldanha

VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Imprensa O^o

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelos governos Federal e Estadual

— Numero 17 — 1944 - 1957 —



Ó Jovens brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;

.....
Imitai-os para que êles, do supúlcro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!

Natividade Saldanha

VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Imprensa Off.

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelos governos Federal e Estadual

— Numero 17 — 1944 - 1957 —



Ó Jovens brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;

.....
Imitai-os para que les, do supúlcro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!

Natividade Saldanha

VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Imprensa Oficial

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO

ESPÍRITO SANTO

NÚMERO 17

SUMÁRIO

Explicação necessária

Estudos e ensaios

Para reabilitação histórica de Vasco
Fernandes Coitinho
A Baía de Vitória na História
A justiça brasileira no alvorecer da
República
Saudação a Norbertino Bahiense ...
Os limites do E. Santo na voz da
história
Subsídios para os estudos dos rios do
E. Santo
Lagos e lagoas do E. Santo
Notas sobre os botocudo

Mario A. Freire
Francisco Clímaco Feu Rosa

Eurípedes Queiróz do Valle
Eurípedes Queiróz do Valle

Norbertino Bahiense

Mario A. Freire
Placidino Passos
Renato José Costa Pacheco

Discursos e mensagens

E êles eram assim
Aristides Freire
Caxias
Duas saudações a D. José

Nelson Abel de Almeida
Aurino Quintais
Eurípedes Queiróz do Valle
Eurípedes Queiróz do Valle e
J. Manoel de Carvalho
Eurípedes Queiróz do Valle
Placidino Passos
Ceciliano Abel de Almeida

Mensagem da Presidência
Homenagem a Domingos Martins ..
Discurso na posse da nova diretoria

Nota bibliográfica

Cancioneiro Capixaba

Carlos Xavier Paes Barreto

Cadastro

Registro

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Publicação periódica do IHGES

Diretoria para 1957-1959

Presidente: Ceciliano Abel de Almeida

1.º Vice-Presidente: João Manuel de Carvalho

2.º Vice-Presidente: Jair Etienne Dessaune

3.º Vice-Presidente: Euripedes Queiroz do Valle

Secretário Geral: Cícero de Moraes

Secretário Adjunto: Renato José Costa Pacheco

Tesoureiro: Norbertino Bahiense

Orador: Nelson Abel de Almeida

Adjunto do orador: Placidino Passos

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Reaparece a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, cuja publicação se interrompeu com o número 16, referente a dezembro de 1944.

E, volta a circular graças à valiosa colaboração do Capitão Harry Freitas Barcellos, M.D. Diretor do Departamento de Imprensa Oficial, o qual, compreendendo devidamente as elevadas finalidades do órgão que tão bem dirige, conseguiu do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Francisco Lacerda de Aguiar, que a Lei que autoriza sejam publicadas edições capixabas tivesse sua aplicação iniciada com a revista da mais antiga instituição cultural do Estado.

Procuraremos agora regularizar a publicação da Revista, editando-a, pelo menos, uma vez por ano, para o que esperamos continuar contando com o apoio do Govêrno do Estado. E, ela há de ser o que vem sendo até agora: um repositório de estudos de geografia e de história, especialmente no que concerne ao Estado do Espírito Santo.

Não mudou, portanto, nosso programa. Dentro dos sadios propósitos que norteiam os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo reabrimos ao público leitor um forum de opiniões cujo objetivo primeiro será a maior grandeza da terra capixaba.

A DIRETORIA

ESTUDOS E ENSAIOS

PARA REABILITAÇÃO HISTÓRICA DE VASCO FERNANDES COUTINHO

MARIO A. FREIRE

Apesar do rei D. João III, escrevendo a Martim Afonso, ter dado a alguns requerimentos de Capitánias no Brasil, a carta régia da doação a Vasco Fernandes Coutinho faz saber que este não a solicitara. D. João III declarou — “folgar de lhe fazer mercê, de meu proprio moto, certa ciência, poder real e absoluto, sem m” o ele pedir, nem outrem por ele” — como, aliás, repetiu em outras doações. O rei mandára dividir a colônia em donatárias — “para delas prover aquelas pessoas que me bem parecer”. (1)

Somente apoiado em outro código, como essa carta de 1 de Junho de 1534, poder-se-á julgar Vasco Fernandes um ambicioso; e não, ao contrário, um fidalgo sempre dedicado ao seu rei, ao serviço de Deus e bem do reino, conforme reza a mesma carta régia.

Nas Ordenações Manuelinas o Brasil ainda não figurava como lugar de degredo. Passou a ser assim considerado quando permitido aos donatários, em 1535, povoarem e colonizarem as Capitánias, igualmente, com indivíduos condenados por certos delitos, e, para esse fim, digamos — liberados condicionalmente. Um alvará generalisou logo a medida a todas as Capitánias. (2)

Homiziados não vieram somente para o Espírito Santo.

Quatrocentos e dos piores trouxe Thomé de Souza para a Baía. Percorrendo a costa nessa época, afim de expurgá-la de franceses, Fero de Goes não se animára a receber lá tripulantes de que tinha necessidade, ainda que o Governador os quisesse dar — “porque ele ficava só, entre degredados, sem ter ninguém consigo senão os de sua casa”. (3)

As remessas para Pernambuco chegaram a motivar um protesto do donatário Duarte Coelho: — “Certifico a V. A. e juro-lhe pela hora da morte que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia V. A. que são piores cá na terra que peste; pelo que peço a V. A. que pelo amor de Deus tal peçonha me cá não mande”. (4)

1) Ao comunicar a Martim Afonso a divisão, como deliberára fazer, no Brasil, D. João III escreveu-lhe aludindo a esta colônia: — “algumas pessoas me requeriam capitánias em terras dela”. (Aqvos. Pedro Calmon, “História do Brasil”, I, 143 Rocha Pombo, “História”, III, 38, 83/4.

2) Rocha Pombo, “História do Brasil”, III, 139, 141, 290/1, e 739.

3) Melo Moraes. “Corografia Histórica”, 397 e 403.

4) Rocha Pombo cit. pag. 291; e “Boletim do Ministério do Trabalho”, 51, de Novembro de 1938.

A deficiência de povoadores em S. Paulo levou, ao contrário, a respectiva Camara a solicitar — “venham até degredados, sòmente não sejam ladrões”. (4a)

Deante da attitude enérgica do velho Duarte Coelho, que não titubeava em mandá-los enforcar, (5) usando dos poderes extraordinários de que todos os donatários estavam investidos, os elementos indesejáveis, mandados para Pernambuco, preferiam logo Itamaracá onde havia menos severidade. E Calogeras deplora não tivessem todos os outros donatários o mesmo rigor...

Pior do que essas imigrações, porem, foi o homizio, tolerado e favorecido em algumas Capitánias, de criminosos por delitos praticados já no Brasil, e evadido, por isso, de outras donatárias. (5a)

O apreciado autor de “Casa Grande e Senzala” escreveu o seguinte, a proposito de um conceito de Azevedo Amaral, sòbre os degredados acolhidos no Brasil: — “Onde Azevedo Amaral, nos parece lamentavelmente exagerado é em considerar todos aqueles povoadores (sòbre os quaes reconhece ser tão escassa e precaria... a informação acessível) uns tarados, criminosos e semi-loucos, (5b) Refere-se principalmente aos degredados; não há, entretanto, fundamentos nem motivos para duvidar de que alguns fossem gente sã, degredada pelas ridicularias porque então se exilavam súditos, dos melhores, do Reino para os ermos.

“Era estreitíssimo o critério que ainda nos séculos XV e XVI orientava, entre os portugueses, a jurisprudência criminal. No seu direito penal, o misticismo, ainda quente dos ódios de guerra contra os mouros, dava uma extranha proporção aos delitos. Afirma C. Malheiros Dias que não existia na legislação coeva Código de severidade comparável ao livro V das Ordenações Manuelinas.” (6)

A nobreza de Roma descendia dos bandidos do roubo e estupro das sabinas, observa Odorico Mendes, que enumera os seguintes delitos punidos, segundo o aludido livro quinto, com degredo, fogo, forca ou açoites: sodomia; bestialidade; alcovitice; molície; cessão da casa para usar mal dos corpos; venda, por homens, das inocentes alfeloas e obreiras, mister mais apropriado a mulheres; abandono da vida do mar; feitiçaria; e advinhações mediante sortes, interpretações em agua, espelho, cristal ou espada, para busca de tesouros. Até o abraçar e beijar eram delitos punidos pelas velhas Ordenações... (7)

Posteriormente, os trapaceiros e onzenários, a princípio deportados para Africa, passaram a ser degredados para o Brasil, quando reincidentes pela terceira vez. (8)

Outras providências, no mesmo sentido, foram baixadas em 1551 e 1564.

Examinando os casos de degredo, num total de 256, segundo as Ordenações Filipinas, João Francisco Lisboa, apurou 142 para Africa, 87 para o Brasil e o resto para outros logares. (9)

4a.) Taunay, em “S. Paulo nos primeiros anos”, pags. 89 a 91.

5) Manoel Lubambo, “Capitais e Grandeza Nacional”, 109.

5a) Rocha Pombo cit. III, 292.

5b) Azevedo Amaral, “Estudos Brasileiros”, 1930.

6) Vigoravam ao tempo do descobrimento do Brasil as Ordenações Afonsinas, publicadas em 1446, substituídas em 1521 pelas Manuelinas. As Filipinas datam de 1642, posteriores portanto à Restauração.

7) Rocha Pombo cit. 140.

8) Idem 577 ainda do cit. vol. III; e vol. II, 577.

9) Apud. Cassiano Ricardo, “Marcha para Oeste”, II, 78.

Alem do homizio, havia a fuga de degredados de uma para outra Capitania: Futuroso da Costa, degredado de Portugal para o Esprito Santo, con-seguiu evadir-se para S. Paulo, onde chegou a ser tabelião e escrivão da Camara, até que, denunciado em 1579, fugiu de lá. Nessa ocasião encontrou-se com Anchieta, e este lhe predisse a morte próxima em condições admitidas como um milagre, entre os fatos referidos no processo da canonização dêsse Jesuíta (Taunay, em “S. Paulo nos primeiros anos”, pag. 89 a 91.

Ao registrar o apelo, que reproduzimos, da camara de São Paulo, Tau-nay acrescenta: "impunha-se o critério seguido ainda em meados dos século XIX na Australia: — a abolição completa do passado; cada qual encontraria nova vida na terra nova.

E Paul Gaffarel, apreciando o pedido de Villegaignon no sentido do rei consentir que aliciasse colonos nos cárceres de Paris, Rouen e outras cidades, assim também se manifestára: — "Era já o salutar pensamento que os ingleses retomaram dois séculos mais tarde, quando crearam as suas colonias penitenciárias da Australia — expatriar os criminosos; mas dando-lhes ocasião de renascer para uma vida nova pela expiação e pela perseverança no trabalho. Sabe-se quais foram, para os ingleses, os maravilhosos resultados daquelas colonias. Alude, em seguida, a uma nova Inglaterra ali em progresso, depois de 1787, quando os primeiros convicts desembarcaram em Botanybay; e lastima que a mesma idéa, adotada muito antes por Villegaignon, tivesse sido abandonada pela França... (10)

Contrariamente, Calogeras, deante das graves dificuldades experimentadas em nossas donatarias, critica o que o mencionado escritor tanto enaltece: "— A semelhança da Austrália que, no século passado, sofreu por ter sido uma colônia penitenciária, o Brasil recebera conjuntamente o refugio de Portugal, assim como colonos de excelente origem e mesmo representantes de ramos post-genitos da nobreza do Reino-Vimos o ilustrado autor da "Formação Histórica do Brasil" lamentar que nem todos os donatários tivessem o rigor de Duarte Coelho, de cuja donataria fugiam os transgressores da lei e cabeças esquentadas ou irrequietas...

Garcia Júnior é também dos que refutam que o Brasil tenha sido colonizado por degradados e gente infamada. (*)

O exagero do rigor penal quinhentista das vetustas Ordenações, segundo as quais, no dizer de João Ribeiro — "pequenas faltas eram ali tidas por crimes graves, e a frase: "Morra por ela era sentença comum de qualquer delito", ressalta hoje quando se lê a heresia entre os quatro imperdoáveis delitos, que, consante a carta régia de 6 de Outubro de 1534, impediam aquela remota forma de livramento condicional, na Capitania de Coutinho.

A observação desses exageros tem levado alguns escritores a procurarem atenuar as acusações dos que increpam Portugal de haver naquella época, enchido o Brasil da escoria do Reino — criminosos e mulheres perdidas. Sem seguir esse critério, é certo, escreve Luiz Amaral com calor: — "se aquillo não era a escoria, se em Portugal havia coisa peor, é o caso de perguntar que sociedade seria aquella?" (11)

Não obstante a vinda de degradados para o Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho viu a Capitania, a principio, prosperar tanto que costumava pitorescamente compará-la a um vilão-farto. (12) Após cinco anos de trabalho, poudo mesmo rever Portugal.

10) Apud. Rocha Pombo vol. cit. pag. 477.

11) "História Geral da Agricultura Brasileira", I, pag. 61. O assunto foi exaustivamente debatido, segundo Caio Prado Junior, pelo autor da "Política Exterior do Brasil" — Calogeras "Formação do Brasil Contemporâneo", 81. Garcia Junior, comentando a "História do Brasil" de João Armitage não reconhece procedente a versão de que o Brasil tenha sido colonizado, exclusivamente, por degradados e gente infamada. E justifica, o seu ponto de vista às pag. 236 e 237.

Euclides da Cunha, enaltecendo os bandeirantes, observa que eram os mesmos degradados vindos para todas as Capitánias: sobre os do sul, como de S. Vicente, atuava beneficentemente o clima. "Os sertões", pag. 81.

Sobre a insubordinação em que viviam os degradados; Hermann Watjin, "O Dominio Colonial Holandez no Brasil", 88.

(*) "História do Brasil" por João Armitage nota 110..

12) Fr. Luiz da Souza, apud. Pedro Calmon, "História" cit. I, 194.

Na volta é que foi surpreendido com a destruição de grande parte de sua obra, e encontrou comprometido o que construira e deixara.

Ainda tentou ir novamente à metrópole em busca de novos recursos. Não o conseguindo, peregrinou pelo norte da costa, até Pernambuco, à procura de novos elementos para o trabalho.

Os "Documentos Históricos" (13) registram remessas que, nessa ocasião, obteve, de armas e munições. As primeiras foram mandadas entregá-lhe na cidade do Salvador, em 1550; as segundas, recebeu-as, no ano seguinte, o Feitor e Almoxarife desta donatária. Embora destinadas à própria defesa da Capitania e conquista, ser-lhe-iam descontadas da redizima, que percebia, de todas as rendas...

Pela mesma redizima se lhe mandou descontar mais, na mesma época, a quantia de 1.436 réis, que ficara devendo ao defunto Feitor; assim como 8.000 réis que, em 1549, recebera de um particular, pelo embarque, no Espírito Santo, de escravos e mercadorias. (14)

Eram responsabilidades que, em nome da Corôa, se lhe lançavam nos ombros cansados, juntamente com o débito das armas indispensáveis à penosa defesa da colônia. Assim era resolvido no momento atribuído em que, de sua Capitania, voltava sem efeito o alvará de 1552, pelo qual se havia mandado cobrar, pelo produto dos dízimos, uma nova contribuição de 8.500 réis, para patrimônio do Bispado. A escassa renda não permitia atender a mais essa cobrança; tendo o Provedor excluído, desde logo, do referido tributo os dízimos de açúcar, mandioca e peixe em todas as Capitânicas, dessa excepcional vantagem, não gosou, entretanto, o alodão do Espírito Santo: foi apenas concedida para o da Baía e Itamaracá — "por ser a principal coisa e mais grossa de que os moradores vivem", justificou a Provedoria; assim como para o arroz de S. Vicente... (15)

Quanto ao Espírito Santo, mandavam-se anotar todos os débitos e exigências para cobrança futura e maior desespero, não só do infeliz donatário, como dos pobres moradores.

Gilberto Freyre louva os dedicados Capitães-mores, como Coutinho, vítimas da política de "povoar sem onus os ermos da América", política segundo a qual, transformada a extensão das Capitânicas em chamariz de homens corajosos mas de escasso capital, deixava-se tudo na colônia, depois, à iniciativa particular. (16)

Sobriariam certamente razões a Coutinho para queixar-se em 1550, na Baía, a Duarte de Lemos, contra o abandono em que o rei deixava, no Brasil, os donatários. Esse gesto confiante motivou a leviana denúncia que aquele antigo companheiro de lutas e trabalhos apressou-se em formular contra ele. (17)

A decadência da donatária de Coutinho, todavia, impressionou, parece, a Corte, de modo a inspirar uma carta régia de 1551 concedendo isenção dos dízimos durante cinco anos, a quem viesse, à própria custa, para a Baía ou para o Espírito Santo. Procurou essa resolução favorecer, além disso, a vinda, para o Brasil, de lavradores das Ilhas, e, ao mesmo tempo, de artistas, operários e outros profissionais. (18)

13) Volumes XIII e XIV, pags. 311 e 93, respectivamente. Pedro Calmon, à pag. 195, cita ainda o vol. XXXVII, pag. 42.

14) "Documentos" cit. vol. XIV pags. 383 e 384.

15) "Documentos" citos. XIV, pags. 417 a 422.

16) Caio Prado Junior ainda recentemente acentua o que assim foi feito com os primeiros donatários de Capitânicas no Brasil: "Formação do Brasil Contemporâneo", 361, 362. — Gilberto Freire, em "Casa Grande e Senzala".

17) Pedro Calmon, "História" cit. I, 195; Rocha Pombo, cit. III, 330, e "Boletim" n.º 51 do Ministério do Trabalho, relativo a Novembro de 1938.

18) Rocha Pombo, "História" cit. III, 742.

Tivesse ou não produzido essa ordem régia o efeito desejado, certo é que Thomé de Souza, depois de ter corrido a costa em 1552, comunicou ao Rei: — “o Espírito Santo é a melhor Capitania (afirmou o mesmo da de Ilheus) e mais abastada que há nesta costa; mas está tão perdida como o capitão dela que é Vasco Fernandes Coutinho; eu o provi o melhor que pude, mas V. S. deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se venha para ela, e isto com brevidade”. (19)

Em 1554 Pero de Goes, escrevendo para Portugal, descrevia esta Capitania — “Quasi perdida com discordias e desvarios dos homens, por não ser Vasco Fernandes nela, e ser ido não sei se lá, se onde”. Assim a vira em 1549; e como levava para a Baía o Ouvidor Geral, este “consertou tudo”. (20)

A custa de Vasco Fernandes Coutinho, que lhe deu para isso algumas embarcações, poute por sua vez arruinado e desgostoso — voltar Pero de Goes à Lisboa, segundo mostra Julio Feydit, na “História dos Campos dos Goytacazes”.

Quando procuramos saber o que mais teria comprometido a obra colonizadora de Vasco Fernandes Coutinho e de outros donatários, avulta muito significativamente a seguinte observação que Nóbrega registrou, em carta de 5 de Junho de 1559, a propósito da prática, ensinada pelos cristãos aos índios, de furtarem companheiros e vendê-los, depois, como escravos: — “êsse costume, mais que em nenhuma Capitania, achei no Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes; e, por haver ali mais disso, se tinha por melhor Capitania”. Um ano antes, Fernão de Sá, filho do Governador Geral, enviado por este para combater os índios alevantados no Espírito Santo, morrêra-lhes às mãos, trucidado, no Cricaré.

Dos filhos do primeiro donatário do Espírito Santo, um, Jorge de Mello, tivera, pelo menos, trafegando uma não de açúcar; e outro de nome identico ao do Pai, conseguiu, parece, enriquecer. A ambos refere-se Pero Calmon, sendo de supor que o segundo fôsse o bastardo de Ana Vaz, casado com D. Luiza Grimaldi, a quem, por morte do primeiro, coube o governo da Capitania. (21)

Coutinho, como os outros donatários, recebeu dez leguas de terra, dadas em quatro ou cinco trechos da Capitania, de juro e herdade, isto é, isentas de foro e livres de tributos, salvo o dizimo a Deus. Os termos dessa doação especial fizeram Rocha Pombo admitir, na outorga das Capitánias, um quasi usufruto. E Coutinho usou dessa mercê, como todos sabem, quando doou em fatiota, a Duarte de Lemos, a ilha ou lezíria de S. Antonio. Assim fazendo, abriu mão, em favor desse companheiro, do privilégio que lhe cabia, como donatário da Capitania, de erguer e posuir moendas de agua ou quaisquer outros engenhos: deu-lhe licença, como estava autorizado a outorgar, para “fazer e mandar fazer um engenho no Rio das Roças Velhas, defronte da dita ilha”, sem pagar mais foro dêle, nem outro tributo ou pensão — que um bom pão de açúcar cada ano, pesando quatro arratéis...

Ora, segundo observou Afonso Arinos, citado por Luiz Amaral, antigamente os pães de açúcar (cada um tinha geralmente pouco mais de 2 kos, eram arrolados como bens preciosos, até em tesouros e testamentos reais. (23)

19) Pedro Calmon, “História” cit. I, 220.

20) Vide nota 17.

21) Pedro Calmon cit. I, 194, 196, 223 e 437.

22) Rocha Pombo obra cit. III, pag. 135; “Publicações do Archivo Nacional” volume XXVII, pag. 7.

23) “História” cit. da Agricultura II, 62; Caio Prado Junior, “Formação do Brasil Contemporâneo”, 22.

Não se poderia dizer que assim sucedesse somente na Europa; a exportação constante do produto valorizava-o na colônia, embora o açúcar do Espírito Santo fôsse de preço inferior, porque não muito bom, devido à ignorância dos oficiais desse fabrico. Mesmo assim, cedo funcionavam no Espírito Santo, cinco engenhos de água e dois movidos a cavalo, os quais produziam cerca de mil arrobas. Quatro haviam sido, desde logo, instalados em Vila-Velha. (24)

O donatário, na peregrinação pelo norte, quando procurou voltar ao Reino ou atrair, para sua Capitania, novos elementos de trabalhos, sofreu, como todos sabem, a afronta que D. Duarte da Costa assim descreveu ao Rei em carta de 20 de Maio de 1555: — “Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui velho e pobre e cansado, bem injuriado do Bispo (era D. Fernandes Sardinha), porque em Fernambuco lhe tolheu cadeira d’espaldar na igreja e apregoar por excomungado, de mistura com os homens baixos, por beber fumo, segundo mo êle disse”... Viciado, alegava que já não podia viver sem o fumo — “uma mesinha que, nesta terra, sarava os homens e as alimárias” — informou logo D. Duarte.

.....Beber fumo significava apenas fumar, observa Pedro Calmon, que recorda ser essa expressão usada também por Antonil. (25)

A Anua jesuitica de 1585, aludiu — “au uso da herva pitima (tabaco), seus efeitos espasmódicos e à embriaguez que se seguia às santidades”. Com essa expressão, a mesma Anua vinha condenando antigas práticas abusivas.

O vício tornou-se logo tão apreciado que se fumava mesmo até no interior das igrejas, prática proibida por Urbano 8.º, papa em 1623, e por Inocência X.

Umas interessantes instruções do Padre Francisco de Mattos, Provincial dos Jesuítas de 1697 a 1702, vedando os habitos de fumar e até mesmo de tomar chocolate, mostram como era grande a prevenção contra o primeiro, ainda no fim do segundo século da colonização: “proibiu e ordenou que se zelasse muito esta proibição do uso do tabaco de fumo, nem ainda por medicina habitual e continuada; e, muito mais, que para isso se não pedisse aos medicos a sua aprovação, bastando a applicação deste remedio a algum caso singular e urgente. E deu também por ilícita a retenção dos ingredientes para o tabaco”. (26)

O vício que levára Vasco Fernandes à excomunhão, introduzira-se, depois, como se vê, até nos costumes dos próprios jesuítas!...

Rocha Pombo critica os que, como Varnhagem, deduziram, daquela expressão quinhentista, que Coutinho entregára-se, por último, ao vício de bebidas espirituosas, “coisa que não vimos — assevera — em crônica alguma, nem mesmo em qualquer dos outros documentos que compulsamos”. E após relatar também o ultraje do Bispo, em consequência do donatário beber fumo, acrescenta: — “Mas, por mais que pesquisassemos, não encontramos, nem nas cartas dos primeiros missionários, coisa alguma em que se possa fundar increpações tão graves ao carater de Coutinho”. (27).

“Mui velho é mui cercado de doenças”, o donatário do Espírito Santo escreveu de Ilheus, onde se achava em 1558, o seguinte a Men de Sá, a propósito da donataria: — “queira chegar ao Reino, se Deus for servido e a declarar-me com a minha fortuna e ver se posso achar quem a povoe e fazer algum partido ou vender”. Preocupava-o vê-la despovoada, deserta e desamparada. (28)

24) Pero Calmon, obra cit. I, 192 e 193; Pe. Serafim Leite, “História da Companhia de Jesus”.

25) “História” cit. I, pag. 195.

26) “História da Companhia de Jesus”, pelo Pe. Serafim Leite, pag. 23 e 421.

27) “História” cit. III, pag. 223; mas às pag. 234 e 235 insiste no exagero errado da penúria.

28) “História da Colonização Portuguesa” III, 382 e 383.

Diante dos termos dessa carta, aquele Governador logo propoz que o Rei tomasse a terra de Coutinho. Escrevendo da cidade do Salvador, sugeriu mais o seguinte: — “dar aos homens ricos que para cá querem vir as honras que pedem e embarcação; e mandar alguns a esta Capitania, outros ao Espírito Santo; e conceder privilégios, de novo, ainda que esteem já no foral aos que cá quiserem vir”. E acrescentou, esperançoso: — “eu irei assentar outra cidade lá; e me parece que com a ajuda de Deus que em pouco tempo a hei de fazer tal como esta do Salvador. (29)

Pouco antes de falecer, Vasco Fernandes Coutinho renunciou, em 1560, a Capitania, fazendo-o mediante procuração ao Ouvidor, deliberação a que não foram alheios os Jesuítas.(**) Foi substituído no governo, depois de consultado o povo, por Belchior de Azeredo. Trazido para o Espírito Santo por aquele, de quem fôra secretário, Belchior, que se tornou um abastado fazendeiro, servira também de Administrador da Justiça(*)

A leitura apressada e nem sempre atenta aos codices e crônicas tem, injustamente, enegrecido ainda mais a pobreza e decadência do animoso donatário.

Todo o exagero impressionante da miséria de seus últimos dias, tantas vezes repetido, provem da leitura, nessas condições, da seguinte consideração escrita, quasi um século depois, por Fr. Vicente do Salvador: — “Acabou tão pobremente que chegou a lhe darem de comer pro amor de Deus; e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem”... (30)

O preconceito contra o trabalho considerado aviltante e, por isso, deixado aos escravos e indígenas, quando os reinos desprezavam mesmo o cultivo da terra, buscando apenas o privilégio do comércio e das funções públicas, arrastou sempre muitos fidalgos à indigência — acentua Caio Prado Junior.

O infeliz donatário, que se pretende fazer supor como não tendo ao falecer, em 1561 um lençol sequer a amortalhá-lo, veio morrer no Espírito Santo, e foi sepultado na Misericórdia. Certificando em 1682 os principais serviços de Francisco Gil de Araujo, no Espírito Santo, em manuscrito original que Alberto Lamego nos permitiu examinar, datado e autenticado de Vitória, o Provedor afirmou, entretanto, o seguinte: — “a casa da Misericórdia,(**) que não se viam mais que os vestígios, mandou V. S. levantar ficando perfeita; aqui mandou V. S. dar sepultura decente aos ossos do primeiro donatário, Vasco Coutinho, que, soterrados em hua arca, ainda se conservam reliquias dele”.(31)

ARCA, lê-se no Dicionário de Moraes, era CAIXÃO, ATAÚDE, ONDE VAI O CADÁVER PARA A SEPULTURA.

29) “Anaes da Biblioteca Nacional” XXVII, pags. 225 e 226; Transcrita também por Felisbello Freire, “História Territorial” I, 370.

30) Apud. Pedro Calmon, “História” cit. I, 196.

31) Manuscrito reproduzido no vol. I de “A Terra Goitacá”, e no n.º II da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo” pag. 114 a 118.

(*) Pedro Calmon, “História” cit. 114 a 118.

(**) Padre Serafim Leite, História da Companhia I, 214.

(***) Ha ainda a notar que se supõe a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo uma das mais antigas do Brasil. Ora, a esses estabelecimentos cabia, entre outros humanitários encargos, o dever de enterrar os defuntos pobres — “dando-lhes mortalha, quando não a tem”, segundo a certidão de 1687, reproduzida por Albº. Lamego à pags. 451 a 456, do vol. IV de “A Terra Goitacá”.

A BAIÁ DA VITÓRIA NA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

FRANCISCO CLÍMACO FEU ROSA

Imagem de Deus ou unidade-íman de todos os bens, o homem sofre sempre a ação profunda do meio onde tem a vida. E a vida é a prática e a prática é a natureza que é liberal, mas o homem é da Escola Econômica de Colbert e de Cromwell. A Inglaterra, pátria dos corações mais poéticos do Mundo, teve o célebre *act of navigation* e o monopólio da indústria fabril de tecidos, não tem algodão nem vive sem o bife do Continente; **Uncle Sam** gosta de café e chocolate do Brasil e o Brasileiro tem paixão pelos automóveis à gasolina, pelas máquinas e adornos que vêm da América do Norte. E assim é o viver... A interdependência é a vida das nações; autosuficiência absoluta é mentira do nacional-socialismo. A verdade econômica pende naturalmente para a lição clara e simples do culto industrial doutor Robertq Simonsen: "O alimento, o vestuário e a habitação são elementos fundamentais da subsistência humana; uma vez assegurados, as sobras vão constituindo os fatores do progresso". E admirável é a sentença do saudoso sociólogo Victor Viana: "Dantes ia-se comprar o que se precisava; agora vae-se vender o que se produz".

Produzir é criar utilidades. A zona da baía da Vitória, bem diferente das diversas da União Brasileira, é o MEIO — condições geográfica, fisiológica, social, geológica ou trabalhosa — onde se fez uma fusão ou caldeamento para sair o núcleo de produtores que já firmou uma grânica base da Economia Brasileira.

Donde a preferência do palestrante para escolher a Baía da Vitória na História Econômica do Brasil quando na História do Espírito Santo há tantos fatos cheios de ensinamentos úteis ao brasileiro! Esmiuçar os antigos transportes fluviais no rio Managé, no Tapemirim talvez Santa Catarina dos Mós, revolvendo as viagens norteamericanas ali apos a **guerra de secessão**, como já fez o ilustre historiador Afonso de Taunay ou reviver as lendas da baía da Vitória, contando como os corsários holandeses viram **barulhentos** batalhões e havia cabras e tantos cabritos fugitivos nas pastagens da Cidade Alta! Narrar nobres bravuras do escrivão — tenente-coronel Barbosa Brandão ou do "**Chico Princeza**" na guerra do Paraguai e a admirável calma de Antônio Cláudio Soido demonstrando farto conhecimento da língua ingleza para nas horas claras dos dias guerreiros no Prata, traduzir O **Corsário** de Byron! Ou sentir a alegria dos peróas pela rua da Capelinha (cel. Monjardim da Vitória de hoje), atravessando o Palame sem perceber o peso da Santa Imagem aos ombros, recebida por um glorioso repicar de sinos lá pelos lados do Rosário! Reconstituir fatos da Justiça de S. Pedro do Itabapoana gloriando os fazen-

deiros do antigo distrito de S. José do Calçado! Ou recordar a vida de fastos e de escravos dos senhores de engenho às margens do Cricaré jantando, à moda gaucha de Pelotas, em lindas baixelas de prata portuguesa!

Esgaravatar carinhosamente a narração tradicional das cambiantes plumagens, dos arcos velhos, das feias flexas, das brilhantes conchas e das folhas escuras penduradas em cipós extendidos nas paredes da cela altar onde morreu o padre Anchieta ou syndicar a vida dos parentes de Bem-Bem na rua das Flôres hoje Dionísio Rezende desta Capital!

Taivêz tudo isso mais próprio, mais agradável para uma palestra, taivêz mais risonha e leve! Mas, tudo isso nada seria sem o valor que teve o habitante da zona baiana da Vitória na História Econômica do Brasil. Ele — o capixaba de todos os tempos — é, agitando e conquistando a terra, talvez o maior produtor brasileiro a quem muito serviu, serve e há de servir a Baía da Vitória; daí minha preferência. E hoje ainda mais, sobretudo quando se trata de organizar a Economia Mundial após a guerra totalitária para se evitar o desastre que se está ainda sentindo por causa do tratado de Versalhes. Dificilimo é mesmo o plano. Deus há de iluminar os homens na Organização.

De fato, a complexidade econômica do caos levantado pela guerra da Alemanha Hitlerista baralhou ideologias políticas mais diversas, fundiu conceitos mais estapafúrdios, criou situações que põem o estudioso de Política ou de Economia em dificuldade para descobrir os planos e as organizações como as pontas do nó-górdio na Frigia para dominar a Asia. A Espada de Alexandre, cortando-o, indicou a forma do domínio asiático; a História e a Ciência Econômica hão de resolver os tais planejamentos ainda quando a Espada Liberal, daqui há poucos meses trará os suspirados encantos da paz a todos corações humanos.

E para solução de tais problemas que afirmo merecer a História Econômica da Zona Espiritossantense da União Brasileira um estudo minucioso e destacado pelos generais da Sociologia e da Economia afirm de que se tirem planos ou projetos que mui sirvam à felicidade do Brasil e à prosperidade dos Povos Cultos na próxima organização econômica *post-bellum*. Basta folhear as úteis páginas de nossa História para se ver tudo o melhor do que eu. Nelas se encontram seguras preciosidades para iluminar a paz do Futuro ou gizar perspectivas econômicas de engrandecer cada vez mais o Brasil.

Desculpae bondosos ouvintes o palestrante; ele foi chamado neste mês: é uma sentinela brasileira, escalada para o presente posto por uma pleiade de leais amigos do Progresso; vem cumprir um dever de soldado; desculpae, é trabalho de soldado em cujas veias estua o patriotismo construtor.

FATALIDADE GEOGRAFICA

Sendo um braço do Atlântico, a Baía da Vitória, por entre as colunas de Hércules, cinge as águas que banham o berço do Comércio, formando lá anfractuosidades tão semelhantes às daqui. É u'a maravilha das águas; é franca, larga, encantadora; tem ladeando sua barra, como guardas aduaneiros, o Moreno, alto de 178 metros, a Penha das Palmeiras de 125 metros, sinaleira da Fé, é, mais um pouco longe, tal uma fortaleza de atrevidas bocas de fogo, o Mestre-Alvaro de 380 metros e, já no centro dentro de seus belos apartamentos de verdura, o Jucutuquara, o Penedo, o Campinho, o do Bastos, o Capuaba, o de Argôla e a Pedra d'Água e outros. Em comprimento tem acerca de 10 quilômetros e em calado médio nove metros; na margem norte, a ilha de Vitória, ou hoje esta nobre capital anfiteatrica, encostada no rico verde dos montes e na sul, fica o continente tendo o antigo Forte S. Francisco Xavier, hoje Quartel do 3.º Batalhão em Piratininga, e pouco para o Oeste em baixo do Outeiro do

Convento, em uma pitoresca enseada, a altiva Vila-Velha com o sarcófago do donatário Vasco Fernandes Coutinho. É glória da produtiva linha sinuosa do mar, em plano salpicado de inúmeras ilhotas, sendo umas de luxuriante vegetação, emoldurada de altas e lindas pedras tapetadas de verdura e espaçadas aqui ou ali de formosas abras de areias radiativas e brilhantes. Já altaneiramente lavou todo o mangal entre os Morros da Misericórdia e da Cidade Alta e os sopés das colinas do Carmo e do S. Francisco; higienizou os fundos do casario feio, perto da Ladeira do Pelourinho (Ladeira Maria Ortiz), embelezado com a retirada dos conhecidíssimos caixões pela estética do Governador Rubim e, pelas noites de luar, nas suas prateadas águas, refletiam as sombras das raras e rústicas habitações ao lado do caminho que, costeando o Morro da Capixaba (Molundú, Vigia e rua Cristovam Colombo) ia dar ao comprido e formoso terraço de terras vermelhas, sustentado em colunas de gneiss, debruçado nela, fronteiro ao Penedo, onde o homem, em dias límpidos, ontem como hoje, vê deslumbrante panorama de luzes do sol derramando raios de ouro de manhã sobre a barra e, de tarde, sobre o porto de Vitória. É a apoteose da arte do Criador, o mais edificante espetáculo da Natureza que é dado ao homem observar! É o glorioso Éden de que fala Byron: Nada há mais sublime na natureza fator de Produção: ouro e verdura na Aurora, ouro e verdura no arrebol... É marco — indicador à inteligência do homem. Talvez isso, pesquisado fóra da barra, como um carroiro glorioso de fulgurantes luzes, levasse a "Santa Glória" de Vasco Fernandes Coutinho, com poucas dezenas de representantes do Trabalho Civilizado e com Capital representado por machados e sementes, fouce e enxadas, vir parar na baía da Vitória.

A fatalidade geográfica trouxe o trabalho do Civilizado à zona da baía da Vitória, já ocupada pelo índio bárbaro. Estabeleceu-se a luta entre a civilização do ferro e a da pedra polida pela posse da ubertosa base de Economia. O gentio tinha lá suas razões... A baía da Vitória devia ser muito rica de peixes e de mariscos no século 16, como ainda o é no século em que nos achamos. Viaje-se em canôa daqui ao porto do rio Una da cidade da Serra, como fez o imortal literato Augusto de Lima, nos primórdios da República, há de serem vistas grandes caieiras sem falar nos sambaquis pre-colombianos de Concha-d'ostra.

De uma vés entre outras, transitava eu da Serra para aqui, em 1909; do Una para o porto das Pedras, lugar quase na desembocadura do rio Santa Maria no Lamarão da baía, onde meu honrado pae, pequeno comerciante da Serra, teve necessidade de mandar parar a canôa movida a remos para se avençar no preço de umas sacas de farinha mandioca, já recebidas, com o dono de u'a tosca casa, bem alva da recente caiação, com os esteios da frente dentro d'água. Achei esquisita aquela casa semi-lacustre. Procurei tirar conversas com o dono, alcunhado pelos barqueiros, de **Miguel-sem-Pescoço**. Era um homem robusto, de feições vermelhas, cabeça de nortista, olhos esverdeados, em folgada camisa branca de algodãozinho grosso, desabotoada, ante a quase mínima diferença entre o largo tronco e a cabeça. Então, o "**Sem-Pescoço**" me explicou ser o feitiço da casa assim dentro d'água para facilitar a atracação das pranchas da cidade do Porto de Cachoeiro (Santa Leopoldina) das quais havia muitas em tráfico de café, e, às véses, devido ao Vento Sul, na travessia do **Lamarão**, ficarem elas arribadas, um ou dois dias no porto de seu **negócio** onde os barqueiros comiam sobretudo **carapêbas** e se distraíam tantas vezes no jogo do Caipira ou bisca. Contou-me o divertimento na pesca por tarrafa nas bocas do Santa Maria e falou-me, em tom circunspecto, que, certas épocas, ao iniciar a enchente da maré, as carapêbas, talvez acossadas por peixes maiores, saltavam para dentro do balcão; neste interim, um **mestre-de-canoa**, no meio de uns dez barqueiros, também me disse que já havia saboreado boas moquecas, no "Juvencio" e aqui, de patibús (tainhas) que voavam dentro da prancha quando êle navegava na travessia do **Lamarão**.

entre a entrada do Santa Maria e a Ilha das Caieiras. As fozes do Goia-beira, do Aribiri, do Canal-Marinho, do Cariacica, do Tanguá e do sonolento riacho da Costa do qual, lá do Outeiro do Convento da Penhã, se vê a pitoresca sinuosidade coleante, são ricas de peixes e de mariscos.

Ante a super-abundância de alimento aqui na baía, de que a pesca pelos gentios se podia chamar, sem favor, de **CATA**, tal como ainda hoje se faz com o goiamum (carangueijo) em Carapebús e Alecrim deste Município. Razão havia de sobra na renhida luta para não se perder o **rico ponto piscoso**. De fato, a luta foi atrás e durável ao longo da Baía. Custou bem caro a posse do Civilizado que afinal saiu **vitorioso**. Daí nasceram as primeiras obras para porto na formosa baía; daí os aterros, pontes e cais nesta cidade e em Vila-Velha avançando-se nas terras banhadas pelo mar, arrazando as curvas da Natureza fecunda para tornar tudo retilíneo, tudo nivelado, levantando-se cais ou muralhas, bairros ou arranha-céus, cada vés se aumenta a conquista no leito da baía; e, assim o desenvolvimento fôr contínuo, ter-se-á aqui uma nova Holanda com a diferença de que o holandês mora do dique para baixo e o capixaba do dique para cima. E para isso vieram vários estudos da baía. Sem **práticos**, os grandes navios nela não entram. Da engenharia de Luchez e Fonseca, em 1863, saiu uma carta da barra e da baía, que era rápido bosquejo; Cesar Rainville e Lebin Cernadak prestaram grandes serviços para desobstrução em 1875, quando o governo imperial mandou o primeiro capitão do Porto de Vitória. Dos importantes trabalhos de Milhor Roberts em 1881 e da competência de Alfredo Lisboa em 1896 e de outros ilustres de nossos tempos, organiza-se o porto de Vitória.

Na verdade, das pedras soltas e das limoas, das pontes de pau para atracação de embarcações, vieram os cais **Grande** "onde atracam as sumacas", do Santíssimo, da Batalha, dos Jesuitas ou **Porto dos Padres**, das **Colunas**, depois do **Imperador** da Imperatriz afinal **Eden Parque** onde tanto me diverti e donde tantas vezes embarquei nas lanchas de Vila Velha nos inesquecíveis tempos ginasiais — até os **NOVECENTOS E TRINTA METROS DE MURALHA** acostável, que coloca em extensão no décimo lugar entre os brasileiros, a **gigantesca ponte** de cimento armado sobre a formosa baía ligando a Ilha ao Continente e as grandiosas obras do atual **porto de minério** no granítico Capuaba que os catraeiros chamavam Atalaia (antigo posto sinaleiro) e os operários espirituosamente de **Pela-Macaco** devido às dificuldades do trabalho em abrupta pedreira junto às águas da baía, tal uma faleja de Hawaii.

O HABITANTE DA ZONA DA BAÍA DA VITÓRIA NA UNIÃO BRASILEIRA

O capixaba é tipo completamente distinto do gaúcho e do sertanejo, seja branco ou mulato, cafuzo ou caboclo, tenha nascido ou venha morar nesta zona onde deve ter profissão habitual. A zona da Baía da Vitória é bem destacada das várias da União Brasileira.

A economia fechada de quase três séculos (da chegada do "Santa Glória" em 1535 à autonomia administrativa pelo imperial decreto de 13 de setembro de 1810); a prolongada luta entre as Civilizações para a posse do **Ponto de Alimentação** quase cata) até 1811, dentro de uma zona já atamancadamente descrita e diferente das outras; os profiados e instantaneos rebates aos corsários ou piratas estrangeiros de que iguais não houve na Costa Brasileira com a permanência de holandeses em Pernambuco e Baía, franceses no Rio e Maranhão; e ainda muitos outros fatores desconhecidos por mim, talvez oriundos da Fé ou da rude educação; tudo isso afinal, forma o **tipo capixaba** de caracteres próprios e bem sabidos por

nós todos aqui, cuja descendência fica na **Falange dos Maiores Produtores do Brasil**, lobejamente provada pela Estatística.

Para falar isso assim, é sempre bem ouvir os mestres.

O insigne economista Buchner ensinou:

"O homem é o que come"

Escreve Silvio Romero, o grande filósofo:

"O homem tem a feição do meio que habita, asseveram todos e é verdade."

Spengler: **"Uma raça não se transporta de um continente a outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico"...**

Franz Eder: **"De meio bioquímico, talvez mais do que o físico"...**

Clark Wissler: **"Vai adquirindo cada vez maior importância o estudo sob o critério da bioquímica, das modificações apresentadas pelos descendentes dos imigrantes em clima ou meio novo, rápidas alterações, parecendo resultar da maior iodina que contenha o ambiente. A iodina agiria sobre as secreções da glandula tiroide. E o sistema de alimentação teria uma importância considerável na diferenciação dos traços físicos e morais dos descendentes de imigrantes"**.

Verdadeiramente nosso progresso econômico, nosso trabalho produtivo para exportação só começou em 1810 após fusão das raças. É que o habitante do Espírito Santo é o trabalhador cujos frutos só aparecem dentro da liberdade criadora, ainda que o esaldeamento se dera entre todas as angustias e sortes de guerra!

Eis o tipo capixaba de que o saudoso e ilustre ministro do Supremo Tribunal Federal Heitor de Souza disse: ... **"uma raça em que sobrelevam a vocação laboriosa, ordeira e liberal, o pendor acentuado para as atividades honestas e úteis e os atributos mais nobres da inteligência, do caráter e do coração"**.

RÁPIDOS TRAÇOS DA HISTÓRIA INDUSTRIAL CAPIXABA

Se industria, ensina Ciccone, é Capital ajudando o Trabalho, também não deixa ela de ser o exercício conjugado dos elementos da Produção, sempre o Homem agitando a Natureza. J. B. Say a divide em três classes: **extrativas, manufatureiras e comerciais**. Entre muitos a dividi-la, salienta-se, no relêvo lógico, o que fez Cauwés: **indústria de produtos não acabados — indústria util à produção — indústria de produtos entregues ao consumo de goso**.

Como Capital, riqueza ou Trabalho acumulado, sempre serviu para instrumento de Trabalho na Produção, Wagemann, acerca de trinta anos passados, classificou o Espírito Santo **"zona francamente acapitalista"**, isto é, de fraca densidade de população, emprego quase insignificante de meios mecânicos, percentagem mínima de mão de obra industrial, tráfego comercial reduzido etc. etc. e Gaston Leduc, *há oito anos*, viu **"não ser difícil o testemunho de uma evolução para uma situação, pelo menos, semi-capitalista, baseada quase exclusivamente na agricultura"**.

Entretanto, a história nos mostra ter a indústria do Espírito Santo começado às margens da **Baía da Vitória** dentro de uma morfologia econômica fechada, pelo do que define Buchner para os primórdios da Civilização. A carpintaria, em 1535, fazia, na **zona capixaba**, habitações ou casebres, templos e quarteis de esteios de pau roliço coberto de palha e paredes de folhas ou taipas sob a traição das flexas e fumaça da pólvora.

Nóbrega, em carta de 9 de agosto de 1549, apelava para o coração da mulher de Portugal pedindo roupas para as índias: — “porque não parecia honesto estarem elas nuas entre cristãos numa igreja e quando as ensinamos”. Estes termos expressos pelo virtuoso padre Nóbrega têm grande valor sobretudo se tivermos em conta o regime econômico dos índios, regime em que recaíam sobre os ombros da mulher todos os trabalhos agrícolas além dos domésticos. Era, pois, uma vitória para o catequista dizer, afirma o culto padre Serafim Leite, “os índios convertidos trabalham já toda semana; dantes só as mulheres”. Os jesuítas, que ensinavam aos índios honrosos mestres, primeiras letras, doutrina cristã, tinham um tear na aldeia de S. Paulo na Capitania da Bahia e, em 1562, escreviam da Capitania do Espírito Santo nesta cidade: Nesta Casa se criam uns moços dos da Bahia, os quais os padres casaram com moças dos índios e deles aprenderam a tecelões e as mulheres fiar e alfaiatas e ganham sua vida ao modo dos brancos, que é cousa para estimar”. Bom é saber, na falta de matéria prima, como era a indústria de alpercatas sob direção do fervoroso José de Anchieta: “já ao campo traziam certos cardos ou caragatás bravos, lançavam-nos nágua por uns 15 ou 20 dias até que apodreciam: destes tiravam estrigas grandes como de linho e rijas que o linho”.

O que se vê é a direção para a indústria têxtil. Essa tecelagem manual, que o inglês Cartwright, no último quartel do século 18, mecanizou, para fabricação de panos que cobrissem o corpo. Eis o problema econômico criado pelo cristão civilizado. Daí as plantações de algodão e a arte manual de fiar e tecer.

Em carta de 10 de agosto de 1562 dizia o padre Braz Loureiro: “não virem aqui navios do Reino por não haver aqui ENGENHOS DE AÇÚCAR, deixam os padres de dizer missa por falta de vinho”, embora, em 1559, o padre Nóbrega achasse triste a prática aqui de “os índios se furtarem a si mesmos e venderem-se por escravos”. Não deixa de ser interessante sobrepassar agora que o escravo-índio ou negro era vulgarmente chamado *peça*, peça viva de trabalho, instrumento ou capital para trabalho.

Com auxílio de Mem de Sá na luta contra o gentio e os prodígios da urbetosa terra, a Capitania de Coutinho vive melhores dias quando Tourinho, vê esmeraldas na zona do Rio Doce que o Cão, mata-negros, pouco depois, explora indo parar na Baía.

Pero de Guimarães Gandavo calculava a população do Brasil em 1576 em 17.100 habitantes ou 3.420 fogos ou vizinhos, sendo a Capitania do Espírito Santo de 900 habitantes ou 100 fogos.

Assim, na classificação das capitanias ela ficava em 11.º lugar em 1582, e o padre Fernando Cardim informou em 1590, que era rica em gado e algodão com seis engenhos de açúcar, muitas madeiras de cedro e paus de bálsamo tendo Vitória 150 vizinhos (casas do povoado) em chamando esta baía “rio formoso que lhe corre junto (à Vitória)”. O ensaio do comércio de exportação de açúcar e pau brasil com os navios flamengos, no governo geral de Diogo Botelho, é logo proibido.

Da riqueza da Vitória, a notícia correu; os piratas lá se moviam. Ainda não se saiu da luta com o aborígene bravo; já se precisou construir fortalezas e fazer fogueiras nos topos dos outeiros; as vigílias, tantas vezes noturnas, se impunham como o meio de não se perder o capital adquirido, quando a idéia de enricar ontem era tão dominante como hoje. E, rebateu-se, como relâmpagos do céu tempestuoso, durante um quartel de século, a ousadia do francês, do inglês e do holandês, quer com a fé, quer com o arcabuz, quer com a água de esfolar.

Mas, o ouro, ainda no sub-solo, facina e a tal peça de trabalho (de que já se sabe) entram nos escambos e a crise econômica esboça-se, em 1649, com a proibição do fabrico de aguardente, ainda que Marcos de Azevedo sonhando com as esmeraldas de Itaguassú, fizesse o paulista Agostinho Bezerra, em 1666, parar aqui, donde escreveu pedindo mantimentos “pelos não haver na Capitania do Espírito Santo”.

Era o resultado da fábula do Moreyra na colonia para calçar as ruas de Madrid; eram as primeiras bandeiras; era a impossibilidade de ser aproveitado o sub-produto da cana com o restabelecimento do Tribunal de Relação na Capitania da Bahia que justificava rigorosamente aquele que se atrevesse fabricar hidromel ou aguardente. A *Cia. do Comércio* monopolizava a venda de bacalhau, vinho, azeite. Nada rendia a Capitania para o donatário; a Fazenda Real sequestrava dois grandes engenhos, o do Monsanto e o de Grigorio de Tavora que fabricavam 650 arrobas de açúcar branco e 500 de mascavo, e a Metrópole impunha, por carta régia, de 1662, o donativo de mil cruzeiros para a paz de Holanda e dote da infantia. O estado econômico é cada vez mais grave, daí o donatário Antonio Luiz Gonzaga da Camara Coutinho vender a Capitania, em 1674, ao fazendeiro da Bahia cel. Francisco Gil de Araujo por 40.000 cruzados Convém lembrar, entre parenteses, que o **cruzado** era moeda de ouro no valor de Cr\$ 0,40, depois de prata e afinal de níquel; o tostão era de prata depois de níquel, valia Cr\$ 0,10; o vintem de cobre valendo vinte réis ou Cr\$ 0,02 e o **cinquinho** de cobre igual a Cr\$ 0,005 ou cinco réis, a oitava de ouro era de 3,8 de grama, a arroba de 14,6 Kl. (quilogramas)

O senhor de engenhos tinha sua economia emperreada por tanto tempo. Fundou uma vila sobre o Guaraparim e pagou pesado donativo 4.000 cruzados, consertou os templos, casa de camara, cuidou da lavoura, mandou fazer entradas para o Rio-Doce e alguma exploração, proveu o cargo de ouvidor. O certo é que do cel. Gil, o Capital surge aqui, talvez, pela fartura de ouro em Minas. Em 1593, Arzão chega aqui com 3 oitavas de ouro, vindo da Casa da Casca. Sonha-se aqui também em Castelos auríferos: Santa Maria e Castelo ainda hoje esperam sua época para aparecer, como apareceram em Itaguassú as esmeraldas de Tourinho.

Vem novo surto de corsário na Colônia do Brasil. É vedado, sob pena de morte, a vinda de outros estrangeiros e os daqui internam-se a doze léguas da costa (79 kms.). Era o medo de perder o Ouro, entretanto, D.uguay-Trouin tirava ricos despojos da Guanabara, em 1711. Antonil (pseudônimo de João Antônio Andreoni) escreveu acerca da Cultura e da Opulência do Brasil tratando do açúcar, do fumo, das minas de ouro e prata e da criação de gado, trabalho que teve sua circulação proibida por D. João V a fim de evitar a divulgação no estrangeiro. O Espírito Santo sentiu a fuga do trabalho da agricultura para a extração do ouro, furia da Metrópole contra o estrangeiro e as desavenças entre jesuitas e colonos por causa do trabalho dos selvícolas; por isso, as dificuldades econômicas assomam na zona capixaba e o donatário Cosme Rolim de Moura, em 1718, vende à Corôa Portuguesa a Capitania do fazendeiro Gil de Araujo, que passa a ser governada pelos capitães nomeados, por triênio, pelo Governador Geral da Bahia.

Oliveira Medail, esforçando-se pela colonização de S. Mateus, fomentava a agricultura; viam-se plantações de cereais mais avultadas, bem como de algodão; havia mais engenhos. Era "um progresso moroso"... Entretanto, a expulsão dos jesuitas com a liberdade imediata dos índios colonizados, trouxe uma desorganização do trabalho. É o preparo para uma nova faz que se levantou no Brasil.

Robert Southey, História do Brasil, disse: "Em meados do século 18º, passava Vitória, capital da Província, por uma das boas vilas do Brasil". E, D. Luiz Antônio de Souza, em carta de 12 de janeiro de 1768, referindo-se ao luxo dos paulistas, escreveu: "aqui os brancos vestem o melhor veludo e ninguém traz senão Olanda; tudo isso compra-se fiado ao depois estuda-se para se pagar".

Outros revezes tinham os habitantes da zona capixaba de sofrer. Em 1649, era a proibição da indústria da fabricação de aguardente; como já disse para se engrandecer os sócios da Companhia de Comércio; agora, após abençoados anos, vem, em 1785 o decreto proibindo para todo o Bra-

sil de se fabricar tecidos de algodão, seda e linho. É triste para uma fertilidade de algodoads sem ouro conhecido no sub-solo.

Silva Pontes mal chegou aqui, como governador, já traçava os marches-marches para os fazendeiros com os frugais banquetes nos cochos dos escravos... Também a lavoura tanto sentiu os exercícios militares de longa duração de que o governador Albuquerque Tovar tanto gostava. Abrem-se os portos do Brasil e pouco depois a zona da Baía da Vitória se desmembra da Capitania da Bahia, formando um governo autonomo ou tendo a mesma liberdade de ação que as outras capitânicas. Treze de setembro de 1810, data do decreto do desmembramento, é um marco glorioso na história econômica da Zona Capixaba. Ainda chegou a tempo de não se perder um patrimônio feito sob mil dificuldades. Vejamos o estado econômico encontrado por Francisco Alberto Rubim, o primeiro governador após a independência da Bahia, o qual tomou posse em 5 de outubro de 1812. É melhor ouvir os cronistas: (1811) "Alí (Vitória) não há divertimentos porque a pobreza da terra não permite".

Francisco Manoel da Cunha, na informação dada em 23 de junho de 1811, ao ministro de Estado Antônio de Araújo Azeredo, disse: "A maior parte da freguezia da Serra tem sido infestada por taes selvagens (boto-cudos) que têm chegado até Carapina, lugar que dista duas leguas da Vila-Capital e cujos habitantes se acham refugiados nela". "O rio Santa Maria igualmente foi vítima de sua ferocidade: eles postearam uma mulher ainda viva, devorando-a depois de haverem cometido outros atentados".

O governo de Rubim, tal como o decreto de 13 de setembro de 1810, é o marco visível da era feliz que começa na Zona Capixaba. Dele saem as memórias, levantam-se rudimentos estatísticos. Também é Alberto Francisco Rubim o primeiro historiador da Terra Capixaba. Vulgarizou, disse ele nas Memórias Estatísticas, em 1812 os produtos naturais de aplicação útil e introduziu as culturas de linho, canhamo, a de fava e do trigo". Havia, em 1817, nos terrenos que atualmente formam a comarca desta Capital, 55 engenhos de açúcar, talvez alguns movidos por força de animais, fora engenhocas.

Saint Hilaire que, em 1818, percorreu o Espírito Santo, escreveu:

"Era a cana de açúcar o que interessava aos agricultores e a quase totalidade dos brasileiros da região. Havia então 9 engenhos de açúcar nos arredores de Itapemirim". Adiante: "O que a região fornecia à Bahia vinha ser milho, feijão, arroz. Os mesmos gêneros se remetam ao Rio de Janeiro e além deles açúcar, madeira, algodão".

Em 1819, a população de Vitória era de 4.725 habitantes ou 945 fogos, do Espírito Santo, de 24 585 habitantes e a do Brasil calculada em 4.396 132, ainda que o mapa anexo a "O Bem da Ordem n.º 3", remetido pelo Ouvidor de Vitória ao Desembargador do Paço dê para Vitória (nome geralmente chamado ao Espírito Santo naquela época) 72.845 habitantes sendo 52.573 livres e 20.272 escravos.

Rubim ainda mandou abrir 5 estradas para o interior, procurou formozear a vila-capital, exportou as primeiras arrobas de café cultivadas na Zona do Rio Dôce (preço de Cr\$ 3.00) e recomendou a José Luiz da Costa para substituir, nos quintais de Vitória, a mamona por café. Assim se vê que antes de Rubim só se cuidava de açúcar, cereais e algodão.

Em 1821, já o Espírito Santo governado por Botelho de Vasconcelos, expõe o Anuário Histórico Brasileiro às páginas 8 e 9: "Suas (do Brasil) fábricas não providas, seus úteis trabalhos suspensos, a indústria nacional estorvada pela importação dos gêneros estrangeiros, o comércio paralisado, os impostos onerosos, o saber desprezado, o mérito esquecido, a adulação

honorificada, o excesso das despesas sobre as rendas do Estado, o militar indigente, as praças indefezas, a marinha desprovida e arruinada, as províncias oprimidas pelo poderio absoluto de seus governadores, a pátria enfim esmagada sob o despotismo, sem energia e sem forças em seu seio para sustentar a adquirida consideração fora dela, tais foram em grande parte os motivos que levarem o Brasil aos dias de independência e de glória". Província passou em 1822, com a independência do Brasil. Em 1825 as rendas públicas de Vitória não excediam de 260\$ (ou Cr\$ 260,00) e pouco depois (1827) tinha ela a população de 16 415 habitantes. Já se ia acabando com os despraiados daqui porque o Homem avançava no leito das águas da baía.

No relatório de 9 de fevereiro de 1836, Luiz d'Alencourt narrou ao Presidente da Província cel. Joaquim José de Oliveira: Eu vi que, faltado, carregavam os escravos de um engenho o açúcar em sacos para o porto de Una (Município da Serra).

Entre 1839 e 1840, segundo Alberto Torres, se deu neste Estado o paralelismo entre o açúcar e o café, isto é, descia o coeficiente de exportação de açúcar e subia o do café, ainda que a decadência do açúcar começasse em 1847 conforme relatou o Presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira.

Escreveu o ilustre historiador Afonso Tauray: "Em 1844 foi a exportação de 324 306 arrobas de açúcar, em 1891 de 456, em 1892, não houve exportação de açúcar, ao passo que o café em 1870 foi de 115.390 arrobas, em 1900 atingiu a 1.234.195". Na Presidência do Dr. Leão Velloso há "verdadeira febre no plantio do café" e aos poucos os fazendeiros vão perdendo o velho costume de plantar cana de açúcar e mandioca. A exportação direta para Europa de algodão, madeira, orquídeas em 1863 se inicia, quando Vitória já está iluminada à azeite de peixe e tem em circulação o jornal "Correio de Vitória" e seu Liceu. No recenseamento de 1872 Vitória tem 16 157 habitantes e o Estado 137 sendo 20% de negros, 6% de índios, 45% de caboclos e mulatos e 30% de brancos. Nos governos de Muniz Freire e de Jerônimo Monteiro invertem-se grandes capitais no Estado para o fomento da indústria. De 1914 a 1918 seus principais artigos de exportação eram: café, madeira, feijão, milho, areias monazíticas, farinha e suas vias de comunicação péssimas tendo pouco mais de quinhentos quilômetros de autovias em tráfego. Em 1927, bem se pode dizer, o Estado iniciou o aproveitamento do Vale do Rio Doce cuja impraticabilidade da barra transforma a Baía da Vitória no escoadouro da produção de cacau que já ia se avolumando e de outras riquezas. A exportação de cacau em 1931 foi de 178 toneladas, em 1935 de 1290, em 1940 de 1156 185.

O ilustre economista A. Lima Campos, em 1927 disse: As comunicações ainda deficientes forçam o viajante com muita frequência a lançar mão do transporte animal, que se faz então sobre burro e cavalo através de picadas longas e más". E ainda: "O valor econômico do Estado do Espírito Santo é realmente notável: com uma população relativamente pequena, consumindo pouco, ele tem uma produção que mesmo em valor absoluto lhe assegura um dos primeiros postos entre as unidades da Federação". Em 1925, o movimento de embarcação era de 1047 quando em 1930 de 1326 e 1935 de 1664, sendo assim classificado em 6.º lugar entre os Estados do Brasil. As fibras de guaxima vieram aparecer logo na sua primeira exportação anual, em 1941, com 2.300 tons. As rendas públicas do município de Vitória, que tem 213 kms. quadrados incluindo Vila Velha, Queimado e Carapina, em 1930, eram Cr\$ 1.907.317 e em 1935 de Cr\$ 2.509.123. O município de Vitória, em 1940, tinha uma população de 66.057, quando em 1920 teve 21 866 hab. sem contar Vila Velha. O movimento bancário na cidade-capital, à margem norte da baía, é grande. No fluente mês se inaugurou mais um banco para aumentar as facilidades de inversão de Capital. No Estado, este movimento era de J\$ 20.980 em 1932 e de Cr\$ 319.900 em 1941.

Também os rebanhos do Estado se têm desenvolvido bem como a criação de galináceos. Em 1927 escrevia o professor e jornalista Bernardes Sobrinho: "O Espírito Santo é o menor em população e o antepenúltimo em território revela uma capacidade de trabalho que lhe assegura do ponto de vista econômico-financeiro o sexto lugar na Federação "E em 1939 sua principal exportação consistia em café, madeira, milho, cacau, mamona, couros, mica, mandioca e areia monazita.

A baía de Vitória escoaouro preferido para a vasta extensão do Estado de Minas e do Sul da Bahia em futuro próximo já pelo porto exportou, em 1940, ferro guza 4.602 tons. e arame liso 2.050 ts. O movimento geral no porto, em 1932, era de 80 506 tons. e em 1938 de 95.731.

Agora, convém examinar a exportação, ainda que o café, como o açúcar no primeiro quartel do século passado, entre com seus 90%. Em 1936 o Estado se colocava em 3.º lugar como exportador de café e, em 1934, possuía 300 805 000 cafeeiros. Examinar a exportação no rim da 1ª. República, sem as perturbações da guerra — 1929 — é dar no caso laivos históricos (15 anos atrás)!... Compare-se a exportação do grande Estado de São Paulo, rei da indústria brasileira, de 2.098.003.000\$ com a do Espírito Santo de 183.690.000\$000 (1929) dados apresentados pelo ilustre dr. Alfredo Ellis Junior à páginas 446 do livro "A evolução Econômica Paulista". E estime-se a população de S. Paulo em 6 796 062 hs. para 1929 (dr. Ellis dá a S. Paulo em 1930 — 7.160.705 pág. 226 cit. livro), quando é de 7.230.168 em 1940; veja-se a do Espírito Santo em 1929 a estimativa é de 587.292 habis. Façam-se as operações: para o paulista 308\$708 e para o capixaba 312\$292. A diferença é de Cr\$ 4\$06 ou de Cr\$4,06 em favor do capixaba e a isso avalie-se o auxílio que teve S. Paulo com 73.530 imigrantes em 1925 e, em média, a população para o trabalho é 45% em geral. É assim bem claro e inofensável, o capixaba é o maior exportador do Brasil na estatística de 1929 — índice seguro do valor da baía de Vitória na **Economia Brasileira**.

Afinal, nestes rápidos traços, cheios de números e citações, de propósito, procurei evitar a história política e salientar o movimento econômico na ascendência e descendência das **TAIS SOBRAS**, fatores de progresso.

Procurei dar mais relêvo ao período dos capitães-móres, isto é do governo em que se dependia da Capitania da Bahia. É a fazê de economia fechada. Facilmente se vê a longa prioridade da descendência da curva econômica oriunda sobretudo da contínua guerra com os selvagens (até 1811), das ameaças dos corsários (Delch, Cavendish, Patrid, e outros, das opressões de um governo de fóra e da pouca influência da corrida de mão de obra para as minas de ouro, entretanto, as **sobras**, fatores do progresso, dos habitantes da Zona Capixaba (diferentes das várias zona, da União Brasileira) tomavam destaque ou ascendência nos pequenos claros de liberdade obtida, na administração honesta e liberal de Gil Araújo e logo nos governos após a autonomia de ação ou no *self-government* de que iam os escritores. É a única Zona Brasileira cuja história econômica prova ser a Liberdade Criadora, o maior fator de progresso.

AS RISONHAS PERSPECTIVAS DO FUTURO

A baía de Vitória é uma encantadora base granítica da Produção Nacional. O governo de Francisco Rubim a viu cercada de fortes ameaças com bocas de fogo: S. Francisco Xavier, S. João, Morro do Carmo bem como o Penedo com um argolão que tantas vezes ligava, por sobre as suas águas, grossa corrente de ferro ao Forte de S. João para não saírem os Capitais dos descendentes dos passageiros do veleiro Santa Glória. Suas águas já não beijam os sopés dos Morros onde se levantou Vitória. Não há os velhos cal, nem os lindos "despraiado" que eram as rendas de bico de encantos feminis. Os habitantes desta Zona, titans do progresso, avan-

çaram no leito das águas dando pleno domínio a linha reta. Como “a função faz o órgão”, para os enormes montões de pedras férreas, que ficam à margem norte da baía esperando os transatlânticos, já se prepara, à sul, formosa e rija fortaleza com bocas de exportação tal como nas grandes colheitas de café, quando se abarrotavam os armazens de Caratoíras, do Cais, Prado, Vivacqua, Moreira Rocha, as plataformas das Estações e outros, até um apartamento do velho quartel de milícia de paiol de exportação! A carpintaria que fez casebres e templos cobertos de palha, tem serras potentes acionadas pela energia elétrica para talhar as madeiras mais belas e aromáticas conhecidas que boiam nas águas daqui indo para fóra aformozear ricos palácios! Capixabas da Zona da Baía da Vitória! Habitantes do Espírito Santo! Produtores cujos instrumentos de trabalho têm os encantos das mãos de fada! **Atrair o Capital** para o Espírito Santo, prodígio de fertilidade o potencial de minas ainda inexploradas, organizar empresas que sejam sociedades anônimas, cooperativas, de responsabilidade, de quota, tendo natureza sobretudo agrícola; saber dizer de novo ao Capital o que já se disse em 1894 e 1910 para que Ele veja os benefícios que goza o que aqui tem ficado; explicar ao Capital como o capixaba sempre honrou os compromissos de seus antecessores, através de todas as fases de sua economia, haja visto o governo Gil de Araujo, a baía de Vitória, com os eflúvios da paz, há de ter mais movimento do que em 1936 e ver seus terenos ribeirinhos transformado em um empório mundial.

Naturalmente, quem mudou a fisionomia do Capuaba, há de ter. Capitais para mudar, no Baixo Santa Maria, aquelas planas, vastas e ubertosas varzeas entre o Toá, o Tanguí do Una da Serra, o sopé do Mestre Alvaro em louros arrozais! É a maravilha da risicultura com o abandono dos métodos rotineiros em terrenos sem iguais na fertilidade! Quem soube empregar tão bem fabulosas riquezas no Vale do Rio Doce há de fazer surgir dos grandes mananciais de turfas das terras do Baixo Jucú oleos e potenciais de energias para os engenhosos transportadores ou manufatureiras! Assim glória ainda terá amanhã a engenharia-naval dos jesuítas que abriam o Canal-Rio Marinho para o Jucú também sentir os influxos do “rio formoso” de Fernando Cardim! Quem vai buscar o minério de ferro em Cauê, há de explorar as jazidas de enxofre e mica do Mestre-Alvaro de que tanto se falava como as esmeraldas afinal encontradas em Itaguassú! Quem soube avançar no Ilêto da Baía da Vitória para construir trapiches, armazéns e arranha-céus, dentro da ciência moderna, há de mudar os extensos areiais de Vila-Velha em enormes plantações de abacaxis para exportação e ter tão saborosas frutas como Pernambuco; Quem vai terminar a pesada usina de ferro e aço, há de inverter capital, em vinte usinas de açúcar quantos eram os engenhos coloniais nas terras banhadas pelo Rio Cariacica! Quem possui ricas minas de barro tinga em Goiabeiras, em Jucutuquara e Itacibá há de acabar com a cerâmica empírica de métodos semelhantes aos dos indígenas em Sapucaia de Domingos Martins para as grandes produções de técnica moderna! Fazer das terras vertentes do Alto Santa Maria até os sertões da Santa Joana grandioso e moderno centro de laranjas e uvas com saborosos vinhos como os de Campinho! Não descuidar das belas riquezas verdes! Aproveitar as energias prateadas das cachoeiras correndo por entre as luxuosas florestas é auxiliar as fábricas e usinas para o preço barato do produto! Nossos sonhos **post-bellum**! Conservar as ótimas vias de transporte é dar fartura à Vitória de tudo! Alimentar o de fóra com o fruto de milhões de cacauzeiros do poderoso vale do Rio-Doce é cooperar com o café, com o açúcar, com as fulvas e brancas areias, com a madeira, com o arroz e produtos das fábricas no saldo da balança comercial da União Brasileira! Dar também uma tonalidade econômica às pitorescas praias de monazitas, zirconios e ilomenitas em não se esquecendo dos carregamentos delas para lastros de navios! Lembrar sempre das fibras vegetais que tão bem servem até para alpercatas! **Atrair o capital**, acabar com os processos em-

piricos ou rotineiros, eis a baía da Vitória, pela fatalidade geográfica, confirmando o vaticínio do grande economista Cícinato Braga quando disse: "todo o futuro financeiro do Brasil se erguerá sobre três pilares graníticos indestrutíveis: Vitória, Guanabara e Santos".

Mais do que falo e mais do que imagina o paciente leitor, quando voltar a paz das nações com a vitória dos titãs da Democracia, dentre estes os brasileiros, tal como o governo de Francisco Rubim, após o dec. de 13 de setembro de 1910, para os habitantes da Zona Capixaba, há de comentar em futuro próximo que tenho razão nestas rissonhas perspectivas como temos hoje o saudoso Orlando Bomfim e eu no que dissemos em um jornal desta Capital em agosto de 1938 acerca da exportação do minério de ferro. E, agora vou terminar como o poeta capixaba José Gonçalves Braga terminou a ode:

"Exulta, pois, Vitória, oh pátria, exulta!
Transmite alto louvor, altas oferendas
Ao Deus, que te sublima, exalta, eleva,
Ampara e te protege"

Conferência realizada na Prefeitura de Vitória, em outubro de 1944, pelo falecido consócio Francisco Clímaco Feu Rosa, Secretário Geral do Instituto.

A JUSTIÇA BRASILEIRA NO ALVORECER DA REPÚBLICA

Des. Eurípedes Queiroz do Valle
(da Faculdade de Direito do Estado)

Todos os nossos movimentos revolucionários quer os parciais ou regionais de natureza separatista, quer os gerais e de fundo puramente político tiveram esse traço comum : — a idéia de República.

Os episódios que nesse sentido a nossa História registra, quer se trate do de 1789 com Tiradentes, do de 1817 com Domingos José Martins, do de 1824 República do Equador com Dias de Andrade, do de 1863 (República de Piratininga) com Bento Gonçalves ou ainda do de 1837, a Sabinada (República Bahiense) foram todos, como se vê, movimentos republicanos.

A própria Independência teria sido feita com a República se circunstâncias históricas não tivéssemos pôsto de permeio o príncipe D. Pedro de cujo estouvamento se aproveitaram, com inteligência, os brasileiros para precipitar o acontecimento.

Nos últimos anos do Segundo Império causas diversas deram também alento novo à idéia republicana. A propaganda que então se fazia por toda a parte, com a fundação de Clubes, Grêmios e Jornais era aberta e franca.

Em 1888 existiam espalhados pelo País para mais de 180 desses Clubes e Jornais. Na própria Câmara dos Deputados dava-se viva á República (1) A figura de Rui Barbosa se agiganta nas páginas do "Diário de Notícias" numa ação contínua e terrível contra o Trono. Por outro lado o recrudescimento da chamada "Questão Militar", a Abolição da escravatura, desorganizando o trabalho e a economia rural e sobretudo a ação reacionária do Gabinete Ouro Preto que se dispunha a "esmagar a hidra republicana" concorreram para que a 15 de Novembro o velho Deodoro proclamasse a República.

Em consequência instalou-se no País um Governo Provisório.

O primeiro decreto expedido por esse Governo, o de n. 1, estabelecia: — Art. 1.º — Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa. Art. 2.º — As Províncias do Brasil reunidas pelos laços da Federação ficam constituídas em Estados Unidos do Brasil. Art. 3.º — Cada um dos Estados no exercício de sua legítima soberania decretará, oportunamente, sua Constituição definitiva, elegendo os seus corpos legislativos e os seus governos", etc.

Estavam lançadas assim as vigas mestras. E dessa forma as velhas Províncias brasileiras passaram a Estados com "soberanias", Constituições e governos próprios.

Era a divisão do grande bloco nacional em 21 unidades independentes e ligados apenas pelos laços da federação que se esboçava.

E cinco dias após, a 20 de Novembro, declarava em outro decreto o Governo Provisório, depois de dissolver e extinguir as Assembléias provinciais : — "Até a definitiva promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil dos Governadores dos Estados competem as seguintes atribuições: — § 1.º — estabelecer a divisão civil, judiciária e eclesiástica do respectivo Estado e ordenar a mudança da sua Capital para o lugar que mais convier, etc.

Era, como se vê, um complemento do primeiro, vindo tornar expressa a independência judiciária dos Estados, já implícita naquêle.

Grande e importante foi o acervo de leis e instituições legado pela

Monarquia á jovem República. A organização da Justiça atingira a um grau de apreciável proeminência e respeitabilidade. E se não era, para que se diga, uma organização modelar, era, pelo menos, a melhor que se poderia desejar para a época.

Por outro lado o Código Criminal, o Código do Processo Criminal, o Código Commercial e o seu célebre Regulamento 737 cujo centenário passará dentro em pouco, a Consolidação das Leis civis, a Consolidação das do Processo Civil e a das Leis de Processo Criminal para não nos referir á notável Lei Judiciária de 1871 e tantas outras constituíam, na verdade, precioso legado que vinha encher de graves responsabilidades os homens da República.

Mas da proclamação própria dita á primeira Constituição republicana ou seja de 15 de Novembro de 89 a 24 de Fevereiro de 91 vários e importantes foram os atos do Governo Provisório referentes á Justiça.

Vale aqui enumerar, numa rápida retrospectão, os mais notáveis. O de n. 25 de 30 de Novembro de 89 foi, a rigôr, o primeiro que se referiu, de modo expresso, ao Poder Judiciário. Estabelecia regras de caráter provisório sobre formas de tratamento empregados até então pelos Tribunais, como o de "*majestade*", "*senhor*", etc. Dispunha ainda que os Juizes nas sentenças e quaisquer outros atos judiciais deviam invocar a sua propria autoridade "sem dependência ou invocação de poder estranho á Magistratura".

Em Dezembro daquele ano era também expedido o de n. 67 que tem hoje, para nós, um delicioso sabor de ironia. Esse decreto diminuía o período de férias judiciais. E diminuía, dizia elle, "porque o regimen republicano era essencialmente de trabalho e de atividade..." (sic)

O ano de 1890 foi de uma fecunda e larga atividade legislativa. Foi o período dos grandes decretos do Governo Provisório. No que tange á Justiça, objeto dessa crônica, podemos destacar : — o de 26 de Abril revogando as leis que exigiam a tentativa de conciliação preliminar ou posterior como formalidade essencial nas causas cíveis e comerciais; um outro, da mesma data, estabelecia o processo executivo para as cobranças das multas e dos alcances dos empregados publicos, devidos á Fazenda; o de 31 de Maio estabelecia o registro Torrens; o de 7 de Junho autorizava os Tabeliães e Escrivães do Judicial a passarem tôdas e quaisquer certidões independentes de despacho; o de 21 de Junho estabelecendo o Código Disciplinar da Armada; o de 22, também de Junho, publicando o projeto de Constituição, reproduzido depois, com pequenas alterações, pelo decreto de 23 de Outubro; o de 26, ainda de Junho, proibindo o casamento religioso antes do civil; o de 12 de Julho fixando o momento da obrigatoriedade das leis e decretos do governo federal; o de 19 de Setembro mandando observar no processo de causas cíveis em geral o Regulamento de 25 de Novembro de 1850, o que representa, sem dúvida, uma homenagem e um reconhecimento á capacidade dos legisladores da velha Monarquia; o de 20 de Setembro abolindo a pena de galés, reduzindo a 30 anos as penas perpétuas e mandando computar a prisão preventiva na execução da pena; o de 11 de Outubro organizando a Justiça Federal; um outro, da mesma data, promulgando o Código Penal; o de 24 do mesmo mês alterando a legislação então existente sobre a realização do capital das sociedades anônimas; um outro, da mesma data, reformando o Código Commercial na sua parte terceira (Falências); o que promulgou o Código da Armada; o de 7 de Novembro criando o Tribunal de Contas e, por fim, o de 14 de Novembro organizando a Justiça do Distrito Federal.

Como se vê, foi de uma prodigiosa atividade legislativa o nosso primeiro Governo Provisório. Estava escrito porém que essa mesma fecundidade haveria de caracterizar outros Governos Provisórios. O último que tivemos foi torrencial. Infelizmente não podemos dizer que a sua quantidade correspondesse á sua qualidade...

E a despeito de se intitular "provisório" o Governo tratou de toda essa vastíssima matéria em caráter definitivo.

Vitória - Novembro - 50.

RECEPÇÃO AO SÓCIO NORBERTINO BAHIENSE
EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE

MEUS SENHORES
MINHAS SENHORAS
SR. PROF. NORBERTINO BAHIENSE

Há uma velha tradição nesta Casa que se não modifica: — é aquela de receber festivamente os novos companheiros que chegam. Em a nossa última reunião assentamos o ceremonial da recepção. Na impossibilidade de ser levada a efeito em nossa própria séde, ainda em repáros, escolhemos êste formoso salão do nosso aristocrático Clube, já tão rico, também de tradições na vida social e recreativa da Cidade.

Escolhido o local deliberamos que todos fossem convidados para assistir a ela. Não só os associados mas também as altas expressões e dignitários de nossa vida social, intelectual e administrativa.

Mas não éra tudo ainda. Faltava alguma cousa. Quem iria receber o novo coléga? Quem o incumbido de lhe dar as boas-vindas em nome da Casa? O orador oficial — o eminente Professor Nelson Almeida — estava em gozo de férias. Seu substituto — a ilustre patricia Profa. Stela Novais — impossibilitada também por motivo de enfermidade em pessoa de sua família.

Cabia então ao Presidente escolher, no corpo de sócios, o incumbido da honroza taréfa. Dois critérios o poderiam orienta-lo na escolha — o do valor intelectual do escolhido e o da amizade e simpatia ao novo colega.

Fui eu, senhores, o escolhido. Prévaleceu assim o critério da amizade. Predominasse o do valor intelectual e outro seria por certo o preferido. Estava assim organizado o programa.

— X —

E o momento esperado chegou. Cumpre-me pois agora, Sr. Professor Norbertino Bahiense dos Santos, dar-lhe as boas-vindas em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Cabe-me assim ir busca-lo á porta, mostrar-lhe a nossa velha Casa e leva-lo pelo braço até a poltrona que debe conquistar pelas suas virtudes pessoais e pela sua inteligência.

Esta Casa, Sr. Professor, é, a um tempo, uma Oficina e Um Quartel. Atraz dos nossos teares, atraz das nossas bigornas e dos nossos petrechos de trabalho, está a nossa casa d'armas os nossos depositos de munição.

Aqui somos operários e soldados, trabalhadores e carabineiros. Operários e trabalhadores para o trabalho de construir e conservar o edificio de ouro e mármore da nossa História; e soldados e carabineiros para defender êsse edificios na belesa de seus altos desígnios.

Não vos espanteis, porém com esses informes. Ficaí descansado. Somos operários sem grêves, sem parêdes, sem comunismos. E soldados sem granadas de mão, sem lança-chamas, sem explosivos.

É que nessa Oficina o trabalho é silencioso, calmo, sereno. E nesse Quartel as escaramuças, os ataques e movimentos de defesa são feitos sem ordens gritadas, sem tambôres barulhentos, sem toques estridentes de cornêta.

A natureza mesma do nosso trabalho não comportaria outro proceder.

A matéria prima da nossa "indústria" é o fato histórico, é o acontecimento inédito do passado, é a efeméride evocativa. E as armas do nosso Quartel são o estudo, a pesquisa, a investigação severa e conciente.

O nosso trabalho tem sido, por isso, fecundo e proveitoso.

Extraindo do velho cascalho dos fatos e dos acontecimentos o ouro puro da verdade histórica e essas pedras coradas das nossas efemérides; decendo ao fundo dos alfarrábios e de velhos documentos amarelcidos e tantas vezes rendilhados pelo crivo caprichoso da traça; ou mesmo ouvindo dos lábios trêmulos de velho octogenário antiga lenda do nosso rico filão folclórico, nós, desta Casa, vamos construindo assim, serenamente, o edifício magestoso do nosso passado e tecendo o finíssimo tecido da nossa História.

É esse Sr. Professor Norbertino Bahiense, o trabalho de nossa Oficina e a tática da nossa caserna.

— X —

Há uma circunstância que eu não posso olvidar nesta saudação. É que V. Excia. não é um novo, não é um desconhecido nesta Casa. Fora embóra do Instituto Histórico V. Excia. nunca deixou de ser um dos nossos.

Estudioso do nosso passado e da nossa História, defensor das tradições mais puras da nossa terra V. Excia. pelos seus trabalhos seus estudos e investigações fez-se nosso companheiro e nosso colaborador.

Não precisaremos pois dizer como funcionam aqui as nossas máquinas, nem como se maneja aqui as nossas armas e instrumentos.

V. Excia. traz nas mãos os calos dignificantes desse trabalho e o certificado de que já sabe realisá-lo com perícia e habilidade.

E se faltassem razões para justificar a nossa satisfação e o nosso regozijo em recebê-lo, bastaria esta circunstância e esse pormenor.

A sua paixão pelos estudos históricos, o seu conhecido pendor para as investigações desse gênero de cultura é bem o aval com que V. Excia. garantirá nesta Casa, a eficiência de sua atuação e o brilho de sua atividade na obra comum que nos congrega para o bem da nossa pequenina terra e do nosso grande Paiz.

— X —

Senhores: Ao conduzir o nosso novo colega à Cadeira que êle conquistou pelo seu merecimento, volto, neste momento, o meu coração e o meu pensamento, para a figura daquele nosso velho e querido companheiro que a ocupava até ha pouco. Estou daqui a ver-lhe a silhueta esguia tôda ela feita de brandura e de bondade.

Refiro-me, senhores, ao antigo Presidente desta Casa — Dr. Arthur Lourenço de Araújo Primo. Foi um dos fundadores e um das mais fortes e nobres colunas deste Instituto. A sua atividade, aos seus estudos e á sua assistência constante deve o Instituto Histórico do Espírito Santo grande parte de seu prestígio e de seu renome. Era o Dr. Araújo Primo um representante dessa velha estirpe de homens nobres pelo caráter e pelo coração.

Foi, por isso, muito grande a nossa preocupação e o nosso cuidado ao lhe darmos substituto. Não podíamos eleger que não estivesse, pelo seu passado e pelo seu amor aos estudos, à altura de ocupá-la.

Felizmente para honra nossa e continuidade das nobres tradições desta Casa, senta-se hoje na sua Cadeira um outro espírito igualmente digno, igualmente trabalhador, igualmente apaixonado pelas cousas da terra.

— X —

Sr. Prof. Norbertino Bahiense: — O Instituto Histórico do Espírito Santo escolheu o dia 14 de Julho para vos receber. Não foi sem uma razão que o fez. Esse dia já não mais figura, é certo, no calendário festivo de nossos feriados. Mas continúa a ser uma efeméride de profunda significação para todos nós. É que o grande acontecimento histórico, nas suas causas como nas suas consequências, não desapareceu e perdura bem vivo ainda na consciência e no espírito dos povos livres do Mundo, como lição magnífica de quanto pôde o homem dentro das forças incoercíveis do Direito.

A tomada da Bastilha ha de figurar para sempre como marco esplendido, como símbolo morredouro na, História das nações.

Depois dela outras Bastilhas foram tomadas e destruidas. Outras muitas porém existem ainda de pé a desafiar o espírito das Nações e a resistência dos Povos.

Na verdade não há povo, não há Paiz que não tenha ainda uma Bastilha a tomar, uma antiga prisão a destruir ou um velho preconceito a desfazer.

Nós mesmos do Espírito Santo temos a nossa.

De fato temos vivido insulados. Dir-se-ia que não só a sua Capital mas todo o nosso Estado vive ilhado e separado de seus irmãos. Ha, por dizê-lo, uma grande muralha chinesa a contornar os nossos limites externos e a impedir que vejamos e sejamos vistos.

E essa Bastilha não é outra senão o receio de aparecer, receio este decorrente do falso presuposto da nossa pequenez. Não sei se já repararam no fato. Habitamos, sem dúvida, um pequeno território. Pequeno, vale dizer, em relação à vastidão geográfica da nossa grande Pátria. Essa pequenez territorial entretanto, vem dando alento à idéa de que tudo aqui deve ser também pequeno. Ela vem constituindo assim, de ha muito, o que bem poderíamos chamar de complexo de inferioridade. Porque a terra é pequena tudo nela deve ser pequeno. É esse o nosso terrível e injustificado pesadelo. É essa a nossa tremenda Bastilha. Precisamos assaltá-la e destruí-la de uma vez.

Na verdade trata-se de um complexo falso. E a despeito disto nós o sentimos em tôdas as manifestações de nossa atividade.

O espírito santense é acanhado, é tímido. Mesmo aos espíritos mais cultos, mais argutos e emancipados, falta uma certa desenvoltura, um certo desembaraço nas atitudes e nos movimentos.

Não temos, por exemplo, a prosápia incontrolada do bahiano, o orgulho concentrado e ativo do paulista, nem a basófia derramada do gaúcho.

Falta-nos até mesmo aquela exaltação mental do sergipano, também apertado na pequenez de seu território, mas livre de Bastilhas e preconceitos porque já lançou para o montão dos ferros velhos qualquer idéa de pequenez e de inferioridade.

É esta a Bastilha que precisamos tomar. Nada temos que nos possa amesquinhar, que possa justificar esse receio de aparecer. Ao contrário. Bem ao contrário. Tudo aqui é motivo para exaltação, para um justificado orgulho e até para uma bem fundada vaidade.

A começar pela encantadora natureza com que nos brindou o Criador, pela capacidade admirável de seus homens e até pela beleza estonteante de suas mulheres, tudo aqui é motivo de elevação, de ufania e de superioridade. Não precisarei invocar os nossos valores, nem citar nomes

para apontar os que tanto se tem distinguido, lá fóra, nas ciências nas letras e nas artes.

Bastaria, se preciso, que eu me reportasse a essa magnífica floração de inteligência que está surgindo brilhante e viçosa à nossa vista, ávida de estudo e de saber a se congregar nos grêmios e nas Academias, e a nos encher da mais viva esperança e da mais justificada confiança no futuro.

Não temos o que temer. Não quero fazer confrontos. Nem ha aqui logar para paralelos. Porque facil nos seria demonstrar que a nossa inferioridade não existe e que a nosso temor é infundado.

Não há terra pequena, senhores, quando os seus homens sabem se fazer grandes. Não há terra pequena quando ha o espaço infinito para subir.

Não é para os lados que devem crescer os homens e os povos, mas para o alto e para cima. Só as gramíneas não se alteiam e por isso crescem para os lados. Se a questão fôsse apenas de tamanho ou de território a Rússia, a China ou a India estariam por certo à frente do progresso da civilização do Mundo. E a Holanda, a Belgica ou a Suissa bem na retaguarda. E deste modo se destruiria o preconceito da pequenez, se necessário ou preciso fôsse ainda destruí-lo.

Ao nosso Instituto tem cabido a taréfa construtiva de combater, nêse-se bom combate, essa falsa inferioridade.

Revelando os nossos valores, exaltando a coragem e a bravura dos nossos antepassados e cultuando os fatos e tradições de maior expressão em nossa vida cultural e política temos demonstrado que não ha aqui logar para desalentos ou pessemismos. A Bastilha já começa a ceder. Daí a necessidade de um último esforço para que a vejamos, de vez, por terra.

— X —

Felizmente não precisaremos fazer qualquer apêlo ao novo colega que chega. Já o sabemos capaz e a altura da tarefa que o espera. Não precisamos lhe diser o que ha a fazer nesse Quartel onde assenta praça já com os bordados de General. Conhecemos a sua capacidade e o seu amor a nossa terra. Fundando a Policlínica Antonio Aguirre, dando-lhe séde condigna, bem sabemos o quanto de capacidade e de energia tem demonstrado e dispendido para mantê-la à altura de sua filantrópica finalidade nesses 18 anos de vida a ela comparecendo diariamente com os médicos que a assistem e atendendo a milhares de doentes. Na presidência do Rotary Clube desta Capital a que já acendeu por três vézes, vem mantendo o mesmo teor de capacidade e o mesmo espirito construtivo. Os seus trabalhos sobre História e sobretudo o seu excelente estudo sobre a "Formação do tipo nacional brasileiro" já vertido paar o inglês revelam, por outro lado, o investigador seguro das questões que interessam a nossa História e a nossa Etnografia. Sabemos assim que teremos ao nosso lado um companheiro destemido que nos ajudará a tomar e destruir todas as Bastilhas morais e materiais que se nos antepõemham.

— X —

Não podia ser senão com um grande júbilo, com um irreprimível contentamento que nós, do Instituto Histórico, o recebermos Sr. Prof. Norbertino Bahiense. Entrae! Aí está a vossa Cadeira. Ocupai-a e séde bemvindo!

OS LIMITES DO ESPÍRITO SANTO NA VOZ DA HISTÓRIA (1)
NORBERTINO BAHIENSE DOS SANTOS
O ESPÍRITO SANTO DIANTE DOS SEUS CONGÊNERES

Tenho a suprema honra de transpor os humbrais do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo e enfileirar-me entre seus ilustres membros.

A distinção que me vem de ser conferida, muito me desvanece.

Inúmeras são as credenciais que me faltam para integrar este egregio Instituto, mas uma eu me orgulho de possuir e se ela for suficiente para justificar a minha presença entre vós, quero dizer bem alto que esta a tenho bem guardada dentro do coração e dela jamais abdicarei — de haver nascido neste torrão abençoado, é a de ser espírito-santense, de ser capixaba.

Não cultuo a injustiça do capixabismo e nem admito excessos burocráticos e incompatíveis com os sadios e verdadeiros princípios de sentimentos pátrios. Contamos, entre nós, filhos de outros Estados, tão brasileiros quanto nós e entre eles muitos que deram ao Espírito Santo todo o seu amor, todo o seu devotamento. Para aqui vieram, constituíram famílias, seus filhos nasceram capixabas. Enriqueceram as nossas letras, grandeceram o patrimônio artístico e cultural do Estado, passando a defender os seus direitos com o mesmo ardor dos filhos da terra.

Isto, porém, não nos priva de exaltarmos calorosamente o nosso belo e de lhe cantarmos as efemérides, de fazermos o que, afinal, os outros fazem.

Não faltam amazonenses nem paraenses para focalizar a grandiosidade do vale amazônico, a exuberância de suas terras, a pujança de seus sergipanos, a poesia e revoltelos de seus igarapés, a sua arte marajoára; aí estão os cearenses e maranhenses evocando sempre a beleza de suas praias, o vigor de seus homens, o heroísmo dos seus jangadeiros, a riqueza de suas letras, equiparando-as até às helênicas; lá estão os valentes pernambucanos, sergipanos, paraibanos, alagoanos e rio-grandenses do norte a cultuarem a memória dos seus heróis, a reviverem a história de suas memoráveis batalhas, a escavarem os registros dos seus tradicionais engenhos; aqui, bem perto avultam os baianos a mostrarem suas relíquias históricas, seus monumentos coloniais, os seus grandes vultos que tanto honram a Pátria; do outro lado lá encontraremos os fluminenses e cariocas a apontarem as joias da guanabara e a exibirem ao mundo, envaidecidos

feitos, de suas tradições; e se avançarmos até o sul, lá estarão os gaúchos também cultuando os seus grandes homens, os seus pampas e suas caatingas; virando-nos para o oeste, iremos encontrar os goianos e mato-grossenses também achando que exaltarem na história das suas cavernas, nas extensões dos seus campos, no volume das suas riquezas, no vigor dos seus selvícolas e na força crescente de suas realizações.

Por que, nós do Espírito Santo, não podemos ou não devemos fazer o mesmo?

Por que não glorificarmos os nossos antepassados, revivendo os ilustres filhos da terra e dos que a ela e por ela deram a vida?

Por que não relembremos Anchieta, Pedro Palácios, Nóbrega, Afonso Braz, Braz Lourenço e outros?

Por que haveríamos de olvidar a Vasco Fernandes Coutinho e a sua cuja história tantos tripudiaram?

Por que não nos penitenciarmos da injustiça de não lhe guardarmos os ossos e nem sabermos, ao certo, onde estão ou que destino tomarão?

Seria justo silenciarmos a memória do herói nacional Domingos Martins e da valente Maria Ortiz?

Devemos esquecer a bravura indômita do invicto Araribóia a quem muito deve o Brasil e principalmente Niterói e Rio de Janeiro?

Podemos deixar de assinalar que, no Espírito Santo, tivemos Luiza Grinalda a primeira mulher governadora de capitania?

Iremos deixar no pó ingrato do esquecimento a figura heroica do másculo caboclo Bernardo, expressão pujante de brasilidade, no seu feito do "Imperial Marinheiro"?

Podemos deixar de nos extasiar diante dessa obra gigantesca e impressionante que é a Penha, desse Convento maravilhoso cuja história quase corre paralelamente à própria história do Brasil?

Quem deixará de admirar os encantos e as belezas de nossa baía, desta mesma baía que, depois das riquezas que lhe doou a natureza, no pontilhado caprichoso de suas ilhotas, nas sombras convidativas lhe projetam os acantilados montes que a circundam, teve, pela mão do homem, a magistral ponte "Florentino Avidos" a atravessá-la, os bordos enriquecidos pelas obras do Porto e pelo moderníssimo Caiçara Minério nas fraldas do Atalaia?

Se não o fizermos nós e os nossos amigos, quem o fará? Os que esporeiam as nossas tradições? Os que pisam os nossos direitos? Os que escarnecem da pequenez geográfica a que fomos reduzidos? Os que arrancam as fronteiras? Pois saibam os que assim pensam, que aqui encontrarão na estacada para lhes antepôrmos o vigor de nossa fé no passado, no presente e no futuro de nossa terra, animados da coragem e energias precisas para defendermos o que é nosso, muito nosso, para repelir os que nos deprimem e para não nos submetermos aos que querem arrancar o direito de sermos bons capixabas dentro de terras e costumes rito-santenses.

ENTRE O POENTE DITATORIAL E A AURORA DEMOCRÁTICA

Não fugimos, a índole brasileira de, bem depressa e muito facilmente, nos acostumarmos ao sofrimento, amoldando-nos facilmente às contingências da vida, quaisquer que sejam.

Entretanto, o momento que atravessamos, infelizmente, ainda vem encontrar entre os estertores da revolta a nos sacudir o peito, em sob a alegria imensa de, ao surgir 1947, estarmos novamente aureolados

ouvem as razões do direito, não acolhem os gritos de suas próprias consciências e das consciências limpas dos seus próprios concidadãos.

SEMPRE PERDENDO TERRAS

Quem estudar a sua história, chega a conclusões de estarrecido mesmo desanimar, ao verificar que ele vem perdendo terras desde tempos coloniais.

O próprio Portugal que o constituiu em grande Capitania, doando a Vasco Fernandes Coutinho em 1534, foi o primeiro a lhe ir diminuir o tamanho e desde então, desde D. João III até Getúlio Vargas, quantos tempos perdido!

Ouçamos a voz da história.

Na Carta Régia de 1.º de Janeiro de 1534 em que D. João III fez doação da Capitania a Coutinho, assim estão indicados os respectivos limites:

“Cincoenta léguas de terras da dita costa do Brasil, as quais começarão na parte em que se acabarem as cincoenta léguas que tenho feito mercê a Pero de Campo Turinho e se correrão, para a banda do sul, quanto couber nas ditas cincoenta léguas, entrando nesta capitania quaisquer ilhas e havendo até dez léguas, de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes as quais *cincoentas* léguas se estenderão e serão tão largo ao longo da costa e *entrarão na mesma largura, por sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista*”.

Houve quem, erradamente, interpretasse que a extensão doada de um quadrado de 50 léguas de costa por 50 de fundo.

Essa interpretação é insubsistente. Os bons intérpretes, concluíram como se conclui, que os limites, eram:

50 léguas de costa, entrando na mesma largura para o interior até o limite da conquista portuguesa.

AS FRONTEIRAS CAPIXABAS PERANTE O TRATADO DE TORDESILAS

E qual era o limite da conquista Portuguesa? Foi ele prefixado antes mesmo de saltar Pedro Álvares Cabral nas terras do Brasil, pelo célebre tratado que traçou os limites de suas futuras conquistas pelo meridiano do Príncipe Alexandre VI e cuja linha, segundo Varnhagen, corta uma pequena parte da costa oriental de Marajó, no norte, e vai ao sul atingir a hoje cidade de Laguna, em Santa Catarina.

Não vamos esquecer o Tratado de Tordesilas nem pensar que, por simples fato de preceder ao encontro do Brasil, fique à margem da nossa história. Ele fez parte integrante de nossas origens e por isso mesmo citado pelos historiadores e considerado como efeméride nacional, tanto assim que foi incluído nas “Efemérides Brasileiras”, de Rio Branco.

Por ele se regularam os direitos da Corôa Portuguesa até 1750.

“Está, pois, verificado que a capitania do Espírito Santo segundo o ato de sua criação, confinava, a oeste, com as possessões hespanholas na América do Sul, das quais a separava a linha imaginária estabelecida pelo Tratado de Tordesillas.”

Os grandes juristas que, nas suas conclusões, levaram os limites da antiga Capitania do Espírito Santo até as possessões espanholas da América do Sul — por um desses contrastes chocantes — foram os mesmos que terminaram esartejando a nossa terra, dando de presente ao grande Estado vizinho, territórios que, positivamente, eram nossos.

Por isso mesmo as suas razões foram pulverizadas pela mestria do grande, inconfundível, saudoso e imortal Ruy Barbosa.

Confrontando e estudando mapas, não encontramos os limites da Capitania a oeste confinados com as possessões espanholas.

O mapa mais antigo que achamos foi o existente no Cod. 51/1 da Biblioteca da Ajuda (fim do século XVI), publicado no III volume da *“Historia da Colonização Portuguesa”* e reproduzido em *“NOTÍCIA DO BRASIL”* de Gabriel Soares de Souza (1.º tomo, pag. 80), trazendo a linha de Tordesillas como limite a oeste das Capitanias e entre estas de Vasco Fernandes Coutinho. Sobrepondo-se, porém, esse mapa ao do Brasil e da América do Sul, verificamos que os limites do Espírito Santo não atingiam as possessões espanholas, *mas atravessavam todo o Estado de Minas Gerais, pelo centro, pegava parte de São Paulo, terminando em Goiás e Mato Grosso.*

Quando não existiam os Estados de Minas Gerais e São Paulo e as províncias sob tais denominações, já havia a Capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

Deplorem os espírito-santenses, pasmem os brasileiros, reflitam os mineiros, paulistas, goianos, e mato-grossenses, ao se lembrar que no princípio do Brasil, o Espírito Santo começava nas bordas do Atlântico, avançava através de todo o Estado de Minas Gerais, em retas que se passavam pelo meio, atravessando em linha central os locais onde se acham Caratinga, Itabira, Belo Horizonte, Araxá, Uberaba, Uberlândia, Campina Verde e outros; pela linha norte por Governador Valadares, Peçanha, Diamantina e Araguari; pela linha sul por Carangola, Muritiba, Barbacena, S. João Del-Rei, Passos, Monsanto, e muito mais, indo até Franca, Ribeirão Preto, Bebedouro, Barretos, Olímpia, Nova Granada, Mirassol etc. no Estado de São Paulo, transpondo o rio Paraná, alcançando Três Lagoas, Parnaíba e Ribas do Rio Pardo em Mato Grosso, atravessando o Parnaíba, passando por Catalão, Goiandira, Corumbá, Buriti Alegre, Goiatuba, Itumbiara e Mineiros em Goiás.

A costa espírito-santense foi constituída em escudo aos conquistadores das riquezas do interior do Brasil e, enquanto se vedavam as penetrações através da mesma, os bandeirantes das capitanias de São Vicente e Santo Amaro iam avançando pelos fundos, estabelecendo direitos que mais tarde foram reconhecidos, motivando a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro”, em 23 de Novembro de 1709, e depois a subdivisão em 2 de Dezembro de 1720, ficando separados São Paulo e Minas Gerais.

Ao se estabelecerem as novas capitanias, há quase dois séculos da doação feita a Vasco Fernandes Coutinho, capitanias essas que arrancaram vastíssimos sertões, não se prefixaram os limites a oeste, daí partiram os motivos para os primeiros esbulhos sofridos pelo Espírito Santo.

O OBJETIVO — PORTOS DE MAR

Mesmo assim, tão pequeno em relação aos demais Estados da Federação, ainda foi cobiçado por todos os lados, pois que, aos poucos, tiveram de ceder terreno ao norte, recuando o tradicional limite pelo Mucuri; sul, deixando, entre outras regiões, Santa Catarina das Mós, abandonar Campos e S. João da Barra onde já estivemos, vindo para o Itabapoara até a sua foz e sendo violentamente empurrados de oeste pelo poderoso Estado de Minas Gerais.

Homens de envergadura, brasileiros ilustres que tanto honraram a Pátria no passado, ficariam estarelecidos ao constatarem que outros aproveitavam e crescessem os olhos para leste, a leste onde algo havia a tentar a avidéz da posse — os nossos portos de mar.

Como se os portos do Brasil estivessem fechados a qualquer Estado. Como se, em algum dia, fôsem criadas réservas que não temos nem mesmo para os estrangeiros, nos tempos de paz!

Mas esse desejo de um porto mineiro no Espírito Santo, seja justo, não passou pela mente dos mineiros da estirpe de um Teófilo Otton e de outros de sua têmpera, mas pela de alguns de raciocínio mais cuidadoso, dentre os quais um houve que, em telegrama oficial ao govêrno espiritaense, consubstanciou esse desejo e traiu o que outros também queriam e não tinham a coragem de manifestar às claras, tal a enormidade da pretensão.

Vale a pena fazermos um retrospecto.

SILVA PONTES — O AUTO DE 1800

Em 1770 tivemos as primeiras investidas contra o resto que nos deixou Portugal e em 1800, quando para aqui veio, como que por ordem, o astuto filho das alterosas, Antônio Marciano Pires da Silva Pontes, elas se avultaram.

Realçou-se-lhe a qualidade de homem experimentado, astrônomo competente, etc. Realmente era um homem indicado para desbravar, viajar, conhecer de nossos sertões. Foi um dos que vararam milhares de léguas de matas brasileiras em companhia de Francisco José de Lacerda Almeida, em 1786. Mas o que também é preciso dizer e repetir, é que esse conhecimento lhe serviu não para beneficiar o Espírito Santo de outro modo, mas para ser o primeiro governador subordinado à Baía, mas para lhe traçar estultas fronteiras em lugar isolado, fronteiras injustas, constituindo limites absurdos em favor único e exclusivo do seu berço natal, e quiçá de seu próprio e de seus parentes.

O auto de 8 de outubro de 1800, traçando vagos limites mas encerrando o território capixaba, servindo a Minas Gerais, assinado pelo citado governador, e, entre outras pessoas, mais dois parentes seus — Maria José Pires da Silva Pontes e João Inácio da Silva Pontes de Araujo sofreu immediato repúdio da gente capixaba, e do advogado João Chaves Ribeiro citado por Mário Freire — teve as seguintes expressões candentes e immediatas e abjurgatórias:

“O auto de 8 de Outubro d’este ano, afirmaram, é equivalente a uma escritura de doação de mais de 800 léguas quadradas de terras pertencentes à Capitania do Espírito Santo que o respectivo govêrno fez à sua família”.

o Espírito Santo a Minas, mas o pôrto o nosso vizinho obteve, em fluvial, mas navegável até o mar.

Depois desse exdrúxulo auto em que, inexplicavelmente, o esp governador falava em "*nova capitania do Espírito Santo*", o que a é focalizado por Mário Freire, tivemos invasões em 1841 no então munic de Itapemirim e que motivaram substancioso protesto do presidente Manoel de Lima.

CONTINUAM AS INVASÕES

Em 1860 Minas Gerais criou um distrito de paz dentro do territ Espírito-Santense, em S. Miguel do Veado e S. Pedro de Rates, recua por força de deliberação imperial, mas já em 1880, ao criar o munic de Manhuassú, fomos novamente inquietados em Rio Pardo e mar direita do José Pedro, sob jurisdição do Espírito Santo desde 1816, que a essa altura já a nossa estrada de penetração, executada pelo C tão Inácio Pereira Duarte Carneiro, por determinação do govern Francisco Alberto Rubim, a mando de D. João VI, havia atingido a do Príncipe à margem do citado rio José Pedro, e ali fincado um qu em sequência aos que foram construídos em diversos pontos da refe estrada para defesa contra os gentios.

Mas houve quem deslocasse a Vila do Príncipe da sua legítima p ção, como apareceu mais tarde quem deslocasse a serra dos Aimorés.

Em 1892, já com Muniz Freire na presidência do Estado, tem p seguimento a questão que se estende até o governo de Henrique Couti e depois de Jerônimo de Souza Monteiro que esteve pessoalmente Belo Horizonte tratando do caso, chegando a questão até os nossos c sempre perdendo o Espírito Santo, o que é seu.

Enquanto, ao norte do Rio Doce, fincaram pé no Pôrto do So ro sul também teríamos de recuar, não pela força do direito, mas direito da força.

Em 1816 havíamos alcançado e nos estabelecido no Príncipe e t a margem direita do José Pedro era do Espírito Santo, mesmo basta depois do malfadado auto de Silva Pontes. Desde aquela época a di corria pelo José Pedro até o Manhuassú e daí até a sua foz, mas o n direito não foi respeitado e tanto assim que tivemos a região transform em contestado e invadida violentamente, até chegarmos ao laudo arbit de 1914.

O PICO MAIS ALTO DO PAÍS

No governo de Jerônimo Monteiro, fui auxiliar do engenheiro V riano Borges de Melo, chefe da firma Sousa Reis & Melo que, em contratou, dirigiu e confeccionou o mapa do Espírito Santo.

Lembro-me ainda da tristeza que me invadiu a alma de moço, ao nas salas de desenho do meu chefe, desse competente engenheiro e as nomo que foi Borges de Melo, figurar, no mapa de nossa terra, c *contestado*, uma região legitimamente nossa.

Houve, em seguida, um registro que trouxe certa compensação meu jovem espírito. É que nessa época e ainda sob a orientação do cit engenheiro, tivemos a feliz oportunidade de reivindicar para o Espi Santo a maior altitude do Brasil, no Pico da Bandeira, na serra Caparaó e que, até então, se supunha erradamente estar no Itatiaia

a chance de ver a nossa questão resolvida pela arbitragem do grande Branco, arrebatado do meio dos vivos precisamente nas vésperas de decisão da causa em litígio, o que, estou certo, teria feito dentro da justiça sempre caracterizou as atitudes do ilustre brasileiro.

Esse triste laudo, pôsto fora da lei pela argumentação brilhante de Rui Barbosa, de Bernardino Monteiro, de Carlos Xavier de Paes Barreto e outros — depois de reconhecer que a antiga Capitania do Espírito Santo não ia limitar-se com as possessões espanholas, deixou que Minas Gerais massasse suas pontas de lança contra a terra capixaba e viesse conquistar rincões entre os quais alguns havia que nem estavam sendo reclamados.

O trabalho insano de nossos homens de então entre os quais figurava como engenheiro competente esse espírito-santense de escol que é o Ceciliano Abel de Almeida, as lutas que tiveram de enfrentar reunindo comprovantes históricos e geográficos, de nada serviram.

UM MINEIRO NO GOVERNO ESPÍRITO-SANTENSE

Quando veio a decisão de 1914, estava no governo do Espírito Santo um outro mineiro — mas este bem diferente de Silva Pontes. Era Marcos Alves de Souza. Não se submeteu êle ao laudo arbitral citado. Protegeu tanto quanto pôde. Agitou todo o Estado para que o protesto se avizinhasse, dentro da ordem. Sacrificou mesmo posições que lhe estavam reservadas, não capitulando nem diante de forte apêlo que lhe foi dirigido pelo homem que, então, reunia a maior força política do País: o general Pinheiro Machado.

Mas tudo foi em vão. E como sempre, não fugindo à contingência da nossa ténpera, terminamos por nos acostumar com o domínio que foi imposto.

Os fatos são bem conhecidos. Inúmeros outros protestos se fizeram. Das populações fronteiriças, inclusive de Natividade do Manhuassú, a cidade de Aimorés, surgiram apelos em favor do Espírito Santo. Todos resultou inútil.

JOÃO LUÍS ALVES

Os antigos habitantes de Aimorés, cidade legitimamente espírito-santense, hoje inteiramente perdida para Minas, ainda se lembram de um episódio significativo, quando da inauguração da ponte ferroviária sobre o rio Manhuassú por onde passava a nossa divisa.

Foi em 1910. Entre as autoridades se achava o Senador João Luís Alves. Senador pelo Espírito Santo, homem de estirpe, valôr incontornável, filho de Minas em cujo parlamento também serviu, foi acolhido em nossa terra e por ela eleito Senador da República.

Pois bem — ao ser inaugurada a ponte, João Luís Alves — o ministro do Senador do Espírito Santo, — atravessou-a, apanha um punhado de terra de seu Estado, no outro lado do rio Manhuassú e a vêm colocar, religiosamente, ao lado de cá, no território capixaba, num símbolo de amizade e de harmonia e de fraternidade.

Belo gesto, mas lá das alturas onde repousa a sua alma, João Luís Alves deve chorar a deturpação da sua comovedora atitude, pois esse punhado de terra teve o extranho milagre da germinação, da multiplicação e do avanço, penetrando fundo no Espírito Santo.

Do fato acima exposto, temos ainda em Vitória, pelo menos dois testemunhas. — o construtor André Carloni que esteve presente na

o limite dos dois Estados. Por mais que se procure um acidente geográfico, uma divisa natural capaz de o justificar, — não se encontra. Mas passando o Aimorés, atravessará caudaloso rio — o Manhuassú, limite de outrora — e nos foi arrancado na sequência de outros que já antes haviam sido afastados.

E em pleno 1947, surge-nos ilustre estrangeiro, o presidente do Congresso Snr. Gonzales Videla, em memorável visita ao Brasil, lançando aos quadros ventos, expressões como esta:

“Criaram os homens fronteiras que a natureza estabeleceu!”...

O ACÓRDO DA IGREJA EM 1900

Nada mais de novo posso dizer em tórno de tão palpitante assunto e a matéria esgotada.

Cícero de Moraes, com a competência que lhe reconhecemos, estudou e reestudou, esclareceu e tornou a esclarecer o caso, pondo-o no relívoo de todas as suas nuances.

Todavia, desejo dar maior publicidade a um documento de 1900, pela leitura do qual bem se pode inferir o quanto tínhamos direito à região limítrofe de José Pedro.

Este documento partiu da Igreja — portanto de fonte que deve ser insuspeita. Foi assinado por dois grandes e saudosos prelados. Um paulista, 1.º Bispo do Espírito Santo, D. João Batista Corrêa Nery e outro mineiro de renome internacional, então Bispo de Mariana, D. Silvério Gonçalves Pimenta e com a aprovação da Internunciatura Apostólica.

Eu-lo:

“Petição. Palácio Episcopal de Mariana, 11 de Janeiro de 1900. Ilmo. Exmo. e Revmo. snr. Internúncio Apostólico. Se frequentes as questões entre os vigários limítrofes de nossas dioceses, na parte compreendida entre a serra do Espigão e o rio José Pedro, pela incerteza em que têm vivido os Estados de Minas e Espírito Santo sobre seus limites nessa zona, comum acôrdo recorreremos a V. Exa. Revma., pedindo a gr. de provisoriamente, até que sejam pelo govêrno civil definitivamente demarcados os limites entre êsses dois estados, se cionar o seguinte: que os arraiaes do Príncipe, S. Sebastião da Varginha, dos Mirandas, de S. Miguel do Mutum, de Sebastião do Ocidente, Senhor Bom Jesús do Bom Jardim, S. João do Capim, Conceição do Capim e S. Francisco Humaytá, bem como todos os territórios, fazendas e situações pertencentes a êsses mesmos arraiaes, fiquem sob a direção diocesana do Espírito Santo, a fim de que assim desapareçam os conflitos de jurisdição. Outrossim pedem a V. E. Revma. faculdade para, em caso de novas dificuldades sobrevenirem depois do ato da Exma. Internunciatura, poderem, mediante prévia combinação, resolver-las por si mesmos.

(Assi) Silvério, Bispo de Mariana.

João, Bispo do Espírito Santo.

Despacho:

“N. 1983. Internuntiatúra Apostólica. Visis, praecedentibus praecariam conventionem Apostolica qua utimur Auctoritate

et "Espírito Santo" audiunt, communes limites defini-
erunt, ambae Dioceses eosdem, admittere et adhiere ten-
tur omnino. prout Sanctam Sede mandasse constat. Da-
Petropolis die 24 Januarii 1900. (Ass.) Joseph. Archi-
Thessalonicensis Int. Aplicus. Dr. Andreas Croci Landu-
Serius.". Tradução:

"Visto. Tendo em vista a precedente convenção prece-
sancionamos pela autoridade Apostólica de que esta-
revestidos, depois de delegar poderes aos Remos. Ordiná-
das Dioceses de Mariana e do Espírito Santo, para resolverem
também outras dificuldades do mesmo gênero, se por ven-
aparecerem, pacificamente entre si, do mesmo modo, isto
com jurisdições acumuladas; entretanto, deve-se entender
tanto uma coisa como outra é concedida com a condição
guinte: que logo que os Estados respectivamente cham-
"Minas" e "Espírito Santo" forem marcar seus limites com
ambas as Dioceses estarão obrigadas a admiti-los e a té-
como certos, inteiramente, como consta que a Santa
ordenou".

Os logares apontados nos documentos transcritos, abrangem,
região toda a margem direita do José Pedro.

Enquanto os homens discutiam, a Igreja resolvia, pelo menos vi-
visoriamente, a pendência. Mas o que não há dúvida é que o fez em fi-
do Espírito Santo. É que em Minas Gerais nunca faltaram homens ju-
para honrarem as suas grandes tradições e a Theófilo Otoni e outros,
se juntar a magistral figura desse grande príncipe da Igreja que fo-
Silvério Gomes Pimenta, desse mineiro ilustre que dentro do Brasil di-
ficou o seu Estado e fora da Pátria honrou o Brasil.

A ÚLTIMA INVASÃO MINEIRA

E os anos foram passando. Fez-se longa noite escura.

Os nossos recursos dormiam nos Tribunais e as suas laudas se a-
releciavam, até que, inopinadamente, rudes golpes nos são desferidos so-
égide da Constituição de 1937.

Trancavam-se os nossos direitos ao sul do Rio Doce, reconhecendo
o domínio existente e conquistado pela força, dando-nos, porém, n-
esperanças para conseguirmos mais justiça ao norte.

Esperanças vãs.
Ilusões amargas.
Sonhos fictícios.
Desilusões.

Bem depressa passaríamos a curtir novas e amargas decepções,
a referida Constituição só teve validade para nos cortar direitos, por-
ao não-los trazer pela voz autorizada do órgão que criou — O Ser-
Geográfico do Exército — não se lhe reconheceu ainda a autoridade
mesmo governo criador de tal Constituição, o mesmo governo que non-
a Comissão do Serviço Geográfico do Exército, reconhecendo a vali-
do laudo que, com justeza, resolveu a pendência, esse mesmo gov-
recuou, não das portas da Imprensa Nacional, mas dos seus próp-
prelos, deles retirando o decreto aprovando o laudo citado, únicam-

dentro desta Pátria querida, tão amante da paz e da concórdia, chegou à lamentável situação em que nos encontramos, sem saber, mesmo, como vai terminar tudo isto.

A PONTE DE BAIXO GUANDÚ

As atitudes que tomamos não podem ser classificadas nem sequer de provocantes. Temos procurado, por todos os modos uma solução justa. Enquanto Minas avança em território capixaba, o Espírito Santo avança para a esquerda e a direita em Baixo Guandú, construindo moderníssima ponte de cimento armado sobre o rio Doce, para servir ao território mineiro do outro lado.

CONCLUSÃO

Não acreditamos fique tudo como está e nem descremos na justiça que ainda há de partir, agora da Presidência da República, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal do País e dos novos, dignos e honrados dirigentes de Minas Gerais.

O povo do Espírito Santo tem suas vistas inteiramente voltadas para o seu novo governo e sabe que ele tudo fará pela defesa intransigente do seu patrimônio. Nêle confia.

Temos de reivindicar o que é nosso.

Subamos todos ao Pico da Bandeira, perfuremos o firmamento para atingir a maior altura da Pátria, façamos uma súplica a Deus para que proteja a nossa terra e não consinta a sua mutilação, o seu despedaçamento.

Desçamos depois às praias, acompanhemos a pegadas de Anchieta, subamos com Pedro Palácios o Convento da Penha e de lá também lancemos para os céus as nossas orações para que o nosso Estado volte à sua integridade, tenha sossego e viva em paz.

Quando, para infelicidade nossa, tudo isto resulte vão e o sacrifício perdure sobre os nossos ombros calejados, quando tôdas as portas nos fechem e não mais restar nenhuma, quando a justiça dos homens continue periclitando, não será de nós, capixabas tradicionalmente orgulhosos, que há de partir o grito de rebeldia pela violência, nem de estímulos a lutas fratricidas entre irmãos que nada têm a ver com os desmanchos dos fortes injustos que pisam os direitos dos mais fracos.

Morreremos, deixando às gerações futuras e às nossas próprias gerações, a tradição e o direito de continuarem através dos tempos e séculos, reclamando incessantemente as terras que perdemos, estimulando-nos sempre para crer num Espírito Santo grande e maior dentro do apogeu de suas linhas divisórias; grande e maior pelos seus feitos e realizações nas suas terras restantes a serem singradas mais vigorosamente por arados e pelas rodovias, plantadas e cultivadas em tôdas as suas áreas disponíveis; no aumento crescente das pastarias de suas planícies do norte e do sul, no arruamento geométrico dos seus cafezais capitaneados pelo seu famoso e inigualável "Capitania" em tôdas as suas cochilhas, tôdas as suas montanhas; nas serras produtoras dos frutos que delas podem arrancar em igualdade de condições às fontes européias e ame-

conveniente e crescente do seu pôrto privilegiado e no estabelecimento em Vitória de grandes usinas siderúrgicas niveladas a Volta Redonda, em breve projetando para o firmamento as suas grandes chaminés, prando fumegantes a fuligem dominadora do progresso.

Cremos nos governos que tudo isto fizeram e conseguiram, voltando também as suas vistas para o norte do Rio Doce, transformando-o num grande celeiro capaz de satisfazer tôdas as necessidades do Estado e sua própria exportação, cortando-o de estradas por todos os cantos e recantos, saneando-o, dando-lhe o máximo de ensino, do primário ao agrônômico, aproveitando a pujança, a riqueza e a fertilidade improdigiosa do seu solo maravilhoso, dêste mesmo solo de que o jesuita E. Lourenço, em 1561, portanto há 397 anos, já dizia:

“É ESTA TERRA ONDE AO PRESENTE ESTOU
MELHOR E MAIS FÉRTIL DE TODO O BRASIL”.

**SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HIDROGRAFIA NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

DR. MARIO ARISTIDES FREIRE

Pequeno Estado de terras, em geral, acidentadas, com largos chapadões, após curta faixa de baixadas, o Espírito Santo oferece uma rede hidrográfica, enaltecida por sua perfeição. Acentuou-o Arthur Torres Filho, 1913, na obra sobre "O Espírito Santo e seu Desenvolvimento Econômico".

Constituída de alguns rios extensos e de outros menores, uns e outros contando como afluentes numerosos pequenos rios, riachos, ribeirões, ribeiras e córregos, impressionou ao ilustrado autor daquele estudo — a equidistância média de quarenta quilômetros", entre os rios — 13 (incluindo o Mucuri), que ele considerou principais.

Cobrem tais intervalos os mais variados cursos d'água. Multiplicam-se, dessa forma, terrenos e vales; apropriados a diferentes culturas.

A disposição da costa, no Estado, determina, a seus principais rios, o curso na direção oeste-leste.

Curiosa a distribuição, na obra citada, dos rios considerados principais, em ordem decrescente, segundo a área em hectares, da bacia de cada um, desde a do Rio Doce — extraordinária, mas não só deste Estado, até a do rio Guarapari, apenas, com 30.000 hectares.

Rio Doce com	1.525.500 ha.
São Mateus com	935.000
Itapemirim com	615.000
Itaúnas com	435.000
Itabapoana com	390.000
Jucú com	375.000

Seguem-se os de bacia muito menor : — Santa Maria, Timbui, Beberibe, Santa Cruz, Piúma e Guarapari.

Apreciando-os depois, em ordem igualmente decrescente de navegabilidade, a referida obra mantinha, nos dois primeiros lugares, o Rio Doce, considerado navegável em 184 kms. e o S. Mateus, em 150. Todos os outros rios eram considerados acessíveis à navegação, em menos de 100 quilômetros.

Outro aspecto relevante, no estudo da rede hidrográfica do Espírito Santo, é o número de suas quedas d'água. Contam-se 276.

Em Santa Teresinha, por exemplo, constam 20 (vinte) pequenas

sas fontes de energia. Sômente duas, das oito cachoeiras ali conhecidas, tão aproveitadas : a de Fruteiras, produzindo 4.200 HP, e uma em Mara esta caindo apenas de cinco metros. Entre as seis restantes, inaproveitadas em 1947, figurava a de maior potencial, no Município, estimada em 5.000 HP e formada pelo rio Concórdia, em Jaciguá. O referido Departamento actuou que o potencial de Fruteiras e o desta ainda inaproveitada, representavam 7,36% da potência hidráulica presumida no Estado.

No Alegre, o saudoso Engenheiro Henrique Novais assegurou ser possível obter de 1.000 a 1.500 CN.

E' conhecida a elevada força obtida no rio Jucú; assim como já contam com as possibilidades que oferece o próximo aproveitamento das quedas d'agua, no rio Bonito, afluente do Santa Maria.

RIO MUCURI

O mapa oficial dêste Estado, organizado, em 1944, de acôrdo com os trabalhos das comissões de limites estaduais, considerou do rio Mucuri o trecho acima de Santa Clara, mas fora do território espírito-santense.

Vigorava então o Convênio de limites, condicional e a termo, celebrado com a Bahia, em 22 de abril de 1926.

Depois de publicado o referido mapa, a Constituição Federal, excluindo as divergências sobre limites interestaduais, não derimidas, dentro do prazo que estipulou, de constituírem objeto de acôrdo direto.

Findo êsse prazo, porém, por ato de 11 de abril de 1951, êste e o vizinho Estado da Bahia prorrogaram até 1956, a vigência do que fôra convencionada em 1926, quanto à ação porventura, ainda cabível.

As publicações dêste Instituto devem obedecer, acredito, ao que eventualmente assim oficialmente firmado, e não computar o rio Mucuri em seus trabalhos.

Rubim, que governava esta Capitania em 1818, informava como o Espírito Santo — “na ponta do sul da Barra do Mucuri”. Assim fôra, hoping quem esclarecesse, na primitiva divisão das Capitânias. Há decisão de Mem Martins Sá, reconhecendo que, da ponta de Tinharé, donde, para o sul, devia haver duas Capitânias de 50 léguas de costa, cada uma, até a região depois em que havia como verdadeiro limite septentrional da de Vasco Fernandes Coutinho havia mais de 100 léguas.

Visitando a região, o Príncipe de Wieds considerou o Mucuri — trecho norte do Espírito Santo, que Hartt viu admitido até Santa Clara.

O Ministério imperial de Agricultura, Comércio e Obras Públicas imprimiu, em 1888, duas plantas topográficas que a Inspetoria Geral de Terras e Colonização organizara desta Província, acompanhada de “Breve Descrição”. Nêsse trabalho, o limite é pelo Mucuri.

O dr. Ceciliano de Almeida, autoridade sempre ouvida com grande acatamento, teve ocasião de asseverar — “abundantíssima a documentação que prova estender-se a Capitania do Espírito Santo até ao Mucuri”.

E' curioso salientar mais o seguinte : o Decreto-lei federal n.º 24.344, que, a 23 de abril de 1934, delimitou os Estados de Minas e Bahia, atingindo a cachoeira de Santa Clara, no rio Mucuri, prevê que daí a demarcação cesse — “a linha divisória dos Estados de Minas e Espírito Santo, no ponto definitivo do limite dos Estados da Bahia e Espírito Santo que, de futuro, tenha a ser fixado.”

Nasce o Mucuri em Minas. Confrontando-lhe bacia — a que Artur Torres Filho atribuía 97.500 há, com a do rio Itaúnas esta ampla, abundante e extensa, o dr. Ceciliano de Almeida reconheceu a do Mucuri, constituída de insignificantes córregos e curtíssimos lacrimais.

Depois de receber alguns afluentes, dirige-se de oeste a leste, até ao Oceano, percorrendo 137 kms da antiga fronteira, extensão que alguns

Braço Norte do rio Itaúnas, com aproximadamente 66 kms. e pelo Braço Sul, com cerca de 50, ambos engrossados por alguns córregos e pequenos rios, chega até a vila de Itaúnas. Daí, correndo paralelamente à costa, para o sul, segue a 3 (três) kms. ao norte de Conceição da Barra, em Guaxindiba. Recebe, abaixo de Santa Clara e de Cajubi, no extremo norte, o rio Barreado, percorre a linha assinalada assim, nos modernos mapas do Estado : — “Linha divisória na linha divisória com o Estado de Minas Gerais, em acôrdo com o laudo arbitral do Serviço Geográfico do Exército, em cumprimento do art. 1.º da Constituição”. Refere-se à Constituição de 1937.

Além de vários afluentes nas duas margens, diversas lagoas lhe são ainda tributárias. O rio Preto ou Itaúnas, à margem direita do Itaúnas, corre no limite entre os Municípios de Conceição da Barra e S. Mateus.

Em 1858, José Marcelino registrou, nos seus apreciados “Ensaio de História e Estatística”, os primeiros gastos para canalizar o Itaúnas, de modo a comunicá-lo com o rio S. Mateus; e o dr. Cezar Marques referiu, no “Relatório Geográfico e Estatístico”, o canal tendo 780 braças (1.716 ms.) em 1873, com o aproveitamento do riacho S. Joaquim.

A propósito das baías de Nova Almeida e da atual Aracruz, de onde se abrem francamente para o mar, Charles Frederick Hartt aludia a outro rio, coadourado, obstruído por depósitos seculares de sedimentos, transportados pelos rios. Diante da costa assim formada, aludiu mesmo a um projeto de canal desde Vitória até Rio Doce. O saudoso espírito-santense dr. Gilberto M. observava o mesmo fenômeno na parte final do curso dos rios Itaúnas, S. Mateus e outros, ao norte do Espírito Santo.

RIO S. MATEUS

O rio S. Mateus, como o Itaúnas, é constituído por dois braços. O Braço Norte, o Cotaxé ou Braço Norte do rio S. Mateus, percorre o norte do Município de Barra de S. Francisco; recebe, à esquerda, o rio Santa Cruz, que passa pela vila de Joeirana, além de outros e de alguns córregos, derivados todos da serra de Map-map-Crac. À direita, além dos que lhe vêm da vertente septentrional da serra do Norte, recebe ainda as águas da lagoa Três Ilhas.

O outro braço, o Braço Sul, que conserva, ao mesmo tempo, o tradicional nome de rio Cricaré, recebe, ao norte, rios e córregos advindos da vertente meridional da serra do Norte; e, na margem direita, os que se formam nas serras dos Aimorés e do Pega-Bem, entre os quais o que deu nome ao Município, e que passa pela cidade de Barra de S. Francisco.

No Município de São Mateus, onde, com exceção do rio Muniz F. que corre à margem direita do Braço Sul, os dois braços apenas recebem córregos, o Braço Norte forma as cachoeiras de Lapa e Vapira. Cita-se ainda a do V. do Mato. Entre as quedas d'água no Braço Sul, as mais importantes são de Cravo, Funil, Inferno e Grande.

O Rio Preto, que aflui à margem esquerda do Braço Sul, no Município de Barra de S. Francisco, provindo da serra do Norte, forma uma cachoeira, que o Decreto-federal n.º 33.463, de 4 de agosto de 1953, autoriza o governo deste Estado, como concessionário, a aproveitar-lhe a respectiva energia hidráulica. Fica no distrito da sede do Município de S. Francisco, segundo os termos referidos do Decreto.

Com a denominação de S. Mateus, o rio recebe ainda novos afluentes, como S. Domingos, o Sant'Ana, etc., à margem esquerda; e, na direita, outros — Ursula, Bamburral, Chiado e Mariricu. Este, vinda da Lagoa da Sêca, e sendo verdadeiro desaguardo a drenar lagoas e pântanos, tem a sua confluência em toda a sua extensão, ao tempo em que Arthur

gumas novas palmeiras, em 1942. A região presta-se a culturas de ca-
ros. Suas terras, de excelentes madeiras, contêm ótimas pastagens, pla-
ções, de café, algodão, mandioca, e admitirão outros muitos produtos, a-
inexplorados, conforme preconizou aquele técnico, quando incumbido
examiná-las.

O rio é acessível à navegação em pequenos vapores até a cidade de
Mateus.

RIO BARRA SÊCA

Provindo das vertentes meridionais da serra do Cunha, e, por o-
lado, de contrafortes da Serra do Pega-Bem, no sul limite dêsse Municí-
pio, com o de Colatina, e, a seguir, com o de Linhares até desaguar exatam-
no ponto extremo dos dois, no lugar Barra Sêca, logo adiante da la-
Soroaca. Pouco ao norte, encontra-se Barra Nova, designação que per-
supôr parte dele desviada até lá, como, ao sul, o rio Ipiranga liga à B-
Sêca a lagôa Monsarás, através de pantanos e alagadiços, existentes ig-
mente ao norte.

Poucos afluentes recebe, assim como as aguas de algumas lagoas,
fletindo-se nele o fluxo e refluxo das marés. Pequeno dreno dos panta-
da região, considerou-o Hartt, no ponto onde o viu.

Mutável com os ventos, a barra pode, em marés baixas, ser atrave-
da a váu.

Em 1912, a "Carta Geográfica", dêsse Estado, enumerando dois
Barra Nova, faz um desaguar ao sul da foz do S. Mateus, confundindo
com o Mariricu.

Em grande parte incultas, suas margens são consideradas óti-
para cacáu.

RIO DOCE

Originário da região desmembrada da primitiva Capitania do
Espírito Santo, e com a qual constituída a de Minas, o rio Doce esteve s-
pre vinculado à história dêsse Estado. Lembra os sertanistas que o dev-
saram em busca da lendária Serra das Esmeraldas; os que lhes morrer-
às margens e às cabeceiras, sôbre as cubiqadas pedras verdes; e at-
primeiro ouro trazido, em 1693, à Vitória.

Limite da jurisdição eclesiástica, entre as primeiras dioceses,
supôr fôsse igualmente limite septentrional do Espírito Santo. Conhe-
afirmativa em contrário, por Mem de Sá; os termos expressos do cele-
auto de 1800; a criação de Linhares ao norte, e outros fatos — demo-
tram o contrário.

Perlustrando-o, o major de engenheiros Luiz d'Arlincourt, em 1-
asseverou-o formado pelos Chopotó, Piranga e Ribeirão do Carmo. Ha-
que o estudou em 1867, declarou não haver, mesmo no Pará, contem-
floresta mais exuberante, do que a de suas margens.

No Espírito Santo, entre os afluentes principais da margem esqu-
da, figuram o Mutum, o Pancas e o S. José. Este vem ter à Lagôa
paraná, ligada depois á margem do rio Doce, como outras muitas
gôas marginaes, por um braço do rio, cuja confluência ocorre próx-
á Linhares.

Na margem direita — o Guandú, que, nascido em Afonso Cla-

percorre até o norte, e no qual, com os seus numerosos afluentes, forma bacias de extraordinária uberdade. Aí constitue quatro cachoeiras, das quais, com capacidade superior a 100 HP, duas; além que se contam menores, em seus tributários.

No rio Doce há ilhas muito apreciadas, em geral, de grande fertilidade.

As terras que o rio Doce banha ou por onde passam seus afluentes produzem excelentes madeiras. As rodovias são de difícil conservação a causa da floresta, em alguns trechos, ainda bastante densa, pela pouca com que se renova a vegetação. A variedade de palmeiras, nessa região, é salientada pelo Professor Gregório Bondar, em 1942, quando estudou o norte do Estado, e preconizou novas culturas que ali poderão ser desenvolvidas com vantagem. Prepondera, nessa parte do Estado, o cacáu.

Contemplando o rio Doce em época de grandes chuvas, o Príncipe de Wied-Neuweils calculou-o ter o dobro do Reno.

Sobre ele, construiu-se em 1927, na cidade de Colatina, a infraestrutura de uma ponte, com 700 (setecentos) metros, definitivamente projetada em 1943.

Ergueu-se em 1946 outra, esta interestadual, em Baixo-Guandú.

Constrôe-se agora uma terceira, em Linhares, disposta em concreto armado, com 555 metros de comprimento e 7m.20 de largura; no projeto, por este Estado, da Rodovia Federal BR-5 (Rio-Bahia e Torresânea).

A 20 de Julho de 1857 chegou a Francilvania, colônia fronteiriça ao rio Santa Maria e próxima ao Pancas, da qual — Hartt refere — fim desastroso, num hiato levando algumas dezenas de colonos europeus. Apesar dessa tentativa quase secular, não é fácil a navegação do rio Iguazu, embora considerado oficialmente navegável, pois exige embarcações apropriadas, de fundo chato.

Depois de percorrer 180 quilômetros de território espírito santo, atinge o Atlântico a 19°. — 33', lançando-se com tamanha violência no Oceano, que a mais de legua se lhe percebe a influência.

Por ser arenoso o fundo fluvial e devido ao movimento incessante de areias, a barra, muito perigosa, muda de posição desaguando o rio em dois pontos.

O engenheiro Guilherme Greenhalg, refere Arthur Torres, propõe torná-la mais acessível, diminuindo-lhe a largura, mediante forte dique, na direção da barra sul, que lhe parecia a preferida, por estar mais no alinhamento final da corrente. — Com isso, a barra adquiriria a profundidade de três metros e meio (3m,5) em marés baixas; e a obra faria, além disso, diminuir, nesse ponto, a arrebentação.

RIACHO

De Linhares, desce o rio Quartel, que, no limite desse e do Município de Aracruz, penetra na lagôa do Aguiar, aonde vêm igualmente o rio do Norte, na divisa dos referidos Municípios, e mais dois outros pequenos rios, todos provindos do oeste de Aracruz. Por terrenos alagados, a essa lagôa estão ligadas duas outras, ao sul — a do Meio e a do Baixo, onde o Riacho passa a figurar com esse nome. Recebe então, na margem direita, três rios e alguns córregos; assim como, à esquerda, o rio das Cachoeiras, e o rio do Diabo, e, atravessando a direção

RIO PIRAQUÊ

O rio Piraquê, nome que se presume derivado de FIRI, junco QUI, aqui; ou, conforme pareceu a Newwied e a Saint-Hilaire de PY peixe e CAA, bosque, conhecido, em algum tempo, como rio da Aldeia Velha e, ainda como rio de Santa Cruz — resulta da confluência, por cima da foz, do Piraquê-açu e Piraquê-mirim. O primeiro forma-se na Serra do Oleo, na fronteira dos Municípios de Santa Teresa e Ibirapuera, navegável até a primeira cachoeira, no lugar Limão. O segundo, ao descer de Ibirapuera. Ambos recebem pequenos afluentes.

Com o nome de rio da Aldeia Velha, a Saint-Hilaire pareceu navegável, em 1818, por embarcações consideráveis, pois, em alguns pontos, a profundidade chegava a 14 palmos, isto é, a pouco mais de 3 metros. Naquela época, favorecia o comércio de farinha de mandioca, milho, macacão, ras, cal, feijão, etc.

No porto de Aracruz, a velha cidade onde o Piraquê desagua, entrou em 1953 um navio de 500 (quinhentas) toneladas, tendo subido a foz. Ambu, a uns sete quilômetros da foz.

RIO REIS MAGOS

Primitivamente APYAPUTANG ou, segundo Hartt — APIATTTANG, o rio Reis Magos, em cuja foz está, a vila de Nova-Almeida, é constituído pelo rio Fundão, que, por sua vez, recebe o rio Timbui.

O Fundão desce do Município de S. Teresa, a princípio com o nome de rio das Piabas, substituído no Município de Fundão, onde banha a cidade de desse nome.

O Timbui nasce na serra dos Pregos, a 11 (onze) quilômetros da cidade, que atravessa, de S. Teresa; corta o Município de Santa Leopoldina e limita os Municípios de Fundão e Serra, até encontrar o rio Fundão.

O Timbui, no Município de S. Teresa, forma duas quedas d'água: uma com 250 H. P.; e outra, apenas, de 30.

JACARAÍPE

Pequeno rio do Município da Serra, cuja nascente Hartt pesquisou para afirmá-lo proveniente de montanhas ao norte, e não a noroeste como Gerber traçara. Impróprio á navegação, exceto em canoas, forma estreito vale de margens escarpadas. — Recebe alguns pequenos afluentes. A largura, Jacunem (1) (Jacunê), com a qual se comunica, torna-o caudaloso, por transbordamento, em épocas chuvosas. Cezar Marques preferiu registrá-lo sob a denominação de Caralpe. Desagua na povoação Jacaraípe (a 20°.-Lat. S.) a menos de 12 leguas ao norte, da Ponta do Tubarão.

Hartt viu-o atravessando florestas ainda exuberantes, e banhar terras recomendáveis para café, algodão, etc.

RIO SANTA MARIA

Nasce a oeste do Município de S. Leopoldina, nas serras que dividem esse Município, dos de Afonso Cláudio e Itaguaçu. Percorrendo o Município de S. Leopoldina, recebe numerosos afluentes, cerca de 100, na sua foz.

Hartt fez restrições à fertilidade das terras, que teve oportunidade de visitar, banhadas por esse rio.

Do próximo cachoeiro (sic) desse rio, mandou o Aviso Imperial 10 de abril de 1814 abrir a estrada para Minas. Grandes, algumas cachoeiras desse rio e de alguns de afluentes, acima de Santa Leopoldina, quais a Carta Geográfica do Estado, em 1912, já afirmava de fácil aplicação para fins industriais, como força motriz. Destacam-se os da Fumaça e da Suíça e a cachoeira do Rio Bonito, em curso de aproveitamento, devendo proporcionar mais de 10.000 C. V. ou talvez perto 14.000.

Num percurso de 12 (doze) quilômetros, o rio Santa Maria contém 60.000 C. V.

De efeito surpreendente, refere Olavo Freire ser a Cachoeira Grande.

Pouco acima da cidade de Sta. Leopoldina, verifica-se o fenômeno observado com o ribeirão Sumidouro, tributário do rio Muqui do Norte. Cachoeiro do Itapemirim: torna-se subterrâneo o curso d'água, em curto trecho.

RIO JUCÚ

Braços Norte e Sul do Rio Jucu, provindos ambos de contrafortes da Serra do Castelo, no extremo ocidental do Município de Domingos Martins. Juntam-se na divisa desse Município com o de Jabaeté, formando, desde ali, que começa a percorrer esse último Município — o rio Jucu.

À margem esquerda, o Braço Norte do Rio Jucú recebe afluentes dos rios da Serra do Campo, limite meridional do Município de Santa Leopoldina; e em Jabaeté, os rios S. Agostinho e Formate, este — limite do Município de Jabaeté com o de Cariacica.

À margem direita do mesmo Braço, como às duas do Braço do Rio Jucú, vêm ter outros afluentes.

No Jucú e afluentes citam-se importantes cachoeiras, que produzem energia elétrica além de corredeiras. A do Braço Sul aproveitada e em conexão com a Usina de Fruteiras, as duas maiores instalações hidro-elétricas do Estado — proporciona 3.500 H. P. havendo quem sustente que poderia ainda fornecer mesmo 9.000.

Rio de grande descarga, o Jucú, nas cheias provoca grandes inundações que preparam terrenos aproveitáveis para rizicultura. O Governador Rubim, no princípio do século passado, colheu trigo e manteve plantações de linho na então recém-fundada colônia de Viana.

O Jucú lança uma parte de suas águas, diretamente, no Oceano, numa ponta onde situada pequena situação litorânea entre os Municípios de Jabaeté e Espírito Santo. Outra parte chega à baía do Espírito Santo através do pequeno rio Marinho, ao qual está ligado pelo canal de Camboapina.

Esse canal é geralmente atribuído aos Jesuítas, grandes proprietários de terras no Jucú e em Camboapina.

Saint-Hilaire louvou esse canal. Daemon contesta fosse obra de referidos padres, aos quais atribui apenas uma vala, que teriam deixado por concluir, desde o Jucú, abaixo da fazenda Caçaroça, até Aribirí. Tinha a cachoeira de Oliveira, que a refere construção jesuítica, apurou até haver o Governador Geral mandado embargá-lo, após adquirida a Capitania de

Olavo Freire, citando duas cachoeiras notáveis no rio Jucú, as Rio Claro e Ferrugem, informa que as águas da última apresentam-se amarelhadas como se efeito de óxido de ferro.

RIO GUARAPARI

Guarapari — grafia que Saint-Hilaire e Varnhagen sustentam preferível a Guaraparim — o Goropou — dos levantamentos da costa, foi movido por Albernaz no começo do século XVII, — tem no rio Jucú, que como elle desagua igualmente, na cidade de Guarapari, verdadeiramente um braço. Descem da antiga serra do Perocão, hoje serra de Guarapari, cuja altitude, segundo avaliações antigas, atinge 850 metros.

O Porto, dos melhores do Estado, com 19 palmos de profundidade em pequenas marés, atinge nas grandes 26, e tem comportado alguns navios de guairos transatlânticos.

Além da conhecida pela excelência de seu clima, a cidade de Guarapari é sede de grande e desenvolvido commercio de areias ilmeníticas monazíticas.

Sobre esse rio acaba de ser construida moderna ponte, na rodovia Campos — Vitória.

Wappans salienta o que elle denominou golfo de Guarapari, admitindo embarcações de 15 pés de calado, abrigado por pequeno grupo de ilhas.

RIO BENEVENTE

Nasce na serra do Castelo, no limite sul do Município de Domingos Martins e septentrional do de Alfredo Chaves, isto é provem da mesma região serrana donde, ao norte derivam o Jucú e o Santa Maria.

Depois de percorrer alto chapadão até Matilde, estação da antiga Estrada de Ferro Leopoldina, a 515 ms. de altitude, forma uma primeira grande queda — a cachoeira de Matilde; e, em seguida, algumas correntes, ainda no Município de Alfredo Chaves, onde nasce, atravessando diagonalmente, de noroeste para sudeste. Depois de passar pela cidade de Alfredo Chaves, no extremo do mesmo Município, penetra no de Anchieta e, dirige-se à villa de Jabaquara; e, daí, a cidade de Anchieta, de desagua no Atlântico. Em toda a baixada, nesse segundo Município, embora não muito volumoso, é navegável por pranchas e barcas.

Entre os afluentes, conta-se, à margem esquerda, em Alfredo Chaves, o Batatal, vindo de uma região, na serra desse nome, produtora de excelente café; e, no Município de Anchieta o Corudiba, procedente da Olivânia.

A barra que, nas grandes marés, regula ter 11 (onze) palmos de profundidade, ou sejam, no máximo, 24,2ms, oferece um porto bem abrigado, apenas, para embarcações até 60 toneladas ou de calado, pouco superior a 4 metros, pois uma corda próxima de recifes dificulta o acesso à grande enseada local.

RIO PIUMA

(ITAPOAMA E RIO NOVO)

Da região onde o Município do Cachoeiro aproxima-se dos de Alfredo Chaves e Itapoama (anteriormente Município de Rio Novo), de

rim; extremo do Município de Itapoama, liga-se ao rio Itapemirim. canal do Pinto (citado como rio, em planta de 1878); e prosseguindo Município de Iconha, com a direção nordeste, encontra-se com o rio poama; e passa a formar, com este, o rio Piúma.

O Itapoama, que corre no extremo dos Municípios dêsse nome e nha, recebe, à margem esquerda, o rio Iconha, engrossado, no Município dêsse nome, por numerosos afluentes; encontrando o Rio Novo, mam ambos o Piúma, que pouco adiante desagua na vila dêsse me.

O Piúma, que pareceu a Hartt pequeno e sem importância, pr nha segundo José Marcelino de uma região aurífera.

O Rio Novo em Jaciguá, distrito de Cachoeiro do Itapemirim fo a queda d'agua conhecida por Funil. Ainda em Jaciguá, onde fica a S da Concórdia, o ribeiro dêsse nome, cai de 60 metros ou mais (a Carta ral do Estado registra 180) forma outra cachoeira, cuja potencial é timado em 5.000 H. P.

Em dezenas de quilômetros, o Piúma é navegável por pequenos ros a motor.

RIO ITAPEMIRIM

De ITAPÉ, laje e MIRIM, pequeno, ou em guarani, segundo S Hilaire — pequena pedra chata, se não “lajeado”, isto é arroio ou re com leito de rocha, uma das versões, de Paulo Ayrosa, ao anotar I o rio Itapemirim figura nos primeiros atos da colonização como Tap rym. (1) Tapemiry e indicado por Albernaz em 1631 — “R. Itapemiri”

A celebre carta regia de 4 de dezembro de 1816 a túa pertencentes” à Capitania do Espírito Santo — as cabeceiras do rio vemirim: entre os mais extensos e importantes rios no Estado, é na dade, ainda hoje, genuinamente capixaba, originando-se os Braços N Esquerdo, Rio Pardo e Braço Norte Direito, que o formam, mesmo serra do Caparaó ou em contraforte, dela.

De Muniz Freire promana o Braço Norte Esquerdo, avolumado r Município, à direita, por afluentes descidos da serra *Valentim* e, à esq da, procedentes da de Santo Amaro. A êsse Braço, no dito Município, ter, ainda à direita, o Rio Pardo, que, baixando do Caparaó, banha Município de Iúna a cidade dêsse nome. Decorrendo da mesma serra Braço Norte Direito conta, entre os afluentes, alguns surgidos à sor do Pico da Bandeira.

A confluência dos dois Braços ocorre no Município do Alegre pouco adiante do povoado S. João. Percorrendo depois o Município do choeiro, o rio Itapemirim, a princípio, na direção oeste-este, e depois, accentuado ângulo para o sul-sueste, recebe, à margem esquerda, o Castelo, oriundo da serra do Castelo; atravessa a cidade do Cachoeir Itapemirim; e, por último, através de extensas canaviais, no Muni de Itapemirim, banha toda a planície de muita fertilidade e onde à d ta restam ruínas da grande fazenda do Barão de Itapemirim; passa cidade de Itapemirim; recebe o antigo rio, transformado em cana Pinto, pelo qual se comunica com o Rio Novo; e desagua no Atlântico, percorrer 190 quilômetros; mais ou menos, de território só espírito-santo. Sua profundidade mínima é de 1m.60, segundo observações da Inspe Federal de Portos, Rios e Canais. Alarga-se, em alguns pontos, até 140 tros. Além da ilha fluvial da Luz, na qual funcionava grande usina h elétrica, na sede do Município do Cachoeiro, cita-se ainda a Ilha gra em Pacotuba.

O rio Castelo, que percorre de norte a sul, o Município onde nasce e que lhe dá nome, banhando nele a vila de Conceição do Castelo e a cidade de Castelo, entre tributários cujos nomes estão, na maioria, ligados aos trabalhos da antiga extração e procura de ouro, obtido até mesmo ante desvio do leito de um deles, entra no Município do Cachoeiro, percorre com a largura de 40 a 60ms. em cerca de 14 quilômetros, recebe, à esquerda, o rio Fruteiras. Este, formado entre picos Tamanco e S. Antônio, na região onde o Município do Cachoeiro limita-se com os de Domingos Martins e Alfredo Chaves, desagua à margem esquerda do Castelo, entre Conduru e Coutinho, formando na primeira a Cachoeira Aproveitada. fornece perto de 4.200 H. P., para iluminação da sede do Município de Cachoeiro e distritos de Conduru, Marapé, Jaciguá e Varzea Alta, assim como para iluminação residencial em Guimar. Serve mesmo à Capital do Estado e a outros pontos, interligados como estão as Usinas de Cachoeiro e do Jucú. O Fruteiras forma ainda os quedas denominados S. José e Taquaraçu. No vale do Castelo já se tem cultivado trigo com resultados satisfatórios, em Venda Nova.

Paralelo quase ao Castelo, outro afluente da margem esquerda, o rio Itapemirim, o rio da Boa Esperança, deriva da serra do mesmo nome a princípio, como rio Estrela do Norte. — Recebe o Ribeirão Santa Rita e, passando a denominar-se Boa Esperança, busca o Itapemirim, com largura máxima de 15 metros. — Forma a cachoeira da Boa Esperança.

O Muquí do Norte, outro afluente, do rio Itapemirim, que ele atinge à margem direita, quase na foz, provém do Município do Muquí, e percorre perto de 30 (trinta) quilômetros do Município de Cachoeiro, em média, com 25ms. de largura. Banha a vila de Marapé, onde forma a cachoeira do Peixe, já aproveitada, na Fazenda Amapá. Nessa mesma vila, forma ainda a do Sumidouro, assim chamada porque o ribeirão desse nome, tributário do Muquí do Norte, torna-se subterrâneo, por espaço de um quilômetro, na localidade do mesmo nome, e reaparece já no Município de Cachoeiro. (1).

RIO ITABAPOANA

Com a denominação de Rio Preto, o Itabapoana, limite dessete quilômetros com o de Minas Gerais no extremo do Município de Guaçu, na serra do Caparaó, próximo do Pico da Bandeira. Com o nome de Itabapoana, ao sudeste do Município de Guaçu e ao sul dos Municípios de S. José do Calçado, Mimoso do Sul e Itapemirim, serve de limite meridional do Espírito Santo, separando-o do Estado do Rio.

Lindeiro, que é, este rio só à margem esquerda recebe afluentes do Espírito Santo. Entre os principais rios que nele desaguam, contam-se o rio Veado, em Guaçu, onde atravessa a cidade de Guaçu; o rio Calçado, no município de São José do Calçado, o rio que atravessa de norte a sul, desde as nascentes, na serra das Cangati, dos correços que o formam, e igualmente passa pela sede do Município de S. José do Calçado;

Muquí do Sul, em Mimoso do Sul. Município que percorre, aliado com a direção norte-sul, e no qual depois de cortar a cidade de Mimoso do Sul, desagua no Itabapoana, em Limeira. Graças aos numerosos afluentes, serve ainda a outros centros populacionais no interior, como Airituba, S. José do Calçado, em S. José do Calçado; Conceição do Muquí, Santo Antônio

Rates, em Guaçuí; Bom Jesus do Norte, em S. José do Calçado; — Po de Itabapoana, em Mimoso do Sul; e Barra do Itabapoana, onde desá no Atlântico, em Itapemirim.

Forma diversas cachoeiras, das quais Olavo Freire destaca: Santo Antônio, Fumaça e Inferno.

Navegável até Limeira ou mesmo até Ponte de Itabapoana, Rib Lamégo acentua a propósito o seguinte: “a avidez pelo massapê imp o colono, por força do determinismo geológico e geográfico, a buscar planícies próximas desse rio, para concluir fazendo-o navegável por dezo de quilômetros, embora torcidíssimo de meandros, tendo as margens gadiças de vários quilômetros de largura, principalmente, próximo á f Assim succedeu durante o ciclo do açúcar. Hartt estudou demoradame — “as largas varjarias inundáveis do Itabapoana, que se rebaixam tôda parte em pantanaís”, como as descreve ainda o consagrado autor “O Homem e o Brejo”.

Há quem afirme atingir a barra trinta metros, nas grandes ma Outras consignam a profundidade de 7 ou 8 braços, ou sejam uns de sete metros, na foz, junto a uma ilha que alguns registram com o n de Durte de Lemos. Obstruída por algumas camadas arenosas, a foz é de fácil acesso.

A “Carta Geográfica” dêste Estado, impressa em 1912, assinala margem e próxima à foz do Itabapoana, a Lagôa Marobá, a que vem pequeno córrego ligada depois ao Itabapoana. Com nome de Marobá, H anotou pequeno rio, mas dirigindo-se ao Oceano. Cezar Marques, di narizou-o, desaguando na “baía de seu nome”. Olavo Freire afir desembocando na lagôa, e comunicando-se, por um “canal”, com o Atl tico. Cita ainda outros pequenos rios na região: Imbuí, d’esaguando Oceano, e Gravataí, que afirma desembocar “ao sul da entrada meri nal do canal (?) das Andorinhas”.

O SUPOSTO RIO DO ESPÍRITO SANTO

O que teria ocorrido, na Guanabara, com o Rio de Janeiro ver cou-se igualmente aqui: — a baía pareceu, a princípio RIO e daí o do Espírito Santo, visto pelos descobridores, no dia dessa festa, cristã. talvez, a expressão rio, como entre os navegadores franceses, RIVIE tivessem ambas significação diferente: semelhante observação, feita Saint-Hilaire, foi modernamente corroborada por Afrânio Peixoto e E vão Pinto. O mesmo se deu com ILHA.

Tudo faz crer diverso o significado do vocábulo ILHA quando ating a ILHA d Vera Cruz, e ao tempo em que outras ilhas constam, mesmo exemplo uma, em Vila-Velha, sem se mostrarem cercadas de água...

Rio do Espírito Santo — ainda se lê em Gabriel Soares, em l Vicente do Salvador.

Um curioso portulano, devido aos holandeses, da entrada desta pri tiva Vila, gravado em 1624, e agora reproduzida por D. Clemente da S Nigra no n.º 9 da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artís Nacional”, traz bem legível até a barra a indicação: — Rio de Esp Santo.

Barra do Espírito Santo — figura em conhecido códice portus de 1631. Outro de 1666 registra diferentemente: — Barra do Pôrto Espírito Santo.

Xapinanga (não xapiranga) lê-se em Bras Rubim.

A suposição de rio, no local da baía, persistia e persistiu por alguns anos.

Na “Breve Notícia Statystica”, o Governador Rubim informava em 1816, Vitória situada — “à margem do norte do Rio do Espírito, com o nome à Capitania”. O “capixaba” das “Memórias”, publicadas em 1840, reproduzindo aquela afirmativa, omitiu, porém, esse final. Quando aludiu ao rio Santa Maria, o memorialista o declara desembocando no Espírito Santo; mas parece ter havido ligeira omissão, onde Rubim crevera desembocar o Rio Santa Maria, no do Espírito Santo.

Saint-Hilaire contestou a suposição de rio; e criticou mesmo o erro por havê-la mantida, após Aires do Casal já se referir á Baía de São José. José Marcelino criticava a persistência do erro.

Francisco Manoel da Cunha, que esteve aqui em 1811, descreveu o rio Santa Maria desaguando no braço de mar que forma o ancoradouro de Vitória.

Baía do Espírito Santo — lê-se nos trabalhos de Saturnino de Brito, que considerou — ramo norte do estuário — o local da Ponte da Passagem, considerado em 1631 pelos portugueses — outro rio — Rio de Moçoim.

É um ponto a provocar demoradas e pacientes pesquisas de quem realmente se interessam pelas coisas de nossa terra, maxime depois que Adelpho Monjardim repetiu, no livro “Vitória Física”, o que muitos afirmam: — ali, no ponto denominado vulgarmente “Calçada”, apparece ao fundo lages simétricas de antiquíssima pavimentação, certo, ante a Ponte da Passagem, que data de 1800. —

LAGOS E LAGOAS DO ESPÍRITO SANTO (x)

PLACIDINO PASSOS

O Sr. Presidente da Casa do Espírito Santo, Dr. Euripedes Queiroz do Valle, vem demonstrando um verdadeiro e patriótico interesse no sentido de ser escrita a geografia e história do Estado do Espírito Santo e ser editada para uso em os nossos educandários.

É uma idéia digna dos melhores louvores e aplausos para cuja realização se comprometem concorrer os sócios do Instituto que aprovam este elevado pensamento e considerável sugestão, havendo recebido com real entusiasmo o convite para a sua contribuição.

Comprometem-se, assim, cooperar na elaboração de uma obra absolutamente indispensável, pois é evidente que se faz necessário uma edição no gênero.

Disse o ilustre consócio Dr. Cícero Moraes que os capixabas, estudaram e estudam em os nossos estabelecimentos de ensino, desconhecem a geografia e história do seu torrão natal. É a palavra autorizada de um mestre, confirmada por tantos outros.

De um certo tempo até os nossos dias se verifica esta falta. Assim afirmamos porque em nossa época de colegial de escola primária e estudante de curso secundário, anos de 1900 a 1909, os professores e conselheiros dos educadores, que foram Amancio Pereira e Deocleciano de Oliveira souberam expor e inculcar nos espíritos de seus alunos os conhecimentos de geografia e história da terra de Arariboia e Domingos Martins.

Amancio Pereira com a sua valiosa obra que denominou "*Notas abreviadas de Geografia e História do Espírito Santo*", aprovada e adotada pela Resolução de 5 de junho de 1894, do Governo Estadual, em virtude de parecer do Diretor da Instrução Pública do Estado. Dr. Joaquim Pessanha Povoas, em novembro de 1893.

Foi atualizada em 1921 pelo seu digno filho, o competente professor doutor Heraclito Amancio Pereira, ilustre membro desta Casa, promovendo a feitura da sexta e oitava edição, lançando esta última em 1927.

Deocleciano de Oliveira com as suas sábias aulas, na Escola Normal hoje denominada "Pedro II", revelando os conhecimentos da vida física, política, econômica e histórica da terra que coube a Vasco Fernandes Coutinho pela Carta de doação de 1.º de junho de 1534 e que dela se apósa em 23 de maio de 1535.

Nos dias presentes, está sendo utilizado, pelos professores primários, um trabalho do ilustre espírito-santense sobre fatos históricos do Estado do Espírito Santo. É uma divulgação feita pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria da Educação e Cultura.

Dedicando-se os membros do Instituto Histórico e Geográfico

Espírito Santo, com real empenho e patriótico interesse, à elaboração obra em questão, havemos de ter, em breve, um novo e precioso lição enfeixando valiosos ensinamentos sobre o aspecto físico do Estado, sobre a vida e atividade do seu povo, fatos e acontecimentos nêle verificados que preencherá a lacuna existente, oferecendo, assim, à mocidade das escolas os conhecimentos que precisam e devem saber do território capitaneado.

E cabe, por certo, ao nosso Instituto Histórico e Geográfico preparar esse importante trabalho. uma vez que a sua bela e elevada finalidade é zelar, com carinho e patriotismo, pelas cousas do Estado; estudar os seus feitos notáveis e seus homens públicos, rememorando-os; guardar suas nobres tradições; estudar a sua estrutura física, suas naturezas características, fazendo-as conhecidas.

Comprometendo-me a contribuir desvaliosamente para a organização de livro tão necessário quão útil em nosso meio, me incumbi de escrever sobre limnografia, isto é, apresentar um modesto trabalho sobre as águas acumuladas numa depressão do solo e existentes no Estado, o que constitui uma das partes do seu aspecto físico.

E é a limnografia que trata dessas águas retidas nas cavidades da superfície do globo.

Antes, porém, de entrar, no estudo desses acidentes hidrográficos, isto é, de fazer uma apreciação sobre a sua existência no território espiantense, achamos conveniente discorrer, numa explanação ligeira, a respeito dessa parte das águas continentais.

São os lagos, as lagoas, lagunas e rias que se cognominam também águas dormentes, ao contrário das águas correntes, outra parte das águas continentais: rios, riachos, correços e arroios.

O Brasil, afirmam alguns autores, não possui propriamente lagos. Assim, portanto, o Estado do Espírito Santo não possui lagos, mas lagoas.

Ora se denomina lago uma porção considerável de água existente no meio das terras ou próximo dos mares.

Ora se designam águas impedidas de se escoarem motivado por uma depressão da crosta terrestre.

Outras vezes lago é qualquer porção de água que ocupa uma depressão do solo, mais ou menos fechada.

Julgamos, no entanto, mais acertado dizer-se que lago é uma grande massa de água ocupando uma depressão do solo.

Assim se designando, tanto se considerará a água cercada de terra por todos os lados, ou parada numa depressão fechada, como ocupando uma cavidade no solo e com saída, pois existe porção considerável de água completamente isolada e aninhada longe das planícies ou nas regiões interiores e há grande massa de água acumulada numa cavidade do solo se comunicando com outra idêntica, com o mar ou com um rio, por meio de um escoadouro chamado emissário, ou diretamente com o mar, assemelhando-se a um pequeno golfo.

São dormentes as águas lacustres, normalmente tranquilas. Há correntes, porém, em que se movimentam, formando ondas, às vezes violentas, motivadas pelo sopro de um vento forte ou por tempestade. O embate das vagas nas margens causam destruições e acumulações.

Na lagoa Juparanã o embate das águas revoltas produziram e produzem recantos ou pequenas enseadas.

Os lagos têm o leito ou concha profundo e são de grande dimensão.

a Rodrigo de Freitas, a dos Patos, a Monsarás e a Mãe-Bá, dada a formação ou posição e a acumulação de matérias móveis, denominando também, por esse motivo, lagoas de barragem, muito embora conheçam naturalmente como lagoas.

Há também as *rias*, espécie de lagoas ou lagos formados junto a foz dos rios ou pela entrada do mar nos antigos vales fluviais.

Nunca soubemos da existência desses acidentes geográficos em certas plagas, muito embora nos ensine um autor, mestre abalizado da Universidade de São Paulo, que podem ser encontrados alguns no litoral brasileiro, dando como exemplo o recôncavo baiano, na foz do rio Paraguassu, o que nos ensinaram com o nome de estuário.

Aqui mais uma vez declaramos que estamos fazendo, antes, uma explanação ligeira sobre as várias diferenças e várias denominações das águas dormentes que existem na crosta do globo terráqueo, até a entrada no assunto da nossa simples palestra sobre a existência das mesmas no território espírito-santense.

Continuando, portanto, o nosso estudo preliminar, falaremos sobre a formação e classificação dos lagos. As águas lacustres provêm das caldas, das geleiras e dos rios ou torrentes, originando-se também de fontes ou nascentes próprias.

As lagoas semeadas no território do Estado são, na sua maior parte, formadas pelas águas de rios e córregos, com a contribuição, um tanto, das águas pluviais. Em muito pequeno número são as que se originam de fontes ou nascentes próprias, coadjuvadas também pelas chuvas.

Os lagos, em geral, são de água doce. Alguns, porém, são de água salgada ou salobra, variando as regiões onde se encontram os de água doce e salgada.

Das lagoas existentes no litoral espírito-santense são salgadas e salobras as pouquíssimas que sofrem a invasão das águas do mar, o que sucede nas enchentes dele.

Classificam-se os lagos em de evaporação, de barragem, tectônicos, de erosão, de passagem, de origem vulcânica e emissores.

No Estado existem lagoas de passagem e possivelmente de barragem que se caracterizam apresentando um obstáculo com a acumulação de areias ou outros sedimentos. São as chamadas lagunas cujo tipo, diz-se, é muito comum no litoral brasileiro, pois há outros tipos chamados lagoas de barragem em outras regiões.

Mencionaremos adiante as duas lagoas que consideramos de barragem, que se denominam também lagunas pela sua situação e pelo modo como nelas ocorre.

As lagoas de passagem são as que recebem águas de um rio e lhes dão saída, sabendo-se, porém, que às vezes um rio tem um nome quando entra na lagoa e toma nova denominação ao se formar outro na saída.

Os lagos ou lagoas emissores são os que formam ou alimentam os rios ou ribeiras. Existem algumas no Estado como a lagoa Aguiar onde nasce o rio Riacho e a lagoa Barra Sêca ou Tapada nascente do rio Maricú.

Assim como os rios que passam por diversos ciclos de existência, pois nascem, crescem e envelhecem, também se reconhecem três períodos na vida de um lago: *juventude*, ao receber mais água do que perde; *madureza*, mantendo equilíbrio entre os recebimentos e as perdas de água; *velhice*, perdendo mais água do que recebe, o que se dá pela evaporação ou pelo entulhamento, aos poucos, por aluvião.

do livro que se cogita editar, me comprometerei a fazer qualquer rectificação que se fizer necessária ou corrigir qualquer lapso, com os escriptos precisos, uma vez que continuarei me interessando pela matéria.

Esses accidentes hydrográficos, lagos e lagoas, assunto da nossa lestrá, quer as de extensão apreciável, quer as de pequena dimensão de lindo e encantador aspecto, extasiando, muitas delas, pelo panorama maravilhoso, pois a natureza se manifestou nelas com o seu poder preeminente.

São quase todas piscosas, com vários exemplares na família ictiologica, e as suas margens são abundantes em caças de variadas espécies quer de aves, quer de mamíferos.

Em algumas existem variedades de répteis amfíbios como quelões e hidrosáurios. Os amantes da pesca e das caçadas têm se deleitado apanhando dos espécimes de ambas as faunas, tanto a aquática como a terrestre.

MUNICIPIO DE SAO MATEUS

Sabemos que existem nêsse município, no distrito da sede, as seguintes lagoas: *lagoa das Três Ilhas* que recebe o córrego Aterro e se escoam no Braço Norte do S. Mateus, pela margem direita; *lagoa Lima* comunicando-se com o rio S. Mateus pela margem esquerda; *lagoa Nogueira* entre o Braço Norte e Sul do rio S. Mateus; *lagoa Palmito*, comunicando-se com o rio S. Mateus, antes da confluência dos dois braços; *lagoa Maca* escoando para o Braço Norte do S. Mateus pela margem esquerda; *lagoa Bonita*, comunicando-se com o rio Barra Sêca, situada entre os municípios de S. Mateus e Linhares; *lagoa Santo Antônio Beira Rio*, escoando para o rio S. Mateus pela margem direita; *lagoa Corôa Grande*, comunicando-se com o Braço Norte do S. Mateus pela margem esquerda; *lagoa Estrela* que se liga ao Braço Norte do S. Mateus pela margem esquerda; *lagoa Taquarassu*, na margem direita do Braço Sul do S. Mateus; *lagoa Mangalô*, isolada e fica abaixo da lagoa Taquarassu. Todas essas lagoas estão situadas a N. O. — e S. O. da cidade de São Mateus. Ao sul ficam *lagoa Suruaça*, entre os municípios de S. Mateus e Linhares, situada, porém, a sua maior parte em Linhares, e recebendo as aguas do rio Barra Sêca; liga-se ao mar, na foz do rio Ipiranga, por uma vala; *lagoa Tapera* ou *Barra Sêca*, nascente do rio Maricú, ao Norte, e ligada à lagoa Suruaça, no Sul.

Encontram-se, também, situadas no distrito da sede, as seguintes lagoas isoladas: *lagoa João Gomes*, *lagoa Tabua*, *lagoa Murici* e *lagoa Lencinho*.

MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

No interior dêsse município, formadas nas chapadas, existem as seguintes lagoas: *lagoa Vitorino*, *lagoa Serafim*, *lagoa Belisário* e *lagoa João Sampaio* que se escoam para o rio Santa a Oeste do povoado Santana situado a N. O. de Conceição da Barra; *lagoa Guarahan*, *lagoa Silvino*, *lagoa Gorrão*, e *lagoa S. Pedro* que se escoam para o rio S. Domingos a N. O. de Conceição da Barra e do povoado de Santana; *lagoa Jussara*, escoando para o córrego da Serra na margem direita do São Domingos, a N. O. do povoado Santana; *lagoa da Mulata*, *lagoa da Vaca*, e *lagoa da*

do córrego Jundiá; *lagoa dos Patos* que se escoa para o córrego Ju a O. da cidade de Itaúnas; *lagoa José Capizaba* e *lagoa do Dário*, a m do município, escoando ambas para o córrego Palmeiras ao S. do pov Morro da Anta, abaixo da confluência dos dois braços do Itaúnas; *lagoa Capitão* que se escoa para o córrego Samambala, margem direita Itaúnas, abaixo da confluência; *lagoa da Cobra*, escoando para o E Sul do Itaúnas; *lagoa Benso* que se escoa para o córrego do Eng margem esquerda do Braço N. do Itaúnas acima da confluência; *l Fumaça* e *lagoa Limão* escoando para o córrego do Limoeiro, margem reita do Braço N. do Itaúnas acima da conf. do córrego do Engano; *l Bonita*, *lagoa Peri*, *lagoa Gaturamo*, *lagoa Formosa*, *lagoa Tortura*, *l da Fome*, *lagoa Campo Grande* e *lagoa da Polvora* que se escoam par córrego Dourado, margem esquerda do rio Itaúnas abaixo da confluê dos dois braços; *lagoa Agrino* e *lagoa Casemiro* que se escoam para Itaúnas.

MUNICIPIO DE BAIXO GUANDU

Nesse município, distrito de Ibituba, ficam: *lagoa Preta*, entr cabeceiras do córrego Bananal e córrego Crissiúma, afluentes do Guandu, e *lagoa Branca* na margem esquerda do córrego Bananal:

MUNICIPIO DE COLATINA

Nesse município, distrito da sede, na margem esquerda do rio ce, enumeramos as seguintes: *lagoa Patrão-Mór* que recebe aguas d do mesmo nome e se comunica com o rio Doce; na margem direita o rio ficam a *lagoa Verde* e a *lagoa Gigante* ou *Pau-Gigante*, receb aguas de um córrego e ambas ligadas pelo rio Pau Gigante que para o rio Doce; *lagoa Café*, entre Baunilha e Barbados (chamada bém *lagoa Barbados*, recebendo o córrego S. Gabriel esse comunic com o rio Doce; *lagoa Chôro Dagua*, entre o rio Santa Maria e a Boqueirão que fica entre a lagoa Pau-Gigante e a do Clôro Dagua.

MUNICIPIO DE LINHARES

No município de Linhares, distrito da sede, encontramos situada margem esquerda do rio Doce, subindo da cidade de Linhares, as seguintes: *lagoa Juparanã*, a maior do Estado, com 48 a 50 quilômetros de ci to, recebendo aguas dos rios S. José e S. Rafael e se comunicando c rio Doce pelo rio Juparanã. Mais adiante diremos sôbre esse famoso de agua doce no interior do Estado. *Lagoa Juparanã-Mirim* ou *lagoa l* recebendo os córregos Capivara e Cachoeira, escoando-se para o Dçce; *lagoa das Palmas*, recebendo os córregos das Palmas e Ururau, municando-se por um pequeno rio com o rio Doce; *lagoa das Palmi* escoando-se para o rio que leva as aguas da lagoa das Palmas para Doce; *lagoa Piabanha*, isolada, entre a Palminha ou a Terra Alta; *l Terra Alta*, recebendo o córrego Terra Alta e se comunicando, por escoadouro, com a lagoa Pau-Grosso que recebe aguas do córrego do mo nome e se escoa para o rio Doce; localizam-se em seguida a *Terra Altinha*, *lagoa Monte Verde*, *lagoa Urubu*, *lagoa Papagaio* e *lagoa Óleo*. Subindo de Linhares para o N. e N. E. situam-se a *lagoa do Av* do Arico cujo nome se deve a três pequenas lagoas reunidas, passando

comunicando-se também elas entre si por córregos ou pequenos rios. E tem ainda a *lagoa dos Compadres*, a *lagoa Sabiá* e a *lagoa Movediça*.

No distrito de Linhares, bem ao Norte, comunicando-se com o Barra Sêca, existem a lagoa Cupido, recebendo o rio do mesmo nome *lagoa do Pau Atravessado* que recebe aguas do rio do mesmo nome.

Ainda no distrito de Linhares, na margem direita do rio Doce, com elle se comunicando se acham as seguintes lagoas: *lagoa Pão D* a S. O. da cidade; *lagoa do Limão*, recebendo aguas dos rios Cavalinh Otelo, do município de Ibirassu, e se limitando com o município de Cotina; *lagoa Camargo*, entre a do Limão e a do Pão Doce; *lagoa Bonita* lagoa Taquaral que se encontram situadas a S. E. da cidade de Linhares. Nessa região se encontra também a *lagoa dos Amarelos*.

No distrito de Regência se encontra a *lagoa do Aguiar* que se comunicou, primeiramente, lagoa dos Indios. Recebe aguas dos rios do Norte, S. José, Francês, Quartel e é nascente do rio Riacho, limita-se com o município de Aracruz e se comunica com a lagoa de Baixo que citaremos mencionar esse município. Existem duas pequenas ilhas na lagoa Aguiar chamadas Graciosa e Bueno. *Lagoa Comboios* que se escoam para o rio Doce e fica beira mar, ao O. de Regência.

Ainda no distrito de Regência, ao Norte, estão as seguintes: *lagoa Monsarás* que se comunica com o mar por uma vala, sendo salgadas suas aguas; *lagoa Salgada ou Boa Esperança* onde nasce o rio Ipiranga pelo lado Norte, e se comunicando com a lagoa Monsarás ao Sul, pelo Norte; *lagoa Martins* a Oeste da lagoa Salgada ou Boa Esperança; *lagoa Zacarias*, entre a Salgada e o mar com o qual se comunica; *lagoa da Rada*, distando uns doze quilômetros para L. da lagoa do Aguiar; *lagoa Encantada* nas cabeceiras do rio Combóios. Distantes da villa de Regência, a N. — N. E., fica a *lagoa Parda*, escoando-se para o rio Doce por um pequeno rio chamado rio Preto.

MUNICIPIO DE ARACRUZ

No distrito de Riacho, município de Aracruz, localizam-se as seguintes: *lagoa do Meio* que fica entre a do Aguiar já citada e a *lagoa de Baixo* que se comunica com as mencionadas e se escoam para o mar pelo rio Riacho.

MUNICIPIO DE FUNDÃO

Nesse município, próximo do povoado Janguetá, situa-se a *lagoa Poema ou Pavema*, escoando-se para o rio Timbui.

MUNICIPIO DA SERRA

No município da Serra, próximo ao povoado Jacaraípe, beira mar fica a *lagoa Jacumen* que se comunica com o mar pelo rio Jacaraípe e se torna corrente quando as chuvas transbordam a lagoa.

MUNICIPIO DE CARIACICA

Nesse município estão situadas a *lagoa Cambé ou Combé* e a *lagoa Pires*. A Combé fica entre o distrito de Mangaraí, em Santa Leopoldina e o de Cariacica. A Pires recebe comunicação da lagoa Combé e se escoam para o rio Santa Maria.

baeté que se comunica com o rio Jucu por um emissário ou pequeno canal aberto pelos Jesuitas, segundo consta. Existe nela 3 pequenas ilhas pequenas tuantes que se deslocam ao sabor dos ventos. Encontra-se também a *Tapera* próxima do litoral, ao Sul da vila de Jucu.

MUNICIPIO DE GUARAPARI

Localizam-se no município de Guarapari a *lagoa Caraizes* e a *lagoa Grassai*. A Caraizes está situada ao N. do povoado Una e recebe aguas do rio Caraís e se escoia para o mar. A Grassai fica ao Sul da cidade de Guarapari, na Fazenda Lamarão, próxima do mar.

MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES

Está situada no município de Alfredo Chaves a pequena *lagoa Vinte e Pouca* de pouca importância. Separa esse município do de Iconha. Há a *lagoa de* de que nas suas margens os Jesuitas ou bandeirantes enterravam outras preciosidades. Até o presente, entretanto, ainda não foram encontrados.

MUNICIPIO DE ITAPEMIRIM

No município de Itapemirim, distrito da sede, estão situadas seguintes lagoas na orla marítima: *lagoa Piabanha ou do Gomes*, ao N. da cidade de Itapemirim comunicando-se com o canal do Pinto pela vala de Guarandi; *lagoa do Meio*, entre a Barra de Itapemirim e Marataízes; Marataízes para o Sul se enumeram a *lagoa Funda*, *lagoa Danta* que ligam ao mar como também a *lagoa Siri* formada pelo córrego do B. dos Patos; *lagoa do Cedro*, na Fazenda do Siri, próxima do mar com êle se ligar; as pequenas lagoa das Pitas, lagoa do Saco dos Caçoes la *Quartel* lagoa *Tiririca* ligadas ao mar; *lagoa Caculagem* e lagoa *Boa Vista ou da Tabua* também se comunicando com o mar.

No interior se localizam as seguintes lagoas: *lagoa de Campo Ma* que se comunica com o rio Itapemirim pela vala de Muritiba, na margem esquerda; *lagoa Corôa da Onça* e *lagoa do Limão* também na margem esquerda do rio Itapemirim com o qual se comunicam; *lagoa de Bela Séca* e *lagoa de Monte Alegre*, esta em Bela Vista, formada pelas aguas dos córregos do Brejo Grande do Sul e Brejo Grande do Norte, ambas comunicando com o rio Muqui afluente do Itapemirim pela direita do distrito de Barra de Itabapoana se localizam as seguintes lagoas. *lagoa Morobá*, ligada ao mar pela Barra do mesmo nome, é formada pelo córrego. Salvador, recebendo também aguas dos córregos *Grão* e *Boa Vista* lagoa *Monte Alegre*, segunda do mesmo nome no município, se comunica com o rio Itabapoana pelo rio Muribeca ou das Neves; *lagoa Grande*, na foz do rio Itabapoana se comunicando com o rio deste nome; *lagoa* gada, na foz do rio Itabapoana. É lagoa de barragem.

CONCLUSÃO

Encerramos este despretencioso trabalho com mais destacada referência à maior e à mais importante lagoa do Estado — a famosa Jupar

a 8 de largura, com um circuito de 48 a 50 quilômetros e a profundidade de 20 metros, pouco mais ou menos, diminuindo para as margens.

Suas águas banham terrenos férteis. Ora é serena e ora é agitada levantando-se grandes ondas quando sopradas suas águas, principalmente pelo vento sul, o que impede qualquer navegação em duro momento.

São abundantes de caça as suas margens e as suas águas profundas escondem numerosos e variados peixes.

Algumas das suas praias de branca areia e alguns dos seus recifes têm nomes de real significação e interessantes como Lençol-Grande, Gambá-Pequeno, Gambá-Grande, praia das Estacas, dos Paus, Monte-Mó Escuro, distinguindo-se também o Pontal do Ouro.

A amena e encantadora Ilha do Imperador é assim denominada, virtude da visita que ali fez o Imperador D. Pedro II, em fevereiro de 1860, e onde almoçou. Serviu de mesa uma pardacenta pedra no alto da Ilha, pois se retirou para esse lugar, deixando a lauta mesa sob linda berta, a fim de apreciar a magnificência do panorama local, extrasiando assim se diz.

E assim tenho dito.

NOTAS SOBRE OS BOTOCUDO (*)

RENATO JOSÉ COSTA PACHECO

Preliminarmente:

Trata o presente capítulo dos botocudo, baseado em alguns estudos já publicados sobre os mesmos.

Este grupo chama a nossa atenção, pois habitando próximo ao litoral, ofereceu em nossas costas a mais longa resistência ao colonizador branco, numa luta que começou no século XVI só se encerraria na primeira metade do século XIX, o que torna, para alguns, a porção de terra em que viveram uma distinta área cultural no Brasil (1).

No preparo deste estudo foi de inestimável auxílio a *Bibliographia Indica* do Prof. Herbert Baldus (2) que prestará serviços a todos os que desejarem pesquisar, sob qualquer aspecto, os índios do Brasil. E, por certo, sua cuidadosa elaboração há de ser incentivo a estudos de problemas até negligenciados, bem como dará ao recém-iniciado no campo uma visão geral de tudo o que se já fez anteriormente, evitando a repetição, com perda de tempo e de dinheiro de estudos já feitos, salvo em determinados casos decorrentes de interesses especiais.

Por enquanto, não nos foi possível, infelizmente, examinar todos os títulos arrolados por Baldus. Falta irremediável é o não exame de certos trabalhos citados, que procuraremos suprir em posterior apresentação de material.

Um bom apanhado sobre os botocudo poderá ser encontrado no *Handbook of South American Indians* da lavra de Alfredo Métraux.

As primeiras notícias que temos sobre os botocudo remontam ao século XVI. Os clássicos deste século como Anchieta, Staden e Lery mencionam-se, com maiores pormenores aos tupi, seus vizinhos, como os tupiniquim ou margaiá (4), e tupinambá. Porém Gabriel Soares de Sousa, em sua relação das costas do Brasil, fornece-nos descrição dos airis (nome então dado aos botocudo) sua vida e seus costumes, considerando-os descendentes dos tapuia, o que estudos posteriores não confirmaram. Informações de Cardim (6) sobre os guaimurês coincidem com as de Soares de Sousa.

1. James: 1951, p. 91.

2. Baldus: 1954.

3. Métraux: 1946, p. 531 e seqs.

Melhores informações não nos vêm nos séculos seguintes, através de Simão de Vasconcelos e Southey. Mas fica-nos a certeza, confirmada pelos viajantes do início do século XIX, de que eles traziam em polvorosa todo o sul da Bahia e a então Capitania, designação que Saint Hilaire ouviu para o atual Estado do Espírito Santo, desde o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul (1). Enquanto que em outras partes do Brasil os índios eram escravizados ou rechassados mais para o interior, nesta região o botocudo não permitiam que o branco se “afastasse muito do litoral”, mantendo-se apenas, mal e mal, nas povoações atlânticas de Itapemirim, Benevente (hoje Anchieta), Guarapari, Vila Velha, Vitória, Nova Almeida, Riacho, São Mateus (um pouco para o interior) Porto Seguro e Ilheus.

Os relatos sobre os botocudo, no século XIX, são devidos ao citado Saint Hilaire, a Von Spix e Von Martius, e, mui especialmente ao príncipe de Wied-Neuwied, que escreveu uma verdadeira monografia sobre os mesmos (3). A pacificação dos botocudo se processou em meados do século XIX (em Minas Gerais a partir de 1825) determinando sua aculturação e quase desaparecimento, nos dias que correram.

Os dados de que dispomos foram colhidos em épocas diversas, por observadores vários e em lugares diferentes. Há observações entre botocudos aculturados no sul da Bahia e outras do interior de Minas Gerais. Será sua cultura idêntica? Em outras palavras: é válido um levantamento com base nesses estudos?

Esta dificuldade metodológica já acudira aos mais cuidadosos estudiosos da tribo, no século XIX, que informa que “para adquirirmos conhecimento aprofundado sobre os botocudo faz-se mister procurar o Belmonte, porque não é ainda possível observar os que vivem no Rio Doce”, porém esclarece logo a seguir que “no Rio Doce”, como no Belmonte, os costumes dos botocudo parece serem os mesmos (9).

Os botocudo: *habitat, tipo físico, aparência individual.*

O nome botocudo, como se sabe, deriva do uso, pelos membros da tribo, de botoques, nome que se dá também a índios de Santa Catarina e Paraná, que nada têm que ver com os que aqui são estudados.

Os botocudo (alguns se davam a si mesmos o nome de “en Rackmung”) habitam as costas brasileiras, e no período de seu máximo desenvolvimento, dominavam entre as latitudes sul de 13° a 23°. Já no princípio do século XIX, contudo, estavam confinados entre os Rios Doce e Pardo (15° a 20° de latitude sul).

A simples menção de seu nome, e a conotação de que seus botoques “lhes desfiguravam o rosto”, sempre despertou, na idéia do colonizador, a imagem de fealdade, ou mais além “de inimizade a todo o gênero humano” (10).

Este estereótipo não coincide com as descrições que deles nos foram dadas. Já no século XVI eram eles considerados maiores e mais robustos que os outros índios. Outros estudiosos, e em épocas posteriores, são aconsoados em descrever os botocudo como “fortes, musculosos, bem conformados, geralmente baixos, caixa torácica larga e achatada na parte anterior, tronco alongado, mãos e pés pequenos, pernas finas” e pescoço curto. O crânio do homem apresenta uma fronte baixa e às vezes bastante inclinada para trás, o occipital deprimido, e as têmporas ligeiramente convexas” (11).

Observou-se também que sua altura era mediana e não baixa como se diz acima, o que parece mais conforme com a realidade, em vista do maior número de informações de diversos autores. Mas sua fealdade vem

a ser por muitos comentada, embora Maximiliano os ache "mais bonitos que os demais" e Saint Hilaire afirme que esquece-se sua feiura" e uma fisionomia mais franca (que os índios das outras tribos) e um "ar de alegria". Têm pés delicados **mãos fortes e são, de regra, espaduados**.

Não há acôrdo, também, quanto à cor dos botocudo. Uns declaram que os canela claro; outros amarelos, para o pardo, em virtude do "solar da sujeira" (12). Maximiliano mesmo ora os dá como pardos, ora como marrons avermelhados, ora como bronzeados, assinalando outrossim, entre eles, indivíduos quase perfeitamente brancos (13) provavelmente albinos.

Seus cabelos são fortes, brilhantes, negros "como carvão", duros e raspados, assim como os supercílios e barba, restando-lhes apenas o tufo qual calote no alto da cabeça.

O nariz é curto, achatado, forte, com narinas mais ou menos dilatadas.

Os olhos em geral pequenos, às vezes são azuis (14) segundo informação de Maximiliano, não confirmado por outros autores.

As orelhas e lábios inferiores são deformados pelos botoques, dispostos em brancos feitos, em geral, de madeira leve da barriguda (*Bombax venosum*, coisa), secados ao fogo, de tamanho variado, chegando até a 12 centímetros. "As orelhas de alguns semelham asas largas sôbre os ombros e os lábios ficam muito projetados para a frente".

Andam geralmente nus, sendo que alguns homens usam estejo de niano de folhas trançadas de "issara" a que dão o nome de "gincana", um costume que, com exceção de alguns poucos indivíduos, havia quase totalmente desaparecido no princípio do século XX.

A ornamentação corporal era largamente usada, não havendo distinção entre homens e mulheres. Os chefes, às vezes, tinham como ornamento tinto penas de aves presas à cabeça, e outras partes do corpo. O relato do chefe Gikakein diz-nos Maximiliano, "era pintado de vermelho vivo com uma linha negra sob o nariz, de orelha a orelha," (15) para o qual usavam urucu e genipapo. O botoque era colocado na criança em época de livre escolha de seu pai, por volta de sete ou oito anos.

Costumeiramente apresentavam-se com colares de sementes ou frutos pretos (no século XX mudaram isto para sementes brancas de lágrimas de Nossa Senhora) havendo, às vezes, entre as contas a existência de dentes de macacos ou carnívoros, como o cabiau.

Alguns aspectos culturais.

1. Base econômica: Até meados do Século XIX os homens botocudos foram exclusivamente caçadores, competindo a pesca e a catança às mulheres e crianças. Porém já no século XVI eram famosos como "saltadores" de roças dos neo-brasileiros.

A caça era feita ora isoladamente ora em grupo. Cada grupo tinha sua área especial de caça. O arco e flexa eram os instrumentos usados para a caça, e havia-os de três tipos, consoante seu tamanho: guerreiro, farpado e para caçar animais pequenos.

Não usavam embarcações, que desconheciam, o que é estranho para a região, ao contrário do dito por Métraux, pontuada de rios. Devem ter aprendido a nadar com o branco, ou com outros índios, pois causava espanto a Gabriel Soares de Souza que eles não o soubessem, ao passo que Maximiliano os declarara hábeis nadadores e trepadores de árvores.

As casas, mercê das constantes caminhadas dos membros da tribo, eram de rápida feitura, em geral folhas de palmeiras encostadas aos paços e chocas que só raramente eram transformadas em habitações menos

visórias, onde os poucos utensílios domésticos (vazilhas de taquaraça ex., para água ou cachaça) ficavam ao chão, onde também dormiam.

Maximiliano em mais de um passo de sua monografia se reporta extrema avidez dos botocudo, que por um prato de farinha trocam armas de caça, de penosa feitura, para depois pedi-las por empréstimo. “Comem tanto que uns pisam os ventres dos outros”. Assam mamão v e as carnes, da qual a preferida é a de macaco; apreciam também la de insetos.

2. *Família*: A família era poligâmica. O casamento defluía da vontade dos cônjuges e de seus pais, independente de qualquer cerimônia. Dissolvía-se facilmente o casamento.

A mulher e filhos trabalham árduamente e obedecem ao marido pai. Além da catança e pesca já citados, competia à mulher a construção da choça e o transporte de volumes, inclusive os filhos pequenos, carregados às costas ou pelas mãos.

O adultério da mulher era duramente castigado, citando Maximiliano pelo menos um caso de morte a tiros, por ciúme, de uma mulher, pelo Quartel de Belmonte.

As crianças recebiam nomes que lhes davam atributos de objetos animais e plantas do ambiente. Sua socialização era por imitação, imposições, pois que se exercitavam, em geral, sôzinhas. Pelo menos, quando pequenas eram muito bem tratadas, exceto se choravam, quando apanhavam.

3. *Saúde e higiene*: Tomavam os botocudo banhos frequentes, muitas vezes por divertimento, respondendo mais a uma necessidade de limpeza. Curavam suas doenças com plantas medicinais, que conservavam em segredo. Os contatos com os brancos aumentaram-lhes as doenças (ver Contato com os brancos e com outras tribos).

4. *Lazer*: Cantavam e pilheriavam frequentemente. Seu canto parecia “com um uivo desarticulado”. Os instrumentos musicais mais comuns eram flautas de canudo de taquara, quase sempre tocadas por mulheres. Tinham um jogo de bola de couro de preguiça, em que se jogava um círculo e os jogadores não podiam deixar cair a bola no chão. Durante os frequentes banhos os nadadores procuravam, por divertimento, obrigar os outros a mergulhar.

5. *Liderança*: os botocudo tinham chefe, escolhido de acordo com suas qualidades guerreiras ou de caçador, a que os portugueses chamavam de “capitão”.

6. *Religião*: não há muito registrado sobre o sistema de crenças. Havia entre eles um exorcismo para afastar dos mortos os demônios (pequenos e grandes) com fogueiras acesas perto do túmulo, geralmente por parentes. A lua era venerada como Iam. Manizer, no século XX, numa entidade suprema — Maret-Khmakniam — e na alma dos mortos — nanitiong — (nome que Martius recolheu como diabo em geral) quais podem ser elementos recebidos através de contato, sobre o qual falaremos a seguir. (16)

Contato com os brancos e inter-tribais.

Os botocudo sempre foram vizinhos temidos. O quadro anexo mostra a relação das principais tribos que habitavam próximo a eles. Infelizmente os dados que conseguimos levantar não foram suficientes para fazer o mapa da cronologia ecumênica preconizado pelo Prof. A. R. Müller (17).

Antes do descobrimento do Brasil haviam os botocudo desalojados do tupiniquim de seus territórios, ao sul da Bahia.

Os contatos com os brancos nem sempre lhes foi vantajoso. A

As doenças trazidas pelos brancos, especialmente a varíola, tra com grandes doses de cachaça, exterminaram milhares de membros tribo. E, informa Saint Hilaire, houve vez em que os brancos tenta aplicar-lhe "guerra bacteriológica", dando-lhes roupas de pessoas haviam morrido de infecções variólicas, o que dava como resultado m lutas.

Pelo menos 7 tribos, tendo à frente os patachó — "que os odeiam mais os maconi, malali, capucho, cumanchó, machaca e panhami, ram-se na região do Cricaré (hoje municípios de Conceição da B São Mateus e Nova Venécia, no Estado do Espírito Santo) contra incômodos vizinhos, isto em começos do século XIX.

No sul da Bahia, Spix e Martius haviam tido conhecimento grandes invasões dos "guerens" nome que na região recebiam, nos de 1660, 1670 e 1730, causando grandes prejuízos à cidade de São Jorge Ilhéus.

Os botocudo por muito tempo causaram horror aos brancos e r tições das aldeias litorâneas do Espírito Santo, conforme já acentuam este propósito é curioso o episódio relatado por Saint Hilaire. Qu chegou com seu índio botocudo Firmiano na então vila de Benevente (cidade de Anchieta) foi invectivado por um índio bêbedo que decla ir denunciar a presença do "selvagem". Se não fôsem os gritos do s naturalista sua situação seria bem incômoda, podendo até causar o chamento do botocudo. (18)

Na mesma época o Conde de Linhares (que possuía fazenda no Doce, frequentemente atacada pelos botocudo) em célebre proclama incitara à guerra sem quartel contra os referidos índios, ordenação era, de acôrdo com o testemunho da Maximiliano (19), fielmente seg pelo oficial subalterno de Riacho, e provavelmente de outros quartéis longo da costa norte-espírito-santense.

Na Província de Minas Gerais a pacificação se deveu ao fra Guido Thomas de Marlière. Este, em carta de 13 de novembro de faz ao Governo Imperial uma série de recomendações, inclusive no ser de que fossem encorajados os casamentos mistos. Porém no baixo Doce os botocudo continuaram em conflito com os brancos, e, para à escravização, situação em que eram tratados a golpes de palmatória dirigiram-se para Minas.

Mesmo assim os Naknenuk da margem norte do Rio Doce. tarde reunidos no Posto Indígena de Pancas, ao tempo da pacific em Minas, mandavam suas mulheres ao encontro dos brancos, mostr seus machados de pedras e lamentando-se das condições de trabalho possuem, como que pedindo clemência (21).

Em 1849 o pintor francês Biard (22) num livro etnologicamente mérito, do seu encontro com uma embaixada de Botocudo que vol de Vitória, aonde tinha ido entrevistar-se com o presidente da provín "Haviam entrado na cidade completamente nus; trouxeram-lhes, no enta pressurosamente calças e camisas; deram-lhes carabinas, pólvora, e chu acrescentando aos donativos belas frases e excelentes promessas de não ses recordariam depois; e mandaram-nos embora. Mal os selva se apanharam fora da povoação, como se sentissem incômodados cor trajes, fizeram o que eu também já fizera na travessia aquática de falei anteriormente: transformaram tudo numa trouxa." Por aí se d que, nada obstante os contatos frequentes, era pequeno o grau de s

turação, processo que iria acentuar-se e levaria à desorganização tr nos começos do século XX, por motivos que posteriormente tentarem levantar, ao tempo em que já estavam confinados a territórios admin trados pelo S.P.I.

Vamos examinar, então, segundo os depoimentos de Manizer (23) Froes de Abreu (24) alguns aspectos dos botocudo, conforme eles se ap sentavam até 1926.

Manizer esteve durante 6 meses no Pôsto Oficial de Pancas, a quilômetros da atual cidade de Colatina, hoje extinto, e no aldeame de Lajão, que, provavelmente, foi transformado no atual Pôsto Gu Marlière, próximo a Resplendor, onde Froes de Abreu os visitou, em 19

Neste século a abertura da Estrada de Ferro Vitória a Minas, ag incorporada ao patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce, e a col zação do médio Rio Doce, com imigrantes alemães (de que o roma Canaã, de Graça Aranha, traça os primórdios) italianos e nacionais, aum tou o contato dos botocudo com os “carai” que os chamavam de “pok índios”. Mesmo assim, Manizer em 1915, ainda teve notícia do ataque flechas que os índios fizeram sôbre uma canoa carregada com por isto talvez em virtude da fome frequente entre os grupos que ele visi (minia-jirunas, gout-krakis, nak-rekés e nak-nuks).

Mas o trem “que o governo manda” logo se incorporou ao mu mental dos índios, às suas imagens, e favoreceu seus contatos com brancos.

Vejamos: em 1915 a base econômica era a mesma do que ao ter de Maximiliano, cem arps antes: caça com arcos e flexas; catança sapucaia e genipapo. É verdade que os homens haviam aprendido a plan mandioca, banana e batatas e começaram a pescar. 11 anos após, qua da visita de Froes de Abreu, a mudança observada era intensa. É ver que ele visitou apenas o Pôsto Guido Marlière, onde havia crenques não naknuk. Segundo seu relato “havia modificação de hábitos com ado de novas práticas o que levaria à extinção da tribo.” Os índios em núm de 22 eram meros assalariados do S.P.I. a quem recorriam para a solu dos menores casos, e recebiam de acôrdo com o ponto anotado p capitão Juquinhot.

Os botoques, tanto os auriculares (netó) quanto os labiais (gu estavam em desuso, sendo encontrados somente em 3 indivíduos, o me ocorrendo com a pintura de corpo. Adotavam muitos dos costumes brancos, como o uso de perfumes, a gravata e o colarinho. Arcos e flec só são fabricados com técnicas simplificadas, para venda na próxima e ção da Vitória a Minas, na época a 10 mil réis cada. O receio do bra e da vida da cidade (que alguns conheciam) é anotado por Abreu, observa ser frequente a distinção entre carai-lehé (branco bom) abrange os funcionários do S.P.I. e os etnógrafos que entre eles estiver e deram-lhes presentes e carai-ton (branco mau) que são todos os den neo-brasileiros. Contudo eles não mais resistiam à mudança: aceitavam e achavam cômoda a situação de dependência do Govêrno, que m no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Não mais existe o Pôsto do S.P.I. em Pancas: ao que me informaram foi êle fechado, por falta de índios que haviam fugido. Em 1911 Nimuendaju averiguou a existência de apenas 78 botocudo, em Minas Gerais, nos Postos Oficial de Teófilo Otoni e Resplendor, que ainda existem presentemente.

Não temos dados para informar quantos são, atualmente, os botocudo, índios de calças compridas que, como milhares de outros, sofreram o impacto da civilização ocidental sobre sua cultura. Aqueles a quem o século XVI não havia "poder no mundo que os possa vencer" já foram derrotados pelo contato. Um estudo do estado presente dos botocudo e da situação de sua cultura seria de interesse.

BIBLIOGRAFIA REFERENTE AS NOTAS DE RODAPÉ

1. Abreu S. Froes — "Os índios Crenaques (Botocudos do Rio Do em 1926. *Revista do Museu Paulista*, XVI, São Paulo, 1929. pp 569-601.
2. A.R. Müller — *A study of the social organization of Indian tribes in South America*. Oxford, 1951.
3. Baldus, Herbert — *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo, 1954.
4. Biard, F. — *Dois anos no Brasil*. São Paulo, 1954.
5. Cardim, Fernão — *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo, 1939.
6. James, Preston E. "Cultural regions of Brazil", in *Brazil-Port of Half a continent*, organizado por T. Linn Smith. Nova Iorque, 1951.
7. Lima Figueiredo — *Índios do Brasil*. São Paulo, 1939.
8. Lery, Jean de — *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, 1941.
9. Manizer, H.H. "Les botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915", tradução de A. Childe, in *Archives do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XII. Rio de Janeiro, 1919.
10. Métraux, Alfred — "The botocudo", in *Handbook of South American Indians*, vol. I. Washington, 1946.
11. Saint-Hilaire, Auguste — *Segunda Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo, 1936.
12. Idem, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, 1938.
13. Soares de Sousa, Gabriel — *Tratado descritivo do Brasil em 1763*. São Paulo, 1938.
14. Spix, J.B. Von e Martius, G.F.P. Von — *Viagem pelo Brasil*. 2.º volume. Rio de Janeiro, 1938.
15. Idem, idem — *Através da Bahia*. São Paulo, 1938.
16. Trujillo Ferrari, Afonso — "Los Yunga y botocudo", ms apresentado à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Brasil, 1953.
17. Wied Neuwied, Maximiliano, príncipe de — *Viagem ao Brasil*. São Paulo, 1940.

APENDICE

Os botocudo em relação com outras tribos.

Século XVI — Aimorés ou
Gauimurês
(Botocudo)

Século XIX — Botocudo

Norte — Tupinambá

Sul — Tupiniquim (Margaia)
Goitacaz
Papanaz.

Norte — Maracá
Zamplam (?)
Patachó

Cumacho
Machacali ou Machaca
Maconi
Molô, Canucha, Parh...

DISCURSOS E MENSAGENS

E ELLES ERAM ASSIM ... (*)

NELSON ABEL DE ALMEIDA
Orador do Instituto

MEUS SENHORES:

Um novo biênio administrativo se inicia, em nosso Instituto Histórico e Geográfico — o biênio 1945-1947 e, ao ensejo d'este fato auspicioso, quero deixar aqui, bem patenteado, o quanto lamentamos o não ter sido o nosso venerando consócio — Dr. Artur Lourenço de Araujo Primo — o não ter querido esse vosso venerando consócio continuar à frente de nossos destinos, opondo aos nossos desejos uma circunstância respeitável, qual a de sua idade que não mais lhe permite excessivos esforços.

Vimos todos, entretanto, o quanto foi profícua, para o Instituto, a administração do nosso ex-Presidente; durante ela assistimos o transcurso de um centenário — o do Barão do Rio Branco —, e vimos como se revelou S. Excia. para que, em nossa Casa, esse fato histórico, tão significativo, tivesse uma comemoração condigna.

Não quero também, presados consócios, deixar sem um registro especial o carinho com que, os companheiros de diretoria do Dr. Artur Primo, os nossos dignos consócios Drs. Euripedes Queiroz do Valle, Jair Etienne Dessaune e Almir Gonçalves exerceram funções de grave responsabilidade, como sejam as de Secretário Geral, Sub-Secretário e Tesoureiro, da Casa, no biênio que ora se finda.

Assim, não estou encarecendo, injustificadamente, os seus serviços que estes são, de todos nós, bem conhecidos; não lhes estou louvaminha gratuitamente; estou lhes fazendo justiça, exclusivamente justiça e, porque, peço à Casa que aprove a proposta, que ora faço, para que inserida na ata dos nossos trabalhos de hoje, um voto de louvor, louvor a todos os nossos consócios ilustres e ao Dr. Artur Lourenço de Araujo Primo, com o devotamento com que os mesmos serviram ao nosso Instituto.

Não quero também, caríssimos consócios, deixar de vos testemunhar o meu reconhecimento público, pelos sufrágios que, bondosamente, me prestastes e com os quais me exalçastes à elevada e difícil função de orador oficial, d'este Sodalício, para o biênio de 1945-1947, que hoje se inicia.

Não vos posso prometer muito, não vos posso prometer, exclusivamente com brilho, tão elevada função, mas prometo-vos que farei o possível para corresponder ao vosso gesto magnânimo; se necessário, farei mesmo sacrifícios e, com boa vontade, procurarei suprir a minha pouquidade, quanto muito não posso fazer, mas *"quem faz o que pode faz o que dá"*, já o disse alguém.

—o0o—

SENHORES:

Nesta sessão solene, nesta sessão de 12 de Junho de cada ano, o

já tão longe, e, entretanto, está tão perto, o sentimos todos; nesta sessão magna, o Instituto celebra, solenissimamente, o aniversário de sua fundação, mas também, nesta mesma sessão, deve ser feito o elogio dos sócios desta Casa, falecidos durante o ano, é o que prescrevem os nossos estatutos, em seu artigo 59, § 1.º

Daí porque, ela, isto é, esta sessão solene, bem poderia ser denominada a "Sessão da Saudade"; nela todos nós, os membros deste Instituto, os amigos que nos honram com a sua presença e estima, todos os espírito-santenses, pelo nascimento ou não, todos nós, misturamos as nossas alegrias às nossas tristezas porque, se em verdade o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em cada 12 de Junho, vê crescer os serviços prestados à história e à geografia do Brasil e do nosso Estado, também não é menos verdade que, em cada 12 de Junho temos uma oportunidade maior de recordar aquêles outros sacerdotes, que no doze de Junho anterior estavam ao nosso lado, nessa mesma sessão, vibrantes de idealismo e de entusiasmo, num culto perene ao nosso passado, às nossas tradições e que agora aqui não mais estão, materialmente presentes, eis que Deus em sua alta e indiscutível sabedoria, deu-lhes por findas, as suas vidas sempre admiradas, deu-lhes por findas essas vidas, que de hoje em dia constituirão um exemplo de civismo, um modelo de virtudes, para os que aqui estamos, para toda essa mocidade, em quem a Pátria do Espírito Santo depositam toda a sua esperança, para o porvir.

Posso afirmar (e penso não cair em erro) que ainda não houve um ano, um ano sequer, em que o nosso Instituto não registrasse claros, no seu quadro social, ainda não se passou um só ano, em que não houvesse de lamentar, nesta sessão solene, o desaparecimento de consócios ilustres que enalteciam esta Casa, e tanto fizeram pelo que é nosso.

Esses tresentos e sessenta e cinco dias transcorridos, Senhores, fizeram, profundamente, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

É que o nosso quadro de sócios viu-se desfalcado de três vultos e mais eminentes, dos mais destacados e dos mais insignes — CLOVIS BEVILAQUA, ANTONIO FRANCISCO DE ATAIDE E JOSIAS BATISTA MARTINS SOARES.

—ooo—

SENHORES:

Para muitos poderá parecer estranho e esquisito, mas é real. Clovis Bevilaqua, o grande Clovis, o civilista inegalável, pertencendo ao nosso Instituto Histórico, fazia parte do nosso quadro de sócios honorários.

A morte deste brasileiro invulgar, deste apóstolo do Direito, do homem que nasceu e viveu, para o estudo, ocorreu em 26 de Julho de 1900. Era Clovis filho do casal José Bevilaqua e natural do Estado do Ceará, tendo nascido na cidade de Viçosa, aos 4 de Outubro de 1859.

Os seus estudos primários foram realizados em Viçosa e Sobral, tendo cursado o Ateneu Cearense, em 1872 e nêle feito os exames de francês e português, em 1874; em 1875, Clovis passou-se para o Liceu Cearense quando prestou exames de latim, geografia e aritmética.

Nessa época longínqua, o sábio e jurista foi contemporâneo de Capistrano de Abreu, Tomaz Pompeu, Rocha Lima e Araripe; 1876 foi o ano em que Clovis chega ao Rio de Janeiro, após frequentar as aulas do Mosteiro de São Bento e do Externato Jasper, presta os seus últimos preparatórios para a faculdade de Direito, tem agora, como companheiros, um boêmio — Paula Ney — e um enamorado da República — Silva Jardim.

De início, Clovis foi um aluno que pouco se interessou pelo curso jurídico; é ele mesmo quem, disso, nos informa ao responder a um inquirito feito por João do Rio, como se passa a ver:

"Foi que, por assim dizer, comecei a interessar-me por essa ciência, ao lado da qual passara cinco anos sem lhe perceber os encantos. Devo a Tobias Barreto esse inestimável serviço de me ter aberto a inteligência para ver o Direito. Durante o curso acadêmico estudei apenas para cumprir as minhas obrigações e transitar pelas solenidades escolares com o apoio estranho; mas, não podia dedicar afeição profunda a uma ciência na qual não descobrira o influxo de idéias que me davam a explicação do mundo. Incitado pelo ensino de Tobias e guiado por Ihering, vi o Direito à luz da filosofia, da sociologia e da história".

Aos vinte e três anos de idade, Clovis Bevilacqua conclui o seu curso jurídico, em 1882.

Pretendia exercer o Ministério Público, em seu Estado natal e, por isso, pleiteou a Promotoria Pública de Cascavel; a sua pretensão não foi atendida; o mestre reclama pela imprensa e nada consegue; afinal aceita a Promotoria Pública de Alcantara, no Maranhão, tendo exercido as respectivas funções por espaço de três meses.

Mais tarde, por cinco anos consecutivos, vai ele desempenhar as funções de bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife; e aí ingressa no magistério, eis que, de 1889 a 1891, Clovis está professor de Filosofia da mesma Faculdade, tendo sido, depois, investido catedrático da mesma cadeira, depois de notável concurso.

E a vida de Clovis continua a sua trajetória ascensional, pela estrada do Direito; o seu espírito ia, cada hora, mais amadurecendo e ele inicia então a sua vida de escritor inconfundível, sempre acatado, versando em Direito em seus mais variados ramos; e os volumes vão surgindo, cada ano, ora sobre Economia Política, ou sobre Legislação Comparada, ou ainda sobre o Direito Judiciário, sobre o Direito Internacional Privado e sobre o Direito Público Internacional, ou enfim sobre todos os ramos do Direito Civil; e Clovis não se cansa de produzir e se revela um mestre também na elaboração de obras históricas, na elaboração de obras sócio-educacionais críticas.

Dez anos se passaram da Proclamação da República; estamos em 1899 e o Brasil ainda não tem um Código Civil, a despeito dos seus setenta e sete anos de nação independente. É preciso uma solução para essa anomalia e Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça do Governo Campos Sales, convida Clovis a organizar um Projeto de Código Civil, para o nosso país. Apresentado este projeto, Coelho Rodrigues o ataca, Andrade Figueira o critica; e Clovis, impassível e sábio, defende a sua obra; e enfim, em 1916, o Projeto se transforma no Código Civil.

De 1906 a 1934 exerce Clovis Bevilacqua as funções de Consul Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e os seus pareceres, comentários de saber, verdadeiras lições de Direito, causam a admiração de todos; a sua obra de jurisconsulto avulta sempre, e de tal forma, que os Presidentes Hermes da Fonseca e Washington Luiz quiseram fazê-lo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Recusou a ambos os convites.

Foi um dos quinze sócios de honra, como representante de países cultos não europeus, na Associação Internacional de Filosofia, de Direito e Economia Política.

Membro de várias sociedades internacionais de cultura jurídica e filosófica, Clovis teve, também a incumbência de representar Portugal na Liga das Nações. Ao aceitar o encargo impôs a condição de não sair

Jurisprudência de Buenos Ayres; era sócio correspondente das Academias de Quito e Bogotá, Presidente Honorário do Instituto da Ordem dos Advogados dos Brasileiros, Professor Honorário das Faculdades de Direito de São Paulo, Ceará e Maranhão; era ainda membro correspondente do Instituto Argentino de Direito Internacional, sócio correspondente do Instituto de Coimbra e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A vida de Clovis, Senhores, sempre esteve a serviço do Brasil, sempre foi iluminada pela sua crença inabalável no Direito, na Liberdade, na Moral, na Justiça, na Democracia e nos milagres do Patriotismo.

E ele mesmo, naquêlê *Credo* admirável proclama:

“CREIO nos milagres do patriotismo, porque o patriotismo é força social do amor, e como tal, é força irresistível e incomensurável; aos fraquezas dá alento, aos dúbios decisão, aos descrentes fé, aos fortes ilumina, a todos une num feixe indestrutível, quando é preciso agir ou resistir: não põe inspiração ao ódio e não mede sacrifícios para alcançar o bem comum”

Clovis foi um exemplo, pela sua bondade, pelo amor ao trabalho, pela cultura aprimorada, pela modéstia; ele era o *“vir probus”*, *“o homem probe, de coração e de espírito”*, dêle disseram.

Nós, do Instituto, lamentamos a perda sofrida pela Pátria, com seu desaparecimento; nós aqui guardaremos sempre, com respeito e admiração, o seu nome, de brasileiro e de jurista inegualável.

—o0o—

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

A CASA DO ESPÍRITO SANTO ainda não está, bem refeita, daquela perda irreparável que sofreu em Fevereiro do corrente ano de 1945. Refiro-me ao desaparecimento daquêlê nosso consócio, que se chamou Antonio Francisco de Ataíde; refiro-me à morte daquêlê brasileiro insigne e daquêlê capichaba ilustre, sempre apaixonado das cousas do Espírito Santo, o qual foi Antonio Francisco de Ataíde.

Este nosso eminente, e sempre lembrado consócio, nasceu neste Estado do Espírito Santo, em 22 de Outubro de 1860, tendo se diplomado em Engenharia civil, pela antiga Escola Politécnica em 2 de Abril de 1884.

Em nosso Estado foi o Dr. Ataíde (como era êle mais conhecido) lente de Pedagogia da Escola Normal “Pedro II”, tendo se visto na contingência de confeccionar as apostilas de suas aulas, eis que ao tempo isto é, em 1884 não eram encontrados, nas livrarias do nosso país, compêndios que versassem a matéria; lecionou ainda no Ateneu e no Colégio “Nossa Senhora da Penha”, nas secções masculina e feminina.

O ano de 1885 foi encontrar o Dr. Ataíde nomeado Inspetor Geral das Obras do Estado.

E percorrer a vida de Antonio Ataíde é recordar a nossa Vitória, a nossa “Cidade Presépe”, que possuía nos Pelames, um brejal, e também o reguinho que se estendia da Fonte Grande ao mar; foi Antonio Ataíde quem, em 1895, como engenheiro chefiou as obras de drenagem do referido brejo e ainda as de canalização do supra-citado reguinho, empregando nessa última obra os canos *União-Continua* (cimento armado), tendo também, por essa época, organizado a planta geral da nossa cidade querida.

Isso era a continuação da série de serviços que o grande capixaba vinha prestando ao Espírito Santo, eis que em 1887, sob a chefia do engenheiro Pantoja havia êle trabalhado nos núcleos Conde d’Eu e Senador

Acioli de Vasconcelos e, em 1906, vai fundar, em Baixo Guandú, o nú-
Afonso Pena.

O ilustre capixaba, entretanto, como estava escrito, não dev
prestar serviços, apenas à sua terra natal e, em 1909, como autêntico b
deirante do progresso, lá vai ele, com sua família, a fim de ser o cl
da Estrada de Ferro de Alcobaça, à margem do rio Tocantins.

O impaludismo, no entanto, o atingiu e, em 1910, ei-lo, novame
em sua terra, mas agora com a saúde, gravemente, abalada, mas tamb
tendo, certamente, a intenção de nunca mais, daqui se ausentar, como
fato não se ausentou.

Mas, Senhores, a moléstia não iria interromper um ciclo de servi
já tão valiosos, que Antonio Ataíde vinha prestando ao Brasil e ao Espí
Santo.

Assim, em o Congresso Estadual, por diversas vâzes, ocupou ele u
cadeira e, só deixou de fazê-lo quando, em 1930, a Revolução de Out
decretou o encerramento dessa casa legislativa.

Como legislador, longa e multiforme é a obra de Antonio Ataíde, c
essa que pode ser, devidamente, aquilatada através os seus discursos, a
vés os seus projetos de lei; e essa obra é, sobretudo, caracterizada por
sentido, profundamente humano, é marcada, sobretudo, pelo idealismo
assinalou tôda a vida de Antonio Ataíde.

Assim, como representante do povo espírito-santense, no Congr
Estadual a vida dêste inclito varão está assinalada por fatos notáveis,
como o discurso em que defendeu a mudança do nome de Benevente p
o de Anchieta, a defesa que fez da autonomia dos municípios, tendo
tentado a idéia da conservação de todos os municípios, fossem eles gran
ou pequenos; e Antonio Ataíde é, que se não esqueça, o autor de
projeto que se transformou em lei e que visou o beneficiamento e a c
sificação do café, beneficiamento e classificação essas, hoje, universalme
aceitos; foi ele também quem apresentou projetos de lei sobre a inspe
médico escolar do Estado, sobre a Caixa Beneficente "Jerônimo Montei
além de outros trabalhos, dos quais nos dão notícias os anais do Congr
Estadual. Era assim Antonio Ataíde, era um infatigável.

Ainda, quando em 1930, o Presidente Aristeu Aguiar renunciou
o seu cargo, Antônio Ataíde, então na Presidente do Legislativo capix
vai assumir, por força de lei, a governadoria do Estado.

Dirigiu o Estado pouco tempo, é verdade, mas não se deixou emp
do poder, não praticou uma violência sequer, não traiu aos seus id
republicanos; antes, como bom republicano, como lidimo capixaba, ap
para a boa vontade de todos, em pról do Espírito Santo e do Brasil.

Em Vila-Velha a figura de Antonio Ataíde foi sempre quer
daquêle extinto município foi ele Prefeito, tendo sido distinguido
uma eleição e uma reeleição; revelou-se o administrador de visão,
exercício dessa função, tendo introduzido melhoramentos, dignos de n
nessa parcela encantadora da terra capixaba.

—ooo—

SENHORES:

Até agora vos mostrei, sem brilho, o reconheço, o Dr. Antonio Franc
de Ataíde, administrador, entregue às atividades administrativas e polít

Não esqueçamos nós, entretanto, não esqueçais vós, de que o n
guêido consêcio foi um eminente enxada de nossa história e de

Como fundador desta casa, coube ao Dr. Ataíde a presidência dos trabalhos preliminares, tendo a secretariá-lo um outro consócio, sempre lembrado, com saudade, por todos nós — Arquimimo de Mattos.

Foi, também o nosso Dr. Ataíde o primeiro presidente efetivo do Instituto, no biênio 1917-1919; voltou ainda a presidi-lo no biênio 1933-1935.

Nesta Casa, todos os que a servem, com devotamento, recebem o justo prêmio dos seus serviços e assim o nosso Instituto, reconhecendo os reais serviços que lhe prestara tão insigne varão, serviços esses que refletiram sobre a nossa história e sobre a nossa geografia, o nosso Instituto, num ato inteiramente justo, concedeu ao seu primeiro presidente efetivo o título de "PRESIDENTE HONORÁRIO".

Em 1922, ele — o Dr. Ataíde —, ao lado de Elpidio Pimentel e Arquimimo de Mattos, vai representar o Espírito Santo, nas festas do Centenário da Independência do Brasil; e em 1926 é ainda honrado com a Vice-Presidência da Comissão Organizadora do Oitavo Congresso de Geografia, que se reuniu, nesta Cidade, sob a presidência do General Candido Rondon, de 24 a 30 de Novembro daquele ano.

Não foi um Vice-Presidente platonico, não se contentou com o cargo honroso, porque para este certamen cultural, para o Oitavo Congresso de Geografia, elaborou o Dr. Ataíde uma memória, ainda inédita e subordinada ao título A DESCOBERTA DA AMÉRICA.

Era também Presidente do Museu Capixaba, no período de sua organização.

Foi um colaborador assíduo da Revista do Instituto; nela encontramos dezenas de artigos, os quais darão centenas de páginas sobre os mais variados assuntos da nossa história e da nossa geografia.

Hoje o nosso autorizado consócio escreve sobre o túmulo de Anchieta sobre a vida e a obra do, jamais esquecido, "Apóstolo das Selvas" Mineiras; amanhã é uma conferência sobre o Barão de Mauá, é um discurso sobre Domingos Martins, sobre a Revolução de 1817; daqui há pouco a sua voz acatada era ouvida com respeito, sobre o IV Centenário do Povoamento do sólo espírito-santense; logo mais ele — o Dr. Ataíde — o homem que tinha um direito incontestável de repousar, estava ao lado de todos nós, contagiando-nos de sua fé, para falar do Cincoentenário da Proclamação da República.

Mas, Senhores, este homem culto e idealista, apaixonado do Espírito Santo e do Brasil e de todos nós admirado, este homem que a idade avançada não conseguiram envelhecer, porque a velhice não está no corpo e sim no espírito e o espírito de Antonio Ataíde sempre vibrou pelas nobres causas, este homem que, com todo o respeito e com todo o reconhecimento, cada um de nós viu caminhando, pelas ruas da nossa cidade, com afabilidade, falando a todos, este homem que era um animador deste Instituto, que sempre que podia vinha à esta Casa, à esta sessão solene, este homem faleceu, nesta cidade, em sua residência, cercado do carinho de todos os seus, no dia 15 de Fevereiro do corrente ano.

O Governo do Espírito Santo, representado pelo Exmo. Sr. Inventor Jones dos Santos Neves, legítimo representante das aspirações do povo capixaba e intérprete das atitudes leais e desassombradas deste município, o Governo do Estado prestou-lhe significativas homenagens e providenciou para amparar a viúva de tão inclito espírito-santense D.^ª Rebelo de Ataíde —, com uma pensão.

Era, enfim o Espírito Santo lamentando o desaparecimento do seu grande filho.

E, quando o corpo de Antonio Francisco de Ataíde foi entregue

admirável, e sempre oportuno — “*não se pode bem avaliar a relevância dos serviços prestados por um homem, senão depois da sua morte*”.

—ooo—

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Estamos em 8 de Maio de 1945; espoucam foguetes em nossa Capital; festeja-se aqui o “DIA DA VITÓRIA” e é, exatamente, nesse dia 1º para todos, que no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, se abre um claro, com a morte do Desembargador João Martins Soares.

Josias Soares, Senhores, era natural do Estado de Sergipe, tendo nascido em 27 de Junho de 1874, em Vila Nova; era filho do Bacharel José Leandro Martins Soares e da senhora D.^a Maria Emilia Batista Martins Soares; começou o seu curso primário na vila em que nasceu e em Proprieta, tendo concluído no Colégio São João, na cidade de Penedo, dito curso primário.

Na Bahia começou os seus estudos de preparatórios, tendo, no Liceu Baiano prestado exames de português, francês e latim em 1889; em seguida, presta, ainda exames de outras matérias, como inglês, história do Brasil, geografia e etc. e, em 1891, em Aracaju, presta afinal os últimos exames que foram história Geral, geografia, álgebra e trigonometria; assim chegou a ele ao ano de 1892, que marca o início do seu curso jurídico, na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Em fins de 1895 concluiu o nosso consócio o curso jurídico, tendo tido professores ilustres, dentre os quais se destacam Clovis Bevilacqua, que lecionava História do Direito Nacional, em 1896, e de Martins Junior.

Concluído que foi o seu curso jurídico, Josias Soares foi nomeado Promotor Público da Comarca de Piuma, em nosso Estado, tendo recebido conhecimento do fato, por telegrama que lhe dirigira o Dr. Gonçalo Maria de Albuquerque Lima.

Em 1897 casava-se o Dr. Josias Soares, em Vila Velha, com a senhora Rita Arlinda Quitiba, hoje Viuva Arlinda Quitiba Soares ou viúva João Soares; e por ato de 24 de Setembro de 1897 era ele nomeado Juiz de Direito da Comarca de Piuma, cargo em que permaneceu até o dia 21 de Setembro de 1900, quando foi removido, a pedido, para a Comarca de Benevente, hoje Anchieta; de Anchieta é o nosso ilustre consócio removido por acesso, para a Comarca de Santa Leopoldina, mas não lhe era grato deixar a sua Anchieta e, ei-lo, novamente, nesta última cidade, como Juiz de Direito.

Na sua longa carreira de servidor público desempenhou ainda o Dr. Josias, as elevadas funções de Procurador Geral do Estado, nos governos de Nestor Gomes e Florentino Avidos, tendo sido também eleito deputado estadual neste último governo.

A Secretaria do Interior, também o teve à sua frente ainda no Governo do Coronel Nestor Gomes.

Em janeiro de 1925, aquêle que, um dia viera do norte, que a ele chegou e que aqui constituiu família, que se tornara capixaba, pelos serviços prestados à nossa terra, é nomeado desembargador do Tribunal Superior de Justiça do nosso Estado.

Em 1926, com trinta anos de serviços cumpridos, ao Espírito Santo foi o Dr. Josias Soares aposentado no cargo de desembargador.

Josias Soares, Senhores, era jornalista por temperamento; era jornalista por vocação; vasta é a sua obra jornalística e está ela espalhada em várias jornais e revistas. Colaborou, entre outras, no “Estado” e no “Espírito”.

Membro efetivo dêste Sodalício, em seu discurso de posse, de 7 de Julho de 1912, disse-nos Josias Soares: — *"O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, novel associação de espíritos, de inteligência e patriotismo conglomerados no alevantado intuito de benfazer à terra e ao rito santense, servindo ao Brasil, é já bem uma instituição que pesa na balança, no equilíbrio das forças formadoras do progresso intelectual e material do Estado.*

A sua ação, pacífica, lenta, persistente e incessante, há cooperado eficientemente, no concerto de todos os elementos de vida do Estado, no relativamente curto período de sua existência, para as conquistas científicas, agrícolas, industriais, comerciais, artísticas, literárias, jurídicas, políticas, de todos os ramos da humana atividade.

Conquistas patrióticas, sim, Senhores, porque é também aqui, no silêncio do gabinete, sem outro intuito que à pátria servir, sem outra remuneração que a do conforto do espírito e a consciência do dever cumprido, que todos os que mourejam nesta oficina, levam o seu contingente de labor para o assentamento dos alicerces, dos fundamentos, sobre que se pousam, cimentadas pelo tempo, argamassadas pela experiência e pelo exemplo, as tradições da nacionalidade".

Foi assim, Senhores, que nos falou, fazem já vinte e cinco anos, Josias Soares.

Ele foi o terceiro vice-presidente desta Casa, de 1935 a 1941. Espirito alegre, não há nesta terra quem não conheça, quem não tenha lido alguma das célebres "Perfis Sociais" que, durante muito tempo, êle, com o pseudônimo de PETRONIO, publicou em "A Tribuna"; todos fomos, por êle perfilados.

Espirito-santense de coração, jamais esqueceu a terra que lhe serviu de berço, visitando-a sempre que lhe era possível. Chefe de família exemplar, anotava, em um caderno tudo, tudo, o casamento das filhas, o nascimento das netas, dos filhos e até os dias em que os netos iam para o colégio interno.

Josias Soares foi um bom, foi um grande coração.

Democrata convicto, batalhador das boas causas patriotas, sem jamais hesitar, Josias Soares, quando da célebre "Questão do Acre", escreveu em "O Espírito Santo", em 10 de Julho de 1902, êste trecho lapidar: — *"Bolívia deve compreender igualmente que o arrendamento de um território que não é seu, nem o provou ainda ser, pois que é por nós disputado, é um atentado à soberania brasileira e sul americana e finalmente, que a solução é tempo de recuar e evitar o desastre"*

E Josias Soares, Senhores, o Dr. Josias da nossa intimidade, o nosso sócio e amigo que, ainda na eleição última, desta Casa, estivera presente, que nos trouxera os seus sufrágios, o Dr. Josias Soares morre, nesta Capital, no dia 8 de Maio dêste ano, há pouco mais de um mês; e êle fecha os olhos, tendo ao seu lado, tôda a sua família, tôdas as suas filhas, todas as suas netas e todos os seus netos, todos os seus filhos e a sua esposa. No momento supremo, a todos, a todos os seus, refletindo o seu grande espírito de bondade, a todos os seus, legítimos capixabas, êle fala e é como se se despedisse do Espírito Santo. e é como se estivesse dizendo a todos: *"Adão, esta terra, que era sua também, e a todos os seus apenas êle pedira. Beijos... beijos... muitos beijos..."*

MEUS SENHORES:

Sob o imperativo de uma disposição estatutária, mais uma vez reúne a "Casa do Espírito Santo", a fim de solenizar a passagem de um aniversário de sua fundação, neste 12 de Junho de 1946.

Como tenho ressaltado, em solenidades outras, semelhantes à esta, ao ensejo desta magna sessão, a família espírito-santense, em uma comunhão de sentimentos, junta-se à lareira sagrada e pensa, por um pouco, passado invejado, no presente admirável e no futuro esplendoroso da terra de Maria Ortiz.

Hoje, como que cada um de nós, parece estar divisando, lá longe, no horizonte, a silhueta da caravela "Glória" que, a seu bordo, trazia aquela figura de lutador, que foi Vasco Fernandes Coutinho; hoje, como que cada um de nós tem a impressão de que está assistindo aquela luta titânica, daquela mulher-soldado — Maria Ortiz —, contra o corso invasor; hoje, como que parece, a cada um de nós estar ouvindo o desgar dos arcabuzes, cujas balas foram matar aquêle revolucionário inextinguível — Domingos José Martins.

E como parece, Senhores, que estamos vendo aquela figura de apóstolo — José de Anchieta — a caminhar pelas ravinas da nossa capital, a percorrer as ruas tortuosas da nossa Vitória colonial; e como sentimos que, aos nossos ouvidos, chegam os estalidos das folhas secas, quebradas sob as sandalias de Frei Pedro Palácios, em cada passada sua, galgando aquela ladeira, tão nossa conhecida e que vai até à crmida da Penha.

É tudo isso, e é também a história do Espírito Santo republicano, o que evocamos, nesta magna sessão; e aqui, nesta hora, sentimos todos que surgem, impávidos, sobranceiros, verdadeiros tipos de heróis e campeiros, os vultos de um Henrique Coutinho, de um Antonio Aguirre, de um Graciano Neves, de um Barão de Monjardim, de um Muniz Freire, de um Jerônimo Monteiro, de um Nestor Gomes, de um Bernardino Monteiro, de tantos outros, todos, sem exceção de um só, lutando pelo progresso da terra capixaba, sem tismarem as suas lutas com a terrível mácula da deslealdade, antes emoldurando-as com o passado desta mesma gléba, o que, hoje, não resta dúvida, uma série de lutas, mas de lutas que sempre maram pela lealdade com que as armas eram terçadas por tão insuperáveis adversários.

à história ou à geografia da nossa gente, nela, sobretudo, por uma imitação estatutária, o seu orador oficial deve recordar aquêles companheiros queridos, aquêles idealistas que, no ano anterior, cooperavam com fidelidade de suas inteligências privilegiadas, para o progresso desta Casa, para o engrandecimento de nossa terra e do Brasil e que hoje, pelo cumprimento de uma lei irrevogável — a morte — não mais aqui se encontram presentes, em carne e osso, estando, entretanto, vivos, realmente, vivos nos corações e na memória de cada sócio dêste Instituto; estão, entretanto, vivos, realmente vivos, nos corações e na memória de cada espírito-santo.

—ooo—

MEUS SENHORES:

Nos trescentos e sessenta e cinco dias, transcorridos de 12 de Junho de 1945 até hoje, desfalcadas ficaram as fileiras de nossa Casa. As pessoas que sofremos são das mais sensíveis; com dificuldades preencheremos os lugares claros que se abriram.

E não há exagêro nessa minha assertiva, porque um dos ligados a dêste Instituto, tombado em 3 de Abril do corrente ano, na Casa de São "S. José", no Rio de Janeiro, foi Dom Benedito Paulo Alves de Souza, terceiro bispo de nossa Diocese e, mais tarde, bispo titular de Orisa, antigo diocèse da Síria.

E é sobre um vulto de tal quilate, sobre um prelado de tal estatuto, que, eu, humilde e pobre, em idéias e conceitos, vos devo falar em nome desta Casa.

Pobres são e serão os meus conceitos; desconchavadas são e serão as minhas frases, mas falar-vos-ei dêle com o coração e com o respeito que à sua memória todos devotamos.

D. Benedito, senhores, era natural do Estado de São Paulo, em cuja capital nasceu, a 25 de Janeiro de 1873, na Rua Santo Amaro n.º 20, da paróquia da Consolação. E ele viu a luz solar às seis horas da manhã.

25 de Janeiro é o dia da conversão de São Paulo, ao cristianismo, daí porque os seus pais, fervorosos católicos, e que eram o Snr. Cipriano Proost de Souza e D.^a Candida Maria Alves da Silva, impressionados com a coincidência, e também porque o nascimento daquela criança constituiu verdadeira *bênção*, para êles, deram-lhe o nome de *Benedito Paulo*.

E daí, há bocado, a alegria da casa era quebrada pelo vaticínio da criança fizera uma velha servidora da família. É que a velha Fátima (assim se chamava a serviçal) olhando para o recém nascido, dissera o seguinte enternecimento: — "*Este menino há de ser padre!*"

A bondade da criança se revelou desde os seus primeiros tempos, eis que a sua ama — a Clara — logo que chegou ela aos dois meses de idade começou a levá-lo para a Igreja, pois muito piedosa que era Clara não perdia uma só cerimônia religiosa, e o menino era tão quieto que não lhe era estorvo, nem mesmo na Igreja.

Batisado em 13 de Novembro de 1873, Benedito Paulo recebeu as águas lustrais das mãos piedosas do Cônego Carlos Augusto Gonçalves Benjamin, Cura da Sé, e encarregado da Paróquia da Consolação.

Bondoso, em extremo, delicado de maneiras, a vocação para o sacerdócio revelou-se, em D. Benedito, quando êle ainda menino. Brincava como todas as crianças, mas os seus brinquedos prediletos eram de missa, armar altares, cantar rezas; e sua família conserva o catecismo que lhe deu as primeiras noções da fé, catecismo êsse que contém inúmeras

Rodrigues, improvisou, na sala de jantar de sua casa um pulpito e reproduziu, para sua estremecida mãe, o sermão ouvido.

Aos cinco anos e meio começou o seu curso primário, frequentando o colégio dirigido pelo Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn; revelou a sua inteligência extraordinária; era "o menino prodígio", como o ataram, mais tarde, os Drs. Frederico Steidel, José Maria Lisboa Junior e outros. A seguir frequentou o Colégio do Dr. Joaquim Carlos, o qual mais tarde se transformou no colégio Ivahí.

Fazendo a sua Primeira Comunhão, em 11 de Março de 1883, na Capela do Seminário Episcopal, recebeu a crisma na Igreja da Consolação, sendo oficiante o Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues Carvalho.

Em 1884, 1885 e 1886 foi coroinha, na matriz da Consolação e, nessa função, foram seus companheiros Plínio, Martinico e Cassio Prado.

E terminado o curso no Colégio Ivahí passou a frequentar o Curso Anexo, da velha Faculdade de Direito de S. Paulo, onde cursou o primeiro ano, ao mesmo tempo que lecionava no colégio do Snr. Joaquim de Brito, a princípio na rua Direita e depois na rua Senador Feijó.

Por moléstia, não pôde prosseguir, com toda essa atividade, a carreira foi interrompida. Mas, estava escrito que Benedito Paulo seria levado a vida eclesiástica e, então, conseguiu ser Sacristã da Sé.

Como diacono, em 1895, pregou o seu primeiro sermão, no Coveiro da Luz, no dia da festa do *Divino Espírito Santo*. E a 29 de Fevereiro de 1896, das mãos de D. Joaquim Arcoverde recebeu o presbiterato, na Catedral de S. Paulo. Era a aspiração realizada.

— o o —

SENHORES:

Aqui começa a carreira do Padre Benedito Paulo Alves de Souza com a celebração de sua primeira missa, em 1.º de Março de 1896, no Palácio Episcopal, na Rua do Carmo. Nessa tocante cerimônia, D. Benedito teve o auxílio de D. Joaquim Arcoverde e foi ela assistida por seus pais e amigos íntimos, os quais receberam, de suas mãos, a Sagrada Comunhão enquanto lágrimas, lágrimas de alegria e felicidade corriam de todos os olhos ali presentes. Nesse mesmo mês de março, no dia 27 e nesse mesmo ano, no Recolhimento de Santa Tereza, cantou a sua primeira missa.

E daí, por diante, a vida do nosso inesquecível consócio seria uma ascensão constante.

Agora, em setembro de 1896, iria ele, mais uma vez, à Europa, com sua companhia, iria também D. João Nery que se ia sagrar em Roma e iriam ainda os seminaristas André Arcoverde, Sebastião Leme e outros, os quais aperfeiçoariam os seus estudos no Velho Mundo.

E, mais uma vez, Roma, onde ele, D. Benedito, iria lecionar canônico gregoriano e português no Colégio Pio Latino Americano; e agora, Roma, onde ele faria a sua profissão solene de Irmão Terceiro Carmelitano, na Igreja de Santa Maria de 1.ª Scala, recebendo o nome de Frei José Maria Santíssima do Carmo.

Outros notáveis encargos reclamavam o talento de D. Benedito e em 7 de Julho de 1899, é ele nomeado para Notário do Concílio Pleno Latino Americano, com a incumbência de fazer a redação das atas do Concílio, trabalhando sob as ordens do Cardeal Vives y Tuto e, tendo

Cursou, ainda aulas de Direito Canônico, prelecionadas pelos insig jesuitas Padres Wernz e de Luca; exerceu as funções de Prefeito da U versidade Gregoriana; cursou a Academia de Liturgia da Faculdade Ap nária e, versado na língua italiana que era, pregou nessa língua, em o retiro espiritual às religiosas beneditinas de Gubbio e pregou, tam uma Hora Santa na Capela do Colégio Pio Americano e, ainda nessa me ocasião, também em italiano, proferiu uma admirável conferência s Anchieta.

Ainda em Roma, laureou-se em Teologia e doutorou-se em Dir Canônico; em companhia de D. Joaquim Arcoverde visitou Paris, Marse Menton, Genova e outras cidades. E continuando a sua invejável ativid trabalhou, por três anos, de 1900 a 1903, pelo prazo de três anos, na Ar diocese do Rio de Janeiro. Por esse período foi Secretário Particular Arcebispo. Capelão do Colégio Matoso, Diretor Espiritual do Semin Arquidiocesano de S. José do Rio Comprido, ainda, por esse mesmo tem representou D. Joaquim Arcoverde na posse de Monsenhor Luiz Raimu da Silva Erito, como bispo de Olinda.

De volta ao Rio de Janeiro, é nomeado Confessor das religiosas Arcebispo do Rio e, no Seminário do Rio Comprido, vai lecionar hist Eclesiástica, Eloquência Sagrada e o Segundo Ano de Latim.

Acrescem-lhe os trabalhos com as funções de Promotor do Ju Eclesiástico do Rio de Janeiro e Reitor do Seminário do Rio Compr D. Benedito não descansa; a sua vida é uma sequência de atividade. Em de Fevereiro de 1903 está ele Monsenhor, *Camareiro Secreto*. Ainda no l recebeu títulos vários, como de Irmão Benemérito do Santíssimo Sacrame do Santo Cristo dos milagres e outros. Fundou a Adoração Perpétua Santíssimo Sacramento na freguesia de S. João Batista da Lagoa.

Agora, volta à sua velha e inesquecida cidade, agora volta a Paulo, onde vai ser nomeado, em 12 de Março de 1904, vigário da Paró de S. Cecília e, em seguida é nomeado Cônego.

Foi, ainda Mestre de Cerimônias do Sóló Episcopal, Membro Comissão Tridentina e Vice-Presidente da Confederação das Associa Católicas.

Outros cargos de relêvo desempenhou o insigne prelado e, der êsses, o de Economo da Mitra, Secretário Geral do Bispado, Pro-Vig Geral, Presidente da Confederação das Associações Católicas, Diretor Sociedade de S. Vicente de Paulo e etc.

Nos anos de 1901, 1904, 1907, 1910 e 1915, foi Notario das reuni dos Bispos Sul-brasileiros; por vêzes seguidas foi governador do Arcebispo Paulista, na ausência de S. Excia. o Snr. Arcebispo.

Dirigiu de 1904 a 1911, as romarias que, anualmente, em 8 de tembro, se realizam à Aparecida.

Em 4 de Abril de 1913 é nomeado Prelado Doméstico de S. Santida Mas, uma vida tão intensa, tão ativa, teria de repousar e, no mesmo ano de 1913, D. Benedito empreende uma viagem de repouse Europa, visitando Basileia, Lourdes, Roma, Paris, Boulogne-sur-mer.

E na sua volta ao Brasil, ei-lo Vigário Geral, Diretor das Religio do Convento da Luz e Arcipreste do Cabido Metropolitano.

Homem culto, de uma ilustração invulgar, a Academia Paulista Letras reclama a sua colaboração e, naquele sodalício, ingressa D. Bene em 3 de Maio de 1916.

Outras funções ainda desempenhou êle.

Dirigiu e fundou a Adoração Noturna Brasileira, a qual, em S. Pa

Mas, a sorte de D. Benedito estava, definitivamente traçada, vácuo que se abriu, na diocese espírito-santense, com a morte de D. Fernando, só poderia ser preenchido com D. Benedito. Para substituir D. Fernando, só mesmo um D. Benedito.

—o0o—

MEUS SENHORES:

De agora, por diante, de Janeiro de 1918 até 1933, a vida e a atividade de D. Benedito vão se passar na Diocese capixaba.

Eleito bispo do Espírito Santo, por bula datada de 28 de Janeiro de 1917, foi sagrado no dia 14 de Abril de 1918, tomando posse da diocese no dia 19 de Maio do mesmo ano, quando se celebrava a festa do Divino Espírito Santo.

"Pro ovis meis" foi a sua divisa.

A nós espírito-santenses, a nós capixabas, dirigiu D. Benedito muitas palavras, das quais destacamos as seguintes:

"Com todo o coração iremos procurar as ovelhas transviadas ao rebanho, se porventura as houver; mas não transgiremos, absolutamente, quando se tratar de arredá-las do precipício, em que estiverem prestes a cair. Não desanimaremos por maiores que sejam os obstáculos, pois temos a certeza de encontrá-los no desempenho de nossa missão; mas ficai certos de que não há obstáculos insuperáveis para aqueles que trabalham com Deus e com Deus, si Deus pro nobis quis contra nós.

Se não for possível vencer tais obstáculos, deixá-los-emos no seu caminho, e contornando-os, continuaremos a nossa rota pela salvação das almas que nos estão confiadas por Deus.

Não penseis que para tal fim contemos exclusivamente com as nossas forças, pois seria demasiado estulto confiar nelas, que são fracas. Lembrai-vos, porém, de Deus que de indignis dignos facit, também lança de instrumentos fracos para confundir os fortes do século".

Ao clero de sua diocese ele falou, com extrema emoção, ele proferiu palavras sinceras, como só ele — D. Benedito — as sabia proferir. Assim falou ele: — *"Contai, porém, com o coração de vosso bispo. No momento da angústia e da aflição, vinde, cooperadores muito amados, e derramardes no coração de vosso bispo os vossos pesares, as vossas tristezas e ficai certos de que saberemos vos acolher com todos os carinhos de verdadeiro Pai. Não deixaremos de vos avisar, quando soubermos que sentis enfraquecidos, mas também jamais deixaremos de vos ouvir quando nos vierdes trazer o desabafo de vossos corações oprimidos. É triste a posição do sacerdote que, no meio das dificuldades do exercício do ministério teme incomodar o seu bispo, com as suas consultas e com a exposição de suas dúvidas".*

Foi assim que ele falou ao seu clero; e o fez, não como um bispo, mas como um pai, como um amigo, mais experiente.

Aqui fez ele despertar a Sociedade de S. Vicente de Paula, a quem deu toda a sua assistência e todo o seu devotamento, enquanto esteve vivo, eis que era ele um legítimo vicentino.

Aqui iniciou ele as providências necessárias para dotar a nossa cidade de uma Catedral, à altura de seu progresso.

quêle mágnio Conclave religioso, conceitos moderníssimos e bem oportunos. Assim, diz o nosso eminente consócio:— *“O lar é o teto que cobre a família. O lar católico é um ninho quente, onde corações preparam um ambiente seguro, para poderem tranquilamente repousar os que habitam debaixo daquele teto. O lar católico é um repositório de tradições, de pureza, nobreza, de firmeza, de brio, entre tôdas as nações do Globo, afirma e persiste constantemente que a fé dos nossos antepassados vive, firmemente forte, no coração de seus habitantes, e ali, em todos os momentos da vida cantam as alegrias de um lar abençoado por Deus dando a cada um que vivem à sua sombra, a paz que só dá Nosso Senhor Jesus Cristo”*.

E mais adiante, D. Benedito emite conceitos outros que vêm, a tempo de foice, para uma época, tão utilitarista, quanto a nossa, porque Benedito proclama:— *“A felicidade dentro do lar não consiste em haver grandes riquezas, que se possam esbanjar. A felicidade dentro do lar consiste em gosar de tôdos os prazeres mundanos. Não senhores! A felicidade dentro do lar consiste em que um coração saiba compreender bem o outro e consiste em reconhecer cada qual estarem ali dois corações de creaturas imperfeitas, de creaturas que hão de ter defeitos, defeitos que, quanto mais se conhecem um ao outro tanto mais aparecem, porque, quanto mais vive na intimidade, tanto mais se descobrem as faltas um ao outro. E Jesus na Eucaristia que, entrando nos corações, ensina cada um a perdoar o seu companheiro, para assim também merecer o perdão e viverem em paz dentro do lar”*.

São palavras admiráveis e encantadoras. palavras, perfeitamente atuais e sábias.

E a atividade de D. Benedito continua e se faz sentir em outros setores, embora não religiosos.

E assim, com Garcia de Resende e Elpidio Pimentel, êle vai constituir a trindade inicial, que lançou as bases, neste Estado, da Academia Espírito-Santense de Letras, da qual foi o seu primeiro presidente.

Membro dêste sodalício, sempre compareceu às suas sessões, a todo animando com a sua palestra e com os seus conselhos amigos.

Para aqui êle entrou, há vinte e quatro anos passados, tendo saudado, em 12 de Junho de 1922, pelo nosso eminente consócio, o Ilustre Alarico de Freitas, ao tempo orador oficial desta Casa.

Orador primoroso, literato e professor, D. Benedito foi, não se pode negar, um vulto que sempre enalteceu e honrou a nossa terra.

Em 1933 completou êle sessenta anos de idade. Resignou a sua diocese. Era o seu modo de pensar. Entendia que um prelado, ao chegar aos sessenta anos, deveria resignar-se da sua função administrativa.

O nosso Instituto lamentou o seu afastamento e promoveu, em sua homenagem, uma sessão solene, que se realizou no dia 14 de Outubro de 1933. Nessa sessão memorável, em que lhe foi conferido o título de sócio honorário, foi D. Benedito saudado pelo nosso saudoso companheiro, Ilustre Antonio de Ataíde.

Agradecendo a homenagem, o nosso insigne consócio pede ao seu sucessor, a D. Luiz, *“para que veja no Instituto, homens que se dedicam com fervor à felicidade do Estado, sempre vigilante pelos seus destinos”*.

E treze anos, ainda viveu D. Benedito; ausente de nós, ausente da nossa terra, mas sempre presente em nossa terra, que não o esqueceu e não o esquecerá jamais; e treze anos, ainda viveu D. Benedito, lá foi lá na Capital da República, engrandecendo o nosso Espírito Santo, tornando-o conhecido nos grandes meios intellectuaes porque, meu senhor, a cada solenidade, a cada festividade, a cada homenagem, D. Benedito

Mas, êle foi, não há dúvida, um filho diletíssimo desta, que como tu adotou e a qual êle muito queria; êle não nos esqueceu nunca, tanto há pouco menos de um ano, pelo nosso triunfal Congresso Eucarístico Diocesano, esteve entre nós e ponde aquilatar quanto o queríamos, quanto o venerávamos.

E as provas de carinho que, todos lhe demos, devem ter confortado o seu coração venerando.

E, como se estivesse despedindo de nós, deu-nos o prazer de ouvir uma última vez ainda, a sua palavra eloquente, deu-nos a oportunidade de ouvir, uma última vez ainda aquêles seus "*Filhos Diletíssimos*", que êle sabia dizer.

— 000 —

MEUS SENHORES:

Regista ainda o Instituto, neste ano social de 1946, o falecimento de seu eminente consócio e presidente honorário, Dr. Artur Lourenço Araujo Primo.

Era o Dr. Primo natural do Estado da Bahia, tendo nascido a 27 de Janeiro de 1872.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, colou gráu em 27 de Dezembro de 1894.

A sua vida funcional foi iniciada, antes que se tivesse diplomado, tanto que a 23 de Janeiro de 1892 foi nomeado Escrivão da Recebedoria desta Capital, passando, mais tarde, a exercer o cargo de 1.º Escrivente da mesma repartição, quando da sua reforma.

Fez parte do Ministério Público espírito-santense, tendo sido nomeado Promotor Público da Comarca de São Mateus, em Fevereiro de 1895; removido, a pedido, para a Comarca de Santa Tereza, recém-creada, permaneceu até 21 de Janeiro de 1897.

Foi, também Procurador da Fazenda Estadual tendo exercido estas funções, interinamente, de 6 de Agosto a 17 de Outubro de 1901 e, data em diante, em caráter efetivo, até 26 de Abril de 1903.

Exerceu, em comissão, o cargo de Chefe de Polícia do Estado, de 4 de Julho de 1902 a 6 de Dezembro do mesmo ano, quando da Presidência do ilustre espírito-santense, Dr. Muniz Freire.

A êsse tempo, evadiram-se, da prisão a que estavam recolhidos vários presos.

E as providências foram logo tomadas pelo então Chefe de Polícia que era o Dr. Primo, tendo êle enviado minucioso relatório da ocorrência ao Presidente do Estado.

Em 28 de Abril de 1903, pela Resolução n.º 8, é nomeado para o cargo de Secretário da então Córte de Justiça, hoje Tribunal Superior de Apelação, permanecendo no exercício de tão elevadas funções por vários e sete anos a fio, eis que só se aposentou em 31 de Dezembro de 1930.

O afastamento do nosso saudoso consócio, de tão elevadas funções foi lastimado por todos os que, com êle, trabalhavam, fôsem desembargadores, funcionários ou advogados.

A respeito dêsse afastamento, assim se manifestou o então Presidente do Tribunal, o Desembargador Cristiano de Andrade:— "*o Tribunal recebeu sua despedida com pesar e manda consignar na ata dos trabalhos um voto de agradecimento pelos serviços prestados à Justiça e a saudade do colaborador amigo e exemplar*".

Os demais desembargadores e o Dr. Procurador Geral do Estado

E o orador, dentre outros conceitos, expediu o seguinte, sobre o nobre e ilustre consócio:— *"Longos anos nesta Secretaria ele serviu devotando de corpo e alma aos deveres de seu cargo, tão bem soube desempenhá-los que a sua atuação ficou como um padrão a ser seguido"*.

E mais:—

"Aposentado nesse cargo, só deixou saudades e amigos nos que ficaram sob a sua proveitosa direção".

A esta homenagem, prestada a um homem que não era rico, não era político, que não tinha favores para distribuir, estiveram presentes desembargadores, advogados e os seus amigos.

Embora aposentado, Senhores, o Dr. Araujo Primo não descansou, eis que voltou à velha profissão de advogado; e quando da organização da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção deste Estado) fez ele parte do primeiro Conselho e foi seu secretário.

Em 16 de Junho de 1932, num reconhecimento justo à sua probidade e à sua honradês, por proposta da Corte de Apelação, o Governo da Republica o nomeou membro do Tribunal Regional Eleitoral, exercendo as suas funções até 15 de Junho de 1936.

Inúmeros foram os votos que, naquela Alta Corte Eleitoral, proferiu o Dr. Primo, sendo de salientar um sobre a verdadeira e justa interpretação do inciso n.º 26 do art.º 113 da Constituição Federal de 1934.

Em Santa Leopoldina, comarca em que advogou, por algum tempo, exerceu também as funções de Presidente do Governo Municipal, de 23 de Maio de 1898 a 23 de Maio de 1901.

Com pendor para o jornalismo, foi redator de "O Imparcial", jornal que se publicava nessa cidade espírito-santense.

Em 1914, no Governo Marcondes Alves de Souza, foi encarregado, juntamente, com o Dr. José Bernardino Alves Junior de elaborar um projeto de Consolidação das disposições regulamentares, referentes às terras do Estado.

Este projeto se transformou no Decreto n.º 1.865, de 20 de Agosto de 1914, publicado no Jornal Oficial de 22 de Agosto.

A exposição de motivos que precedeu ao projeto, já referido é longa e minuciosa e bem justificada, revelando a capacidade jurídica do Dr. Primo.

Em 1917, ainda com o Dr. José Bernardino Alves Junior, fundou a Resenha Judiciária, revista de Direito, que se editou, por algum tempo, em nosso Estado, trazendo artigos doutrinários e farta jurisprudência.

No primeiro fascículo, às páginas 7 está um artigo de doutrina firmado pelo Dr. Araujo Primo e subordinado ao título *"Ligeiro Tema sobre Sucessão"*.

Era Irmão da Santa Casa de Misericórdia desta Capital e quando da Provedoria, Ceciliano Abel de Almeida, o Dr. Primo desempenhou as funções de tesoureiro, exercendo dito cargo com um zelo e um dever extraordinários.

Homem de letras, também era o Dr. Araujo Primo. Desde de 1898 dedicou-se ao estudo do Esperanto e foi um dos seus divulgadores, no Estado.

Quando a Academia Espírito-Santense de Letras, por iniciativa do Acadêmico José Paulino, criou o "Centro Espírito-Santense de Esperanto" foi o Dr. Primo aclamado, unanimemente, Presidente de Honra do Centro; recentemente, em sua última sessão, a mesma Academia resolveu denominar o dito Centro, "Centro Espírito-Santense de Esperanto Araujo Primo".

Deixou inédita, traduzida do Esperanto para o Português, a

Justiça, entendeu que sendo êle seu secretário, não poderia exercer o cargo de Procurador Geral do Estado, ainda que em comissão.

E criatura boníssima, muito sensível, muito se maguou, com a decisão, o Dr. Araujo Primo.

Foi, também na gestão do Dr. Primo, na Chefatura de Polícia do Estado, que se fez a reorganização da Polícia, por iniciativa. Foi isso em 1902. A êsse tempo os soldados não tinham uniforme, não tinham botinas, nem possuíam camas. Organizada foi, também a banda de música do nosso Regimento Policial, pela Lei n.º 396, de 2 de Dezembro de 1902, o art.º 1.º estabelecia dever se compor, dita banda, de um mestre e de dez músicos.

Pelo art.º 2 seriam *"admitidos no Corpo de Polícia órfãos e menores até o número de quarenta, com os quais se organizará a banda de música. Esses menores receberão no Corpo a instrução primária, agasalho e subsídio até se emanciparem; e, além disso, ser-lhes-á fixada uma diária que irá sendo depositada mensalmente na Caixa Econômica, para ser-lhes entregue após a emancipação."*

Essa diária varia, segundo as aptidões, de 500 a 1\$000 reis; quando efetivamente servirem na banda de música."

Era assim, o Dr. Primo; tinha o desejo de dar, a cada um, uma vida condigna.

—o—

SENHORES:

Casado com uma capixaba, com filhos capixabas, o Dr. Artur Lacerda Araujo Primo foi um devotado à nossa terra e às nossas coisas. Desta Casa, foi êle um dos seus sócios fundadores.

Aqui foi, também o seu primeiro segundo vice-presidente, função e para qual foi reeleito no biênio 1919-1921. No biênio 1921-1923 foi o primeiro vice-presidente dêste sodalício; no biênio 1943-1945 foi o seu presidente efetivo.

Era historiador meticoloso. No Departamento de Estatística da Prefeitura Municipal de Vitória, em 31 de Janeiro de 1945, produzia a conferência mensal, que subordinou ao título *"O Espírito Santo no início do regime republicano"*.

Lançou, na época oportuna, por artigos que publicou em "A Tribuna desta Capital, a idéia de se comemorar o 4.º Centenário da fundação da nossa Santa Casa de Misericórdia.

Espôso exemplar, amigo leal, alma bondosíssima, pai, que para seus filhos era o melhor dos pais, o Dr. Araujo Primo deixou um imenso legado em nossos corações e em nosso Instituto.

Ao tomar posse da presidência desta Casa, neste mesmo recinto, em 12 de Junho de 1943, êle nos disse, na sua grande modéstia:— *"desvanecido sinto, não pela honraria do cargo — o que seria vaidade, mas pela companhia de ilustres confrades. Digo bem, confrades, porque não dá haver entre nós hierarquia, e sim temos que trabalhar todos com igual ardor para um mesmo elevado fim."*

A falta de outros merecimentos, uma promessa eu faço — o cumprimento do dever, virtude de que me ufano de ter dado mostras em alguns setôres em que pôde ser empregada minha atividade."

Foi assim que êle nos falou. Com simplicidade, com modéstia, com nobreza, com tacto.

passado, em uma sessão solene, como esta, neste mesmo salão nos aclamamos "*Presidente Honorário deste Instituto*".

Foi tão pouco, que lhe demos, pelo muito que lhe ficamos devidos, mas era o máximo que lhe poderíamos dar.

4 de Maio de 1946, foi o dia de sua morte; e ainda estamos sentindo a sua falta, e a sentiremos sempre.

E hoje ele não está aqui.

São as voltas que o mundo dá.

Guardemos, entretanto, a sua memória, que é a memória de um justo, que é a memória de um bom.

MEUS SENHORES:

Não fôssem as disposições, claras e incisivas, da lei orgânica que rege os destinos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a melhor seria que, nesse ano de 1948, guardasse a nossa Casa, que é também a "Casa do Espírito Santo", esse dia 12 de Junho de 1948, com uma atitude discreta, sem esta sessão solene, com a qual relembramos, aos contemporâneos, a nossa fundação, há mais de um quarto de século.

E esta atitude deveria ser guardada como um protesto nosso, contra a invasão, insolita e descabida, que o território capixaba veio de sofrer pelas forças de seu poderoso vizinho de oeste; e esta atitude, que só não é tomada por esta Casa a fim de que, íntegras, se conservem a sua lei orgânica e as suas tradições, e, entretanto, esta é, de fato, a atitude assumida pelos espírito-santenses e, não apenas pelos espírito-santenses mas por todos os brasileiros que, membros ou não deste sodalício augusto vivem, em realidade, aqúle princípio impar, inscrito em nossa Magna Carta — o Brasil não se empenhará na conquista de territórios alheios — e não podem pois, compreender como, em Minas Gerais, no grande Estado mineiro, berço de Tiradentes, de Teófilo Otoni e de tantos outros brasileiros insignes, os sentimentos de conquista e de imperialismo encontram guarida nos espíritos de seus homens públicos.

Sim, meus senhores, os brasileiros que não querem escravizar, porque não desejam ser escravizados, que não conquistam porque não querem ser conquistados, que não invadem e usurpam direitos alheios, para os não sejam usurpados e feridos os direitos próprios, estes brasileiros estão solidários conosco e condenam, não tenhamos dúvida, a prepotência e o ato de agressão; estes brasileiros devem estar desolados e, completamente desencantados e desesperados deste pobre mundo e deste pobre Brasil, que todos eles sentem de nada ter valido o sacrifício daqueles outros brasileiros, daqueles nossos patrícios que morreram em campos europeus lutando para que a conquista de povos, mais fracos, por povos mais fortes não continuasse a ser a bíblia de certas nações, em pleno século 20.

O mundo tem sofrido muito; o Brasil atravessa horas incertas e amargas. Ninguém sabe o que será o "amanhã", mas muitos ainda desejam a Pátria, unida e indivisível, e, dentre estes muitos, estão todos os espírito-santenses, todos os capixabas, numa unanimidade impressionante. De

desta Pátria que, tenhamos a coragem de afirmar, tem sido, nos dias correm, uma frágil nau manejada, à vontade e ao sabor de interesses e ticos, de muitos homens públicos, que aspiram, no futuro, as mais elevadas posições da República.

—o—

SENHORES:

Volta-se o meu espírito, nesta hora augusta, para 12 de Junho de 1946; realiza a Casa do Espírito Santo, naquele dia, sob a presidência honra do então Interventor Federal — Dr. Aristides Campos — a sessão solene. E sentado, no meio dos nossos ilustres consócios, está venerando ancião, um autêntico homem de caráter, um legítimo “filho de Plutarco”. Refiro-me ao Dr. Henrique Augusto Wanderley, detido naquele ano, da Procuradoria Geral do Estado; e lembro-me bem ao se encerrar a sessão deste sodalício, ele, com o seu modo paterno de falar, me veio dizer da sua grande satisfação em poder estar presente às nossas sessões não por força do cargo que exercia, mas pela sua qualidade de sócio do nosso Instituto Histórico e Geográfico; lembro-me que Henrique Wanderley, com emoção e enternecimento, recordou, dando-se a mim, com toda atenção, a mim que poderia ser seu filho, o envaidecimento que sentia ele por poder ostentar o título de sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; e juntos, conversamos sobre os destinos desta Casa, descemos para o centro da cidade, e como velhos amigos, fomos juntos, tomar o nosso café.

Hoje, dois anos passados, aqui estou eu, nesta mesma tribuna, agora, para lamentar a perda sofrida, não apenas por este Instituto, pelo Estado do Espírito Santo, pelas letras jurídicas da Pátria e pelo Brasil e hoje, dois anos passados, aqui estou eu, nesta mesma tribuna, ilustres consócios, para vos falar, agora, da personalidade daquele nosso querido consócio, desaparecido aos 17 de Outubro de 1947, na cidade de Alegre.

Perguntar-se-á, entretanto, quem foi Henrique Augusto Wanderley? A resposta não é difícil de ser dada, porque Henrique Augusto Wanderley, meus senhores, foi um homem, mas um homem integral.

A vida de nosso eminente consócio, foi uma vida heróica; ele viveu a vida e a viveu bem.

Nascido na cidade de Visconde de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, era Henrique Augusto Wanderley filho do Desembargador Cícero Wanderley e de D.^a Candida Conceição Wanderley, tendo visto a luz do mundo aos 6 de Outubro de 1877.

Com a idade de onze anos, Henrique Wanderley está no Alegre. deveria viver a sua vida exemplar, até o momento de sua morte. No Alegre fez o seu curso primário e, ao que parece, deve ter feito o seu curso secundário pelo regime de exames parcelados.

Concluído o curso ginásial, ingressou Henrique Wanderley na Faculdade de Direito de Niterói, em 1912, fazendo aí o seu curso até o segundo ano. Em 1914 transferiu-se para a Faculdade Nacional de Direito; destacou-se, com distinção em todas as matérias, os três últimos anos do curso jurídico. Entretanto, estava escrito que, o nosso saudoso consócio muito antes de ingressar na vida prática, iria sentir as acutiladas da maldade humana, porque os alunos que haviam feito todo o curso na Faculdade Nacional de Direito opunham-se a que os alunos, transferidos da Faculdade de Direito “Teixeira de Freitas”, fizessem no curso

minados profissionais. É que ele seria, não tenhamos dúvida, pelo talento de escólar, pela sua bondade, pela sua cultura admirável e pelo caráter ilibado, digno de pertencer a qualquer Faculdade de Direito, não seria desmerecida por ele, mas antes honrada e dignificada, pois não são as Faculdades que honram e dignificam os alunos, mas os alunos que as honram e as dignificam.

Se conseguir o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais foi uma aspiração de Henrique Wanderley, muito lutou ele, entre outras coisas, até alcançar este seu ideal.

Perdendo seu venerando pai, e ilustre magistrado, quando ainda contava 18 anos, o nosso eminente consócio teve que enfrentar a vida em toda a sua asperesa. Para tanto fundou, no Alegre, uma escola privada e esta escola, que funcionou a partir de 1906, atendia aqueles alunos por trabalharem durante o dia, frequentavam-na à noite, esta escola, após vários pedidos de Henrique Wanderley, subvencionada, pelo Governo Municipal, a princípio com quinze cruzeiros mensais e de 1.º de Março de 1907 em diante, com vinte cruzeiros mensais, subvenção essa que, a partir de 14 de Outubro de 1907, passou a ser de trinta cruzeiros mensais.

Continuando a perلustrar a árdua profissão de professor, Henrique Wanderley, aos 30 de Julho de 1910, foi nomeado, pelo então Presidente Jeronimo Monteiro, para reger a Escola Masculina de Alegre, cargo que se afastou em Julho de 1913, eis que, nesse mesmo ano, aos 1.º de Julho, recebeu, do Tribunal Superior de Justiça do Estado, a provisão que lhe permitiria exercer a nobre e elevada profissão de advogado, na qual ele elegeu por berço adotivo.

Exercendo a advocacia, no Alegre, sob a jurisdição de magistrados de envergadura moral de Levino Chacon, José de Barros Wanderley, Manoel de Carvalho, Raimundo Tomé Bezerra e José Tatagiba, por um período de quasi quarenta anos, de todos eles recebeu o nosso consócio os mais honrosos atestados, que bem demonstram o seu desvelamento à profissão que abraçou, por vocação natural, e que bem demonstram o cerne admirável de seu caráter e de sua honestidade.

De Henrique Wanderley disse Levino Chacon, em 8 de Fevereiro de 1914, ao deixar o Juizado de Direito, da Comarca de Alegre — *“Entre os serviços não posso deixar, de consignar aqui, e o faço com a mais satisfação, o que me prestastes logo no começo de minha administração judiciária, quando por mim nomeado interinamente para o cargo, época em que predominava o terror e assassinato a emboscada, soube repeller a intimativa afrontosa que vos foi feita pelo chefe político, então para não aceitardes a nomeação, pondo-se assim o juiz, em condições para consêguir um representante para a Justiça, e poder-se furtar-se à sua ação um criminoso vulgar apaniguado do mesmo Moço, quasi criança, como ereis, a vossa atitude que poderia trazer a perda da vida, ou quando não perseguições continuas, concorreu que sentissem por vós admiração e me viesse a certeza de que, como e sempre que necessário fôsse, encontraria em vós, um dedicado à da Justiça”*.

Em março de 1919, Henrique Wanderley, perante banca examinadora composta dos eminentes Desembargadores Lourenço de Moraes F. Barbosa, Antonio Ferreira Coelho, Gregório Magno Borges da F. e Carlos Francisco Gonçalves, submeteu-se a concurso para Juiz de Direito obtendo expressiva classificação.

Católico Apostólico Romano, e praticante, Henrique Augusto Wanderley, senhores, sabia como ninguém fazer sacrifícios e às vezes

aflige a todos. O Alegre, também paga o seu tributo; cria-se uma Comissão de Socorros e dêle faz parte, dentre outros, Henrique Augusto Wanderley. Dita Comissão *"prestou grande auxílio às famílias pobres, fornecendo-lhes meios para melhoria de sua situação aflitiva"*.

Cidadão probo, chefe de família exemplar, Henrique Wanderley, e sua longa vida pública, foi Prefeito de Alegre e, também, por diversas vezes Presidente da Câmara daquele próspero Município, Deputado Estadual, Deputado Federal e, por último, Procurador Geral do Estado. o consócio que, ora pranteamos, foi um exemplo para a geração do presente.

Pensando nos outros, esquecido de si mesmo, Henrique Wanderley no Alegre, era Presidente de Honra do Círculo de Operários Católicos "José", do qual foi o fundador; ajudou ainda a fundar o Ginásio do Alegre e, ultimamente, muito fez pela fundação do Instituto Alegrense de Educação tendo sido ainda Inspetor Federal de Ensino junto ao Ginásio do Alegre.

Modesto, discreto, correto nas atitudes, era, entretanto, Henrique Wanderley, um amigo do esporte, sem ser um esportista. É que êle, com homem integral, bem conhecia o valor da educação física, quando bem orientada, na formação do homem. Em Alegre, Henrique Wanderley foi presidente de Honra do S.C. Rio Branco e sócio benemérito-remido do Comercial A. Clube.

Chefe de numerosa prole, o nosso insigne consócio foi casado com D.^a Aurelia Rogerio Wanderley, que lhe sobrevive. Dêste feliz consócio ficaram os seguintes filhos, todos criados e educados, para bem servir à Pátria:— Graciliano Rogerio Wanderley, contador da Agência do Banco Industrial Minas Gerais, no Rio; Zuleica Wanderley Nasser, casada com o Snr. Radegaz Nasser; Joel Rogerio Wanderley e Sinval Rogerio Wanderley, advogados e Silvio Rogerio Wanderley, cirurgião dentista.

A sua virtuosa viúva e a êsses filhos que ficaram cabe uma herança admirável, só igualada à bem aventurança eterna — o nome honrado, que lhes foi deixado por Henrique Augusto Wanderley.

SENHORES:

Um dia afirmou Sêneca:— *"ter vida longa não é ter uma cabeça branca como neve, tão pouco ter as faces sulcadas pelas rugas; se dissipou seus dias, não viveu longo tempo, muito embora tenha existido longos anos"*.

Henrique Wanderley não dissipou seus dias a sua vida não se meteu pelos setenta anos vividos, mas pelo que êle realizou, pelo exemplo que nos legou.

O Alegre, ainda e sempre, há de sentir a falta de Henrique Wanderley, do "Mestre", como todos o chamavam; o Espírito Santo lamentar sempre, a perda desta sua reserva moral, dêste homem que no sentir de inúmeros deputados federais, foi um *"caráter ilibado, foi um homem útil à sociedade, já pelos exemplos que deu como chefe de família, já como cidadão que tudo procurou fazer pelo bem público"* e, para nós, os do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a vida de Henrique Augusto Wanderley é um padrão de lealdade e de dignidade, um exemplo a ser imitado.

A sua desolada viúva só podemos felicitar pelo marido exemplar que Deus houve, por bem, lhe dar e os agradecimentos que lhe fazemos, pelo ambiente de virtude, de santidade e de amor, que ela, tão bem, soube criar para Henrique Augusto Wanderley, dando-lhe um lar que pode ser tomado como um exemplo, por todos os lares espírito-santenses: aos se-

MEUS SENHORES:

Ao assumir esta tribuna, ao ensêjo dêste 12 de Junho de quando, neste Instituto Histórico e Geográfico, mais um biênio administrativo se inicia, agora, sob a presidência de um dos mais venerandos sócios dêste sodalício augusto — o Dr. Ceciliano Abel de Almeida — que me apercebo de ter sido, mais uma vez, eleito orador oficial dêste

Ainda não pude bem compreender os motivos que concorrem a estas oportunidades outras, tem concorrido para que os meus illustres colegas não teimem em me conservar nesta elevada e incômoda posição, de lhetes porta-voz, de lhes ser o intérprete, nas solenidades mais áusteras, de lhes ser o porta-voz e o intérprete das emoções e dos sentimentos, nas horas de alegria, ou nas horas amargas desta veneranda instituição.

Discreção e cultura eis, no mínimo, as qualidades requeridas para se ser orador oficial de uma associação veneranda, de uma sociedade de alta e nobre estirpe, como sôe ser a *Casa do Espírito Santo*.

Faltam-me ambas estas qualidades. disso estou bem certo, e por isso, meus senhores, obrigado sou a me curvar à vontade soberana dos meus illustres consócios de Instituto Histórico e Geográfico do *Estado do Rio de Janeiro*.

Agradecendo-lhes a bondade que tiveram elevando-me, pela primeira vez, à uma tão alta posição, podem os meus companheiros do nosso Instituto ter a certeza de que, como das vêzes anteriores, não pouparei esforços e sacrifícios para cumprir os deveres do meu cargo, não pouparei esforços para corresponder à confiança em mim depositada.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Nesta sessão, augusta e soleníssima, o orador oficial da *Casa do Espírito Santo* há de cumprir dispositivo estatutário e não, seria fugiria ao que vem, expressamente, determinado em nossa carta regida.

E esta, certo ou errado, não é de minha competência entrar em indagação, preceitua que, na sessão solene de 12 de Junho de cada anno, ao orador oficial do Instituto cumpre, preferencialmente, fazer o relatório dos sócios falecidos no anno anterior.

pensamentos, às nossas alegrias, êles continuam a comungar dos nossos ideais e dos nossos desalentos, dos nossos entusiasmos e dos nossos desejos e sabores.

E daí porque, nesta hora de saudade e prece, todos nós, dêste Instituto, vos convidamos, minhas senhoras e meus senhores, a vos sentardes conosco, ao pé da nossa lareira, vos convidamos a vos sentardes à roda do nosso altar sagrado para, conosco, rememorardes um dos vultos, mais eminentes e mais destacados, da vida política, da vida social e da vida cultural do Espírito Santo — *Afonso Correia Lyrio*.

E quando, nesta Casa, sentados, lado a lado, irmanados nas mesmas alegrias, na mesma dor e na mesma saudade, evocamos aqueles que tanto e tanto fizeram pelo engrandecimento do nosso querido Espírito Santo é porque sabemos que, como bem o afirma Fernando Magalhães, na sua admirável *"Cartilha da Probidade"*, *"o exemplo dos que passam é garantia dos que ficam; só em refletir no que diriam êles das decisões graves e dos empreendimentos duvidosos, ha oportunidade para o conselho da ponderação. O que recorda não revolve o esquecimento; afirma pelo contrário uma eternidade consoladora, a eternidade das virtudes humanas. Esse é o premio que te espera quando seguires para a pousada dos justos"*.

— — — o o o — — —

MEUS SENHORES:

Afonso Correia Lyrio, filho legítimo do Coronel Joaquim Correia Lyrio e de D.^a Francisca Rodrigues de Freitas Lyrio, nasceu nesta cidade de Vitória, aos 11 de Setembro de 1877.

Nesta Capital fez o nosso eminente consócio os seus cursos primário e secundário. E concluído este último curso seguiu Afonso Lyrio, para a Bahia, onde, na cidade de Salvador, a despeito do seu grande pencho para as letras jurídicas, matriculou-se na Escola de Agronomia, que cursou até o 3.^o ano. Mas... já dizem, e mui sabiamente, os antigos que *"o homem põe e Deus dispõe"*, estava escrito que Afonso Lyrio, haveria de se bacharelizar em ciências jurídicas e sociais e, assim, moléstia inesperada concorrendo para que o futuro agrônomo interrompesse o curso, auspiciosamente, iniciado e seguisse para o Rio de Janeiro, onde, a 11 de Janeiro de 1898, colava gráu, em Direito, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais.

O bacharel recém-formado não era um novato nas lides forenses eis que no 5.^o ano jurídico, como era muito comum ao tempo, já êle exercia a Promotoria da Comarca de Guarapary e, em seguida, desempenhava com brilho, as funções de Procurador Fiscal Junto à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional.

Posteriormente foi nomeado Procurador da República, em nome do Estado, dando às funções que lhe foram cometidas todo o fulgor e todo o esplendor de sua inteligência privilegiada; o estudante aureolado que tivera como colegas de turma vultos do quilate de Levy Carneiro, José Rodrigues Leite Oiticica e de tantos outros expoentes das letras nacionais, o estudante aureolado teria de sofrer, e sofreria fatalmente o contagio de uma epidemia, muito em voga, naqueles velhos tempos assim, o estudante de ontem, bacharel de hoje, acabou por se mergulhar até o pescoço, na política de antanho, dela participando, ativa e ardorosa.

aos que eram vitimados porque um único crime tinham cometido e era o terem sabido manter a lealdade aos seus princípios, aos seus promissos políticos, era o não terem querido enlaçar o pescoço com lenço vermelho, o qual simbolizava não os ideais vivos e rutilantes uma revolução, mas simbolizava, isto sim, a felonía e a traição calculada e, friamente, premeditadas contra o Supremo Magistrado da República e contra as instituições.

Em 1932, é o nosso eminente contrerrâneo nomeado Juiz Federal da Seção do Espírito Santo, pelo Presidente Getúlio Vargas.

Realizava, destarte, Afonso Lyrio o ideal que, por toda a vida acarretava, realizava assim Afonso Lyrio o ideal com que sonhara em toda a carreira de homem público, porque ingressar na magistratura da Pátria foi, sempre, o anseio supremo de Afonso Lyrio.

E quando a Revolução Branca de 1937 outorgou, ao País, a constituição de 10 de Novembro, foi Afonso Lyrio posto em disponibilidade pelo Governo Central.

E muitos, senhores, muitos dos seus amigos e admiradores, nessa disponibilidade uma injustiça do Snr. Getúlio Vargas. Afonso Lyrio sorridente e confiante, a todos dizia, invariavelmente: "*Mestre Getúlio o que faz... esperemos*". E ele tinha razão porque, um dos primeiros do ex-Presidente da República foi nomeá-lo para Pretor da 5.ª Pretoria Cível, no Distrito Federal.

E agora, já com 60 anos de idade, deixa Afonso Lyrio a sua carreira em Vitória, para ir assumir as suas novas funções, na Capital do País; de dezembro de 1937 a março de 1940, quando foi nomeado Juiz de Direito da Nona Vara Criminal, Afonso Lyrio, como juiz substituto, passou quase todas as varas do Distrito Federal.

Juiz, Afonso Correia Lyrio foi magistrado impar, proferindo as decisões antes do prazo, tendo um trato lhano e paternal, para os auxiliares, mais direitos, para com as testemunhas e para com os advogados. Era o "bom juiz", o juiz culto, cujas sentenças se destacavam pela clareza e guagem escorreita.

Mas a idade avançava, dia a dia, hora a hora, e, em janeiro de 1946, foi Afonso Lyrio alcançado por uma aposentadoria compulsória.

Os seus subordinados, os advogados, enfim, todos os que militavam em sua Vara lamentaram o seu afastamento. A imprensa carioca foi unânime, em louvores ao magistrado que voltava à vida privada.

Sentiu o nosso consócio o coração entristecido por uma tal aposentadoria; até 1948 ainda permaneceu ele na Capital da República, regressando à Vitória, com armas e bagagens, em maio de 1948.

A saúde, agora, já anda bem avariada; a cabeça está, completamente, branca, mas o coração ainda vibra, as coisas da terra querida ainda o interessam, o coração ainda alimenta ideais, ainda não havia envelhecido e não envelheceria, porque, senhores, o coração de homens como Afonso Lyrio não envelhece nunca. Ele esperava viver, ainda, muitos e muitos anos.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Afonso Lyrio era, além de membro do nosso Instituto Histórico e Geográfico, também membro destacado da Academia Espírito Santense de Letras e da Associação Espírito Santense de Imprensa. Foi ainda professor

horas, à luz de uma vela, quando falhava a Central Brasileira, as aulas de latim e inglês *"para não fazer feio diante dos rapazes"*, como costumava dizer.

Jornalista vigoroso, de fartos recursos, embora aposentado, do continuou a mandar para "A Gazeta", com o pseudônimo "Caio Cesar", publicando periodicamente os seus artigos, abordando os mais variados assuntos.

E jamais esqueceu ele a terra querida, sempre desejando que o corpo adormecesse, para sempre, na terra que o viu moço, na terra que o conheceu bravo e lutador. E é o que se conclui do artigo que, sob o título PONTOS DE VISTA, publicou em "A Gazeta" de 26 de Julho de 1947, do qual destacamos o seguinte tópico:— *"Quiz sempre, piamente, permanecer em Vitória, morrer na terra de meu nascimento, no rincão adorado e querido que não deslembro. Elegi, por isso, aí, o meu retiro, armei o meu tugurio. Quiz, entretanto, a sorte, o meu destino imperativo que viesse ter, e aqui estou. Já agora, por isso que decidida, irretratavelmente não por mim, a minha transferência aceito-a de boamente e conformo com ela"*.

Colaborou, ainda Afonso Lyrio no magnífico jornal que foi o "Diário da Manhã", em "A Tarde" e na "Folha do Povo".

Homem de vida privada modesta e simples, o velho jornalista, professor, foi também advogado, e, como advogado, sempre patrocinou os direitos dos humildes e dos modestos.

As suas horas de lazer, Afonso Lyrio as aproveitava compulsando Camilo, Camões, Tobias Barreto e tantos outros titans da cultura humana.

Político, Afonso Lyrio o foi e ardoroso; não recuava ante as dificuldades, não temia perigos ou ameaças, enfrentava tôdas as vicissitudes, tôdas as dificuldades com alma espartana.

Militando na política do Estado, em campo oposto ao do grande e jamais esquecido espírito-santense e insigne estadista que foi Jerônimo Monteiro, um dia, bem me lembro, Afonso Lyrio, o homem idealista, o homem que queria, acima de tudo, a grandeza de sua terra e que se batia por princípios, não trepidou em retirar a sua candidatura a um posto na representação federal de nossa terra, para recomendar ao eleitorado ativo e independente, de nosso Estado, o nome daquele que deu à nossa terra querida um lugar ao sol, no seio da Federação Brasileira.

Afonso Lyrio era assim, senhores; Afonso Lyrio era, acima de tudo, um homem justo.

E belo é o exemplo de renúncia que ele deixou para esses que, nesses dias atuais, andam blasonando e basofinando idealismo, a flor dos ideólogos quando se aproximam as campanhas políticas, mas que em realidade, verdadeiros tartufos, só tendo um interesse e um ideal — o estomago cheio — e, em consequência, negam aos seus adversários tôdas as qualidades, acusando-os, despudoradamente de pecados que eles, — os seus adversários — jamais cometeram. Mas os tempos mudaram ou antes os homens não são os mesmos, já não tem coração.

SENHORES:

Espírito curioso, de acendrado amor ao Brasil, o nosso eminente consócio viajou muito, conhecendo a nossa Pátria, de norte a sul, e também até Montivideu e Buenos Ayres.

De sua viagem, ao norte do País, deixou Afonso Lyrio um manuscrito...

certo estou de que esse seletor auditório sentiria, como eu senti, um intenso prazer intelectual.

Trarei, entretanto, para aqui, alguns tópicos desse manuscrito vejamo-los.

Referindo-se a um almoço, na cidade do Salvador, eis como o descreveu Afonso Lyrio:

— “Que farto, opíparo repasto! Que beleza de vatapá trabalhado esmero, como só o sabem fazer as bahianas! Foi mesmo de lambes beiços e eu comi dêle, com franqueza, um pedaço”.

Agora, está Afonso Lyrio no Amazonas e eis como o descreveu: “Amanheceu lindo, festivo, soberanamente alegre. O Amazonas é formoso, vel, é uma maravilha das autênticas maravilhas. Que fertilidade e que grandiosidade de vegetação em ambas as suas margens! Que tonalidade verde nos oferecem elas; verde musgo, verde abacate, verde galo, sei eu? é verdade que farta, até cansar”.

A sua chegada, em Recife, é descrita, com graça, e um colégio de meninas recorda-lhe Vitória, lembra-lhe a terra estremecida. E fale, nós, Afonso Lyrio, depois de ter desembarcado em Recife. Ouçamo-lhe: “Desejosos de dar notícias aos nossos, tomamos um auto e corremos pelo Telégrafo. Isso feito, tocamos de chispada para Olinda, a vetusta cidade antiga capital pernambucana. Praia belíssima ali se vê. Subimos a serra da eminência, da qual se avista toda Recife. Preparei a kodak e bati algumas chapas. Ao nosso lado direito a Academia de Santa Gertrudes, grande educandário dirigido por irmãs de S. Vicente de Paulo, consoante me informaram. As janelas abastadas de meninas garrulas, alegres, lembrando-nossas do Colégio do Carmo”.

Afonso Lyrio era isso. Corria o Brasil, viajava-o, de norte a sul, mas os seus olhos jamais deixaram de ver Vitória, essa Vitória, a que tanto quiz; Afonso Lyrio era isso, um eterno enamorado de sua terra, reverendo-a, constantemente, mesmo quando estava longe dela, reverendo nas garotas encantadoras de outras terras, de outras cidades.

Da cidade de Santarém que visitou, nessa viagem, transcreveu em seu manuscrito, a inscrição que encontrou em um Crucifixo, na Igreja local. E falando desta imagem diz-nos o grande capixaba:— “Um crucifixo, parece que vive realmente o pálido Nazareno ali alçado. Ao pé dêle uma inscrição em bronze. Copio-a. “Santarém, 5 de Junho de 1817. O cavalheiro Carlos Frederico Philipe de Martius, membro da Academia Real das ciências de Munich, fazendo de 1817 a 1820, de ordem de Maximiliano José rei da Baviera, uma viagem científica pelo Brasil, e tendo saído aos 18 de Setembro de 1819 salvo do furor das ondas do Amazonas foi para a Villa de Santarém, mandou, como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso, erigir este crucifixo nesta Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1846”.

E conclui Afonso Lyrio:— “Estava satisfeito, havia ganhado honradamente o meu dia, e regresssei de bote ao “Jaceguay.

—o—

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Um dia, já se completam vinte e seis anos, em um vinte e três de junho de mil novecentos e vinte e três, era Afonso Lyrio recebido, como sócio deste Instituto.

Ao proferir o seu discurso de posse, naquele dia longínquo ele tirou esta interrogação, para os seus pares de então:—

Parece-me, entretanto, que bem acertado andou este sodalício fazer de Afonso Correia Lyrio um dos seus; hoje, como ontem, ele conta aqui, vivo, pelo que fez, pela vida que teve, pelo amor que deu à terra, à nossa terra.

Hoje pode o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a Afonso Lyrio resposta aquela interrogação, contida em seu discurso; hoje pode o nosso Instituto Histórico dizer a Afonso Lyrio que sente, e sempre se sentiu orgulhoso e envaidecido, de o ter tido como um dos seus sócios, e dos mais eminentes e dos mais insignes.

Mas..., sempre há um "mas", em 23 de Fevereiro de 1949, o grande lutador, o espírito-santense sincero, e justo, deixou de existir, o seu coração deixou de palpitar, mas ele continua a ser um nome tutelar desta terra; ele será sempre lembrado, aos nossos jovens, aos que hão de vir, ao Espírito Santo do futuro, como um homem que sempre quizeu, sempre desejou tudo fazer pelo engrandecimento da sua e da nossa terra.

MEUS SENHORES:

Aqui está, hoje como ontem, o Instituto Histórico e Geográfico Espírito Santo, guarda intemerato da geografia, da história e das tradições capixabas, para, uma vez mais, e que não será a última, rememorar a auspiciosa data de sua fundação e, também render o seu culto de saudade e o seu preito de admiração àqueles espírito-santenses ilustres que tanto fizeram pela nossa gleba, que tanto engrandeceram a nossa Pátria.

No dia 23 de Maio último o nosso preclaro consócio — o Desembargador Carlos Xavier — com a sua palavra viva de orador aureola com a sua opinião e autoridade de historiador insigne, relembrou, a todos nós, aquela admirável epopéia do povoamento do solo espírito-santense, aquela figura varonil, aquela tempera de espartano que foi Vasco Fernandes Coutinho.

Hoje, nesta magna e solene sessão, cumpre-nos, porque assim dispõe imperativamente, o nosso regimento interno, falar dos eminentes consócios que, neste ano social, deixaram de pertencer ao número dos vivos, e que por um designio da Providência, nos privaram de sua convivência, abrindo um vácuo imenso em nossa agremiação, deixando-nos abatidos, curvados ante o inesperado do acontecimento.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Por que morremos? por que desaparecemos, um dia, do número dos vivos? eis as perguntas que, por certo, de quando em quando, fazem a nós mesmos. E como, nem sempre, pronta é a resposta daí o inconforto mesmo, a revolta que, de nós se apodera, em face da lei inexorável.

Entretanto se, com serenidade, meditarmos sobre essas terríveis interrogações veremos que é a morte, com a sua amargura, que nos permite aquilatar, e nos ajuda a avaliar o quanto queremos aos nossos senhores, o quanto lamentamos o seu desaparecimento.

E, em realidade, somente os mortos podem verificar o quanto eles estimados pelos vivos.

E, neste ano de 1950, a nossa querida instituição foi vítima de golpes traiçoeiros e valorosos companheiros deixaram de continuar, conosco, o trabalho de beneditina paciência que é vigiar e escrever a história de

de São Sebastião, o seu último sono; a estas horas, aquele Luiz Fraga alegre e jovial, que, com a sua pena, tanto enalteceu aquele velho da imprensa capixaba, — “Diário da Manhã” —, emudeceu; a estas horas, aquele Luiz Fraga, dono de uma verve encantadora, e que tanto encarnava as horas de trabalho dos que, à noite, mourejavam no Venerando Diário da Manhã, aquele Luiz Fraga deixou de falar, o seu coração deixou de bater.

Ainda hoje é, com uma grande saudade, com um recolhido e triste sentimento, Luiz Fraga lembrado pelos seus contemporâneos e contemporâneos, dentre os quais salienta-se Escobar Filho, ilustre jornalista capixaba.

Mas um dia, certamente, levado pelo espírito de aventura, Luiz Fraga seguiu para a grande metrópole, indo exercer as funções de moço servidor público estadual junto à Delegacia do Tesouro do Estado; os anos se foram passando, e se amontoaram, uns aos outros mas de Luiz Fraga ninguém se esqueceu e jamais se esquecerá.

Espírito boníssimo, coração cheio de ternura, ele soube ser do bem de sua gléba, soubé querer à sua terra.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Estava esta casa ainda mal refeita, do golpe sofrido, com o desrecimento de Luiz Fraga quando, nos primeiros dias do mês de abril do corrente ano, sôbre o Brasil, e sôbre o Estado do Espírito Santo, o deus implacável atirou, certo, e rude golpe, ao fazer desaparecer um brasileiro insigne, um espírito santense que, como ninguém, muito soube querer sua pequenina terra, muito soube vibrar e sofrer por ela.

É que, senhoras e senhores, no dia 3 de abril último, na capital da República, faleceu o nosso eminente consócio, o ilustre Senador Henrique de Novais.

Foi o nosso preclaro co-estaduano nascido a 16 de Agosto de 1880, no município de Cachoeiro de Itapemirim, na fazenda Cachoeira Grande.

Corria, em suas veias, o sangue nordestino e isto porque, um dia, um médico pernambucano — o Dr. Manoel de Novais —, deixou as terras ensolaradas de seu Estado e rumou, em demanda, de outras terras; caminhou para o sul, e ficou nas terras acolhedoras, e amigas, da antiga donataria de Vasco Fernandes.

Médico do interior, casou-se o Dr. Manoel de Novais com uma americana espírito-santense, que foi a jovem Maria de Souza Monteiro, filha do casal Antonio de Souza Monteiro.

Lar abençoado de Deus, e feliz, dentre em pouco nascia, para alívio do casal, o seu primogenito que, no futuro, seria uma glória do Brasil; um motivo de envaidecimento para o Espírito Santo; lar abençoado de Deus muito não demorou ele a ser aumentado com o nascimento de outro filho, que, no futuro, seria Henrique de Novais.

Na fazenda Cachoeira Grande viveu Henrique de Novais até a infância; lá aprendeu ele a bem querer ao Espírito Santo e a crer em I

Inteligência atilada, curioso de aprender, avido de conhecimentos, demorou muito que Henrique de Novais fôsse levado à escola, onde seria ministrado o curso primário.

Pensariam os seus venerandos pais, julgaria a bondosa professora, que, como outros, o menino Henrique levaria quatro anos para chegar

ligência, enriquecendo o seu espírito, causando, a todos, admiração pelo talento precoce já revelado.

E, com nove anos de idade, com o curso primário já concluído, nosso eminente consócio, guiado pela mão bondosa, amiga e enérgica de nosso, sempre lembrado e jamais esquecido, D. Fernando, foi para Petrópolis, onde se matriculou no Colégio São Vicente de Paulo para, ali, fazer o seu curso de humanidades, curso êsse que concluiu no Colégio do Comprido, no Rio de Janeiro.

E agora, com sólidos alicerces, com uma incomparável formação moral, poderia Henrique de Novais vencer, com brilhantismo e galhardia, o exame vestibular e matricular-se na Escola Politécnica, para seguir a sua vocação, para se tornar, dentre em pouco, o engenheiro de cultura aprimorada, de invulgar capacidade de trabalho, fazendo-se respeitado, pelos seus pares e de seus concidadãos, pelas suas qualidades morais, pelo seu caráter rijo, pela sua integridade.

E o estudante de engenharia destacado, que foi Henrique de Novais, chegou, ao fim do curso, laureado com a medalha "Silva Jardim" e com o prêmio de viagem à Europa.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Estava escrito que Henrique de Novais não teria a sua vida consagrada, exclusivamente, ao pequenino Espírito Santo; o Brasil inteiro, de norte a sul, sofreria a influência benéfica de seu talento, haveria de sentir e experimentar os benefícios de sua inteligência punjante, de sua cultura arrojada.

Assim, apenas ainda cursando o quarto ano de engenharia já Henrique de Novais era comissionado para acompanhar aquele luminar da engenharia nacional, aquele professor de democracia, mas democracia com maiúsculo, que foi Sampaio Correia, em uma viagem de estudos com as secas do nordeste.

O nosso pranteado consócio foi um nome nacional; palmilhando o Brasil servindo-o com amor e com patriotismo.

Hoje está Henrique de Novais no Rio Grande do Sul, onde orienta o Serviço de Eletrificação naquele Estado; agora é a capital brasileira, é São Paulo que vai tê-lo no serviço de abastecimento de água e Juiz de Fora, a cidade industrial mineira, reclama também que a capacidade e a competência de Henrique de Novais cheguem até ela, a ideia de que nenhuma falha se registre em seus serviços de águas e esgotos também em Belo Horizonte deixa o ilustre espírito-santense um mais assinalado de sua capacidade, como engenheiro sanitarista.

Colaborou, ainda com Paulo de Frontin, nos estudos para a complementação do abastecimento de água do Rio de Janeiro.

E o vale do S. Francisco, e a cachoeira de Paulo Afonso, essas maravilhas que hão de ajudar a redenção nacional mereceram carinhosos e profundos, estudos de Henrique de Novais.

Ainda, recentemente, o tão discutido "Plano Salte" entrava nas preocupações do ilustre capixaba e sentia as marcas da sua vista, da sua experiência e dos seus conhecimentos.

Discutiu o tunel submarino que deverá ligar a Capital da República

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Deixei, até agora e muito de propósito, a impressão de que Henrique de Novais se havia esquecido da terra querida, do pequenino Espírito Santo.

Entretanto, tal impressão é inexata, é irreal, porque o pranteiro espírito santense amou, ardorosamente, o seu Estado.

E assim, caminhemos pela nossa terra, viajemos o nosso interior, dirigamo-nos até Santa Tereza, procuremos conhecer o vale do São Maria que, por aí passou Henrique de Novais servindo, e servindo a dedicação, à sua terra, e estradas de rodagem se começaram a construir no governo Bernardino Monteiro, obedecendo plano traçado pelo engenheiro ilustre.

Caminhou, também Henrique de Novais, apressadamente, por as ruas desta nossa querida cidade de Vitória, sentindo que muito havia a fazer aqui e que, curto era o tempo para se fazer êsse muito e por é quasi certo, êle atravessasse a nossa capital, as suas ruas sempre apinhadas, na ânsia de tudo ver, de tudo reparar.

Governou, por duas vêzes, a nossa Vitória e um dia, quando for realidade o plano que deverá remodelar a nossa linda capital, e um dia quando se concretizar êsse plano, que é o plano Agache, tão acusado, tão criticado por muitos, a quem falta competência para fazê-lo, que neste dia o espírito de Henrique de Novais estará presente como nós o sentimos aqui, bem vivo.

Outros municípios foram, também beneficiados por Henrique de Novais.

Por êle foram feitos estudos que possibilitariam se postos em prática iluminar Serra, Fundão e Aracruz à energia hidroelétrica.

Dirigiu, ainda, em nosso Estado a Usina Paineiras, infelizmente transferida a mãos estranhas.

Político foi Henrique de Novais, mas político no bom sentido, pois que sempre colocou os interesses coletivos e os interesses nacionais acima dos seus próprios.

E, vêzes sem conta, porque via mais os interesses coletivos e nacionais era êle acusado, era êle injuriado.

Foi casado duas vêzes; do seu consórcio com D.^a Maria do Carmo Silva de Novais houve os seguintes filhos: D.^a Zelia de Novais Swab e Zita de Novais Azevedo, respectivamente, casadas com o Dr. Afonso Swab e com o Snr. Amílcar Azevedo e a menina Zilda, já falecida.

Enviuvando, contraiu Henrique de Novais novas nupcias com Maria Eugénia Matoso de Novais e dêste matrimônio deixou êle os seguintes: Drs. Manoel Leite de Novais Melo, Luiz Antonio de Novais Melo, Henrique de Novais Filho, Gabriel de Novais Melo e Terezinha de Novais Melo, êstes dois últimos ainda estudantes.

MEUS SENHORES:

Henrique de Novais foi um homem completo, porque além do homem de cultura invejável e invejada ele foi, também um católico de profunda convicção, um filho da Igreja que jamais a abandonou; ele honraria qualquer Parlamento do Mundo; qualquer Estado do Brasil se envaideceria tê-lo como representante seu, de tê-lo como Senador, como seu primeiro voz na Câmara Alta do País.

A sua morte foi lamentada por gregos e troianos, que nada mais fizeram que render-lhe justas e merecidas homenagens, pelo muito que ele serviu à nossa terra.

E felizes seremos, nós, os que ficamos se pudermos servir ao Brasil e ao Espírito Santo, com o mesmo patriotismo, com o mesmo entusiasmo com a mesma fidelidade de Henrique de Novais.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Nesta hora em que, mais uma vez, uma outra diretoria vai assumir o encargo, por demais árduo, de orientar os destinos desta veneranda instituição, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, não é de mais agradecer eu aos meus prezados consócios os sufrágios e os quais, também uma vez mais, fui reconduzido a um cargo de tamanha importância, de tão grande responsabilidade como é o de orador oficial da "Casa de Domingos Martins". E sinto, em realidade, que muita grande, é a minha responsabilidade, visto como é a mim que, nas solenidades oficiais, incumbe interpretar os sentimentos do Instituto, incumbido a falar em seu nome, dizer do seu pensamento, das suas aspirações e das suas esperanças, como das suas dores e das suas saudades.

E, ao ensejo desta hora, só me resta prometer cumprir, na medida das minhas possibilidades os deveres do meu cargo, fazendo o quanto em mim couber para não desapontar aos meus eminentes confrades desta casa.

Pego ao Senhor que me dê luzes para que fique eu à altura da confiança em mim depositada; peço à Virgem da Penha que ilumine a minha inteligência para que, jamais, mal interprete eu os sentimentos desta associação querida.

—ooo—

Determinam os estatutos desta Casa que, nesta solene sessão, deva o orador oficial do Instituto fazer o elogio dos sócios falecidos, no ano anterior.

Venho exercendo a função desde 1943 e, em todos os anos, tenho suplicado ao Senhor que me poupasse o ter que falar, em cada 12 de Junho, cumprindo os estatutos da nossa instituição, pois se nenhum dos sócios houvesse falecido certo que, tratar-se-ia aqui, de assuntos outros referentes à história e à geografia desta terra querida, pois vasto é o veio a ser explorado e ricas são as gemas a espera de quem as revelar ao nosso povo.

Não tenho sido atendido e Deus sabe o que faz, quando chama a seu seio, quando chama para a vida eterna um dos nossos consócios, dos nossos irmãos de ideal.

Pensei, entretanto, que nesta sessão não teria eu de fazer o elogio de nenhum consócio mas, infelizmente, a inexorável ceifadora nos vem cobrindo de luto, nos vem arrebatando os nossos irmãos. Em 12 de Junho de 1943, faleceu o Sr. João de Deus, um dos nossos consócios, um dos nossos irmãos de ideal.

nasceu nesta cidade, no dia 16 de Dezembro de 1867. É possível, é possível mesmo que o nosso querido consócio houvesse tido uma menininha igual, perfeitamente igual à de todos os que foram, como êle, menino.

Na *Chacara do Vigia* passou o menino Adolfo a sua infância. Um filho homem, na família de rígidos costumes, sofreu a creança de uma grande influência paterna, influência que o marcaria para toda a vida, influência que o acompanharia, como uma sombra, até o túmulo.

No vizinho estado montanhês, naquele estado que é Minas Gerais e que, por tradição, é de um conservadorismo extremado, Adolfo de Oliveira foi fazer o seu curso de humanidades, como aluno do venerando Seminário de Mariana, tendo concorrido para essa ausência temporária da terra natal do adolescente de então o insigne Monsenhor Silvério Pimenta, mais tarde um dos luminares da Igreja Católica. É que Monsenhor Silvério Pimenta era padrinho de Adolfo de Oliveira.

Concluidos os estudos de humanidades volta o nosso saudoso consócio à terra querida, à sua Vitória colonial, mas assim mesmo, para a cidade cheia de muitos encantos; e aqui, por algum tempo e por certo, muito contra gosto, o futuro professor da mocidade capixaba perdeu-se, pouco tempo embora, pelo comércio. E não demorou muito a ingressar no funcionalismo público estadual, ocupando o cargo de 1.º Oficial da Secretaria de Instrução, Justiça e Segurança Pública e da Diretoria da Agricultura, Terras e Obras.

Mas Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira viera, ao mundo, marcado por uma vocação, assinalado pelo destino. Estava escrito que êle não permaneceria, como realmente não permaneceu, no funcionalismo burocrático, pois o seu espírito de escol não se sentia satisfeito com a mecânica da escrituração de livros e informar processos.

E o escriturário, por isso mesmo, não demorou muito a integrar o corpo docente do antigo Ginásio Espírito Santense, mais tarde Ginásio do Espírito Santo e, atualmente, Colégio Estadual do Espírito Santo.

Foi, neste conceituado estabelecimento de ensino secundário, professor catedrático de Francês, cargo êste conquistado em brilhante concurso de provas públicas. Professor claro, ensinando, com rara sabedoria, a sua disciplina. Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira prelecionou, ainda, no Ginásio do Espírito Santo, o Português, o Inglês e outras matérias.

Fui, em 1917 e em 1918, seu aluno e senti a proficiência das aulas do mestre eminente, senti a sabedoria profunda do professor da província pequenina, e modesta, do mestre insigne que, sem fazer, poderia iluminar a cadeira em qualquer grande centro desta imensa República. É que Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira sabia o que ensinava e, ensinava, com simplicidade, sem usar dêsse tom discursatório habitual por muita gente, preferido, pois muita vez o tom discursatório da aula só serve para disfarçar a ignorância do professor.

Do Ginásio do Espírito Santo foi Adolfo de Oliveira diretor. E foi um diretor bondoso, nem por isso deixou de ser enérgico, nem por isso deixou de manter, bem viva, a tradição do nosso colégio querido.

Mas os dias se foram passando, os anos se foram sucedendo uns após outros, implacavelmente, e a lei da natureza foi atuando, inexoravelmente, sobre o velho mestre, sobre o nosso querido Professor Adolfo que, afinal, se viu na contingência, triste e dolorosa, de se afastar da sua cadeira para se afastar do seu colégio que era um prolongamento da sua casa, de afastar do convívio dos seus alunos, aos quais êle queria como aos seus filhos.

E, embora aposentado, Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira quer

Ele teimava em não deixar de registrar alguma coisa, ele teimava continuar a escrever. E muito produziu, embora aposentado, e muito do escrito. Os seus romances, os seus contos, as suas crônicas, quando publicados (se algum dia o forem) permitirão aos posteriors um melhor conhecimento da pujança intelectual do nosso eminente consócio.

Um dos romances se intitula "*O sobrinho do Cônego*". Nele fixados os dias em que viveu, como aluno, no Seminário de Mariana, suas páginas revelam "as aulas, os recreios, os refeitórios e os professores", revelam enfim a vida de um colégio austero.

O folclore capixaba foi estudado por Adolfo Fernandes Ribeiro Oliveira nas páginas de seu livro "*As aventuras de Justo Monteiro*".

Desta casa, desta veneranda instituição foi Adolfo Fernandes Oliveira sócio fundador, ocupando na sua primeira diretoria em 1917, o cargo de 2.º secretário e, mais tarde, em 1933, foi conduzido à vice-presidência do nosso Instituto.

Era ainda o nosso saudoso consócio membro da Academia Espírito-Santense de Letras, sucedendo ao inesquecível capixaba José Madeiro Freitas, o conhecido Mendes Fradique, e ocupava a cadeira que tem o patrono a Colatino Barroso.

Não quero deixar de dar, aqui, a descrição rápida que, do meu querido professor fez, um dia, Heraclito Amancio Pereira, nos salões do Colégio Estadual. Assim falou Heraclito Pereira: "*Adolfo Oliveira, esguito, fazendo lembrar um Don Quixote que tivesse deixado o tratado de armas pelo manuseio dos livros. Poliglota admirável para quem não tinha segredos o latim, o grego, o inglês, o alemão, o italiano, o francês, a cadeira ganha em concurso, e o vernáculo. Hoje gosa de merecido mas a pena infatigável regista páginas da história capixaba*".

Foi assim Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira, foi um simples, foi um bom.

—ooo—

Era o dia 19 de Abril deste ano. E eram sete horas e trinta minutos da manhã. Ministrava eu a aula de História do Brasil à turma da terceira série ginasial do Colégio Estadual do Espírito Santo quando Heraclito Amancio Pereira, então diretor do estabelecimento, anunciou aos alunos o infausto acontecimento da morte do velho Professor Adolfo, anunciando o desaparecimento daquele que tinha sido o mestre de todos nós.

Ainda estão bem vivas, ainda estão na memória de todos as homenagens prestadas ao capixaba eminente, ao mestre de tantas gerações.

A sua residência, ali em Jucutuquara, compareceu uma imensa multidão. Antigos, e ex-alunos de Adolfo Oliveira, muitos hoje desempenhando as mais elevadas funções, no Estado, lá estavam compungidos, lá estavam esmagados ante a rudeza do golpe.

E à tardinha, quando o dia caminhava para o seu ocaso, o corpo inanimado do velho lidador foi levado para Santo Antonio. A nossa cidade despediu-se, cheia de tristeza, do velho professor, do mestre de seus filhos.

"E quando o cortêjo fúnebre ia passando ali, pela Avenida Capixaba bem em frente ao Colégio Estadual do Espírito Santo, a melancolia da tarde e a serenidade do dia foram quebrados pelos primeiros acordes do toque de silêncio, cujas notas tristes eram tiradas por um brasileiro, homem ainda moço, talvez um desses muitos que andou, por pouco tempo, embora, cursando o nosso principal estabelecimento de ensino.

E naquela hora, maravilhosamente, triste, para traz caminhei trinta e cinco anos; naquela hora sentida como que me revi, também ali do Ginásio do Espírito Santo, seguindo, de livro em baixo do braço, para a aula, subindo para o edifício da chacara Monjardim, bem no alto do morro.

E foi então que velhas imagens, imagens amigas, que me foram tão familiares, ressurgiam ante mim, dando-me a impressão de que o tempo ainda não havia passado, de que as horas e os anos não se tinham escoado.

E vi um homem alto, magro, de porte elegante, embora modesto, a subir, vagarosamente, passo a passo, aquelas escadas tão conhecidas que levam ao alto do morro, ao antigo edifício da chacara Monjardim.

Este homem era o Professor Adolfo Oliveira, era o professor Francês, o professor Adolfo enfim, porque aluno não fala em sobrenome de professor, pois para aluno professor não tem sobrenome.

Morava ele pertinho do Colégio, bem vizinho mesmo do estabelecimento a que ele tanto queria. E diariamente, fizesse sol ou chuva, lá estava ele na sua cátedra, com a gramática de Halbout, a tomar a lição a ele a aconselhar aquele, a estimular um outro, sempre pensando no bem de todos.

O homem não faltava; eram assim, como o Professor Adolfo, mestres de outros tempos.

Davam a impressão de que não adoeciam, de que não tinham gripe e tantas outras moléstias que, hoje, andam por aí à solta.

E nós, os alunos daqueles tempos idos, idealizavamos os nossos velhos mestres, aqueles homens, que escondiam tanta sabedoria debaixo de tanta modéstia, aqueles homens ricos, tão ricos, que se envergonhavam em discutir os seus problemas humanos, as suas necessidades ante nós outros os seus alunos, aqueles homens ricos, que acabavam assim, na pobre honrada, como ontem se acabou o velho Professor Adolfo.

E ele era assim, era de uma dignidade extraordinária, era um homem com a noção acentuadíssima da missão sagrada que, ao professor, era reservada sobre a face da terra.

E por isso todos nós o admirávamos, todos nós o queríamos, todos nós o venerávamos.

Ontem, afinal, o Professor Adolfo Oliveira foi descansar, foi dormir o seu último sono, sob os ceus da sua Vitória querida, levado pelos seus filhos, que eram todos os seus ex-alunos do querido Ginásio Espírito Santense, do antigo Ginásio do Espírito Santo.

As notas do toque de silêncio ainda estão ressoando nas ruas da cidade. Mas a voz do Professor Adolfo não silenciou, que não silenciaria nunca, não deixam de ecoar jamais as palavras dos mestres, dos que foram, realmente, professores, dos que souberam plasmar legítimos homens, legítimas criaturas de Deus".

E enquanto existir o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e enquanto existir o Colégio Estadual do Espírito Santo, a memória de Adolfo Francisco de Oliveira, do Professor Adolfo, não deixará de ser lembrada.

ARISTIDES FREIRE

Discurso pronunciado no salão nobre da Escola Normal P. II, na sessão solene comemorativa do centenário de nascimento do Professor ARISTIDES FREIRE, pelo acadêmico AURINO QUINTA, ocupante da cadeira com seu nome, em 18 de Dezembro de 1949.

Os predestinados, sob o bafejo da querência, da glória ou do apó-
têm o traço característico dos seres que o destino estigmatizou para as gra-
des arremetidas da vida.

Vasco Fernandes Coutinho, atirando, ao fundo das caravelas, arm-
bagagens, embolsando haveres, carregando a última de suas relíquias e rum-
do para as plagas de Santa Cruz — não foi somente um aventureiro, mas t-
bém um herói e um mártir, seguindo a trilha erradia de seu destino inexor-
para plasmar esse povo que havia de povoar as terras benditas de Canaan.

Despedindo-se da pátria, para não mais voltar, afrontando o pé-
revolto, em busca de rincão ignoto e longínquo, na mais aventureira exped-
arrostando uma rota insegura e incerta, povoada de monstros e duendes,
imaginação da época — trazia, decerto, na arca do peito, além do desejo
prio de uma curiosidade insatisfeita, a força de um destino incoercível e f-
que o impelia para as bandas do Oeste transatlântico.

Aqui aportando, longe de encontrar o bonançoso pátio, que anun-
a carta de Caminha, deparou-se-lhe, aquêle inferno trágico, que foi a sua v-
a sua luta e a sua angústia, no solo capixaba.

Mais rude e mais doloroso que o espetáculo constante dos índios ar-
pófagos e bárbaros, que comiam o branco, incendiavam os lares e saquea-
a aldeia, era a calúnia e a inveja daquêle que trouxera, como amigo e qu-
cada passo, o traia e lhe envenenava a existência, até levá-lo á extrema-
séria, de fanar-se no torrão de seus sonhos e de suas quiméras, ressupino
uma enxerga paupérrima e envolto em um lençol, únicos remanescentes de
sonho grandioso que se foi desfazendo e esgarçando ao sópro dos furacões
adversidade.

Maria Ortiz, modesta, anônima incompreendida, na timidez do cor-
feminino, afeito á maciez das carícias e aos afetos do amor, em um rep-
inopinado de glória, em um rasgo de exaltação, pela terra de seu bérço-
um momento pressago em que homens e soldados se acobardavam e fug-
ante o espectro da morte e diante do invasor holandês, que perlustrava, a-
gante, de aracaouz em punho e achas darmas ao ombro, o solo pátrio, ela

tes batavas e encorajando para a reação, que não se fez esperar e que aí viria se não fôsse sua audácia.

Dias andados, novamente volvidos á paz e ao sossêgo desta bonanga região insular, Maria Ortiz — que se recolhera a seus penates, não era olhada como a heroína de há pouco nem como a célula mater do movimento, que o minara com a vitória dos locais, desentendidos, entibiados e medrosos.

Era, muito pelo contrário, encarada como mulher perigosa, louca dada aos mistérios da magia negra.

Havia o interêsse natural de esconder a pusilanimidade dos que ergueu do marasmo do mêdo e a necessidade de ocultar seu heroísmo involuntário em meio tantos homens, que se amedrontaram e desapareceram ante sua coragem delicada e nobre de mulher, em uma arremetida heróica e cavalheiresca que passaria á história.

Domingos Martins, afortunado e feliz, na côrte da Inglaterra, fruito da paz, o sossêgo e a liberdade da nação, onde mais se respeitam os direitos do homem e as liberdades individuais — condoeu-se da vida precária e ominosa que levavam seus irmãos no Brasil e, em um êsto de coragem, de galhardia de humano e são patriotismo, empreendeu viagens, esgotou suas posses, tranquilizou o espírito e tudo sacrificou em troca da liberdade de seu país.

Substituindo a bonança de seus dias lêdos, sob os céus plúmbeos de Londres pacífica e acolhedora, pelo inhóspito bulício das jornadas e pela agitação do elocubração mental dos problemas libertários, nada visou senão o cumprimento de um dever moral e cívico, que a consciência lhe ditava.

Rumou para o Brasil, incorporou-se á falange dos sonhadores, tomou o balho com afeição e denôdo, pondo-se á vanguarda dos mais afoitos e entusiastas do movimento.

A ação foi decisiva e levada a afeito, mas os resultados foram fatiosos e pagaram com a vida o ideal de liberdade, com que sonharam.

O herói capixaba, houve por muito tempo, esquecido e ignorado e, por um cúmulo de desgraças, só não foi êle usurpado e roubado á nossa glória, porque a meia dúzia de abnegados saíram a campo com a lucidez plumitativa de reividuadores, conseguindo arrastá-lo para as fastos da nossa história.

Tonelares e outros apedrejadores vulgares, dêsseos iconoclastas, abundam em todos os lugares e em tôdas as épocas, quizeram empanar o brilho glorioso do grande vulto, que a história sagra, sem contudo conseguir atirar o pedestal do monumento em que se erigiu.

Aristides Freire entra nessa coôrte de homens e heróis, que lutaram pelo Espírito Santo, defendendo seus ideais, plasmando sua vida e seu futuro na ânsia de um trabalho árduo e sem tréguas e na tortura de uma perfeição inatingida.

A obra que lentamente se vem esboçando, em todos os setores da atividade humana, nêsses páramos de nossa vida, é o esforço sinérgico dêsseos vultos, que nasceram, lutaram e desapareceram, nêsse trabalho titânico, a obra não imprimiram rótulo, mas onde ficou impresso o sêlo inconfundível de seu valor, que o anonimato não logrou ofuscar.

Aristides Brasiliano de Barcelos Freire nasceu, em Vitória, a 18 de dezembro de 1849 e aqui viveu todo decurso de sua vida sem se distanciar da terra de seus sonhos.

Iniciou sua carreira como modesto professor primário, aos 22 anos de idade, em uma fase da vida brasileira em que a mentalidade dominante na criação do moço e tudo acreditava dos velhos.

Começara sob tão bons auspícios e tão cedo mostrara suas aptidões, sua firmeza de propósito, sua luta de resistência de primitiva Escola Normal,

Voltando a seus pagos, onde era sempre instado e de que não se apartava, por vocação natural e rara dedicação profissional, ocupou a cadeira de português das duas seções do Ateneu do Estado.

Novamente a constituinte estadual de 91 levou-o ás lides parlamentares, mercê do penhor de trabalho, esforço, dedicação, discernimento e preparo que era sua presença em qualquer cometimento da instância existencial do Estado.

Nessa ocasião, a Secretaria da Instrução, Justiça e Segurança Pública, em duas solicitações sucessivas, honrosas e instantes, pediu-lhe que abandonasse sua cátedra no Ateneu, com essa expressividade, que muito distinguia :

“Confiado em vosso devotamento á causa da instrução e do vosso patriotismo (terminava assim um dos officios do então Director daquela Secretaria), espero que, tomando em consideração o verdadeiro critério da lei, vos esforcareis para que os alunos do Ateneu não fiquem privados de vossas lições”.

Caráter inflexível, que era, sempre preferindo as situações definidas e claras e não desejando ligar-se a dois poderes, em uma fase de estruturação nacional, negou-se, peremptoriamente, ao apêlo, que lhe foi dirigido.

Desligado do Legislativo, guiou novamente, em direitura de seus interesses, onde lhe sorria a missão mais grata e mais amimoseada de sua existência diuturna — o ensino.

Regeu, por algum tempo, a cadeira de português da Escola Normal, mais adiante, em Janeiro de 1914, aposentou-se como Auxiliar da Inspeção Geral do Ensino — segundo pósto, em elevação, naquela instância.

Nessa ocasião, como despedida ao velho servidor, lhe foi endereçada a seguinte mensagem, que sobre honrosa e dignificante, tem a significação valorosa de haver partido da pena privilegiada de Deocleciano Nunes de Carvalho :

“Pelo presente, cumpro o grato dever de vos agradecer, de modo muito especial, o carinho e amor aos serviços do ensino público deste Estado, por vós dedicado, durante anos em que vos revelastes sempre o preceptor digno e o funcionário zeloso, especialmente o exercício do cargo de Auxiliar desta Diretoria, onde tão proveitosos foram sempre os vossos esforços.

Não devia o Estado deixar de vos conceder a aposentadoria em cujo gozo vos achaeis desde 1 do mês corrente, a qual, se, por outro lado, foi reconhecimento dos vossos bons e leais serviços em prol da Instrução Pública desta terra, veio, por outro lado, privar esta Diretoria de vossa dedicada e inteligente colaboração”.

Essa aposentadoria rumorosa, pela estatura do homem que ia entrar no recato da inatividade, foi votada por lei do Congresso onde, por seus parcos, assim se pronunciou aquela casa, que tantas vêzes ouvira e acatara sua palavra oracular.

“... tãda a sua atividade, tãda a mocidade dêsse varão encontrado no labor quotidiano de educar a mocidade de sua terra, excedeu-a êle e a consumia em proveito do Espírito Santo, e de seus filhos dos quais, a três gerações, pode dizer-se, êle transmitiu suas lições, durante 48 anos de magistério, propagando com abnegação e desinteresse o ensino secundário no Estado, ensinando gratuitamente alguns

grande preceptor compreendeu que ainda não era tempo de cerrar o vel dos grandes combatentes, pois que dentro daquêlê gigante do pensamento, da pulsava um coração sadio e dentro do crânio estuava uma mente valor

Assim sentindo, melhor agiu ocupando o cargo de membro do Conselho Superior de Ensino, gratuitamente, onde emprestou as luzes de seu talento o tributo de sua experiência nas árduas elocubrações do ensino, em que prepara e forja o caráter para as arremetidas da vida, nessa pátria, em ainda hoje é a educação o ponto nevrálgico de nossa formação.

Sem se deter na marcha ascensional do trabalho, sobretudo nos f da instrução, onde se agigantara, lecionando durante meio século, gera sucessivas de conterrâneos, fundou o Externato Santos Pinto, com o sauc Antônio Aguirre, que também foi um capixaba de escol e um batalhador favor da causa dêsse torrão pequenino e abençoado.

Não obstante haver sido o último de seus tentames foi talvez o m dêles, porque, dentro daquêlê educandário modelar, formou-se uma das pl des mais vigorosas e lucidas de tôda a nossa vida intelectual.

Além da cátedra, em que fôra tão farta a mêsse de benefícios para Estado, Aristides Freire, concumitaneamente, com os labores didáticos e p lamentares, rastreou, fundamente, com o valor inconfundível de seu gênio arraisais do jornalismo.

Mentalidade concentrada e elocubradora, atilado e psicólogo, co poucos, perquiridor do meio ambiente, onde hauria fundos elementos para s conclusões — não deu trégua aos maus, aos opressores, aos profissionais da lítica, pondo-lhes a calva á mostra, esvurmando-lhes as posturas fementi que mascaravam seus propósitos de aproveitadores.

Sem nenhum objetivo mercenário, sempre trabalhando por idealis desdobrando-se em tarefas mentais, que esgotariam qualquer sêr norma fazia por mero altruísmo, por amor á terra natal e na continuação da obra nial de um grande artista.

Fundou *A Fôlha de Vitória* por onde postergou os escravocratas e fendeu, com raro denodo e desmedido ardor, a causa da abolição.

Em um Estado, como o nosso, onde o elemento servil enodoava no vida e nossa história e onde os senhores fundavam sua vida econômica no n nancial humano do continente negro, ser assecla daquêlê movimento liberta era ser mais que corajoso, era ser apóstolo de um ideal, que punha a vida jôgo.

Desprendido e forte, êle nunca temeu a pujança dos potentados, a sempre os dissecou na frieza de analista e com a confiança de um grande id Não raro, por isso, via, diariamente, pilhas e pilhas de seu jornal, volvido do interior, por ser crime de lesa majestade afastar do oito dos genhos, das gangorras e das almanjarras depauperantes, o braço escravo pobre negro africano.

Mas o atleta, com a presciência de quem defende uma causa just nobre, sem visar outra recompensa que a de uma causa justa e nobre, sem tros proventos que a do bem visado, escrevia para os inimigos da sociedade, p os refratários da civilização e para os verdugos da raça, essas palavras, retratam o desassombro de um homem equilibrado e a firmeza de uma ic logia que não guarda estipêndio:

"A gloria na imprensa não é por certo apresentar saldos dinheiro, em contas fechadas no fim de cada ano; o exercício financeiro de um jornal vai até o seu desaparecimento.

Adicionam-se então as parcelas dos interesses defendidos, vam-se a lucros e perdas os gostos e desgostos colhidos, e o saldo d consistir no juízo dos cidadãos imparciais que foram freguêzes

Podemos quebrar, mas nunca vergaremos a imposições, que degradam ou a interesses, que aviltam”.

Sempre atento a um programa autrústico, de que não se apartava, g^o tuito em seu labor e eficiente em sua obra meritória, não descansava e n^o dava repouso aos réprobos e maus a quem sempre acometeu com o aguilhão sua justiça indômita e inexorável.

Continuando sua derrota vingadora, fundou o primeiro diário, que editou em nossa Capital e que foi o *Comércio do Espírito Santo*.

Pelas columnas dêsse periódico, continuava, sem discrepância e sem i^o terregnos, a campanha de moralização de costumes, da decência política, amor á causa pública, de trabalho e esforço em favor do engrandecimento, s^o preocupações subalternas de ganho ou de recompensa, que pudessem tisanar pureza imácula dos que se imolavam aos interesses da Pátria.

E assim doutrinava, o grande mestre :

“Seja dito, de passagem, que não recolheremos os troféus de sa gloriosa campanha de que saímos vencedores; tudo pela pátria, a ela pertencem os resultados de nossos esforços.

Quando, por termo de nossas aspirações, chegarmos a ver o só plano o merecimento individual bem aquilatado, regulando as a^o pirações, o talento real, voltaremos á obscuridade de nosso lar, don^o queremos ouvir o ruido das festas de sagração do mérito, ainda q^u perturbadas pelo amargo pranto dos egoistas vencidos, carregando o triunfo os heróis sagrados”.

Por essa sequência de ideais, que retratam um homem desambicioso inteiramente voltado aos assuntos do bem coletivo, sempre sem segundas i^o tenções, vê-se, claramente, seu despreendimento em todos os tentames da vi^o cotidiana.

Provida a subsistência, o que fazia de maneira que não mais possi^o era resumir-se, por sua extrema modéstia de padrão, todo o sobejo de sua a^o vidade era doado ao povo, ao país, sem paga e sem recompensa pelo desg^o de uma inteligência tão rara, a soldo de uma causa de tão alçapremados a^o seios.

A espaços, quando agulhoava os magnatas inconscientes e que êss^o saíam a campo, com represálias e ameaças, que não encontravam êco nem i^o timidavam os que agem a serviço de uma consciência sem nuvens, retruca^o mostrando-lhes a gratuidade de seus serviços e a displiscência pelos laur^o das vitórias, por ventura alcançadas :

“Espero ser na União o que fui no partido Conservador : um exemplo vivo de que se pode ser político, sem ser ambicioso”.

E, mais adiante, para caracterizar sua posição de brasileiro e cooper^o dor dos problemas nacionais, face a Nação e jamais frente aos governos em^o gentes, escreveu sentenciosamente :

“Estou bem certo de que o governo prefere monarquistas ontem, mas que tenham dado exuberantes provas de seu caráter e di^o nidade pessoal no serviço da República, a uns tantos republicanos modernos, capazes de tudo, em troca de posições oficiais.

Eu disse, ao deixar a redação do “Comércio”, para o Dr. Jo^o Monjardim : — sinto-me acanhado em bater palmas á República, oc^o pando a primeira fila, quando, no dia 15 de novembro de 1889, tins^o sido surpreendido, pelos acontecimentos, na redação de um jornal

Obrigou-o, a essa explicação, o fato de surpreendê-lo, a República, rigindo o Partido Conservador, cuja traça tinha normas muito mais seguras e honestas, que os dois atuais grêmios partidários.

Naquela era, escolhiam-se os homens pela soma de valores, que apresentavam e pelas qualidades, que reuniam para as grandes investidas, deixando-se a quantidade de benefícios, que poderiam proporcionar ao Brasil.

As reais influências políticas despediam-se de interesses para favorecer e eleger os que estivessem á altura dos postos e pudessem colaborar para o bem comum em favor do país.

Por isso Aristides Freire falava e escrevia de cabeça erguida porque sempre um combatente de escôl, com a divisa de soldado raso, formando a vanguarda dos que se batiam por uma causa nobre.

Monarquia ou República poderia importar aos que se acalentam nos macios coxins palacianos, não a êle que só procurava os árduos e duros embates da peleja, onde pudesse exercer um trabalho construtivo de soerguimento dos princípios salutarees da nacionalidade.

Nem só na critica ferina, ou nos artigos magistrais de todos os tempos de sua atuação, vasou, o velho mestre, sua vida plúmitiva.

Como todo brasileiro, também foi sonhador e poeta, nessa fase da vida em que todos sonham e em que ninguém deixa de sorver o líquido de Hipocrisia jorrante do coice lírico de Pegáso.

Em os jornais da Monarquia — *O Baluarte, A Idéia, A Passagem* e *Venus*, onde os capixabas escreviam seus bosquejos literários, o saudoso mestre e purista do vernáculo publicou contos, crônicas facetas e poesias, dando expansões aos êstos de sua mocidade vibrante, prenunciando já o pensamento ciclópico que haveria de ser nos dias de sua maturidade espiritual.

Tôdas essas produções esparsas eram editadas, quase sempre anônimamente e mui raramente com o pseudônimo de *Afre*.

Seu espírito displicente para as vaidades humanas e seu caráter de pretencioso e, até certo ponto, tímido, no remanso da existência, puseram perder uma imensa produção intelectual que, reunida, retrataria uma época e a falaria de uma história e biografaria um homem de extraordinário pulso e saber.

São de sua lavra os versos interessantes, que se seguem, publicados em sua tenra idade :

Sinto os efeitos de paixão imensa
Que me devora num fatal segredo;
E se num gesto, num sorrir me traio,
Porque me dizes, moreninha : “E” cêdo”!?

Voraz centelha que na pira oculta,
Conservo, d'alma, me consome e arde;
Mas se crescendo produzir incêndio
Meu peito morto te dirá : “E” tarde”!

Amo-te muito com febril anseio
E não te digo... que me prende o mêdo;
Mas tu, que podes livremente amar
Por que me dizes, moreninha : “E” cêdo”!?

Os votos puros, de um amor sincero
Teu peito, sempre, fielmente guarde;
A outra virgem que me inspire amores

Aristides Freire foi um homem sempre super civilizado, cujas maneiras distintas encantavam por sua extrema polidez e cuja palestra em condão de a todos fascinar.

Era uma figura apolínea de estátua, com um sôpro vivificante, que exprimia rara expressão de simpatia.

E quem o enfitasse, não diria, á primeira vista, que tôda aquela bilidade e brandura, partia de um espírito tão combativo e de uma alma de extrema energia.

Aquela enfiatura, que tinha doçura na voz para premiar os possuía também látegos na palavra para fustigar os maus.

Sociável como todos os cavalheiros de sua tẽpera, fôra, a seu tempo uma figura de salão, participando das usanças de então.

Por isso, não fugiu ás glosas dos motes, que, nos torneios literários altos coturnos, desafiavam a presença de espírito dos coevos.

De uma feita, lançaram-lhe, aos pés, êste cartel de desafio :

“Amor é doce ou salgado?
Quem provou pode dizer...”

E êle, sem erguer a luva e apenas empunhando o espadim de es retrucou :

“Perdi tempo interrogado,
Mas agora interrogante
Que diga o feliz amante :
— Amor é doce ou salgado?

Tem artes de adocicado,
Mas salgado sabe ser;
Dá prazer, dá desprazer :
E' soberano na terra...
Segredos que amor encerra
— Quem provou pode dizer.

Numerosa é sua produção nêsse gênero, destacando-se entre outras várias odes, que compôs, sobretudo no que tange ao patriotismo e a que esclavagista.

O talento privilegiado dêsse escritor capixaba tem múltiplas formas de pronunciamiento, tôdas elas coroadas do mais resplendente brilho e da acatada reputação.

Além das facetas já conhecidas, êle foi o criador do teatro capixaba que ilustrou e enriqueceu com trabalhos de tão subido quilate, que foram vados á ribalta, não só em nosso meio como em vários proscênios do Brasil.

São composições suas, repetidas vêzes encenadas : “A Caridade”, “Egoísmo Social”, “Surpresas de um tio”, “A Ferida Invizível”, “Amor de dição”, “A Rosa da Montanha”, “O Réprobo”, “A Condessa de Randal”, “Penitente”, “A República na Roça”, “A Fôrça do Destino”, “O Demônio do” e “Julio”.

Como se vê, nada menos de treze peças atestam sua produção teatral evidenciando um trabalho, no gênero de largo fôlego.

Seu amor á arte do teatro bem se definiu com a apreciação do brilho capixaba Afonso Cláudio, quando o retratou nestas palavras:

“O gosto pelas representações levou-o a cultivar a arte,

Para se avaliar o valor de sua obra, nêsse gênero, basta mencionar que, quando se levava a cena "O Réprobo", Pessanha Póvoa, escritor, jornalista e crítico, inimigo político de Aristides Freire, nessa ocasião ocupando cargo de Diretor da Instrução Pública, chamou o Autor ao palco e, publicamente, prestou-lhe significativa homenagem.

Mais tarde, por motivo de publicação de um monólogo, o mesmo Pessanha Póvoa, em delicada epístola, que dirigiu áquela folha, assim se expressou a respeito do tradicional educador :

"Declaro que o Sr. nêsse gênero tem atual e unicamente um competidor — é o Arthur Azevedo. Outro conheci — Joaquim Serra que *mortuus est.*" "O seu trabalho, a sua sátira, em outra parte do Brasil ou Europa, o imortalizaria. Caiu aqui, infelizmente onde a inveja faz sentinela á glória..."

A última vez que apareceu em público, o saudoso espírito santense para sua derradeira demonstração espiritual, foi a 5 de janeiro de 1922, no ato de seu falecimento.

Eramos, então, redator do *Diário da Manhã*, quando chegaram as duas primeiras linotipos, que iam ser instaladas naquêlê jornal.

Aventuramos a idéia de serem dados, ás precursoras de nosso surto progressista, os nomes de Aristides Freire e Augusto Calmon, os dois únicos sobreviventes da imprensa de priscas éras.

O alvitre foi aplaudido e pôsto em prática e, no dia festivo de sua inauguração, compareceram á redação os dois próceres das antigas campanhas políticas e sociais de nossa terra.

Alí, ante aquêlê solene espetáculo de tradição, os dois anciões, eretos e desempenados se defrontaram depois de longas e renhidas pugnas, que travaram no passado militando em campos opostos.

Seus discursos, um frente ao outro, foi um desfiar de rosários, que ensartaram durante o transcurso da vida e que o perpassar dos anos não conseguiu dispersar suas contas preciosas.

Foi uma página de saudade, que tocou fundamente o coração capixaba ao ouvir o relato dos dois velhos campeões, não mais desatando seus talismãs mas dando-se as mãos naquela solenidade edificante em que se lhes conferiu um modesto prêmio das lutas acesas e encarniçadas em que não houve vencedores nem vencedores, porque, em ambos, sorria o escôpo sublime da defesa de ideais.

No dia seguinte dessa comovente passagem, o saudoso Archimiro Matos burilou, com sua pena magistral, um formoso artigo de que extrairíamos esse tópico significativo :

"Batidos pelos anos, que são marcos de gloriosa etapa vencida no trabalho honrado; cobertos de cans, que são atestados da vida e da geração que o povo do Espírito Santo lhes devota; enfraquecidos organicamente pelo muito de energia que dispenderam em proveito da terra de seu nascimento; portadores de uma pobreza que bem demonstra o escrúpulo que os norteou na vida pública, são hoje os símbolos do passado de nossa terra, os representantes da plêiade de lutadores em cujos exemplos a mocidade de hoje aprende o que há de transmitir á de amanhã. E lá se foram êles, como nos tempos antigos os generais da fama, festejados pelas multidões, receber as homenagens da Pátria agradecida. E falaram como mestres e foram ouvidos como oráculos". (*Diário da Manhã*, 6 de janeiro de 1922).

Aristides Freire faleceu a 25 de julho de 1922, quando, pela última

onde sua câmara ardente se transformara em relicário, em que todos contêm e compungidos prestaram, ao grande benfeitor, o tributo expressivo e máximo de solidariedade na dôr, levando áquele lar, o conforto com que só se presta a obra dos bons e dos justos.

Augusto Calmon, seu mais acirrado antagonista nas lutas de antes, reudeu-lhe lóas e louçainhas, nestas palavras que retratam a justiça de um homem leal, julgando seu maior opositor :

“professando o magistério desde os seus mais verdes anos, fez, de sua profissão, verdadeiro sacerdócio e o ponto principal de sua atividade, tendo sido o mestre e o educador de toda essa geração a quem o Espírito Santo deve a sua atual grandeza”.

E prosseguindo, em sua biografia :

“Em várias localidades do viver útil mourejou com a coragem e a ousadia de um lúcido triunfador. Mas onde ele mais sobressaiu foi no jornalismo, em cuja arena se revelou um exímio gladiador; e no magistério, de que se tornou um dos fervorosos e melhores apóstolos”.

“Na história da imprensa espírito-santense, não há talvez um nome, que a ele se avante pelo tempo que a ela se consagra, pela extraordinária vocação com que se sentiu para ela atraído em todos os tempos”.

“A encantadora simplicidade e concisão do seu estilo, a extrema correção de linguagem, a sua índole de polemista, criaram-lhe uma reputação de adversário temível, pela vastidão dos seus conhecimentos e pelo ferino das suas sátiras felizes, como que, muitas vezes desapontava os seus mais ilustres antagonistas”.

Tivemos, também, a tarefa ingrata de traçar-lhe em rápidos lampejos o majestoso perfil quando de sua morte.

Já áquele tempo, dizíamos que :

“A sua atividade teve fulgor de mago brilho. A sua pena percorreu horizontes de esplendentes lirismos, mas foi, ao mesmo tempo, um escopro e um açoite.

Ao lado da crônica faceta, delicada e fina, com que deliciava o espírito jovem de época, escarpelava, com frieza cirúrgica, os réprobos e maldades de todas as épocas, que postegavam o direito do povo”. (Diário Manhã de 26 de junho de 1922).

E assim acabou o grande capixaba — viveu, lutou, com galhardia venceu pugnas memoráveis, trabalhou sem descanso, em favor desta terra pequenina, que tanto extremecemos.

Os índios, desde as tribos mais distantes do longínquo Cricaré, na vestida furiosa contra as incursões da Bahia, ás justas gloriosas de Ararigó — todos têm defendido o solo glorioso do Espírito Santo e os seus filhos de cá — a sua gente e as suas tradições, nessa angústia de expansão, em que nos afanamos em busca de uma grandeza, compatível com a obra que realizamos.

Desajudados e sós, prosseguimos na jornada exaustiva, “por caminhos ásperos e fragosos” e haveremos de chegar à meta de nossos grandes destinos, ainda que no topo da escalada apenas chegue um único de nossos filhos punhando a bandeira, que desfaldamos.

CAXIAS

Discurso proferido pelo Des. Eurípides Queiroz do Valle, Presidente da Academia de Letras e do Instituto Histórico do Estado, no Teatro Continental da Cidade de Espírito Santo, no dia 25 de Agosto de 1953, em comemoração do Dia do Soldado, sobre Duque de Caxias, a convite do Cel. Dr. Paulo Magalhães, Comandante do 3.º de Caçadores.

Minhas senhoras.
Meus senhores.

O Sr. Comandante do 3.º Batalhão de Caçadores — o Cel. Paulo Magalhães, homem de espírito e de inteligência, velho amigo dos tempos de mocidade, quiz que, dest afeita, um Magistrado vos falasse de um Militar.

Quiz que uma tóga lembrasse aqui a vida esplendente de uma nobre farda. Imaginou desse modo o velho símbolo da Justiça, unindo a balança da lei á espada da Ordem.

Juiz e soldado sempre marcharam, na verdade, lado a lado, ao longo da nossa História, em busca do mesmo ideal de Paz e de Felicidade para os brasileiros.

Não é de estranhar pois que esta tribuna esteja hoje ocupada por um velho Magistrado. E nela, ficais certos, o Juiz está á vontade. Porque falar de um militar, o magistrado não fala de um estranho. Mas de um companheiro de lutas, irmanado na mesma jornada. O quartel é o mesmo. As armas também as mesmas. São ambos guardas das mesmas leis. Sentinelas das mesmas instituições.

E quando o militar é um Duque de Caxias que se fez soldado-legendário, soldado-símbolo e soldado-modelo os galões se confundem com o arminho da tóga e a espada com a pena do julgador.

— .000. —

Caxias, meus senhores, já tem sido estudado nos mais diversos ângulos e aspectos em que a sua personalidade invulgar se desdobrou. Já se examinou o soldado, o diplomata, o administrador, o homem e o cidadão. Não se analisou ainda, porém, aquela em que êle, pela sua prudência, imparcialidade e se-

do Imperador, de 19 anos, adolescente ainda e que mal saído da velha Academia Militar já fazia, na Bahia, a Campanha da Independência, verificando que dentro do militar, do guerreiro e do homem de Estado, estava o magro, o Juiz sereno, prudente e justo.

E na missão de estudar e julgar os homens e as cousas é que melhor se pode apreciar a grandeza e magnanimidade de sua alma. É assim que nenhum mistério jamais lhe interessou o que esses homens e essas cousas tivessem de pequenino e estreito. Só via neles e nelas o que fosse nobre, honesto e pudessem servir à Nação, ao País ou à Pátria.

Se fosse preciso documentar essas assertivas bastaria lembrar aqui os episódios da prisão do grande Diogo Feijó.

Feijó, quando na Regência, dirigindo os detidos do País naquela que era difícil da nossa História, fora não só o Chefe mas o amigo dileto de Caxias. As ordens do velho Regente ele as cumpria com união religiosa. Soube assim, pela sua fidelidade, conquistar a confiança e o respeito do velho Ministro da Justiça.

Passam-se porém os anos. Mudam-se os partidos. Feijó deixa o Ministério da Justiça da Regência. Irrompem aqui e ali, nas Províncias, as revoluções e as desordens. Chega a vez de S. Paulo. Caxias é mandado para lá. Enfrenta decidido os revoltosos. E ao se aproximar da Cidade de Sorocaba, naquela tarde de 20 de Junho de 1842 para lhe dar o combate decisivo recebe do velho Feijó uma carta. O antigo Ministro era agora um revoltoso. Estava entre os rebeldes. Caxias lê, compungido, a missiva. Exclamava então o velho Padre textualmente : — “Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves Lima e Silva seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as cousas deste mundo!”

Caxias não se perturba. E escreve, no mesmo dia, ao seu antigo Chefe : — “Respondo a V. Excia. pelas mesmas palavras de sua carta hoje recebida. Direi : — quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar a força para chamar a ordem o Sr. Diogo Antonio Feijó? E terminava com as mesmas palavras do Padre : — “Tais são as cousas deste mundo!”

O chefe militar vitorioso não se alterou diante do Ministro vencido. Ali já não estava o seu antigo chefe nem o seu velho amigo. Mas um revoltoso. Um homem que se punha, desgraçadamente, fora da lei. Mas nem por isso perdia ele a serenidade e a compostura de sempre. Nem deixara de ver naquele que sempre fora um homem de bem.

Onde porém o seu sentimento de justiça se acentuou foi quando horas depois os dois velhos amigos se encontraram face a face.

E diante do Padre, velho, doente e paralítico numa cadeira de rodas, Caxias leva a mão ao quepe e lhe faz respeitosa continência. E contendo, custo a sua grande emoção diz pausadamente : — “Só a minha honra de soldado me imporia o doloroso dever de vir prender o Sr. Senador Feijó um dos chefes do movimento revoltoso. Convido V. Excia. a acompanhar-me”. E Feijó sem demonstrar na velha fisionomia qualquer mágoa ou ressentimento responde apenas : — “Estou as suas ordens!”

E quando Caxias ainda emocionado lhe diz : — “Se V. Excia. quiser levar alguma cousa para o Quartel, pode determinar,” Feijó responde : — “Precisarei, Sr. Comandante, de uma esteira e de um travesseiro”.

Logo depois, quatro soldados transportavam, cuidadosamente, o velho Regente, numa cadeira, para o Estado maior de Caxias onde nem uma vez sequer lhe faltou qualquer prova de respeito.

Era assim, como um verdadeiro Magistrado que se comportava o Diogo de Caxias diante do inimigo vencido.

Antes da refrega era o militar : — impetuoso, forte, dessassombrado. Vencida a peleja surgia o Juiz : — sereno, justo, compreensivo.

a 7 de Maio de 1880. Mas dos 77 anos vividos quasi 50 dedicou elle á Pátria nesse meio século, a bem dizer, não conheceu descanso.

Vindo ao mundo sob o signo de agitações e lutas de toda ordem destinou-o a Providência para a alta missão de assegurar a ordem e a unidade do País.

Quem hoje estuda os movimentos de rebeldia que assinalaram as décadas que vão de 1822 a 1845 verifica que no fundo de todas ellas se aninhava o germen do separatismo. Vitoriosos esses movimentos e hoje talvez visse o País subdividido em pequenos Estados inexpressivos. Coube a Caxias, a sua coragem, o seu destemor e sobretudo com o seu patriotismo, evitar a desgraça e assegurar a unidade de nossa terra, unidade que tem sido a grandeza e tem feito a sua prosperidade.

E quem lhe seguir a trajetória de estadista e de soldado, desde as guerras da Independência na Bahia até a guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, sente, de perto, que só mesmo um homem de sua envergadura e de seu civismo, seria capaz de enfrentar e vencer, seguidamente, e em condições tão raras e perigosas e difíceis, tantas e tantas lutas e embates. Na verdade, mal saído da Escola Militar, ainda Tenente, era elle mandado para a Bahia para combater o lado de Labatut e outros, concluir a campanha da Independência.

Em 1825 confiava-lhe o Governo missão delicada no extremo sul do Brasil. Elle foi mandado a combater na Provincia Cisplatina as turbulências de Lavalle e Oribe. Em 1832 voltava ao Rio de Janeiro a por termo a revolta ali iniciada. Em 1837 retornava ao Rio Grande do Sul com a nobre missão de restabelecer a paz. No anno seguinte, em 1838, mal feito da refrega do sul estendeu-se ao extremo norte, na Provincia do Maranhão e lá pôe fim a rebeldia dos indígenas. Em 1842 volta elle a São Paulo e a Minas, a impôr a paz e a ordenar as coisas seriamente alteradas. Em 1845 era enviado, de novo, ao Rio Grande do Sul já agora como Presidente da Provincia para restabelecer, de vez, o preceito da lei e do direito.

Finda a obra ciclópica que foi a restauração do principio de ordem em todo o País assegurando-lhe, em definitivo, a unidade e o prestigio, estava ainda terminada a sua missão. E o Governo brasileiro servia-se, uma vez, da sua grande capacidade e de seu grande patriotismo para a tarefa igualmente meritória, de conter a arrogância e a audácia de aventureiros estrangeiros.

Assim é que em 1851 vêmo-lo no Uruguay a infligir ao caudilho Artigas a humilhante derrota vergonhosa. Já no anno seguinte transportava-se para a Argentina impondo ali a paz ao tirano Rosas. E em 1867 confiava-lhe D. Pedro a commandancia da supremacia das forças brasileiras no Paraguay contra Solano Lopes. Era o momento alto na vida do grande cabo de guerra, e a coroação, por dizê-lo, da magnífica que realizava.

E ali as suas vitórias se succedem e se multiplicam vertiginosamente. Já não combatia então a rebeldia de irmãos, mas a audácia de estrangeiros intenciosos. E a atividade que desenvolveu para honrar a difficil missão que lhe confiou o Governo e a confiança dos brasileiros, pode ser medida e avaliada pelo numero extraordinário de vitórias alcançadas numa successão iminente.

Bastaria lembrar aqui Tuyu-cué, Pare-cué, Curupaity, Pilar, Rio de Palmas, Potreiro Ovelha, Tayi, Tuyuty, Humaitá, Establecimiento, Tibiguari, Vila Franca, Saucos, Chaco, Novo Establecimiento, Suruhy-hy, Quirici, Itororó, Itapané, Avahy, Lomas Valentinas, Angustura e Assunção.

Cada uma dessas cidades, vilas e povoados assistia, entre o povo, com admiração a atividade multiforme daquele homem singular que não exultou em toda aquella terrível arrancada um único revêz nem um único falecimento.

habilidade de estrategista e a sua benemerência de estadista, bastaria recordar aqui as insígnias, honrarias, títulos e brazões que conquistou ao longo de sua gloriosa carreira.

De fato nenhum brasileiro recebeu, em vida, tantas distinções. E todas as justas porque, como vimos, conquistadas pela sua bravura, fidelidade, coragem e patriotismo.

Em 1841, com apenas 38 anos, recebia êle do Imperador, o título de Barão. Em 1843 era agraciado com o de Visconde. Em 1845 com o de Conde. Em 1852 com o de Marquês. Afinal em 1869 com o de Duque sendo o único em toda a história brasileira, a receber tal distinção.

O Brasil, pela vontade e reconhecimento de seus filhos, galardoando-o desse modo, os serviços inestimáveis de seu grande e ilustre cabo de guerra.

E para perpetuar-lhe os méritos e o nome aureolado, o Exército Brasileiro, num justo e dignificante preito às suas virtudes, fê-lo seu guia e o seu Patrono. Na verdade nenhum outro brasileiro soube levar tão alto o nome, honra militar e a dignidade cívica do Brasil.

—————.000.—————

No dia de hoje, todos os brasileiros, onde quer que estejam na vastidão da Pátria imensa, se voltam respeitosos para a sua figura veneranda, num homenagem e numa reverência a sua augusta memória.

Comovente cerimônia religiosa devia ter sido realizada hoje, por certo no Velho Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, ao lado das grandes festividades, cívicas de costume. E que rezou até, como nos anos anteriores a Missa comemorativa do Dia do Soldado, num velho altar portátil que lhe pertencera. Altar que lhe acompanhava em campanha e que ao dizer de Veiga Cabral tantas vezes iluminou, com os seus círios, a barreira de seu Quartel general.

Mas, Senhores meus, não só o Exército deve estar, hoje, em posição sentida, ante o seu túmulo. Não só as bandas militares, nem as trombetas militares, devem encher os céus do Brasil com a sonoridade festiva das comemorações deste dia. Todos os brasileiros devem estar também de pé. Porque não reverenciamos em Luiz Alves de Lima e Silva apenas um guerreiro de grandes excepcionais, nem o soldado valoroso que deu á Pátria a unidade e a grandeza que ela desfrutava gloriosa. Mas o brasileiro que pela sua bravura, fez digno; pela sua bondade, se fez querido; pelo seu caráter, se fez modelo; pelas suas virtudes, se fez símbolo; pela sua honra, se fez respeitado; pelo seu equilíbrio, se fez magistrado; pelo seu descortínio, se fez estadista e que pelo seu amor e sua fé nos destinos superiores do Brasil, se fez o maior dos patriotas!

Muito obrigado.

PRIMEIRA SAUDAÇÃO

DUAS SAUDAÇÕES A D. JOSÉ

DES. JOÃO MANOEL DE CARVALHO

Venho saudar-vos Sr. D. José Joaquim, dileto Bispo do Espírito Santo, nesta data para todos nós memorável eis que assinala o início da vida do nosso Estado e por providencial escôlha relembra ainda a pósse solenne da Diocese pelo seu primeiro Bispo, o apostólico e Santo D. João Nery.

Fazendo-o na reverência da minha cortezia é meu dever expressar, sobretudo, os sentimentos da Casa de Domingos Martins, a respeito do Prelado insigne que ora rege os luminosos destinos da Igreja Católica em nossa terra, evangelizada por Anchieta.

Além dos dotes, insitos a vossa personalidade, e êsses dotes são tão conhecidos e tão justamente proclamados, — surge o fato de ser o primeiro Bispo da Diocese, como motivo, também preponderante de vossa escôlha para o cargo deste Instituto.

A presença dum Prelado num meio como o nosso onde o estudo da história e da geografia é o objetivo constante, para não dizer a finalidade exclusiva — essa presença, em todos os sentidos imponente, tem o timbre de uma missão que raramente se verifica, e assume, nos cortôrnos da realidade atual, o mais simpático e elevado sentido.

É que, sem abstrair de outros atributos de espirito, que são tantos e tão preciosos no capitulo do sacerdócio, feito das mais acrisoladas virtudes, viestes pôr-vos ao serviço da Instituição a que passais a pertencer, por consenso unânime, qualificando-vos, consequentemente, como continuador dêsses obraes da história, antistides ilustres, em cujas almas as idéias de religião e de patriotismo se identificaram.

Há ainda, outra razão que solicitando nossa atenção, suscitou a nossa simpatia e ressonância moral, a vosso respeito. — É a tradição histórica.

Quando consideramos o nosso passado, — desde os primórdios da colonização, deparam-se-nos, em face das causas que preponderaram na organização eficiente da nacionalidade, como alto exemplo de proficuo exemplo, as ações que os Bispos exercitaram.

Em primeiro plano, — já agora aureolada de lenda, surge a figura autera do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha que já cheio de anos, na típica expressão bíblica e já combalido por vida alamosa de estudos, renunciou a glória remorosa da sua cátedra na Universidade de Coimbra, e não se arreou em vir para o Brasil, naqueles tempos, mundo afeito de gentildade e "lary de Deus", — para ser o nosso primeiro Bispo.

.....E, aqui pugnando pela pureza da fé, e anatematismo em apóstata de fogo, os desmandos da administração e virtuperando os costumes pecaminosos e calaçaria sôlta do próprio filho do governador, — moço depravado de que não se poderia falar ma, como que intangível — noli tanger? — nobre e destemeroso Bispo erigiu para o futuro estado de incompre-

dos flibusteiros neerlandenses, que se aventuravam na pirataria, no saque, no roubo à mão armada, conspurcando lares, e profanando templos. As naufragas aportavam na Bahia, nessa mesma terra onde foi plantada a primeira cana-de-açúcar. Traziam no bôjo gente de duro aspecto e fala estranha. — Vinha para a Bahia o quista.

Não obstante a velhice e a doença, surge um Bispo — e foi D. M. Teixeira, que se fez a alma da reação, feito homem de govêrno, enérgico, temido, alicia elementos, organiza a defesa, conjura praticamente o perigo, mas vem a falecer em consequência dos esforços despendidos. Foi pa- mártir, também.

E que falar dêsse piedoso D. Botelho de Matos, metropolitano do Rio

que já resignatário morreu em Itapagipe, quase indigente porque em sua infância com a alma nobilíssima de outro Prelado, êsse simpático D. A. Madre de Deus Galvão, Bispo de São Paulo, não se curvou a prepotência dos Marquês de Pombal, demonstrando ambos, por palavras e atos, a mais firme e decidida repulsa à forma diabólica de violência que privou a nossa pátria naquele atormentado momento da história, da influência mais modelar que advinha da ação exercitada, com alma e coração pelos Jesuítas.

Que falar de D. Azevedo Coutinho, o Bispo a quem Pernambuco se para dizer assim, a iluminação cultural, porque foi êle o primeiro criador de bibliotecas e propulsor jamais igualado na ação eficiente do progresso cultural de Recife, progresso que começado em 1817, no impulso inicial, se afiançou para sempre entre os nossos irmãos do norte.

Impossível nessa saudação dizer, enumerar sequer, o que em parte do desenvolvimento cultural e moral fizeram os nossos Bispos. Afirmar posso, que o estudo da vida eclesiástica do Brasil é a fonte mais completa de estudo da própria História do Brasil.

Não só a vida religiosa, senão a vida cultural, moral, social, política, muito deve a ação vigilante, orientadora, dos nossos Bispos.

D. Francisco de S. Jeronymo, D. João da Cruz, D. Antônio do Deserto, no Brasil-colônia, D. José Coutinho, D. Romualdo, D. Vigoso, os mártires confessores da fé, D. Macedo Costa, e D. Vital, D. João dos Santos, no Império, D. Arcoverde, D. Leme, D. Brito, D. Silvério, D. Duarte, D. N. e muitos outros no Brasil República, foram figuras marcantes na história da Igreja.

As lutas políticas do segundo império, principalmente, a questão religiosa de muito enfraqueceram as simpatias pelo trono. A anistia aos mártires, não tranquilizara a consciência católica. Fácil foi, portanto, a adoção do novo regimen.

Proclamada a república que teve como seu profeta um sacerdote destemeroso Padre João Manoel o Episcopado Brasileiro reunido em São Paulo, sob a presidência do Sr. Primaz do Brasil, D. Macedo Costa, publicou em março de 1890 a insigne Pastoral coletiva, que se perpetuou como documento de alto valor histórico.

Pela lição do passado e a noção sociológica do presente é que afirmamos Sr. D. José Joaquim : não poderíamos conceber a existência política, cultural e administrativa do Brasil, sem a influência da Igreja Católica Apostólica Romana. Foi a sombra tutelar da Cruz, que nos formamos, que nos tornamos fortes.

Quando, na monstruosa imolação do Calvario, se encerrou a vida do Mestre de Cristo, glorificada na Ressurreição, os ecos da sua voz divina

É que os homens simples e rudes, que Cristo reunira em tórno de si, aliciando-os no prestígio de sua palavra, e intruindo-os e edificando-os na iluminação de sua doutrina e esplendor de seu exemplo, semeando nêles os germes de tôdas as virtudes, êsses homens, apóstolos dêle, nuncios dêle, sacerdotes dêles, foram consagrados mestres, na maior de tôdas as investiduras. *Ite Docet.*

E, depois que, submisso às leis da natureza, passaram deixando na terra os despejos perecíveis, não se fechou o ciclo das revelações transcendentes: não se estancou o manancial divino — isto é, o manancial daquela agua viva a que Jesus aludia, falando à Samaritana junto ao poço de Jacó — ninfa da verdade eterna, que derivando no tempo e já agora ministrada às almas sedentosas de luz e vida, por mãos daquêles que são os continuadores de Cristo, daquêles que, como vós, Sr. D. José Joaquim, foram elevados a plenitude do sacerdócio, ninfa que se não estancou, que se não estancará.

Na Instituição sobrenatural, é certo que viestes, Sr. Bispo, para conservar incontaminada a doutrina; viestes, sim, para iluminar o caminho da verdadeira vida, caminho que, Cristo Salvador, nos conduz a Deus.

Convosco, Sr. Bispo, a Igreja, está dentro da Casa de Domingos Martins. — Estamos jubilosos, por isto que, na acertada expressão de um santo doutor da Igreja, “onde está a Igreja, está o espírito de Deus”.

Sêde benvindo entre nós.

2.ª SAUDAÇÃO

Saudação ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano, por E. Q. Valle em nome do povo do Espírito Santo, por ocasião de sua volta do 36.º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, na última quinzena de Julho de 1955. A manifestação se verificou à porta da Cúria Diocesana, na noite alta as 18 horas da tarde do dia 7 de Agosto.

Snr. D. José Joaquim Gonçalves: —
Meus senhores: —

Também o povo do Espírito Santo quer manifestar a V. Excia. a expressão de seu contentamento e de sua gratidão. Os que não tiveram a felicidade de ver e assistir pessoalmente aquele gigante espetáculo de fé puderam entretanto senti-lo, de perto, graças ao rádio.

E então ao lado dos nossos receptores pudemos ouvir e sentir, se estivéssemos presentes, tôdas aquêlas empolgantes cerimônias.

Nós já sabíamos pela leitura do programa geral das solenidades o eminente Bispo do Espírito Santo fôra escolhido e destacado entre todos os Bispos brasileiros ali presentes, para saudar a Virgem de Aparecida, a Santa Padroeira do Brasil que viria de S. Paulo. Era uma honra se dava ao Espírito Santo. Era o reconhecimento público dos méritos, soais e virtudes excelsas de V. Excia. Mas a nossa emoção tocou ao quando a voz do radialista anunciou que a procissão de Nossa Senhora Aparecida se aproximava do altar-monumento e que ia falar dentro poucos instantes o Sr. D. José Joaquim Gonçalves, Bispo do Espírito Santo.

E quando V. Excia. começou a falar todo o Espírito Santo se emocionou de seus receptores para ouvi-lo e admira-lo. E foi a custo contivemos as lágrimas. E acreditamos que aquilo que ocorria em modesto lar, estava ocorrendo em todos os lares espírito santenses.

E quando V. Excia. terminou a sua formosa oração, quando aquela multidão prorrompeu em palmas calorosas ao Bispo do Espírito Santo, nós também batíamos palmas com os olhos razos de lágrimas da mais justa e legítima emoção.

E assim podemos, todos nós, assistir aquele espetáculo memorável e ouvir a palavra sempre acatada e querida de V. Excia.

Aquela merecida distinção conferida ao Bispo do Espírito Santo se refletia sobre todos os espírito santenses, para encê-los de um desvanecimento, de um justo orgulho.

E para termos uma idéia da grandiosidade daquele acontecimento memorável bastaria atentar para as palavras de V. Excia. quando as suas impressões a um radialista afirmou que espetáculo como aquele nunca mais havia de vêr na vida, porque só no Céu ele poderia repetir-se.

Na verdade bem podemos avaliar o que foi aquela concentração memorável de fé onde milhares de peregrinos de tôdas as partes do mundo vieram se prostrar aos pés de Cristo Redentor.

Jamais veremos, em verdade, na bela Capital da República.

robustecia naqueles dias incomparáveis, foi também a confiança no futuro, a certeza de que a Cruz de Cristo há de continuar a guiar os destinos da nossa Pátria.

O 36º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro não foi apenas um espetáculo grandioso para os nossos olhos, foi também um espetáculo maravilhoso para o coração de todos nós.

Ele foi também uma lição, um teste magnífico e uma réplica admirável. Teste, porque foi uma concentração e uma parada de nossas forças espirituais e morais, parada que nos veio mostrar que nosso Exército aumenta e que os nossos batalhões se multiplicam.

Réplica aos que ainda pensam em destruir a nossa fé, a nossa família e a nossa confiança em Deus.

Por tudo isso, Sr. D. José, é que nós os espirito santenses nos concentramos aqui para testemunhar a V. Excia. o nosso contentamento e nossa gratidão.

Contentamento pelos justas e merecidas homenagens de que V. Excia. foi alvo naquele certamente inesquecível e que tanto desvaneceu a alma espirito santense.

E gratidão pela maneira honrosa com que V. Excia., como nosso legítimo Embaixador, dignificou as tradições católicas de nossa terra.

Receba pois V. Excia. pela palavra do mais humilde dos católicos desta Cidade, a expressão desta homenagem de afeto, de reconhecimento e de gratidão.

M E N S A G E M

Vitória 31 de Outubro de 1949.

Sr. Presidente

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo vem no mais alto sentido cívico e intelectual, apresentar as expressões congratulatórias, os protestos da mais forte solidariedade a V. Excia. e à benemérita Associação que dirige e das festas em comemoração centenária de Rui Barbosa, o nome mais evidentemente representativo da mentalidade brasileira.

E para que a nossa homenagem mais expressiva se tornasse, resolveu esta agremiação fazer-se representar pelo seu próprio presidente, o ilustre homem de letras Dr. Ceciliano A. de Almeida.

É nossa finalidade precípua render fervoroso culto à memória do pontífice do Direito Brasileiro, ao político insigne, orador impávido, ao jornalista mágnico, ao estadista invulgar, ao parlamentar emérito e ao diplomata que tanto elevou, no estrangeiro, os nossos créditos de civilização.

Mas esta mensagem esteriotipando o culto que devemos ao conselador da língua, legislador do ensino, codificador das leis civis, apóstolo da abolição, símbolo da cultura, levado ao go de cordialidade, de amor à terra bemdita já se chamou "Virginia Brasileira".

Queremos também significar o nosso respeito patriótico à circunscrição territorial brasileira que foi a nossa primeira metrópole e hoje é um grande centro de nobreza cívica e cultura mental.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

do irmão, conosco tão identificado por usos, costumes, tradições e pelos fortes laços sociais e raciais.

O nosso Presidente leva as nossas oblações que representam a tocha com que modestamente concorremos para a pira sagrada onde arde o culto à memória aureolada de Rio Branco.

Esta a mensagem da autoria do nosso eminente conselheiro e Presidente honorário desta Casa, Sr. Dr. Carlos Xavier P. Barreto e que tenho a honra de transmitir a V. Excia.

Apresento a V. Excia. as expressões do nosso respeito e cordialidade.

EURIPIDES QUEIROZ DO VALLE
1.º Vice-Presidente em exercício

Ao Exmo. Sr. Dr. Otávio Torres, D.D. Presidente
Inst. Histórico da Bahia.

HOMENAGEM A DOMINGOS MARTINS (*)

PLACIDINO PASSOS

Aqui, perante este monumento, há quatro anos passados, falei à mocidade escolar, convidado que fui pelo então Presidente do Instituto Histórico Geográfico.

Hoje, atendendo a novo convite do seu Presidente, aqui me encontro para dizer novamente sobre o notável acontecimento que se comemora falando ainda à mocidade das escolas.

Direi as mesmas palavras que se relacionam ao fato, pois não podemos inventar outras para aplicar e relembrar o grande movimento cívico de 1817, muito embora se invertam as frases e os períodos que encerram sempre o mesmo sentido ou o mesmo assunto.

Senhores. O calendário cívico do Estado registra em suas páginas importantes feitos históricos.

Dentre eles se destaca o que a data de hoje relembra, despertar o nosso patriotismo: — o arcabuzamento do ínclito espírito-santer Domingos José Martins, no Campo da Pólvora, na Baía, em 12 de junho de 1817, por haver lutado com ardor patriótico em prol da liberdade da terra pátria.

Aqui, diante deste altar de civismo, comemorando tão grandioso fato, prestamos o nosso culto de respeito à memória do inolvidável vulto do herói capixaba, Domingos José Martins.

Foi ele o chefe intrépido da Revolução Pernambucana que a 6 de março de 1817 instalou um Governo Republicano, criando, assim, a liberdade da vitória, que se manteve, infelizmente, durante 74 dias.

Aqui, diante deste pedestal que sustenta um símbolo, relembrar um glorioso feito histórico, significando o valor dos filhos da terra Arariboia e Maracaia-Guassu, é justa esta homenagem que prestamos com entusiasmo, destacando a ação patriótica do destemido conterrâneo Domingos José Martins, num ativo movimento libertador, e glorificando

São impercíveis os feitos grandiosos e heróicos dos vultos célebres do passado. Esses belos episódios cívico-históricos deixam poderosas benéficas influências sobre o presente, as quais atuam consideravelmente sobre a vida de um povo em busca da perfeição. Edificam as futuras gerações que hão de viver para o triunfo, para a glória.

Enobrecemo-nos cultuando o passado. E nesta manifestação de sa-

deu em holocáusto por um nobre ideal — o de liberdade — sentimos nos tornamos dignos de nós mesmos. Alguém disse que, na Grécia antiga, ao se celebrar festa como esta — “os gregos se glorificavam com cerimônias”.

A figura varonil de Domingos Martins impõe-se sempre em toda época que passa, edificando gerações pelo sublime exemplo, conduzindo homens para a glória e o triunfo, honrando, enfim, a história do Espírito Santo, com os seus lances de heroísmo.

É sabido que a mais sagrada aspiração do inolvidável vulto do revolucionário movimento de 1817, foi o de poder conseguir a emancipação da colônia portuguesa, criando a grande Pátria Brasileira, influenciando, assim, em seu espírito, os mesmos sentimentos ou as mesmas idéias que dominaram os primeiros vultos de 1710, como as do ardoroso pernambuco Bernardo Vieira de Mello; de 1720, como as do intrépido mineiro Felício dos Santos; de 1792, como as do também mineiro e inesquecível herói Tiradentes, havendo contribuído igualmente, para tão sublime grande sonho, as renovações que se processavam na época.

Exaltando, nesta hora, numa demonstração vibrante de ardor patriótico, o ínclito capixaba Domingos Martins, justo é também que delemos os seus dois irmãos, dois bravos espírito-santenses, Francisco José Martins e André José Martins, que participaram também da Revolução de 1817, havendo prestado valiosos auxílios ao grande e destemido chefe do movimento. Com o fracasso do movimento sofreram torturas na prisão.

Glorifiquêmo-los nesta cerimônia comemorativa.

Dirigindo a palavra à mocidade escolar, impõe-se lembrar o papel histórico num bosquejo ligeiro, traçando rapidamente a biografia do herói.

Mocidade escolar. Domingos José Martins, apelidado o “Bem-beito”, pelos seus familiares e também conhecido por “Dourado” devido, sem dúvida, pertencer à firma comercial Barroso, Martins, Dourado & Carvalhos, pois se dedicou primeiramente aos negócios do comércio, era filho de Joaquim José Martins, espírito-santense, e Dona Joana Luiza de Saes, Clara Martins, baiana.

Nasceu no dia 9 de maio de 1781, em Itapemirim, no lugar hoje conhecido por Quarteis.

Residiu, com os seus pais, nesta Capital, na antiga rua das Flores, denominada, hoje, Dionísio Rezende. Estudou na Bahia, viajando muito tarde para Lisboa, depois Londres, onde exerceu função comercial.

Ao deixar a Inglaterra, voltou à Pátria e passa a residir em Recife, Capital de Pernambuco. É nesse Estado que participa da revolução de 1817, empolgado pelo grandioso sonho de liberdade, por haver influído em seu espírito as exaltações dos ideais daqueles que no velho mundo clamavam por uma tão nobre causa e pela qual se batiam também os brasileiros, para emancipar a velha colônia portuguesa, constituindo uma nação livre e autônoma.

Reuniões se realizavam na própria casa de Domingos Martins, que irrompe a revolução, ao serem realizadas as prisões dos conspiradores denunciados, sem resultado, porém, uma vez que a enérgica resistência dos patriotas conduz à vitória do ideal. Era o dia 6 de março de 1817. Implantava-se em Pernambuco a República que, infelizmente, se manteve durante 74 dias.

Dominados os revolucionários, e presos, são condenados à morte. Domingos Martins é enforcado no dia 12 de junho na antiga Casa da

Disse alguém: — “No momento da sua prisão mostrou coragem; desenlace revelou inquebrantável firmeza de ânimo.”

Revivendo, agora, aqui, junto a este monumento de glória, o desassombro e poder de um capixaba, chefiando um belo movimento em prol da liberdade; sentindo o seu ardor cívico e o seu entusiasmo patriótico, lutando por uma Pátria livre; revivendo o seu sublime heroísmo nas decisões e a eficácia de seus atos; revivendo a sua atitude valerosa a sua grandeza d'alma e a sua cultura nos seus expressivos versos:

“E com a pátria partia-lhe os cuidados”

.....
“a pátria foi meu numen primeiro

revivendo, assim, todo esse código de excelsas virtudes cívicas e morais que enobreciam a figura eminente de Domingos Martins, glorificamos um verdadeiro homem herói do passado e engrandecemos uma data.

Está cabalmente demonstrado pelo que registra a história que Domingos José Martins foi o centro das atividades da conspiração e seus fins nobres e relevantes o imortalizaram.

Tantos outros brasileiros revolucionários, bravos companheiros herói espírito-santense, foram também mártires: Padre João Ribeiro se suicidara, Padre Miquelinho e José Luiz Mendonça executados no dia 12 de junho de 1817, na Bahia, outros que tiveram as mãos cortadas e outros que sofreram atrozes suplícios.

E, porém, em torno do ilustre filho de Itapemirim que envolveu a auréola de louvores e heroísmo, rememorando a data em que, alguém, “caía o herói no Campo da Pólvora, elevando-se no Campo da Glória”, e “...que soube, com o seu inenarrável civismo, morrer tornando-se imortal.”

A 12 de junho de 1916 o ilustre historiador Desembargador Dr. Carlos Xavier Pais Barreto, pronunciando um discurso, por ocasião da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, tomando como patrono o mártir da tirania do Conde dos Arcos — o grande Domingos Martins — assim expressou: “E, parafraseando João Brígido, que ao leitor se descobrisse para ler o nome de Domingos Martins, bem poderia solicitar do auditório que se levantasse, por um instante, ao menos ritualmente, enquanto se falasse de um conspícuo representante de nossa raça...”

E aqui estamos descobertos e de pé, bendizendo o nome de Domingos Martins, prestando-lhe um preito de respeito e admiração, ao celebrarmos, verdadeiramente uma data, numa verdadeira hora de sadio patriotismo em que a juventude escolar recebe tão belos ensinamentos, se edifica com preciosos exemplos, assim se preparando ou se constituindo futuros heróis e heróicas, para os melhores destinos para onde conduzirá o Brasil.

Li algures: — “Uma nação é grande, e bela e é uma realidade pelo que possui de sua história, pelo que fica servindo de exemplo à geração que se forma, servindo de exemplo às novas camadas que se aperfeiçoam hoje para amanhã dirigir melhor. Por isso, todas as festas cívicas merecem

“Ó jovens brasileiros,
“descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
“pois a raça de heróis não degenera;
.....
“Imitai-os para que êles, do sepulcro,
“Vos chamem. com prazer, seus caros filhos!”

Mocidade escolar, promessa em que o Brasil confia e de quem espera
Vós que vos edificais no exemplo dessa elevada missão de civismo. Vós
que vos impregnais do incenso dêste grande ensinamento e que sentis
Pátria se instalar no espírito. Que seja o vosso único propósito contribuir
com a vossa inteligência, com o vosso encendido amor pátrio com
vossa vida, enfim, para a grandeza e a prosperidade do Brasil, para
unidade pátria, mantendo-se alerta na sua vigilância, guiados pelos bellos
e valiosos exemplos que nos legaram os que tombaram levantando-se no
Panteon da immortalidade.

DISCURSO DE POSSE DA DIRETORIA (*)

Ceciliano Abel de Almeida

Acabam de tomar posse os sócios participantes da diretoria, que misturará este instituto, crisol das tradições, da geografia e da história do Espírito Sano.

Estamos plenamente confiantes nos esforços contínuos, que serão perdidos por estes consócios dedicados, sempre dispostos a zelar, a guardar e a defender o passado e o presente de nossa terra estremecida.

E, certo, não teríamos aquiescido em aceitar o convite, que nos amistosamente dirigido, por um grupo de membros deste instituto chefiado por este conterrâneo ilustre, Dr. Euripedes Queiroz do Valle, sentinela zelosa da cultura iniciada por Vasco Fernandes Coutinho, quando desembarcou na enseada de Vila Velha e, sempre, estimulada e prosseguida mais tarde, à sombra da cruz pelo jesuíta.

Não cessou o trabalho de posse e de conquista do donatário e a terra do Espírito Santo foi-se ampliando, para o sul e para o norte ouvindo o bramido das ondas, e para oeste ao arrepio das águas dos caudais.

A medida que a dominação se arraigava o aborígene enfraquecia e a civilização luso-cristã fixava-se, vencendo lutas tremendas contra os donos da terra, e os bens materiais do donatário iam, devagar, sendo sumidos e a cultura pouco a pouco se engrandecia e difundia-se.

Esta cultura assim criada, esse patrimônio resplendente, imenso, mantido à custa de constante tenacidade, todo ele, faz anos, tem sido dado, tem sido defendido, por este insigne, por este notável espírito-tense de Iritiba, hoje cidade, encantadora, escolhida e honrada pelo murguço do Brasil para nela se finar.

Minhas senhoras, meus senhores, a gestão de parte desse patrimônio cultural foi transmitido, como testemunhastes, pelo nosso eminente confrade, pelo nosso nobre amigo, desembargador Euripedes Queiroz do Valle, à diretoria recém-eleita da qual também ele participa investido no cargo de terceiro vice-presidente.

Renovamos os nossos agradecimentos sinceros aos sócios do instituto pela eleição, que nos alteou aos cargos, que ora ocupamos.

O programa da diretoria empossada está nos dispositivos estatutários é portanto o mesmo da que hoje findou o seu mandato.

ceder a estudos e investigações concernentes à história e à geografia seus diversos ramos applicando-se principalmente as que se referir ao Estado do Espírito Santo, em cuja capital tem sua séde", e procura atingir sua finalidade, que outra não é, senão colligir, conservar e classificar livros, documentos, cartas geográficas e tudo que possa fornecer elementos de formação. Sua biblioteca, seu arquivo e seu museu, dia a dia, vão se grandecendo e não têm havido descuidos, em manter, tanto quanto possível, relações com os institutos congêneres.

A publicação de sua revista tem sido grande preocupação das directorias passadas, e a empossada hoje vai publicá-la, em cumprimento estatuido em seus estatutos. Para tanto tem ella a gratissima satisfação de comunicar aos seus consócios que o illustre capitão Harry Freitas Barcellos, muito digno director do Departamento da Imprensa Official, autorizado pelo exmo. sr. Governador do Estado já lhe assegurou que fará, gratuitamente, a impressão de sua revista.

Ao Exmo. sr. Governador Dr. Francisco Lacerda de Aguiar e a este distinto official do Exército Nacional apresenta este Instituto seus imensos e antecipados agradecimentos.

Este instituto, minhas senhoras e meus senhores, recorda, nesta lenidade, a data de sua fundação, cultuará a memória de seu patrono Domingos José Martins, e o seu orador fará o elogio dos sócios falecidos durante o ano, neste recinto.

A oração cívica, junto ao monumento do martir espirito-santense, será pronunciada pelo eminente consócio, professor Dr. Placidino Passos.

De passagem e sem nos alongar, pedimos licença para salientar os movimentos republicanos como a revolução de 1817 e a Confederação do Equador, 1824, só não conseguiram a unanimidade da opinião pública brasileira da época, por causa, em grande parte, da restrição que lhes fizeram os senhores de escravos. Na Confederação do Equador se associaram a Frei Caneca, a quem não houve carrasco com coragem de o "enfocar" os irmãos de Domingos Martins; brigadeiro Francisco Martins e o frei André Martins. Assim o Espírito Santo esteve presente nas duas arrancadas do século passado contra o governo colonial e contra D. Pedro I, nunciado como traidor por Paes de Andrade devido à dissolução da Confederação.

E, minhas senhoras e meus senhores, se os espirito-santenses livres esposavam o liberalismo, isto é, "a libertação do homem de todas as formas de coerção e opressão injustas e injustificáveis", os negros ansiavam a liberdade, isto é, o desejo veemente de se livrarem de ser propriedade de alguém, que utilisasse os seus serviços. Ardiam pela alforria.

Quer em S. Mateus, quer em Guarapari, houve levantes de escravos; o mais sério, porém, foi o de Queimado, chefiado pelo "caudilho negro" Elisiário. Cinco foram condemnados à forca. Elisiário fugiu da prisão com mais dois. Chico Prego e João, da Viuva Monteiro, foram levados ao patíbulo. Não obtiveram o perdão de D. Pedro II.

Para o negro escravo, como Elisiário, não havia graça, quando pirava a alforria e, para o patriota como Domingos José Martins não havia indulto e sim fuzilamento, quando pretendia a liberdade para sua Pátria.

As leis eram rígidas e os juizes sentenciavam de conformidade com ellas. O recurso da sentença só cabia ao soberano. E a bondade de D. João VI não se revelou em 1817, e a generosidade de D. Pedro II ausentou dos insurrectos de Queimado.

Minhas senhoras e meus senhores, este Instituto como associação

altura, assim se exprimiu: “a nossa união não depende dos homens de hoje, é profunda e ultrapassa as nossas horas breves de ação”. O presidente Craveiro Lopes, num requinte de cortesia perfilhou o pensamento do presidente Kubitschek e avivou-o, quando a oito do corrente, falando no Palácio do Itamarati, assim se manifestou, ... “creio oportuno relembrar também as visitas planejadas ou realizadas, de chefes de Estado portugueses ao Brasil ou brasileiros a Portugal que vêm ilustrar, como através das vicissitudes do tempo e da política, se comprova a verdade daquela asserção”.

Senhores membros da colônia portuguesa nesta capital vós, que viveis aqui conosco, podeis certificar que as “vicissitudes do tempo e da política” a que se referiu o bravo presidente Craveiro Lopes da grande Terra Portuguesa, jamais arrefeceram os sentimentos de amizade do povo deste pedaço do Brasil, do povo espírito-santense a gente portuguesa.

O fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, donatário desta terra com perseverança incomparável, venceu reveses, triunfou. E legou-nos affeto, amor pelo seu Portugal querido.

Este Instituto cultua a memória de Vasco e, portanto, cultua a civilização cristã fundada aqui pelo português, e são com estes sentimentos que esta diretoria se confraterniza convosco srs. membros da colônia portuguesa, agradece a honra do vosso comparecimento, e pede-vos que, por intermédio do sr. consul Manoel Maria Ramos Valente, cheguem ao conhecimento do sr. Presidente Craveiro Lopes os votos de feliz estado na terra brasileira.

E, minhas senhoras e meus senhores, sejam as últimas palavras da Diretoria d'este Instituto o resumo de uma grande e cordial saudação data do dia da raça portuguesa, ante-ontem verificada.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

CANCIONEIRO CAPIXABA DE GUILHERME DOS SANTOS NEVES

Por CARLOS XAVIER PAES BARRETO

O ilustre professor Guilherme dos Santos Neves que, com brilho lustra pelos campos do direito e da filologia, dedica-se, também, ao estudo do folclore e, para sua divulgação, fundou até grêmio literário. Acaba, agora, dar á publicidade o "Cancioneiro Capixaba" após um beneditino trabalho através de convívio com pescadores, canoieiros, domésticos e, sobretudo, com as anças, afim de recolher e distribuir em ordem alfabética mil trovas orais e cantadas na velha Capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

Não se cinge ás exclusivamente espírito-santenses. Tem origem mais ampla, procurando apresentar tôdas as de que se utiliza o povo capixaba.

A maior dificuldade encontrada no gênero literário é a pesquisa das origens nem sempre de caráter local.

Casos há em que os mesmos versos dominam em várias regiões que se saiba onde tiveram o berço e outros em que a investigação exige um percurso mental, através do tempo e do espaço, a atingir povos da mais remota civilização.

No "Cancioneiro Capixaba" há, v.g., concepções que pertencem á península ibérica.

E' da musa castelhana a contida no n.º 794 :

"O vento é para o fogo
Como a ausência para o amor.
Se é pequeno apaga logo
Se é grande torna maior".

São raras as partes do folclore de origem conhecida, como as contidas no n.º 176 e 510, constantes da poesia de Juvenal Galeno :

"Cajueiro pequenino
Carregadinho de flor
Eu também sou pequenino
Carregadinho de amor".

Há manifestações populares do E. Santo por meio de canções que se cantam em todo o Brasil.

Na "Musa Anônima", Moreno Brandão menciona, entre outras, as trovas alagoanas que correspondem ás n.ºs 13, 14, 18, 26 e 62.

A musa desconhecida espalhou pelo Brasil as mesmas quadras.
E' cantada em todo o nordeste a referida sob o n.º 92 do magnífico
viro comentado :

"Amanhã é dia santo
Dia de corpo de Deus
Quem tem roupa vai á missa
Quem não tem faz como eu".

ou a de n.º 387 em que apenas existe a diferença de mato por missa

"Garibaldi foi a missa
Num cavalo sem espora
O cavalo tropeçou
Garibaldi pulou fora".

ou ainda a de n.º 563 :

"Menina quando te fores
Me escrevas lá do caminho
Se não tiveres papel
Nas asas de um passarinho".

e, afinal, entre muitas, a de n.º 955 :

"Você diz que amor não doe
Amor doe no coração
Tenha amores e viva ausente
Para ver se doe ou não".

Há no Cancioneiro versos que também são usados no Ceará. E' assim
por exemplo, que trocando apenas bananeira por pimenteira, vemos a de n.
359, na página 292, de "Cantadores", de Leonardo Motta e constituindo a tro-
63 da Musa Anônima de M. Brandão :

"Lá vem a lua saindo
Por detrás da pimenteira
Já me doe o céu da boca
De beijar moça solteira".

Corresponde também a quadra n.º 992 à da página 200, de "Cant-
dores", de Leonardo Motta :

"Você diz que bala mata
Bala não mata ninguém
A bala que me matou
São os olhos de meu bem".

Mã, porém, no Cancioneiro, versos do povo espírito-santense para s-
liantar virtudes e defeitos e expressar o sentimento popular de alegrias e tri-
tezas; risos e lágrimas; afeto e ódio; bondade e maldade; bênçãos e maldiçõe-
elogios e sátiras.

Guilherme dos Santos Neves, com inteligência e arte, recolheu u-
milheiro de quadras que, nascidas no E. Santo, ou para ele transportadas, faze-

Como acontece com o trovário em geral, o do Espírito Santo com o maior número de versos dedicados aos devotos de Cupido. O amor abraça mais de uma centena de quadras, afora as dedicadas ao namôro, ao casamento, aos sentimentos que o amor inspira, como a saudade, a tristeza, o culto à mulher, o ciúme, os suspiros e lágrimas de despedida, o afêto e o ódio que ele produz no coração, o confronto entre a fidelidade e a ingratidão, a dedicação, a falsidade, as glórias e os espinhos que ele provoca : o pecado que acarreta meios de que se utiliza através de sonhos, desejos, beijos e abraços e nos segnanos, o martelo, a corda e a praga.

O tipo moreno e o mulato são mais cultuados.

Para estereotipar a ternura e a antipatia, a afeição e o ódio, o prazer e a desgraça, a beleza e a fealdade e os segredos ao ente amado, aos genitor, aos amigos, ao benzinho, não procura o povo o papel, a pena, a tinta, a caneta, a carta ou somente as cordas do violão. As mensagens, contendo o pensamento, são levadas pelas andorinhas, beija-flores, borboletas, garças, gaturamos, animais como o boi, o cão, o cavalo, o carneiro, a coruja, a ema, o jacaré, a gartixa, o pinto, o preá, o urubú. Serve-se o capixaba da água, da areia, do cancela, do céu, da chuva, das estrelas, do fogo, da lua, do mar, do morro, da ponte, do relâmpago, do rio, da serra do sino, do sol, do vento e, dentre as flores, procura a açucena, o alecrim, a arruda, o cravo, a murta, a perpétua, a rosa e a sempre-viva.

As peças do vestuário e os objetos de uso, como a agulha, o alfinete, o anel, o chapéu, o botão, o lenço, a fita, o paletó, o relógio, o sapato, o traqueleiro e bem assim frutas, cereais e legumes como a alface, o arroz, a azeitona, o cacáu, o café, o cajú, a banana, a batata, a cebola, o côco, a couve, o feijão, a jaca, a laranja, a lima, a melancia, o milho, o repolho, a salsa, são constantemente utilizadas pela musa capixaba que procura também as comidas, como presunto, e as profissões, sobretudo de alfaiate e sapateiro.

Santos Neves recolheu as trovas que se relacionam com as partes do corpo : o braço, a cabeça, cabelo, dente, joelhos, rosto e pés, com o ouro, a prata, as danças, as côres e com as letras do alfabeto.

Povo eminentemente católico é natural que se dirija à Mãe de Deus com preferência à Nossa Senhora da Penha, mas sem esquecer Santo Antônio, Jesus, São João, São José e Santa Catarina.

Há, no "Cancioneiro Capixaba", uma série de trovas de caráter tipicamente local. Os vestidos das moças de Guarapari, Serra e Cariacica, os olhos das meninas de Santa Leopoldina, os caminhos de Iconha e Vila Velha, acima de todas, a cidade de Vitória mereceram várias manifestações da musa anônima que trova ainda sobre distritos como Itaquarí e Queimado, arraboados, quais Vila Rubim e Fonte Grande e até sobre praças como a Moscoso.

O livro, como se vê, constitui contribuição magnífica ao folclore brasileiro e, sobretudo, é trabalho de alta valia para as letras capixabas.

CADASTRO

SÓCIOS DO INSTITUTO

— 1957 —

Efetivos

A) — Adelfo Poli Monjardim. Afonso Schwab. Alceu Moreira Aleixo. Almir dos Santos Gonçalves. Alberto Stange Júnior. Américo Monjardim. Américo Ribeiro Coêlho. Américo Vespucio Ribeiro Oliveira. Aristóbulo Barbosa Leão. Arnulfo Mattos. Augusto Afonso Coelho. Augusto Emilio Estelita Lins.

B) — Beresford Martins Moreira.

C) — Carlos Nicoletti Madeira. Carlos Monteiro Lindenberg. Ilos Miranda da Cunha. Ceciliano Abel de Almeida. Cícero Morais. Clotilde Ferreira Fraga. Claudionor Ribeiro.

D) — Darcy Martins de Mattos.

E) — Eurípedes Queiróz do Valle.

F) — Fernando Duarte Rabello. Francisco Eugênio de Assis. Francisco Generoso da Fonseca.

G) — Guilherme Santos Neves.

I) — Ivo Amancio de Oliveira.

J) — Jair Etienne Dessaunne. João Bastos Bernardo Vieira. Manoel de Carvalho. Jones dos Santos Neves. José de Barros Wand José Sette.

M) — Manoel Moreira Camargo. Manoel Xaxier Pais Barreto. Marcondes Alves de Souza Júnior. Moyses de Medeiros Acioly.

N) — Nelson Abel de Almeida.

O) — Osvald Cruz Guimarães.

P) — Placidino Passos.

R) — Renato José Costa Pacheco.

S) — Serynes Pereira Franco.

T) — Theofilo Costa.

V) — Vicente da Silva Loureiro.

W) — Wlademiro da Silva Santos.

Atilio Vivacqua. Augusto Barata. Américo Poli Monjardim. Almir do Santos Gonçalves. Augusto de Aguiar Salles.

B) — Benjamim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

C) — Camilo Loureiro Bento Júnior. Candido Mariano da Silva Rondon. Carlos Delgado de Carvalho. Carlos Mesquita. Carlos Xavier Pais Barreto. Celso Elpidio da Roza Bonfim. Coriolano de Meleiros. Carlos Monteiro Lindemberg.

E) — Elpidio Pimentel. Epifânio da Fonseca Dórea de Menezes Eduardo de Andrade Silva.

F) — Flávio Marojá. Francisco Gonçalves.

G) — Gago Coutinho. Gelmires Reis. Guilherme Auler.

H) — Heitor Moniz. Helvécio Gomes de Oliveira. Henrique Boiteux Herculanô Assunção. Hermêto Lima. Honório de Souza Silvestre.

J) — Jair Tovar. João Candido Maia. João Luiz Bastos Varela. João Maia. João Batista de Mello Souza. Jorge Bahlis. Jorge Bertolassi. Stella. José Antonio Lopes Ribeiro. José Bernardino Alves Júnior. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. José Coêlho de Almeida Cousin. José Fontes Castêlo Branco. José de Freitas Bastos. José Pacheco Dantas Jones dos Santos Neves.

L) — Lardê de Venturini. Leopoldo Bettiol. Lincoln de Carvalho Caldas. Lindolfo Xavier. Lucas Alexandre Boiteux. Luiz Pedro Barbosa Luiz de Freitas Castro. Luiz Serafim Derenzi.

M) — Manoel Monjardim. Manoel de Oliveira Lima. Marcílio Teixeira de Lacerda. Mário Bouchardet. Mário do Rego Monteiro. Mário de Sanctis. Mário Vasconcellos da Veiga Cabral. Martins de Oliveira. Meiroveu Cardoso. Mirabeau da Rocha Pimentel. Manoel Lopes Pimenta Mário Aristides Freire.

N) — Nelson Coelho dos Santos. Nicolau Duarte Silva. Nilo de Freitas Bruzzi.

O) — Osvaldo Coêlho de Oliveira. Otávio José de Mendonça.

P) — Paulo Américo de Argollo Silvado. Pedro Celso. Pedro Fontes

R) — Raymundo Beltrão Pontes.

S) — Sebastião Barrozo Nunes. Sezefredo Garcia de Rezende. Silvino Froes de Abreu.

T) — Tancredo de Barros Paiva. Teofilo Feu de Carvalho. Thier Fleming Tristão de Araripe.

U) — Ulysses Menegal.

V) — Virgílio A. Correia Filho. Vicente do Rego Themudo Lessa.

W) — Walter de Moraes Siqueira. Walter Secretes do Nascimento Walter Spalding.

— Falecidos —

A) — Adhemar Grijó. Ademar Pinto de Araujo. Adolfo Fraga Adolfo Mário de Oliveira. Afonso Celso de Assis Figueiredo. Afonso Claudio de Freitas Roza. Alziro Viana. Amancio Pinto Pereira. Anézio Augusto de Carvalho Serrano. Antonio Aunôn Sierra. Antonio Araujo Aguirre. Antonio Ferreira Coêlho. Antonio Gomes Aguirre. Antonio Martins de Azevedo Pimentel. Arabello Lellis Horta. Argeu Monjardim. Aristides Brasiliano de Barcellos Freire. Aristóteles da Silva Santos. Arquimimo Martins de Mattos. Arthur Antunes Barbosa Brandão. Adolfo Fernandes de Oliveira. Antonio Francisco de Atayde. Arthur Lourenço de Araujo Primo. Aurino Quintais.

B) — Benjamim Franklin Ramiz Galvão. Bernardino José de Souza

Aguilar. Euzébio Nery Alves de Souza. Elías Thomazzi Podestá.

F) — Francisco de Carvalho Lima Junior. Francisco de Paulades Wanderley. Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro. Francisca Silva Rufino. Francisco Martins dos Santos. Francisco Clímaco Feu

G) — Guilherme Studart. Gustavo Hasselmann.

H) — Henrique Coêlho Netto. Henrique O'Reilly de Souza. Clito Amancio Pereira.

J) — João Claudio Carneiro Campêllo. João Aguirre. João Bezerra Cavalcanti. João Lordello dos Santos Souza. João Pandiágeras. João Barbosa Rodrigues Júnior. João Correia Nery. (Dom) Calmon Adnet. Jonas Meira Bezerra Montenegro. José Dias da Costa José Maria Moreira Guimarães. José Tavares Bastos. José Xavier Coelho de Mendonça. Josias Batista Martins Soares. Juvenal Francisco reira Ramos.

L) — Levino de Holando Chacon. Loren Marion Reno. Lou de Morais Freitas Barbosa. Luiz Adolfo Thiers Vellozo. Luiz Jou Luiz Claudio de Freitas Roza. Luiz Scortegagna (Dom). Luiz Mal Levino Fanzeres.

M) — Manoel Cícero Peregrino. Manoel Bonfim. Mário Imoacyr Monteiro Avidos. Manoel dos Santos Néves.

N) — Nilo Amancio Pereira.

O) — Oscar Farias Santos. Otávio Alves de Araujo. Olynt Couto Aguirre. Osvaldo Albuquerque. Osvaldo Poggi de Figueiredo.

P) — Pedro Gastão de Orleans e Bragança.

R) — Rocha Pombo. Raymundo Thomé Bezerra.

S) — Solidonio Atico Leite. Sá Vianna. Sebastião P. de Sá Mayor. Sacadura Cabral.

T) — Targino Neves Theofilo Paulino da Silveira. Theodoro paio. Tristão de Alencar Araripe.

U) — Ubaldo Ramalhetes Maia.

W) — Waldemiro Fradesso da Silveira.

— Presidentes Honorários —

Dr. Arquimimo Martins de Mattos — falecido.

Dr. Antonio Francisco de Atahyde — falecido.

Des. Carlos Xavier Pais Barreto.

Prof. Dr. Arnulfo Mattos.

—ooXoo—

REGISTRO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
ESTADO

Suas Diretorias desde a sua
fundação em 12 de Junho
de 1916.

Presidente: — Dr. Antônio Francisco de Athayde.

1.º Vice-Presidente:— Dr. Ubaldo Ramalheite Maia.

2.º Vice-Presidente:— Dr. Arthur Lourenço de A. Primo.

3.º Vice-Presidente:— Padre Elias Tomazzi Podestá.

1.º Secretário:— Dr. Antonio A. de Azevedo Pimentel.

2.º Secretário:— Prof. Adolfo Fernandes de Oliveira.

Orador:— Desb. Carlos Xavier Pais Barreto.

Tesoureiro:— Dr. Arnulfo Mattos.

2.ª Diretoria — (1919-1921) Reeleita.

3.ª Diretoria — (1921-1923).

Presid. — Dr. Arquimimo Martins de Mattos.

1.º Vice — Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo.

2.º Vice — Des. José Batalha Ribeiro.

3.º Vice — Pe. Elias Tomazzi Podesta

1.º Sec. — Dr. Aristoteles da Silva Santos

2.º Sec. — Dr. Adolfo Fraga

Orador: — Dr. Alarico de Freitas

Tesour. — Francisco da Silva Rufino.

4.ª Diretoria — (1923-1925)

Presid. — Dr. Arquimimo Martins de Mattos

1.º Vice — Desemb. José Batalha Ribeiro

2.º Vice — Dr. Henrique O'Reilly de Souza

3.º Vice — Dr. Aristoteles da Silva Santos.

1.º Secret. — Dr. Adolfo Fraga

2.º Secret. — Dr. Heraclito Amancio Pereira

Orador — Dr. Alarico de Freitas

Tesour. — Francisco da Silva Rufino.

5.ª Diretoria — (1925-1927)

Presid. — Des. Carlos Xavier Pais Barreto

1.º Vice — Dr. José Batalha Ribeiro

2.º Vice — Dr. Henrique O'Reilly de Souza

3.º Vice — Dr. Aristoteles da Silva Santos

1.º Secret. — Dr. Adolfo Fraga

2.º Secret — Dr. Heraclito Amancio Pereira

Orador — Dr. Alarico de Freitas

Tesour. — Francisco da Silva Rufino.

6.ª Diretoria — (1927-1929)

Reeleita a anterior

7.ª Diretoria — (1929-1931)

Presid. — Desemb. José Batalha Ribeiro

1.º Vice — Dr. Cassiano Cardoso Castelo

2.º Vice — Dr. Aristoteles da Silva Santos

3.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida

1.º Secret. — Dr. Heraclito Amancio Pereira

2.º Secret. — Prof. Aunon Sierpa

Orador — Dr. Alarico de Freitas

2.º Vice — Dr. Aristoteles da Silva Santos
3.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
1.º Secret. — Dr. Placidino Passos
2.º Secret. — Dr. Walter Moraes de Siqueira
Orador — Dr. Oscar Farias Santos
Tesour. — Dr. Arnulfo Mattos.

9.ª Diretoria — (1933-1935)

Presid. — Dr. Antonio Francisco de Athayde
1.º Vice — Dr. Walter Moraes Siqueira
2.º Vice — Pe. Elias Tomazzi Podesta
3.º Vice — Prof. Adolfo Fernandes de Oliveira
1.º Secret. — Dr. Jair Etienne Dessaunne
2.º Secret. — Dr. Francisco Generoso da Fonseca
Orador — Prof. Elpidio Pimentel
Tesour. — Dr. Arnulfo Mattos.

10.ª Diretoria — (1935-1937)

Presid. — Dr. Arnulfo Mattos
1.º Vice — Dr. Aristoteles da Silva Santos
2.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
3.º Vice — Des. Josias Batista Martins Soares
1.º Secret. — Dr. Heraclito Amancio Pereira
2.º Secret. — Francisco Generoso da Fonseca
Orador — Prof. Elpidio Pimentel
Tesour. — Placidino Passos.

11.ª Diretoria — (1937-1939)

Presid. — Dr. Arquimimo Martins de Mattos
2.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
3.º Vice — Des. Josias B. Martins Soares
1.º Secret. — Dr. Manoel Lopes Pimenta
2.º Secret. — Dr. Placidino Passos
Orador — Prof. Elpidio Pimentel
Tesour. — Dr. Olyntho do Couto Aguirre

12.ª Diretoria — (1939-1941)

Presid. — Dr. Arquimimo Martins de Mattos
1.º Vice — Dr. Mário Aristides Freire
2.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
3.º Vice — Des. Josias B. Martins Soares
1.º Secret. — Dr. Luiz Derenzi
2.º Secret. — Dr. Nelson Almeida
Orador — Prof. Elpidio Pimentel
Tesour. — Dr. Olyntho do Couto Aguirre

13.ª Diretoria — (1941-1943)

Presid. — Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama
1.º Vice — Dr. Américo Ribeiro Coêlho
2.º Vice — Dr. Arthur Lourenço de A. Primo

14.ª Diretoria — (1943-1945)

Presid. — Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo
1.º Vice — Dr. Américo Ribeiro Coêlho
2.º Vice — Desemb. João Manoel de Carvalho
3.º Vice — Dr. Olyntho do Couto Aguirre
1.º Secret. — Dr. Eurípedes Queiroz do Valle
2.º Secret. — Dr. Jair Etienne Desauanne
Orador — Des. Celso Calmon Nogueira da Gama
Tesour. — Dr. Almir dos Santos Gonçalves

15.ª Diretoria — (1945-1947)

Presid. — Des. João Manoel de Carvalho
1.º Vice — Dr. Américo Ribeiro Coêlho
2.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
3.º Vice — Des. Eurípedes Queiroz do Valle
1.º Secret. — Dr. Jair Etienne Desauanne
2.º Secret. — Dr. Alceu Aleixo
Orador — Dr. Nelson Abel de Almeida
Tesour. — Dr. Francisco Eugênio de Assis

16.ª Diretoria — (1947-1949)

Presid. — Dr. Américo Ribeiro Coêlho
1.º Vice — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
2.º Vice — Dr. Olyntho do Couto Aguirre
3.º Vice — Des. Eurípedes Queiróz do Valle
1.º Secret. — Dr. Manoel Moreira Camargo
2.º Secret. — Dr. Vicente da Silva Loureiro
Orador — Dr. Nelson Abel de Almeida
Tesour. — Prof. Norbertino Bahiense.

17.ª Diretoria — (1949-1951)

Presid. — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
1.º Vice — Des. Eurípedes Queiroz do Valle
2.º Vice — Dr. Olyntho do Couto Aguirre
1.º Secret. — Dr. Francisco Feu Roza
3.º Vice — Des. Afonso Augusto Botelho
2.º Secret. — Dr. Vicente da Silva Loureiro
Orador — Dr. Nelson Abel de Almeida
Tesour. — Prof. Norbertino Bahiense.

18.ª Diretoria — (1951-1953)

Presid. — Des. Eurípedes Queiróz do Valle
1.º Vice — Des. João Manoel de Carvalho
2.º Vice — Dr. Olyntho do Couto Aguirre
3.º Vice — Dr. Jair Etienne Desauanne
1.º Secret. — Prof. Cícero Morais
2.º Secret. — Dr. Vicente da Silva Loureiro
Orador — Dr. Nelson Almeida
Orador Adjunto — Dr. Placidino Passos
Tesour. — Prof. Norbertino Bahiense.

19.ª Diretoria — (1953-1955) Reeleita a anterior

20.ª Diretoria — (1955-1957) Reeleita a anterior

21.ª Diretoria — (1957-1959)

Presid. — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
1.º Vice — Des. João Manoel de Carvalho
2.º Vice — Dr. Jair Etienne Desauanne
3.º Vice — Des. Eurípedes Queiroz do Valle

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

— FATOS E REALIZAÇÕES —

— 1951 —

- 1) — Tomou posse a nova Diretoria da Casa eleita para o biênio 1951-53. (12 de Junho).
- 2) — Festejou solenemente a passagem de mais um aniversário do sacrifício do herói espírito-santense Domingos José Martins, chefe da Revolução Pernambucana de 1817. (12 de Junho)
- 3) — Recordou, pela palavra do orador oficial da Casa, Prof. Dr. Nelson Abel de Almeida, na sessão solene de 12 de Junho, a vida e obra do sócio falecido Prof. Adolfo Fernandes de Oliveira. (12 de Junho)
- 4) — Promoveu a volta da sede do Instituto Histórico para o seu prédio próprio, à Avenida da República, afim de prepará-lo condignamente para as festas do centenário da Cidade de Vitória. (16 de Junho).
- 5) — Reparou o velho edifício do Museu Histórico da Cidade, cuja direção fôra transferida, por decreto do Governo Estadual, ao Instituto. (20 de Junho).
- 6) — Preparou o programa da sessão magna a ser realizada em conjunto com a Associação de Imprensa e a Academia de Letras, afim de comemorar a passagem do IV Centenário da Cidade. (19 de Setembro)
- 7) — Transferiu a sede do Instituto, que funcionava, a título provisório, no antigo edifício do Juízo Federal, à Ladeira Nestor Gomes, para o seu prédio próprio, à Avenida da República, devidamente reformado. (1 de Dezembro).

— 1952 —

- 1) — Recebeu e agradeceu ao Governador do Estado, Dr. Jones Santos Neves, a oferta de duas medalhas comemorativas do IV centenário da Cidade. (3 de Abril).
- 2) — Dirigiu um apêlo ao Prefeito da Cidade no sentido de ser entregue aos concorrentes vitoriosos, os prêmios "Cidade de Vitória" do ano anterior. (3 de Abril).
- 3) — Reviveu o projeto organizado pelo ex-Presidente Des. Celso

Norbertino Bahiense sobre as impressões de sua viagem de estudos à histórica cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. (3 de Abril).

6) — Prestou, juntamente com as demais Associações Culturais da Cidade, homenagem pública de aprêço ao novo Bispo da Diocese, S. D. José Joaquim Gonçalves. (21 de Março).

7) — Festejou solenemente mais um aniversário do sacrifício herói espírito-lantense Domingos José Martins, chefe da Revolução Pernambucana de 1817 e também da fundação da Casa. (12 de Junho).

8) — Reverenciou, em sessão solene de aniversário, a memória dos sócios falecidos durante o ano, a saber: — Dom Luiz Scortegagnam, Bispo Diocesano, Dr. Olynto do Couto Aguirre e Juvenal Francisco reira Ramos. (12 de Junho).

9) — Participou, pelo seu Presidente, da Comissão Julgadora do Concurso instituído pelo "Centro Cultural Humberto de Campos", da antiga Cidade do Espírito Santo, concedendo o prêmio "Vasco Coutinho" ao melhor trabalho do ano sobre a História daquele Município. (23 de Maio).

10) — Ultimeu as obras de reparação e limpeza do velho sobrado "Capixaba", em Jucutuquara, onde tem a sua sede, o Museu da Cidade, então sob a superintendência do Instituto, de modo a poder receber, na ocasião dos festejos do IV centenário da Cidade, os seus visitantes. (2 de Agosto).

11) — Dirigiu à Assembléia Legislativa do Estado um memorial-apelo solicitando uma pensão para uma filha pobre do saudoso espírito-santense Comendador Cândido Costa, ora residente no Pará e bem assim ou para a velha educadora e historiadora capixaba Prof. D. Orminda de Fco. de Cobar Gomes. (5 de Agosto).

12) — Conseguiu, com a colaboração do Snr. Prefeito Municipal de Itapemirim, localizar o sítio exato em que existia a casa do herói espírito-santense Domingos José Martins, naquele Município. (5 de Agosto).

13) — Registrou a comunicação do consócio Prof. Norbertino Bahiense sobre o local em que fôra sepultado, em Vila-Velha, o Donatário da Capitania, Vasco Fernandes Coutinho. (5 de Agosto).

14) — Pleiteou junto ao Instituto Histórico de São Paulo a volta do patrimônio do Estado, da cruz peitoral que pertencera ao Padre Ancheta e que daqui fôra indevidamente levada para aquela Capital e ali chegou ao Snr. Cardeal Arcebispo. (5 de Agosto).

15) — Comemorou festivamente com a Academia de Letras do Estado o cinquentenário do aparecimento do romance Canaã, de Graça Aranha, apoiando o programa de conferências que foram realizadas pelos críticos Renato Almeida, do Rio de Janeiro, Augusto Lima e Luiz Heister, do Estado, que falaram, respectivamente, sobre O Homem, A Obra e A Gente. (20 de Novembro).

1) — Aprovou o Relatório da Presidência da Casa sobre as suas atividades no ano anterior. (22 de Março).

2) — Elaborou o programa de atividades da Casa para 1953, o qual foi incluído a feitura do Calendário Cívico do Estado. (22 de Março).

3) — Reiniciou o estudo do projeto do Presidente Queiroz do Vale sobre a Federação dos Institutos Históricos do Brasil a ser apresentada ao Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro. (22 de Março).

4) — Fez publicar para conhecimento e impugnação dos assos-

ombargador Xenocrates Calmon. (1.º de Abril).

6) — Recebeu a oferta de uma bela reprodução fotográfica da imagem de N. Sa. trazida por Pedro Palácios, feita pelo conhecido fotógrafo Sr. A. Paes. (1.º de Abril).

7) — Atendeu à solicitação do Presidente da Associação de Juristas do Estado no sentido de permitir a realização de suas sessões solenes na sede do Instituto. (1.º de Abril).

8) — Remeteu oficialmente ao Presidente do Centro Cultural Norbertino de Campos o parecer do consócio Norbertino Bahiense sobre a sulta daquela associação cultural a respeito do local em que se encontra o túmulo do primeiro Donatário Vasco Fernandes Coutinho (1.º de Abril).

9) — Estabeleceu por proposta da presidência que as sessões ordinárias do Instituto se realizem no dia 12 de cada mês, às 20 horas, sem prejuízo das sessões semanais da Diretoria. (1.º de Abril).

10) — Voltou a estabelecer uma velha tradição da Casa, no sentido de que as posses dos novos associados passem a ser feitas publicamente. (1.º de Abril).

11) — Estudou o projeto para o estabelecimento de um Curso de História e Geografia do Espírito Santo. (7 de Abril).

12) — Estabeleceu a "Hora Capixaba" na qual velhos espiritozentenses foram convidados para rememorar, numa espécie de conversação familiar, fatos e acontecimentos do passado. (7 de Abril).

13) — Recebeu, em sessão solene, como sócio honorário da Casa o Sr. D. José Joaquim Gonçalves, Bispo Diocesano, que foi saudado pelo sócio Comendador Des. João Manoel de Carvalho. (23 de Maio).

14) — Sugeriu ao Governo do Estado, por proposta do consócio Norbertino Bahiense, a mudança do monumento ao soldado espíritocentense, erigido no jardim de Palácio, onde fica entre árvores e onde não é visto, para a Praça Roosevelt onde seria por todos admirado. (1.º de Abril).

15) — Reelegeu a Diretoria da Casa para o novo biênio 1953-54 (23 de Maio).

16) — Esclareceu, pela palavra do consócio Cícero Moraes, a definição das ilhas fronteiras à Cidade e tidas como continente, fixando o verdadeiro conceito de ilha em face da moderna ciência geográfica. (23 de Maio).

17) — Estudou, por proposta do consócio Norbertino Bahiense, o interessante fenómeno de ilhas flutuantes existentes na Lagoa de Jacaré, não só para explicação didática em nossas escolas públicas como também por motivo de atração turística. (12 de Maio).

18) — Congratulou-se por proposta do consócio Dr. Jair Dessalines com o Governo do Estado pelo Decreto que incorporou as ilhas da Trindade e Martin Vaz ao Município de Vitória. (12 de Maio).

19) — Estabeleceu por proposta da Presidência o programa de palestras públicas mensais sobre assuntos históricos e geográficos fixando pelos consócios com o propósito de reunir elementos para a feitura de um livro de História e de uma Geografia modernas do Espírito Santo, tendo se iniciado para a primeira dessas palestras o consócio Placidino Passos que apresentaria sobre "Lagos e lagoas do Espírito Santo".

20) — Festejou solenemente o dia 23 de Maio. Dia do Capitão, tendo tomado posse como membro honorário da Casa o Revmo. Sr. D. José Joaquim Gonçalves, Bispo Diocesano, que foi recebido pelo consócio Comendador João Manoel de Carvalho. (23 de Maio).

Aurino Quintais falecidos durante o ano. (12 de Junho).

23) — Inaugurou o programa de palestras públicas mensais sobre assunto, históricos e geográficos do Estado, proferindo a palestra inicial o consócio Prof. Placidino Passos que discorreu sobre Lagos e lagoas do Espírito Santo. (12 de Julho).

24) — Comemorou o centenário do antigo magistrado Dr. Joaquim Pires do Amorim, falando sobre a vida e obra do homenageado o Presidente Queiroz do Valle. (12 de Julho).

25) — Congratulou-se com o Governo da República pela volta à Pátria dos despojos da Princesa Izabel. (12 de Julho).

26) — Recebeu o historiador e folc-lorista brasileiro Professor Diego Junior que realizou em sua sede uma conferência sobre o tema "A História e o Folclore do Nordeste". (27 de Julho).

27) — Prosseguiu nas palestras mensais sobre temas históricos e geográficos do Espírito Santo, cabendo ao consócio Prof. Alberto Stan discorrer sobre "Montanhas e Climas do Espírito Santo". (12 de Agosto).

28) — Realizou nova sessão para prosseguimento, das palestras públicas, cabendo ao consócio Dr. Mário Aristides Freire dissertar sobre "Rio e riachos do Espírito Santo". (14 de Setembro).

29) — Preparou o programa para a comemoração do 4.º centenário da chegada de Anchieta ao Espírito Santo. (24 de Agosto).

30) — Proporcionou mais uma sessão pública para cumprir o conferencista do mês, Prof. Cícero Morais que desenvolveu o tema "Nascimento e vida de nossas Cidades". (12 de Outubro).

31) — Fez realizar mais uma palestra pública em cumprimento do programa organizado, tendo o consócio Dr. Luiz Derenzi desenvolvido o tema "Geografia Econômica do Espírito Santo". (12 de Novembro).

32) — Festejou, com várias solenidades públicas, o 4.º centenário da chegada de Anchieta ao Espírito Santo, solenidades que tiveram início no dia 2 de Dezembro e se prolongaram até 7 daquele mês. (8 de Dezembro).

33) — Fez rezar missa votiva na cripta do Palácio do Governo onde está o túmulo do Padre Anchieta, depositando em seguida, sobre o mesmo, uma coroa de flores naturais, no que foi acompanhado pela Prefeitura Municipal da Cidade e pela Associação Anchieta. (2 de Dezembro).

34) — Participou das solenidades da inauguração do retrato de Anchieta na sede da associação que tem o seu nome, em comemoração ao 4.º centenário de sua chegada ao Espírito Santo e como um dos números do programa que organizou para festejar esse centenário. (3 de Dezembro).

35) — Realizou uma sessão solene em sua sede com a qual encerrou a semana de comemorações pela passagem do 4.º centenário da chegada de Anchieta ao Espírito Santo ouvindo-se, na ocasião, a palavra Revmo. Padre Helio Viotti, S. J. especialmente convidado, dado o conhecimento que tinha da vida e obra do grande apóstolo através seus estudos e pesquisas. Com essa solenidade encerraram-se as atividades do Instituto em 1953.

1) — Prosseguiu na série de conferências públicas mensais iniciada no ano anterior.

2) — Comemorou solenemente a passagem do tricentenário da colonização holandesa no Brasil sendo convidado para proferir uma conferência

Minas Gerais convite para examinar “à luz de documentos, história e na mais absoluta cordialidade” a nossa questão de limites. O Instituto em sessão extraordinária examinou o assunto e terminou por aprovar parecer do Prof. Dr. Cícero Moraes no sentido de agradecer o convite, considerar inoportuno o exame do assunto uma vez que o mesmo já havia sido considerado pelo Supremo Tribunal Federal. (17 de Março).

5) — Agradecer ao Governador Santos Neves a preciosa oferta feita à Mapoteca do Instituto, de um mapa das Américas editado na Alemanha em 1745. (24 de Março).

6) — Fez publicar a pedido do Instituto Histórico de Sergipe, folheto sobre o concurso de livros e trabalhos sobre a cidade de Aracaju no centenário comemorou. (25 de Março).

7) — Registrou a apreciação do consócio Norbertino Bahiense, sobre pequeno erro histórico existente nos dizeres do monumento ao espírito-santense Domingos José Martins, inaugurado no saguão da Assembleia Legislativa do Estado. A célebre frase do grande Brasileiro não proferida na hora de seu fuzilamento mas, na saída da prisão para o cal do fuzilamento. (25 de Março).

8) — Recebeu em sessão solene o novo sócio Prof. Aylton de Almeida da que foi saudado pelo orador oficial da Casa Prof. Dr. Nelson Almeida da. (28 de Abril).

9) — Comemorou festivamente o dia 23 de Maio — Dia do Capanga — realizando uma sessão conjunta com a Academia de Letras, Associação de Juristas, Comissão Estadual de Folclore e Academia Feminina de Letras. Proferiu a oração oficial o Dr. Nelson Almeida e por deferência especial usou da palavra o Snr. Vice-Consul de Portugal, Dr. Maria Ramos Valente. (23 de Maio).

10) — Comemorou, condignamente, o dia 12 de Junho que recorda o sacrifício do herói espírito-santense Domingos José Martins, chefe da revolução pernambucana de 1817 e patrono do Instituto e bem assim o 38.º aniversário de fundação deste. (12 de Junho).

11) — Propôs e envidou esforços junto ao Cel. Dr. Serinista, general Franco, Presidente do Club Militar do Estado, para a ereção de busto ao bravo Capitão João Antunes Barbosa Brandão, Coronel do Exército e Patrono da Polícia Militar, por ocasião da passagem do cinquentenário de sua morte. (20 de Julho).

12) — Completou o estudo da maquette do busto da heroína espírito-santense Maria Ortiz a ser erguido por iniciativa sua nesta Cidade no lance inicial da ladeira que tem o seu nome. (17 de Setembro).

13) — Comemorou com uma sessão especial extraordinária o centenário de nascimento do ilustre espírito-santense Cel. Eugênio Pinto Neto, antigo Vice-Presidente do Estado, proferindo a oração oficial o conselheiro Desembargador Comendador João Manoel de Carvalho que salientou as virtudes e serviços prestados ao Estado pelo homenageado. Em nome da família do saudoso espírito-santense falou agradecendo a sua filha a Ex.ª Profa. D. Almerinda Netto. (13 de Novembro).

14) — Promoveu várias diligências afim de apurar a veracidade da descoberta de um velho castiçal de ferro nas proximidades da celazinha venerável Padre Anchieta no velho Convento da Cidade de Benevente, que se supõe ter pertencido àquele Apóstolo. (14 de Novembro).

15) — Estabeleceu, com o intuito de despertar entre os moços o gosto pelas pesquisas históricas, dois prêmios para as 2 melhores dissertações e grafias dos espírito-santenses Eugênio Pinto Neto e Ovidio dos Santos, cujos centenários de nascimento ocorreram em Novembro daquela

2) — Comemorou a passagem de mais um aniversário de Frei Pedro Palácios, fundador do Convento da Penha. (8 de Maio).

3) — Festejou o primeiro centenário do nascimento do Senador Cleto Nunes Pereira, com uma sessão especial, tendo proferido a oração oficial o Prof. Nelson Abel de Almeida. Agradeceu a homenagem o seu ilustre genro Dr. João Bernardino Alves, que compareceu acompanhado de sua Exma. Snra., filha daquele saudoso espírito-santense. (3 de Maio).

4) — Comemorou festivamente, como nos anos anteriores, a passagem de mais um aniversário do sacrifício do herói espírito-santense Domingos José Martins, Chefe da Revolução Pernambucana de 1817, sendo nessa ocasião empossada a nova Diretoria da Casa para o biênio 1955-56, constituída com a reeleição da anterior. Nessa mesma oportunidade prestou uma homenagem à memória dos consócios falecidos Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás e Padre Dr. Elias Tomazzi. Na romaria cívica ao monumento daquele herói espírito-santense, falou a mocidade das escolas, ali reunida, o Prof. Norbertino Bahiense. (12 de Junho).

5) — Participou das comemorações da Semana da Pátria realizando no salão de festas do 3.º B. C. sediado na Cidade do Espírito Santo (Vila Velha) uma conferência sob o tema "O Mineiro e seus antecedentes históricos", pela palavra do consócio Prof. Norbertino Bahiense. (13 de Setembro).

6) — Comemorou festivamente em sessão solene conjunta com a Academia de Letras e a Associação de Juristas do Estado os centenários de nascimento dos ilustres espírito-santenses, Comendador Cândido Costa e Desembargador Gregório Magno Borges da Fonseca. Proferiu oração oficial o Prof. Dr. Nelson Abel de Almeida, orador da Casa. (1 de Novembro).

7) — Estudou o plano para a edição do Anuário do Instituto, e substituição a edição semestral da sua Revista, dado o preço a que atingiu a edição desta última. (12 de Dezembro).

8) — Organizou o programa de atividades da Casa para o ano histórico e geográfico de 1956.

9) — Aceitou a proposta de novos sócios da Casa.

1) — Homenageou o consócio Dr. Wlademiro Silva Santos, pela sua viagem ao velho Mundo, convidando a proferir uma palestra sobre a mesma. (12 de Março).

2) — Comemorou a passagem do 1.º centenário de nomeação do jurista espírito-santense Pereira de Sampaio (Manoel Pinto Ribeiro) para o Supremo Tribunal Federal, ocorrido no dia 2 de Março, cabendo ao Presidente Queiroz do Valle lembrar-lhe a personalidade. (12 de Março).

3) — Organizou o programa para a posse solene dos novos sócios da Casa cujos discursos constituiriam o Curso de Conferências do ano. (1 de Março).

4) — Abordou, através a palavra de vários consócios, a velha questão de limites com o Estado de Minas, que os jornais agitavam no momento.

5) — Registrou, com satisfação, o aparecimento de novos livros dos associados Adelfo Monjardim, Euripedes Queiroz do Valle, Almir Gonçalves, Augusto Lins e Almeida Cousin. (12 de Março).

7) — Relembrou pela palavra do Presidente as datas que recordam a criação do Supremo Tribunal de Abril), a morte do advogado e orador sacro P. 1916 (2 de Abril), a benção da Bandeira da Revolução de Abril), a criação da Casa de Rui Barbosa em 1908, o nascimento de José Bonifácio em 1838 (6 de Abril),

8) — Homenageou a memória do pintor brasileiro natural do Estado, recém-falecido. (12 de Abril).

9) — Aplaudiu a conferência do consócio Dr. Carlos de Figueiredo, sobre o seu passeio a diversos países da Europa.

10) — Comemorou festivamente, como nos anos anteriores, a passagem de mais um aniversário do fuzilamento do Dr. Domingos José Martins com uma romaria cívica ao túmulo do mártir brasileiro. (12 de Junho).

11) — Festejou solenemente o *Dia do Capixaba* com a sessão de sua cadeira, na ocasião, o novo consócio Prof. Carlos de Oliveira, que foi saudado pelo Prof. Nelson A. de Menezes da Casa. (23 de Maio).

12) — Realizou uma sessão conjunta solene com a Faculdade de Teologia e Arte Religiosa, comemorativa da passagem de morte de Santo Ignácio de Loyola, fundador da Ordem dos Jesuítas (1 de Agosto).

13) — Pleiteou novamente junto à Prefeitura Municipal, por solicitação do consócio Prof. Norbertino de Almeida, a construção do monumento do Soldado Capixaba, do Jardim do Governo, de onde não é visto, para a Praça Roosevelt, na esquina da Casa e de obras históricas de autores espíritos-santos (18 de Agosto).

14) — Recebeu condignamente em sua sede o Dr. Gustavo Barrozo, da Academia Brasileira de Letras, e do Instituto Histórico Nacional, oferecendo-lhe uma coleção com o nome de Casa e de obras históricas de autores espíritos-santos (18 de Agosto).

15) — Participou das homenagens prestadas ao fundador Gustavo Barrozo quando de sua conferência sobre a vida da Faculdade de Filosofia desta cidade. (27 de Agosto).

16) — Enviou por intermédio do consócio Prof. Carlos de Figueiredo Moreira uma mensagem de cordialidade e de apreço ao Dr. Carlos de Figueiredo em Salvador, por ocasião da visita do mesmo a Bahia (1 de Novembro).

dente da Casa, Desembargador Euripedes Queiroz proferir a oração oficial. (4 de Junho).

6) — Realizou uma sessão solene especial com o sócio Prof. Dr. Renato José Costa Pacheco que, acompanhado de Dr. Nelson Almeida, orador oficial da Casa, o orador empossado proferiu interessante conferência. (6 de Junho).

7) — Comemorou festivamente, como nos anos anteriores, o aniversário do martírio do herói José Martins, realizando uma sessão solene na sessão da Assembléia Legislativa do Estado, que terminou com o deslocamento ao monumento do grande brasileiro. Na Praça da mocidade das Escolas, ali reunida, o Prof. Pacheco fez uma oração em homenagem à memória dos seus pais. O ano — Drs. Heráclito Pereira, Francisco Feijó e Cláudio.

8) — Empossou, em sessão festiva, a nova Comissão para o biênio 1957-59 que ficou assim constituída: Presidente — Luciano Albel de Almeida, 1.º Vice — Des. João Mendes, 2.º Vice — Dr. Jair Etienne Dessaune, 3.º Vice — Dr. João Valle, Secretário Geral — Dr. Cícero Moraes, 2.º Vice — Dr. Renato José Costa Pacheco, Orador — Dr. Nelson Almeida, adjunto Prof. Placidino Passos. (12 de Junho).

—000—

(Dados extraídos do Relatório de Euripedes Queiroz do Valle, publicado em 4 de Junho de 1957).

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
POSSE DA NOVA DIRETORIA — PRESENÇA DE
E MILITARES — HOMENAGEM A DOMINGOS M**

Reportagem d

Com a presença de altas autoridades civis e mi-
taque na nossa sociedade, realizou-se, no último d
posse da nova diretoria do Instituto Histórico e
Santo, para o triênio de 1957/1959.

A nova diretoria está assim constituída:

Presidente — Dr. Ceciliano Abel de Almeida
Des. João Manoel (reeleito); 2.º Vice-Presidente —
eileito). 3.º Vice-Presidente — Des. Eurípedes Quei
Geral — Dr. Cícero Moraes (reeleito); 2.º Secretár
checo; Tesoureiro — Dr. Norbertino Bahiense; Ora
de Almeida (reeleito); Orador Adjunto — Dr. Pla

Em brilhante oração, o des. Eurípedes Quei
dirigindo os destinos da Sociedade, enalteceu os m
ria aos quais deu posse após o juramento soleneme

HONRA AO MERITO

Assistimos, no dia 12 dêste mês, à posse de Ceciliano Abel de Almeida na presidência do Instituto do Espírito Santo. Temos certeza de que o g. Queiroz do Valle foi substituído por alguém que lo. São duas personalidades dignas do respeito e ser tributados aos homens que, sejam quais for sempre de pé, numa verticalidade de atitude. Há algum tempo quando da edição de 1.º número tive a oportunidade de dizer alguma coisa a nosso Instituto. Hoje, com o mesmo entusiasmo e personalidades que parecem encarnar, em plena Plutarco, presto minha pequena homenagem ao Ceciliano Abel de Almeida, cuja vida se c. século da própria vida político-administrativa e Professor e Administrador, S. Exa. é um exemplo à geração de hoje e à de amanhã, mesmo feitiço moral são raríssimos, pois entre cem homens ruptos é de noventa e nove por cento.

Primeiro Prefeito de Vitória, no governo de Souza Monteiro, Engenheiro da antiga Vitória Rio Doce, Professor de Matemática no Colégio 1º. Reitor da Universidade do Espírito Santo e, tores da Companhia Telefônica do E. Santo, as envolvidas durante mais de cinquenta anos, não vante a voz para dizer que Ceciliano Abel de Almeida, esbanjou o dinheiro público, fugindo, por Nascido em São Mateus, onde seus conterrâneos o seu nome em logradouros públicos, o grande rado entre as fronteiras estaduais. Sua obra foi dos da Federação, sendo S. Exa., assim, um

Andaram bem os membros do Instituto do Espírito Santo que, em atendendo ao desejo do Queiroz do Valle, dando-lhe merecidas férias, a Casa de Domingos Martins outro homem de que gulha e de quem sempre precisou e precisará, e de suas múltiplas atividades há duas palavras DADE E CULTURA.